

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL**

DAGOBERTO DE DIOS HERNÁNDEZ

**CUMPLICIDADE DE DEPENDÊNCIA E ESPAÇOS DE MANOBRAS:
AGÊNCIA E RESISTÊNCIA NAS FAMÍLIAS CAMPONESAS PRODUTORAS DE
TABACO NO BRASIL E NO MÉXICO**

Porto Alegre

2020

DAGOBERTO DE DIOS HERNÁNDEZ

**CUMPLICIDADE DE DEPENDÊNCIA E ESPAÇOS DE MANOBRA:
AGÊNCIA E RESISTÊNCIA NAS FAMÍLIAS CAMPONESAS PRODUTORAS DE
TABACO NO BRASIL E NO MÉXICO**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Desenvolvimento Rural.

Orientador: Prof. Dr. Leonardo Xavier da Silva
Co-orientador: Prof. Dr. J. Jesús A. Madera Pacheco

Porto Alegre

2020

CIP - Catalogação na Publicação

De Dios Hernández, Dagoberto
Cumplicidade de dependência e espaços de manobra:
agência e resistência nas famílias camponesas
produtoras de tabaco no Brasil e no México / Dagoberto
De Dios Hernández. -- 2020.
329 f.
Orientador: Leonardo Xavier da Silva.

Coorientador: J. Jesús Antonio Madera Pacheco.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas,
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural,
Porto Alegre, BR-RS, 2020.

1. Agência. 2. Resistência. 3. Famílias. 4.
Fumicultura. 5. Cumplicidade. I. Silva, Leonardo
Xavier da, orient. II. Pacheco, J. Jesús Antonio
Madera, coorient. III. Título.

DAGOBERTO DE DIOS HERNÁNDEZ

**CUMPLICIDADE DE DEPENDÊNCIA E ESPAÇOS DE MANOBRA:
AGÊNCIA E RESISTÊNCIA NAS FAMÍLIAS CAMPONESAS PRODUTORAS DE
TABACO NO BRASIL E NO MÉXICO**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Desenvolvimento Rural.

Aprovada em: Porto Alegre, 17 de janeiro de 2020.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Leonardo Xavier da Silva – Orientador
UFRGS

Prof. Dr. J. Jesús Antonio Madera Pacheco – Co-orientador
Universidad Autónoma de Nayarit (UAN)-México

Prof. Dra. Cidonea Machado Deponti
UNISC

Prof. Dr. Luis Gabriel Torres González
CIESAS Occidente/México

Prof. Dr. Paulo Dabdab Waquil
UFRGS

Dedico este trabajo a mi tío Jorge “*el amigo de Peñas*”. La vida no nos permitió volvernos a encontrar, pero yo aquí estoy cumpliendo mi promesa. Hasta donde estés, “*Arriba los López*”

Lo dedico también a mi primo Mario y a mi sobrina Elizita... Nos volveremos a encontrar!

Lo dedico, a Julio Cesar Mondragón y a los 43 normalistas de Ayotzinapa desaparecidos por el Estado mexicano!

Su único delito fue ser hijos de campesinos y trabajadores pobres...

“*Quisieron enterrarlos, pero no sabían que eran semillas*”.

AGRADECIMENTOS

En primer lugar, quiero agradecer a mis padres, Victoria y Pablo, por el regalo de la vida, por el amor desmedido y por el apoyo incondicional. Más que nunca, siento orgullo ser hijo de Ustedes, campesinos y tabaqueros de Santiago Ixcuintla. Esta tesis y este doctorado, se los dedico también. Los amo mis queridos viejos!

A mi gran familia... A mis sobrinas Citlali y María, mis dos grandes amores. A mis hermanos Julio, Temo y Muñeco, por el apoyo y estímulo para que estudiara y me formara en una persona de bien. A mis tias Nena, Guille, Maritza, Sandra y Diana. A mi tío Fidencio e Mario. A mis primos Elvis y Romario que han sido como hermanos. A quienes aún faltan, pero que saben ahí están, les agradezco su cariño y las enseñanzas. Les agradezco por haber cuidado y apoyado a mis *viejos* mientras yo he estado lejos, cumpliendo sueños. Con la vida, mil gracias!

Ao meu orientador, prezado professor Leonardo Xavier, lhe agradeço pela forma humana no seu trato. Agradeço também pelo desafio de orientar mais uma tese com tabaco e porque esta seja com um corpus teórico desafiante para o senhor. As qualidades pessoais e seus ensinamentos, são aprendizados que procurarei desenvolver na minha etapa futura como profissional. Muito obrigado!

Ao meu coorientador e grande amigo, professor Jesús Madera, palavras de agradecimento são insuficientes para lhe manifestar o grato que sou pelo que tenho recebido de você. Colocou sua confiança em mim e desde 2012 vem investindo tempo e ensinamentos na minha pessoa. Graças por me fazer parte de sua família donde ao lado de Pablus, de *Doña Zule* e *mi compadre* Mateo, me fizeram mais um de vocês. Tem sido um grande prazer dar continuidade as suas linhas de pesquisa no mundo do tabaco e com *l@s tabacolog@s*. Agradeço por haver acreditado em que podia fazer este doutorado no Brasil. A experiência tem sido maravilhosa, graças novamente.

Ofereço meus agradecimentos também ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela bolsa de doutorado. Assim mesmo, agradeço também a Organização dos Estados Americanos (OEA) quem promoveu e foi intermediaria do edital em 2016 do programa de bolsas para mestrados e doutorados no Brasil.

Agradeço à comunidade PGDR por todo o que eu consegui vivenciar em torno desse maravilhoso programa. Agradeço aos meus colegas de turma 2016 que me fizeram sentir acompanhado nos meus primeiros dias e que ao longo do tempo sempre me manifestaram sua amizade e apoio. Carinho e agradecimentos especial tenho por amigas e amigos que conheci

neste lugar como a Ceci Obreque, Ceci Lawrence, Paula Villaraga, Paty Giraldo, Gaby Porto, Natalia Valderrama, Adriane Benedetti, Camila Schreiner, Carima Atiyel, Andressa Ramos, Fernando França, Vanderlei Thies, Vini Barth, Vinicius Cosmos e outros tantos que nomear seria interminável.

Meu enorme e muito especial agradecimento para Macarena Donoso, porque ao longo destes quatro anos tem sido simplesmente maravilhosa comigo. Desde a minha esquisita chegada ao PGDR com tudo e malas, passando por matrículas, documentos e até hoje, você é um sol nesse programa minha querida Macarena. Sempre vou lembrar-me de ti e te estarei agradecido eternamente.

Meus agradecimentos às professoras e professores do PGDR como Catia Grisa, Fabiana Thomé, Flavia Charão Marques, Paulo Niederle, Sergio Schneider e Marcelo Conterato, muito obrigado pelos ensinamentos e aprendizados compartilhados através das aulas e disciplinas. Assim mesmo, agradeço ao interior do PGDR a Dona Marlene, a Dionéia, a Danni Finamor, Ana Paula e outras tantas pessoas que me acolheram e me ofereceram sua ajuda em todo momento. A todas e todos, muito obrigado.

Agradeço também a banca de professores para a qualificação do projeto de tese realizada em fevereiro de 2018, composta pelos professores Márcio Gazolla e Paulo Waquil, assim como pela professora Anelise G. Rambo. Obrigado a cada um de vocês por avaliar um projeto que foi peça fundamental para o desenvolvimento desta tese.

À banca de professores para a defesa da tese composta pela professora Cidonea Machado Deponti e aos professores Luis Gabriel Torres González do Ciesas Occidente no México e Paulo Waquil da UFRGS, lhes agradeço pela disposição e tempo para avaliar esta tese em Desenvolvimento Rural. Graças de verdade!

A Fatima, Nina, Kim e a toda a família dos Coti Martins, agradeço-lhes por abrir as portas da sua casa e me acolher por estes quatro anos. Levo de vocês lembranças, carinho e muito amor que fica para vida toda.

A minha querida psicóloga Leticia. Você foi demais nos piores momentos quando justamente eu precisava de alguém como você. Graças a sua ajuda profissional e humana, as suas preocupações, eu consegui sair do buraco, fui pra frente e hoje estou aqui fechando um momento maravilhoso que foi possível graças a tua ajuda.

À Emater de Dom Feliciano todo meu agradecimento. Aos funcionários e extensionistas do escritório municipal: Carol, Carlos, Eduardo, Alción e Junior, obrigado por me acolher e me fazer sentir querido. Graças a vocês foi possível conhecer o interior e poder chegar às famílias agricultoras e fumiculturas de esse maravilhoso município.

Agradeço aos funcionários da Prefeitura Municipal, Secretaria de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Cooperativa Agropecuária Centro-Sul (Coopacs), Biblioteca Municipal. Às professoras, professores, funcionários e estudantes das Escolas Catulino Pereira da Rosa, Padre Vieira e São João Batista, muito obrigado por me permitir compartilhar um pouco do meu México lindo e querido, assim como por me permitir deixar raízes de araucária que espero sejam para a vida toda.

A “Los echadores” de Dom Feliciano”. As minhas queridas e queridos, o que eu posso falar de vocês? A Bibi, Fabinha, Jú, Jor, Fe, Paulinha, Carlitos, Patrão, Albano, Jefinho, Rakoski, Yuri, Zoio, Leandrinho, Gil, William, Dani... Gurizada, amo vocês e não imaginam o grato que sou por tudo o que ganhei com a sua amizade. Muchas gracias!

Agradeço às famílias agricultoras e fumicultoras de Dom Feliciano e de Santiago Ixcuintla, que me acolheram nas suas casas e propriedades. Permitiram-me vivenciar com vocês seu dia a dia e foi graças a vocês que se tornou possível “volver a los origenes”. Graças também a Rosiéle Ludtke e ao Tute que me acolheram na sua propriedade e me permitiram vivenciar o primeiro contato com a realidade rural do Rio Grande do Sul. Graças enormemente a todos porque com suas conversas, relatos e muitas horas de entrevistas e informações trocadas, permitiram sustentar esta tese que procura apresentar uma realidade esquecida e pretender dar voz aos atores familiares do tabaco recentemente até discriminados.

Gracias a mi querida Melina. Mi amiga del corazón. Gracias porque siempre has estado ahí, en las buenas y no tan buenas. Te agradezco por el cariño, la paciencia, los consejos y por el tiempo que has dedicado para caminar conmigo a lo largo de este desafío. Mil gracias!

A mi querida madre académica, a la reciente Dra. Gabriela Navarro, le agradezco por tantos consejos, enseñanzas, regaños, jalones de orejas y por siempre estar ahí, preocupada y alentándome a seguir. Le salió un hijo muy rebelde, pero que la quiere muchísimo y le estará siempre agradecido.

Em “Mattelandia”, agradeço ao pai e a mãe. Graças pela amizade, pelas manifestações de carinho, por se preocupar por mim e pela torcida ao longo deste doutorado. Obrigado por vocês estarem aí. Sabem que levo vocês no mais profundo do coração.

Por ter sido muito importante, te agradeço a ti Alessandra com o coração pelo vivido. Muito obrigado *linda* pelo compartilhado, pelo carinho, pelo amor. Graças porque ainda na distância e no silêncio, continuo aprendendo. Graças por haveremos encontrado nesta vida!

A Danny Lima pelo seu carinho e companhia à distância nesta etapa final. Graças por estar aí para acompanharmos e dividir. Muito obrigado minha querida amiga.

A Danny Spoirl por ser essa amiga carinhosa e sorridente que a grande Porto Alegre me deu.

Em Recife, muito obrigado ao pessoal da UFPRE que em 2013 me acolheram e foram importantes para que depois eu voltasse ao Brasil para fazer um doutorado. Principalmente agradeço ao professor Jorge Tavares e José Nunes, assim como às outras professoras e professores do Núcleo de Agroecologia e Campesinato (NAC).

Al grupo de “mexicanos becados por la OEA”, les agradezco porque aun siendo por WhatsApp o cuando llegado a encontrarnos, nos hemos hecho sentir queridos a kilómetros de distancia de Tierra Santa. Gracias al Vítor, Erickinho, Anita, Janix, Jaz, Edna, Davis e Moni.

**“Si no hay justicia para el pueblo, que no haya
paz para el gobierno” (Emiliano Zapata)**

RESUMO

No Brasil e no México, a fumicultura é uma atividade secular e socioculturalmente enraizada desenvolvida principalmente por famílias camponesas. As especificidades derivadas em cada zona de estudo, permitiram-nos encontrar particularidades, embora também diferenças. No obstante, a atualidade do Sistema Integrado de Produção de Tabaco (SIPT) não poderia ser entendida sem a participação das famílias fumicultoras. Assim, o objetivo principal desta tese é compreender a capacidade de agência e a arte da resistência das famílias produtoras de tabaco no Brasil (Rio Grande do Sul) e no México (Nayarit), diante do cenário complexo e das possíveis mudanças e desdobramentos provocados pela ratificação e implementação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco. Para seu atendimento, apoiamos-nos da Perspectiva Orientada ao Ator e dos Diálogos Ocultos e a Arte da Resistência como referenciais teóricos, se complementando por uma metodologia maiormente qualitativa baseada no método etnográfico que usou como principais ferramentas a observação direta e participativa, diário de campo e a realização de 50 entrevistas nos municípios de Dom Feliciano (Brasil) e Santiago Ixcuintla (México). Os principais resultados apontam à existência de uma diversidade produtiva ao interior da propriedade rural donde o tabaco faz parte de uma atividade transgeracional convertida em uma espécie de escola camponesa. A base de recursos existentes é estratégica para a conformação de um espaço de manobra donde a capacidade de agência e resistência se constrói através de uma relação recíproca entre a propriedade familiar e a fumicultura. Desde esse lugar os conhecimentos, recursos, redes e contatos se materializam em um carrossel de estratégias através do qual são estabelecidas interfaces de negociação e disputa pela defesa de um território material e simbólico. Estratégias de vida que ao mesmo tempo permitem às famílias fazer frente a um squeeze da fumicultura, donde a especialização é resinificada em formas cotidianas de resistência mais sofisticadas e aperfeiçoadas em territórios funcionais à fumicultura. Mesmo que o discurso público da dominação e da conformidade em torno do SIPT não permita visibilizar que, ainda sobre as formas mais extremas de coerção e os limites de informação, as famílias fumicultoras são hábeis para estabelecer relações de cumplicidade e resinificar frente da estrutura externa as mudanças e câmbios, transformando-os em vantagens e benefícios adicionais dos já adquiridos ou conquistados para a continuidade dos seus projetos de vida e permanência no rural.

Palavras chave: Agência. Resistência. Famílias. Fumicultura. Cumplicidade.

RESUMEN

En Brasil y México, la producción de tabaco es una actividad secular y socioculturalmente enraizada desarrollada principalmente por familias campesinas. Las especificidades en cada zona de estudio nos permitieron encontrar particularidades, sin embargo también diferencias. No obstante, la actualidad del Sistema Integrado de Producción de Tabaco (SIPT) no podría ser entendida sin la participación de las familias productoras de tabaco. Así, el objetivo principal de esta tesis es comprender la capacidad de agencia y el arte de la resistencia de las familias productoras de tabaco en Brasil (Rio Grande del Sur) y en México (Nayarit), frente al escenario complejo y a las posibles transformaciones y desdoblamientos provocados por la ratificación e implementación del Convenio-Marco para el Control del Tabaco. Para su atención, nos apoyamos de la Perspectiva Orientada al Actor y de los Diálogos Ocultos y el Arte de la resistencia como referenciales teóricos, complementándolos con una metodología mayormente cualitativa basada en el método etnográfico que usó como principales herramientas la observación directa y participativa, el diario de campo y la realización de 50 entrevistas en los municipios de Dom Feliciano (Brasil) y Santiago Ixcuintla (México). Los principales resultados indican la existencia de una diversidad productiva al interior de la propiedad rural donde el tabaco es parte de una actividad transgeneracional convertida en una especie de escuela campesina. La base de recursos existente es estratégica para la conformación de un espacio de maniobra donde la capacidad de agencia y resistencia se construyen a través de una relación recíproca entre la propiedad familiar y la producción de tabaco. Desde ese lugar los conocimientos, recursos, redes y contactos se materializan en un carrusel de estrategias a través del cual son establecidas interfaces de negociación y disputa por la defensa de un territorio material y simbólico. Estrategias de vida que al mismo tiempo permiten a las familias hacer frente a un *squeeze* de la producción de tabaco, donde la especialización es resignificada en formas cotidianas de resistencia más sofisticadas y perfeccionadas en territorios funcionales a la producción de tabaco. Aun cuando el discurso público de la dominación y de la conformidad en torno del SIPT no permita visibilizar que, sobre las formas más extremas de coerción y límites de información, las familias productoras de tabaco son hábiles para establecer relaciones de complicidad y resignificar frente de la estructura externas las mudanzas y cambios, transformándolos en ventajas y beneficios adicionales de los ya adquiridos o conquistados para la continuidad de sus proyectos de vida y de permanencia en lo rural.

Palabras clave: Agencia. Resistencia. Familias. Producción De Tabaco. Complicidad.

ABSTRACT

In Brazil and Mexico, tobacco growing is a secular and socioculturally rooted activity developed mainly by peasant families. The specificities derived in each study zone allowed us to find particularities, although also differences. However, the timeliness of the Integrated Tobacco Production System (SIPT) could not be understood without the participation of tobacco families. Thus, the main objective of this thesis is to understand the resistance and agency capacity of tobacco producing families in Brazil (Rio Grande do Sul) and Mexico (Nayarit), given the complex scenario and the possible changes and consequences caused by ratification. and implementation of the Framework Convention on Tobacco Control. To support them, we rely on the Actor-Oriented Perspective and the Hidden Dialogues and the Art of Resistance as theoretical frameworks, complemented by a largely qualitative methodology based on the ethnographic method that uses as main tools direct and participatory observation, field diary and conducting 50 interviews in the municipalities of Dom Feliciano (Brazil) and Santiago Ixcuintla (Mexico). The main results point to the existence of a productive diversity within the rural property where tobacco is part of a transgenerational activity converted into a kind of peasant school. The existing resource base is strategic for shaping a space for maneuver where agency and resilience are built through a reciprocal relationship between family ownership and tobacco farming. From this place, knowledge, resources, networks and contacts materialize in a strategy carousel through which negotiation and dispute interfaces for the defense of a material and symbolic territory are established. Life strategies that at the same time allow families to cope with a tobacco squeeze, where specialization is resinified through more sophisticated and improved everyday forms of resistance in functional tobacco territories. Even though the public discourse of domination and conformity around the SIPT does not make it possible to show that, even on the most extreme forms of coercion and the limits of information, the tobacco families are able to establish complicity relations and to resinify in front of the external structure. changes and changes, transforming them into additional advantages and benefits of those already acquired or conquered for the continuity of their life projects and permanence in the rural areas.

Keywords: Agency. Resistance. Families. Tobacco Growing. Complicity.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Zona de estudo no Brasil delimitada por estado e município	71
Figura 2 - Zona de estudo no México delimitada por estado e município	74
Figura 3 - Técnicas de campo para coleta de dados e informações segundo objetivos específicos	83
Quadro 1 - Categorização apriorística para a triangulação metodológica e a análise dos resultados	91
Figura 4 - Processamento da informação desde uma triangulação hermenêutica	93
Figura 5 - Etapas para a formulação e elaboração da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco	116
Figura 6 - Trajetória histórica para a elaboração e assinatura da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco	117
Figura 7 - O processo de ratificação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (CQCT) no Brasil	119
Figura 8 - O processo de ratificação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (CQCT) no México.....	119
Figura 9 - <i>La escuela del tabaco</i> . Jovens na produção de tabaco em Nayarit.....	146
Figura 10 - <i>El orgullo de ser tabaquero</i> . A produção familiar de tabaco em Nayarit	148
Figura 11 - Disputas e interfaces virtuais pela defesa da produção de tabaco através das redes sociais	153
Figura 12 - Dimensões e elementos associados à fumicultura no município de Dom Feliciano/RS, Brasil.....	157
Figura 13 - Calendário religioso e principais festividades municipais em Dom Feliciano (2020)	159
Figura 14 - Dimensões e elementos associados à fumicultura no município de Santiago Ixcuintla, Nayarit.....	160
Figura 15 - Ações do governo federal que apoiariam o Programa de Diversificação do tabaco no Brasil.....	168
Figura 16 - Oficina para a elaboração do Projeto Piloto para a geração de referências ao cultivo de tabaco em Dom Feliciano/RS	171
Figura 17 - Principais demandas obtidas das reuniões comunitárias e Fórum Municipal-Dom Feliciano (2001).....	172

Figura 18 - Linha do tempo da construção do Processo de Planejamento Municipal em que se apoia a diversificação do tabaco em Dom Feliciano (2000-2019)	177
Figura 19 - Versões e contradições em torno aos recursos de apoio do <i>Programa de Reconversión</i> em Nayarit.....	182
Figura 20 - Reportagem de jornal local de Nayarit que documenta as versões e contradições em relação aos recursos da reconversão produtiva.....	186
Figura 21 - O governo de Nayarit anuncia a reconversão de tabaco e cana-de-açúcar por milho amarelo	187
Figura 22 - Esquema de operação da empresa Granissa construído em Nayarit para a reconversão de milho amarelo por tabaco	189
Figura 23 - Matérias de jornais locais em Nayarit que a documentam as relações de atores em torno ao caso Granissa.....	191
Gráfico 1 - Comportamento histórico da fumicultura no sul de Brasil (1995-2018)	197
Gráfico 2 - Área cultivada com tabaco no México de acordo com o nível territorial (2004-2018).....	201
Gráfico 3 - Comportamento da quantidade produzida e do rendimento médio na produção de tabaco em Nayarit e Santiago Ixcuintla (2004-2018).....	203
Figura 24 - Mudanças associadas ao uso de agrotóxicos pelas famílias fumicultoras nas zonas de estudo.....	206
Figura 25 - Reportagem publicado no The New York Times que denuncia as condições dos trabalhadores migrantes do tabaco	211
Figura 26 - Programa “Sustenta” para os trabalhadores migrantes na produção de tabaco em Nayarit	212
Figura 27 - Formas de acesso e posse da terra em famílias fumicultoras de Santiago Ixcuintla, Nayarit	220
Figura 28 - Estrutura da propriedade das famílias fumicultoras no Rio Grande do Sul.....	221
Figura 29 - De tabaco, milho e beterraba. Diversidade associada ao tabaco nas propriedades fumiculturas.....	222
Figura 30 - Diversidade da produção agropecuária para autoconsumo e comercialização em famílias fumiculturas do Rio Grande do Sul	223
Figura 31 - Distribuição da superfície agrícola em famílias fumicultoras do município de Santiago Ixcuintla.....	225
Gráfico 4 - Distribuição e comportamento da superfície agrícola e de cultivos em famílias fumicultoras de Nayarit	226

Gráfico 5 - Distribuição porcentual da superfície agrícola segundo as principais culturas no município de Santiago Ixcuintla.....	228
Figura 32 - Carrossel de estratégias das famílias fumicultoras no Brasil e no México.....	229
Figura 33 - Redes de atores e agentes sociais em torno da fumicultura de Dom Feliciano e Santiago Ixcuintla.....	236
Figura 34 - A fumicultura como uma arena de disputa em torno da diversidade de atores sociais	237
Figura 35 - A “troca de dia” como estratégia familiar na fumicultura do Brasil	245
Figura 36 - Troca de dia entre famílias fumicultoras no município de Dom Feliciano/RS ...	246
Figura 37 - Grupos solidários de um “velho produtor” de tabaco na fumicultura do estado de Nayarit	250
Figura 38 - Grupos solidários de um “novo produtor” de tabaco em Nayarit.....	253
Figura 39 - Jovem produtor e os grupos solidários em torno da fumicultura em Nayarit.....	254
Figura 40 - A construção do espaço social das famílias fumicultoras no município de Santiago Ixcuintla.....	259
Figura 41 - A construção do espaço social das famílias fumicultoras no município de Dom Feliciano	262
Figura 42 - Diálogos ocultos das famílias fumicultoras no Brasil e no México	270
Figura 43 - Nuvem de representações e discursos em torno da fumicultura no Brasil e no México.....	273
Figura 44 - Trampas, truques e armadilhas como formas cotidianas de resistência das famílias fumicultoras.....	278
Figura 45 - Matéria de jornal sobre a operação da justiça sobre atravessadores de fumo no Rio Grande do Sul.....	281
Figura 46 - Truques e estratégias das famílias fumicultoras segundo grau de reflexividade e formalidade.....	284
Figura 47 - O iceberg da fumicultura nos territórios em disputa da produção de tabaco no Brasil e México.....	288
Figura 48 - Disputas nas ciber-arenas pelos territórios da fumicultura no Sul do Brasil	290
Figura 49 - As ciber-arenas como um recurso estratégico para a denúncia e inconformidades das famílias produtoras de tabaco em Nayarit.....	291

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Principais mercados e o montante de recursos das vendas da Coopacs a partir da diversificação do tabaco (2018-2019)	178
Tabela 2 - Proposta de reconversão conforme a superfície e cultivos a diversificar pelo tabaco em Nayarit (2008-2010)	180
Tabela 3 - Ranking mundial dos principais países fumicultores (2015-2017)	194
Tabela 4 - Caracterização geral da fumicultura no Sul de Brasil (1995-2018)	195
Tabela 5 - Caracterização da produção de tabaco no Rio Grande do Sul e Dom Feliciano (2005-2018)	198
Tabela 6 - Valores porcentuais e absolutos dos principais câmbios e mudanças da produção de tabaco segundo nível territorial (2005-2018)	199
Tabela 7 - Caracterização geral da produção de tabaco no México (1995-2018)	200
Tabela 8 - Caracterização da produção de tabaco em Nayarit e Santiago Ixcuintla (2005-2018)	202
Tabela 9 - Composição das famílias fumicultura de acordo com o número de pessoas e a divisão sexual	219

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABIFUMO	Associação Brasileira das Indústrias do Fumo
AFUBRA	Associação dos Fumicultores do Brasil
ARIC	Asociación Rural de Interés Colectivo
ASM	Assembleia Mundial de Saúde
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
BAT	British American Tobacco
CAI	Complexos Agroindustriais
CEPA	Centro de Estudos e Pesquisas em Administração
CMCT	Convenio Marco para el Control del Tabaco
CMDR	Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural
CNC	Confederación Nacional Campesina
CONICQ	Comissão Nacional para a Implementação da Convenção Quadro para o Controle do Tabaco
COOPACS	Cooperativa Agropecuária Centro-Sul
COP	Conferência das Partes
CPT	Cadeia Produtiva do Tabaco
CQCT	Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco
CTA	Continental Tobacco Alliance S.A
CTG	Centro das Tradições Gaúchas
DESER	Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais
DOAR	Diálogos Ocultos e Arte da Resistência
DOF	Diario Oficial de la Federación
EJR	Escola da Juventude Rural
EMATER	Associação Rio-Grandense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMBRATER	Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
EPI	Equipamento de Proteção Individual
FADECOT	Fondo de Apoyo al Desarrollo de las Comunidades Tabacaleras
FOB	Free On Board
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCA	Instituto Nacional de Câncer

INEGI	Instituto Nacional de Estadística y Geografía
INIFAP	Instituto Nacional de Investigaciones Forestales, Agrícolas y Pecuarias
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
JTI	Japan Tobacco Internacional
LDRS	Ley de Desarrollo Rural Sustentable
LGCT	Ley General para el Control del Tabaco
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA	Ministério de Desenvolvimento Agrário
NEI	Nova Econômica Institucional
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONG	Organização Não Governamental
OPAS	Organização Pan-americana da Saúde
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PGDR	Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural
PGPM	Programa de Garantia de Preços Mínimos
PMB	Philip Morris Brasil
PMI	Philip Morris Internacional
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNATER	Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
PND em ACT	Programa Nacional de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco
POA	Perspectiva Orientada ao Ator
PPGS	Programa de Pós-graduação em Sociologia
PPM	Planejamento Participativo Municipal
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento a Agricultura Familiar
PSI	Processo de Substituição de Importações
RPT	Reconversión Productiva del Tabaco
SAGARPA	Secretaria de Agricultura, Ganadería, Desarrollo Rural, Pesca y Alimentación
SEAD	Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário
SEDERMA	Secretaria de Desarrollo Rural y Medio Ambiente
SEP	Secretaria de Educación Pública
SIAP	Sistema de Informacion Agricola y Pecuaria
SINDAG	Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Agrícola

SINDITABACO	Sindicato Interestadual da Indústria do Tabaco
SIPT	Sistema Integrado de Produção de Tabaco
SNCR	Sistema Nacional de Crédito Rural
TABAMEX	Tabacos Mexicanos S.A. de C.V
TADESA	Tabacos Desvenados S.A.
TCC	Trabalhos de Conclusão de Curso
TPN	Tabacos del Pacifico Norte
TERSA	Tabacos en Rama, S.A.
UAN	Universidad Autónoma de Nayarit
UDPC	Unidade Doméstica de Produção Camponesa
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
ULT	Universal Leaf Tabacos Ltda
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação
VPR	Vale do Rio Pardo

CONVENÇÕES

1. Palavras destacadas em itálico são as que pertencem ao espanhol.
2. O trabalho foi escrito na primeira pessoa do plural
3. A conversão monetária utilizada de real brasileiro (BRL) para peso mexicano (MXN) é equivalente a: 4,628 MXN. Cálculo realizado o 14/12/19. Disponível em: <https://www.xe.com/es/currencyconverter/convert/?Amount=1&From=BRL&To=MXN>
4. Utiliza-se CQCT para se referir no Brasil à Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco. Em tanto, CMCT usou-se para falar do *Convenio Marco para el Control del Tabaco* no México

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	24
1.1	PROBLEMÁTICA DE ESTUDO: QUAL É O PROBLEMA A PESQUISAR NA PRODUÇÃO DE TABACO ENTRE O BRASIL E O MÉXICO?.....	28
1.2	OBJETIVOS	36
1.2.1	Objetivo geral.....	36
1.2.2	Objetivos específicos.....	36
1.3	HIPÓTESE (AS FAMÍLIAS FUMICULTURAS SÃO CÚMPLICES DE SUA PRÓPRIA DEPENDÊNCIA E POSSUEM ESPAÇOS DE MANOBRA).....	37
1.4	JUSTIFICATIVA: O PORQUÊ DE FAZER MAIS UMA TESE SOBRE FUMICULTURA NO CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO RURAL	37
2	MARCO TEÓRICO REFERENCIAL: DOS DIÁLOGOS OCULTOS E A ARTE DA RESISTÊNCIA À PERSPECTIVA ORIENTADA AO ATOR	42
2.1	CAMPONÊS NO SÉCULO XXI... O QUE É SER HOJE CAMPONÊS?.....	42
2.2	A ARTE DA RESISTÊNCIA: OS ENFOQUES DESDE A “INFRAPOLÍTICA” E OS DIÁLOGOS OCULTOS	48
2.3	A PERSPECTIVA ORIENTADA AO ATOR. A RECONCILIAÇÃO DA ESTRUTURA E O ATOR.....	55
3	METODOLOGIA DE PESQUISA E SUA CONTEXTUALIZAÇÃO EMPÍRICA – DE COMO ARMAR O QUEBRA-CABEÇA E ENCONTRAR AS COORDENADAS METODOLÓGICAS PARA CHEGAR ÀS CONVIVÊNCIAS NO CAMPO	66
3.1	AS COORDENADAS METODOLÓGICAS: A TEMÁTICA.....	69
3.2	AS COORDENADAS METODOLÓGICAS: A TERRITORIAL	70
3.3	AS COORDENADAS METODOLÓGICAS: A TEMPORAL	75
3.4	AS COORDENADAS METODOLÓGICAS: A TEÓRICA	77
3.5	TIPO DE PESQUISA E A FONTE PARA A OBTENÇÃO DOS DADOS E AS INFORMAÇÕES.....	78
3.6	TÉCNICAS PARA O LEVANTAMENTO DE DADOS E INFORMAÇÕES	82
4	OS CONTEXTOS DO TABACO E A COMPLEXIDADE EMPÍRICA EM TORNO DA FUMICULTURA NO BRASIL E NO MÉXICO	96
4.1	O PAPEL DO ESTADO E AS AÇÕES POLÍTICAS PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL NO BRASIL E NO MÉXICO.	97

4.2	O CAPITAL FINANCEIRO NA AGRICULTURA E A CONSTITUIÇÃO DO SISTEMA INTEGRADO DE PRODUÇÃO DE TABACO (SIPT).....	102
4.3	AS FAMÍLIAS PRODUTORAS DE TABACO E SUAS INTERAÇÕES EMPÍRICAS COM O ESTADO E O SISTEMA INTEGRADO DE PRODUÇÃO DE TABACO (SIPT)	109
4.4	A CONVENÇÃO-QUADRO PARA O CONTROLE DO TABACO (CQCT). DA SUA EMERGÊNCIA ATÉ SUA ASSINATURA E RATIFICAÇÃO.....	115
4.5	AS ABORDAGENS MOBILIZADAS PARA O ESTUDO DA FUMICULTURA NAS REALIDADES EMPÍRICAS DO BRASIL E DO MÉXICO	123
5	A PRODUÇÃO DE TABACO NO BRASIL E NO MÉXICO. UMA TRAJETÓRIA HISTÓRICA E AS DIMENSÕES E ELEMENTOS DE UMA ATIVIDADE SECULAR	135
5.1	A DIMENSÃO HISTÓRICA E AS ETAPAS DE UMA TRAJETÓRIA SECULAR NA FUMICULTURA NO BRASIL E NO MÉXICO.....	135
5.2	A DIMENSÃO SÓCIO-IDENTITÁRIA E TRANSGERACIONAL ASSOCIADA À PRODUÇÃO FAMILIAR DE TABACO NOS MUNICÍPIOS DE DOM FELICIANO E SANTIAGO IXCUINTLA.....	145
5.3	AS DIMENSÕES SOCIOCULTURAIS E POLÍTICO-ECONÔMICAS VINCULADAS COM A FUMICULTURA FAMILIAR NO RIO GRANDE DO SUL E NAYARIT	153
6	MUDANÇAS INSTITUCIONAIS E PRODUTIVAS NA FUMICULTURA FAMILIAR DERIVADAS DA RATIFICAÇÃO DA CONVENÇÃO-QUADRO PARA O CONTROLE DO TABACO	165
6.1	ARRANJOS INSTITUCIONAIS NA FUMICULTURA FAMILIAR: QUAL É A SITUAÇÃO DAS POLÍTICAS E PROGRAMAS PARA A DIVERSIFICAÇÃO DA PRODUÇÃO A PARTIR DA CQCT?	165
6.1.1	Entre o programa nacional de diversificação em áreas cultivada com tabaco (pnd em act) e projeto piloto para a geração de referências para a diversificação: Dom Feliciano como município modelo	166
6.1.2	O Programa de Reconversión Productiva del Tabaco. As ações e o status atual da reconversão no município de Santiago Ixcuintla	178
6.1.3	O caso Granissa: a corrupção no manejo de recursos governamentais através da reconversão do tabaco por milho amarelo em Nayarit	186

6.2	CÂMBIOS E MUDANÇAS NOS PATAMARES PRODUTIVOS EM TORNO DA PRODUÇÃO DE TABACO NO BRASIL APÓS A CQCT.....	193
6.3	O STATUS DA PRODUÇÃO DE TABACO NO MÉXICO APÓS OS CÂMBIOS E MUDANÇAS GERADOS PELA RATIFICAÇÃO DA CONVENÇÃO-QUADRO PARA O CONTROLE DO TABACO (CQCT).....	199
6.4	UMA FUMICULTURA <i>SOCIOAMBIENTALMENTE</i> MAIS RESPONSÁVEL: DO MENOR USO DE AGROTÓXICOS AOS PROGRAMAS DE TRABALHADORES MIGRANTES.....	205
7	CUMPLICIDADE DE DEPENDÊNCIA: ENTRE A SOBREVIVÊNCIA FAMILIAR E A RE-PRODUÇÃO DA LÓGICA CAPITALISTA.....	216
7.1	A DIVERSIDADE DAS FAMÍLIAS FUMICULTORAS E A EXTENSÃO DA BASE DOS RECURSOS.....	217
7.2	A AGÊNCIA CAMPONESA E AS BATALHAS PELOS PROJETOS DE VIDA E PERMANÊNCIA NO RURAL DAS FAMÍLIAS FUMICULTORAS	229
7.3	O SQUEEZE DA FUMICULTURA: SELEÇÃO E ESPECIALIZAÇÃO DAS FAMÍLIAS PRODUTORAS.....	237
7.4	ENTRE A “TROCA DE DIA” E <i>CUIDAR LAS PERDIDAS</i> . A ORGANIZAÇÃO FAMILIAR E OS GRUPOS SOLIDÁRIOS	244
8	A FUMICULTURA COMO UM ESPAÇO DE MANOBRA E RESISTÊNCIA FRENTE ÀS LIMITAÇÕES DO CONTEXTO NO BRASIL E MÉXICO.....	256
8.1	A PROPRIEDADE RURAL COMO O ESPAÇO SOCIAL PARA AS FORMAS COTIDIANAS DE RESISTÊNCIA	257
8.2	O USO ESTRATÉGICO DA LINGUAGEM. OS DIÁLOGOS OCULTOS E O DISCURSO PÚBLICO ENTRE AS FAMÍLIAS FUMICULTORAS	266
8.3	DOS TRUQUES, TRAMPAS E ARMADILHAS ENTRE AS FAMÍLIAS FUMICULTORAS, O SISTEMA INTEGRADO DE PRODUÇÃO DE TABACO (SIPT) E O ESTADO	275
8.4	TERRITÓRIOS EM DISPUTA E AS LUTAS DAS FAMÍLIAS FUMICULTORAS POR AUTONOMIA E LIBERDADE NO BRASIL E NO MÉXICO	285
9	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	294
	REFERÊNCIAS.....	306
	APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA: PRODUTORES E MEMBROS DE FAMILIAS DO TABACO.....	320

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA: ATORES POLÍTICOS E/OU FUNCIONARIOS GOVERNAMENTAIS	322
APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA: LIDERANÇAS E MEMBROS SINDICAIS E/OU DE ASSOCIACOES DE PRODUTORES DE TABACO.....	324
ANEXO A – BANHEIROS PORTÁTEIS COMO PARTE DOS PROGRAMAS PARA TRABALHADORES MIGRANTES NA PRODUÇÃO DE TABACO EM NAYARIT.....	326
ANEXO B - CULTIVOS AGRÍCOLAS E SUA RELAÇÃO COM O USO DE AGROTÓXICOS NO BRASIL	327
ANEXO C - PRINCIPAIS CULTURAS AGRÍCOLAS E AS CARACTERÍSTICAS MAIS IMPORTANTES NO USO E CONSUMO DE AGROTÓXICOS NO BRASIL	328
ANEXO D – DISPUTAS E REIVINDICAÇÕES SOCIOPOLÍTICAS NA PÁGINA DE FACEBOOK “FUMICULTORES DO BRASIL”.....	329

1 INTRODUÇÃO

A temática central desta tese em Desenvolvimento Rural é realizar um estudo paralelo da construção de capacidade de agência e da arte da resistência das famílias produtoras de tabaco no Brasil e no México. Esses grupos sociais desenvolvem estratégias de vida que são parte de ações e respostas, frente a eventos e situações como a ratificação e implementação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (CQCT). Esse Convênio mundial tornou incerta a atividade fumageira, principalmente para as famílias produtoras, que historicamente vêm participando do cultivo e da produção. Diante disso, elas vêm reagindo para fazer frente aos desdobramentos provocados pelo Tratado, assim como aqueles outros que já estavam presentes, sobretudo no contexto político e econômico de cada país. Para isso, as famílias fumicultoras têm que fazer uso de sua capacidade de agência e da arte da resistência no desenho e construção de estratégias de reprodução social que garantam seus projetos de vida e permanência no rural, sobretudo, nos últimos quinze anos, diante das mudanças trazidas pela CQCT.

O cultivo de tabaco é considerado uma atividade secular e com um enraizamento material e simbólico nos dois países que se pretende estudar. Com caráter industrial, a produção de tabaco no Brasil começa em 1918, ao passo que no México se dá em 1927. Em ambos os casos, ocorreu como resultado da ação de empresas de capital transnacional que ao longo dos anos foram construindo e consolidando uma coordenação agroindustrial que passou a controlar todos os elos e etapas dessa cultura produtiva.

Os modelos econômicos e as facilidades político-econômicas de cada país permitiram que no decorrer de grande parte do século XX a produção fumageira conseguisse se consolidar. No México, a etapa anterior ao Processo de Substituição de Importações (PSI) criou as condições para a chegada de capitais que desenvolveriam seu cultivo. Foi na conjuntura do PSI que a indústria fumageira se consolidou, tanto pelas condições que estimularam seu crescimento, quanto por aquelas restrições que o condicionaram. Não obstante, as ações em torno os Processo de Modernização Agrícola (PMA) também foram parte responsável da ascensão desta atividade no contexto rural e agrícola mexicano. No Brasil, a expansão do cultivo de tabaco se realizou ao longo do século XX, ainda que, nas décadas de 1960-70's, deram-se as condições para a criação do pioneiro Sistema Integrado de Produção de Tabaco (SIPT) que depois seria usado pelas fumageiras ao longo do mundo.

No México, a história desta atividade tem um elemento bastante marcante que seria a participação do Estado na produção de tabaco. Em 1972, produto de mobilizações e

reivindicações camponesas que demandavam, entre outras coisas, melhores preços de compra e o fim dos grupos solidários; e diante da falta de cooperação das fumageiras para mudar a situação, o governo em turno se viu obrigado a criar a empresa paraestatal Tabacos Mexicanos S.A. (Tabamex). Além disso, mais duas reivindicações foram obtidas, sendo estas o acesso a serviços de saúde e a aposentadoria rural para as famílias fumicultoras. Esses dois elementos detêm uma importância transcendente até os dias de hoje para quem continua na atividade, pois, junto à cana-de-açúcar, são os únicos dois cultivos agrícolas que no setor agrícola mexicano oferecem esses benefícios. Ou seja, no caso são benefícios e/ou direitos, fruto da mobilização camponesa dos produtores de tabaco.

No entanto, em coincidência à crise dos anos 1980 e à inserção do México ao modelo neoliberal, o Estado se retirou da participação na produção de tabaco realizando a privatização de Tabamex e permitindo o retorno das firmas de capital transnacional ao controle de todos os elos do Sistema. A partir daí, a produção começa cair, depois de atingir no começo de 1990 o máximo histórico de 40 mil hectares; a superfície cultivada diminui e tem se mantido ao longo dos últimos dez anos (2010-2020) em torno de cinco mil hectares e três mil famílias produtoras (MADERA; DE DIOS, 2017; SIAP, 2019).

Diferentemente, o Brasil conseguiu manter sua trajetória de ascensão ao longo das últimas duas décadas do século XX, até se consolidar a inícios de 1990 como o principal exportador mundial e, nos anos seguintes, como o segundo produtor mais importante no mundo, só superado pela China. Atualmente, o país mantém essas posições no ranking de produção mundial, sendo um cultivo importante, sobretudo para a região Sul, onde se registra uma superfície cultivada de aproximadamente 300 mil hectares e em torno de 150 mil famílias produtoras. Dessa forma, tanto para o caso mexicano, como para o brasileiro, longe da importância dos patamares produtivos, nos territórios onde o tabaco é produzido, este se converteu no decorrer do século XX por diferentes razões numa atividade socialmente enraizada e historicamente importante (DE DIOS; THIES, 2018).

Mesmo assim, em 2003, em Genebra, Suíça, foi adotada e assinada a Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (CQCT). Trata-se do primeiro Tratado mundial de saúde que convertido em instrumento jurídico de caráter internacional visa a redução da mortalidade e da morbidez planetária atribuíveis ao tabagismo. Tanto o México como o Brasil são dois dos aproximadamente 170 países signatários. O argumento mobilizado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em relação a sua adoção era que o cultivo de tabaco agravava em particular os transtornos sociais e a pobreza, originando, por sua vez, um regime de servidão laboral e

trabalho infantil, além das repercussões no meio ambiente e a saúde das pessoas, tentando assim controlar sua produção e o consumo.

Não obstante, a CQCT inicialmente não considerou de forma detalhada a complexidade e multidimensionalidade que a cultura de tabaco representava para países como o Brasil e o México. Portanto, sobretudo desde as universidades, centros de pesquisa e espaços acadêmicos, vêm sendo apresentados diversos posicionamentos e estudos que funcionam como insumos para enriquecer o debate e apresentar outras realidades e complexidades que estão sendo ignoradas, as quais vão para além dos prejuízos à saúde apontados pela OMS. Nos territórios fumicultores de ambos os países aqui estudados, as incertezas se manifestam no medo de pretender acabar com uma atividade secular, que tem sido herdada por diversas gerações familiares e que abrange dimensões não somente econômicas, senão também sociais, culturais e políticas.

Depois dos debates travados no decorrer do processo de adaptação, aprovação e assinatura da CQCT os governos brasileiro e mexicano se comprometeram a cumprir as obrigações contidas no Tratado. Os compromissos assumidos envolviam os âmbitos da saúde, publicidade, taxaço, contrabando do tabaco, educação, entre outros. Embora, aqueles relacionados de forma direta com o setor rural e com a produção fumageira, em torno aos artigos 17 e 18, eram o que mais se tornaram alvo de preocupação das famílias fumicultoras e outros atores relacionados com essa atividade. Apesar disso, a realidade vem demonstrando que depois de quinze anos os avanços vinculados à necessidade de apoiar alternativas economicamente viáveis para a diversificação produtiva, assim como para a proteção do meio ambiente e a saúde das pessoas, não são aqueles esperados como resultado da CQCT.

Olhando detidamente para cada um dos países, parecem existir diferenças significativas nas estratégias de elaboração, nas trajetórias de sua implementação e no status dos avanços da CQCT de forma geral. No México, inicialmente, o governo falava na erradicação, ou proibição do cultivo, como o centro norteador da estratégia pública. Embora depois de mais de uma década a realidade empírica no rural apresenta que a produção do tabaco neste país, mantém-se um comportamento igual ao de quinze anos atrás no que se refere aos compromissos do Convênio. Observa-se que os produtores e suas famílias desconhecem o Tratado e as políticas de apoio. No entanto, nos discursos governamentais, fala-se em quantidades significativas de recursos econômicos para apoiá-los na transição das “alternativas economicamente viáveis”. Outro elemento é a não inclusão dos produtores de tabaco, das suas organizações, das universidades e centros de pesquisa, das discussões e negociações para sua ratificação.

No caso brasileiro, a estratégia pública de ratificação e implementação da CQCT mostrou-se bastante distinta. À diferença do México, ela foi centrada no discurso da diversificação produtiva dos agricultores e não na erradicação, ou proibição do cultivo. Além disso, tiveram-se como princípios orientadores o desenvolvimento sustentável, a segurança alimentar, a diversificação, a participação e a colaboração. Sobretudo, nestes últimos dois aspectos se evidencia a existência de uma estratégia de articulação com diversos setores considerados pelo poder público como importantes parcerias (ONG's, universidades, centros de pesquisas, organizações e representantes da agricultura familiar) que seriam parte importante das ações necessárias para a instrumentação das políticas e programas derivados do Tratado.

Considera-se que a CQCT se apresenta como um instrumento que contém uma série de desdobramentos interessantes, os quais envolvem, de maneira geral, ações e recursos de intervenção desde a produção do cultivo até o consumo de tabaco em suas diferentes formas. Porém, concretamente, tanto no Brasil como no México, esta apresenta poucos elementos que possam evidenciar um real avanço. Diante disso, nossa proposição é que a ação dos atores familiares e camponeses produtores de tabaco a partir de seus conhecimentos e capacidades, tem influenciado nas trajetórias, alterando e/ou condicionando, o rumo e o status dos desdobramentos deste Tratado internacional para com o setor rural.

Para as famílias produtoras de tabaco no Brasil e no México, se bem esta atividade pode representar um viés econômico que se torna sumamente importante em relação a outras lavouras agropecuárias, não é a única dimensão em torno da sua produção. Embora tampouco este cultivo seja a única cultura agrícola ao interior da propriedade rural. Existem outros elementos e produtos agrícolas que se relacionam com um viés mais de tipo social e cultural que para os atores familiares do tabaco estão sobre dos ganhos monetários vindos desde a fumicultura. No que concerne aos impactos de saúde familiar, endividamento e uso de agrotóxicos, estes são importantes e fazem parte consciente das preocupações das famílias. Não obstante, na perspectiva destes grupos familiares esses tópicos são usados e mobilizados sem os cuidados necessários por algumas organizações para justificar/respaldar a extinção e/ou a substituição desta lavoura.

Portanto, considera-se que através de sua habilidade para conhecer e habilidade para agir, produto de uma tradição histórica e familiar na agricultura e especificamente no cultivo de tabaco, as famílias fumicultoras têm sido capazes de interpretar e reagir diante do cenário complexo e das mudanças trazidas pela CQCT e suas propostas de intervenção. Esses grupos sociais têm se visto obrigados a construir para fazer frente aos câmbios e consequências do

Convênio, uma série de estratégias de reprodução familiar que garantam seus projetos de vida e de permanência no rural. Dessa forma, acredita-se que o *status* de avanço, estagnação ou retrocesso das trajetórias da CQCT nos dois países está condicionada ou influenciada pelo resultado da capacidade de agência e da arte da resistência das famílias produtoras de tabaco.

Essas estratégias familiares e sua materialização em projetos grupais, se desenham, articulam e/ou complementam desde a propriedade rural e a fumicultura, em torno das oportunidades e conjunturas de inclusão para participar das políticas públicas e programas destinados ao setor agrícola que são criados pelo Estado. Embora, no caso da CQCT não existam ainda políticas integrais e um aparelho institucional para o cumprimento dos compromissos em torno dos artigos 17 e 18, as famílias fumicultoras terminam por desenhar diversas estratégias, junto ao Estado e o mercado, ou à margem deles. Essas estratégias são resultado de relações e interfaces com atores às vezes antagônicos, que se transformam em formas alternativas de lidar e resistir, as quais lhes façam enfrentar com cenários de crise política, econômica e rural que vem afetando nos últimos anos às famílias camponesas tanto ao Brasil como ao México.

1.1 PROBLEMÁTICA DE ESTUDO: QUAL É O PROBLEMA A PESQUISAR NA PRODUÇÃO DE TABACO ENTRE O BRASIL E O MÉXICO?

Tanto no Brasil como no México a produção de tabaco é uma atividade secular, de caráter familiar. Esta foi desenvolvida com maior força e consolidou sua trajetória ao longo do século XX. Antes, durante ou depois das mudanças desse século nos modelos econômicos como, por exemplo, o Processo de Substituição de Importações (PSI), a crise da década de 1980, e câmbios profundos no amplo setor agrícola de cada um dos países; o cultivo de tabaco já estava e continua se fazendo presente com uma importância relativa para cada contexto. A fumicultura perpassa dimensões que não se remetem unicamente aos ganhos econômicos obtidos pelas famílias produtoras principalmente frente às firmas de capital transnacional que controlam o Sistema Integrado de Produção de Tabaco (SIPT).

Atualmente no México a produção de tabaco concentra-se em Nayarit, estado onde esta cultura continua sendo uma das atividades agrícolas mais importantes para a economia estadual. Ainda que sejam poucos os municípios que continuam produzindo, a superfície cultivada mantém a importância de aportar para a safra 2017-2018 um total de 6.070 plantados a nível nacional e um volume de produção de 14.592 toneladas, com um rendimento médio de 2.405 toneladas por hectare (SIAP, 2019). Em termos de capacidade de

ingressos e a formação de empregos, é uma das atividades agrícolas mais importantes em nível estadual (DE DIOS, 2014). O tabaco desde finais do século XIX representa para Nayarit um cultivo com fins de exportação importante e ao menos de forma industrializada, vem se desenvolvendo desde 1927, além do que a superfície cultivada como o número de produtores tem aumentado e diminuído no decorrer dos anos, quase sempre ligado aos requerimentos do mercado mundial (PACHECO; CAYEROS, 2011; MADERA, 2003).

Por sua parte, o Brasil é um dos maiores produtores de tabaco no mundo. A indústria deste cultivo localiza-se fundamentalmente na região Sul, e sem dúvida também termina por concentrar dimensões que vão desde o ponto de vista econômico, como desde o ponto de vista social (BUAINAIN; SOUZA FILHO, 2009). Segundo Prieb (2005), a fumicultura desde início do século XX é parte essencial de Rio Grande do Sul, uma vez que o núcleo dinâmico da economia gaúcha nasceu nessa região, vinculando-se desde já ao contexto internacional de desenvolvimento via exportações com a instalação em 1918 da Companhia Souza Cruz, quando o fumo que até então não era beneficiado começa a ser.

Para a safra 2017-2018 a produção de tabaco gerou R\$ 6,28 bilhões como receita anual bruta, envolvendo 150 mil produtores integrados em 289 mil hectares de 556 municípios nos três estados da região Sul que produziram um total de 632 mil toneladas. A produção média por família foi de 2.306 toneladas/hectare com uma renda bruta aproximada de R\$ 42.038,37 por grupo familiar (AFUBRA, 2019; SINDITABACO, 2019). Já as exportações atingiram 457 mil toneladas e um montante de US\$ 1,99 bilhão/FOB segundo o SindiTabaco (2019). Desse modo a produção fumageira é responsável pela geração de milhares de empregos, renda e a arrecadação de bilhões de impostos para os três níveis de governo (BUAINAIN; SOUZA FILHO, 2009).

Embora frente ao importante panorama sociocultural e econômico do tabaco nos dois países, ao começo do século XXI emerge em nível mundial a Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (CQCT). Trata-se de uma nova normatividade institucional promovida pela Organização Mundial da Saúde (OMS) que pretende fazer frente ao controle do tabaco e sua produção pelas consequências decorrentes em doenças e problemas de saúde coletiva que seu consumo provoca (OMS, 2003; DE DIOS; THIES, 2018).

Além da posição centralista assumida e negociada por organismos internacionais e os governos dos países que deram forma à CQCT, existem outros espaços desde os quais se consideram aspectos que ressaltam a complexidade do fenômeno. Se bem as universidades, investigadores e outros atores acadêmicos não ignoram os argumentos mobilizados pela OMS, se posicionam em relação a que o cultivo de tabaco é uma atividade geradora de

emprego e riqueza adequada para as pequenas propriedades das famílias camponesas (DUTRA; HILSINGER, 2013).

Além disto, o cultivo de tabaco se constitui como “uma alternativa de investimentos e trabalho em zonas agrícolas, que oferece para quem se empregam dela, a possibilidade de cultivar a terra, trabalhar a metade do ano e obter benefícios sociais como segurança social e a possibilidade de se aposentar no rural” (MADERA, 2000, p. 209; 2003, p. 247), e ser “um espaço para a reprodução sociocultural e de transmissão de saberes camponeses” (MADERA, 2006, p. 126: tradução nossa).

Com a assinatura e ratificação da CQCT tanto no Brasil como no México, de um lado as responsabilidades políticas dos governos cresceram pelo tema de controle do consumo de tabaco, como pelo outro o fizeram também os agricultores produtores de tabaco que criaram expectativas pela possível elaboração de políticas de diversificação que lhes ajudassem à reconversão das suas propriedades fumicultoras (GUEDES DE LIMA, 2012). Depois dos debates travados no decorrer do processo de adaptação e aprovação final da CQCT, os dois países se comprometeram a cumprir com algumas das obrigações contidas no Tratado em matéria de temas relacionados com a produção. Da totalidade de artigos da CQCT¹ somente o 17 (a necessidade de apoiar “[...] alternativas economicamente viáveis para os trabalhadores, os cultivadores e, eventualmente, os varejistas de pequeno porte”;) e o 18 (as ações para a “proteção do meio ambiente e a saúde das pessoas”), se referem e/ou se relacionam de forma direta para como as famílias produtoras de tabaco (OMS, 2003, p. 14; DE DIOS; THIES, 2018).

As ações concretas com o rural e com a produção familiar do tabaco ficaram sob a incumbência das Secretarias e Ministérios de cada país, que por sua vez deveriam criar programas e projetos para integrar políticas públicas em apoio à diversificação das regiões produtoras e preparar os agricultores para uma possível retração da demanda mundial de tabaco (SAGARPA, 2008). Assim, o Brasil criou o Programa Nacional de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco (GREGOLIN, 2010) e no México foi criado o *Programa para la Reconversión Productiva del Tabaco*, dentro da *Ley de Desarrollo Rural Sustentable* (SAGARPA, 2008).

¹ O documento original emitido em 2003 e atualizado por última vez em 2005, tem um total de 45 páginas, com 38 artigos, distribuídos em onze apartados: I) Introdução; II) Objetivo, princípios básicos e obrigações gerais; III) Medidas relacionadas com a redução da demanda de tabaco; IV) Medidas relacionadas com a redução da oferta de tabaco; V) Proteção do meio ambiente; VI) Questões relacionadas com a responsabilidade; VII) Cooperação técnica e científica e comunicação de informação; VIII) Arranjos institucionais e recursos financeiros; IX) Solução de controvérsias; X) Desenvolvimento do convenio; e, XI) Disposições finais (OMS, 2003).

No caso brasileiro, a estratégia pública de ratificação e implementação da CQCT se mostrou bastante distinta em relação ao México, já que ela foi centrada no discurso da diversificação produtiva dos agricultores e não na erradicação, ou proibição do cultivo (DE DIOS; THIES, 2018). Além disso, tiveram-se como princípios orientadores o desenvolvimento sustentável, a segurança alimentar, a diversificação, a participação e a colaboração (GREGOLIN, 2010). Sobretudo, nestes últimos dois aspetos, se evidencia a estratégia de articulação com diversos setores como parte importante das ações, sendo consideradas pelo poder público como importantes parceiras as ONG's, universidades, centros de pesquisas, organizações dos agricultores e representantes da agricultura familiar (DE DIOS; THIES, 2018).

No México, destaca-se sobremaneira a articulação parcial da ação do Estado no que tange às ações decorrentes para a ratificação, estando circunscritas somente ao universo dos interesses do setor político e de algumas associações da sociedade civil, ONG's e institutos de saúde pública. Inclusive, tem sido observado a não inclusão das famílias fumicultoras, das associações sindicais e de representação dos produtores na formulação e nos debates para a ratificação do Convênio no país. Em suma, a diferença do México, o Brasil elaborou um processo mais participativo e com inclusão dos diversos atores² (DE DIOS, 2014; MADERA; DE DIOS, 2017; DE DIOS; THIES, 2018).

A produção de tabaco desenvolvida por grupos da agricultura familiar/camponesa em ambos os países, após as mudanças e/ou câmbios gerados pela ratificação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco, tem se inserido num ambiente de instabilidade criado pelos desdobramentos e regulações nas áreas da saúde, comércio, publicidade, impostos e produção que o Convênio compreende. Apesar disso, na dimensão da produção, os compromissos assumidos através dos artigos 17 e 18 que tinham como objetivo sua materialização para com as famílias produtoras, demonstram que não existe até hoje na realidade fumageira de ambas nações uma política advinda da CQCT bem planejada, abrangente e funcional. Não uma que ofereça alternativas de diversificação, de crédito para a transição produtiva e tecnológica, de criação de mercados para a venda dos novos produtos, de serviços de saúde e aposentadoria rural, entre outras questões.

Até hoje depois de mais de quinze anos pouco tem mudado principalmente em relação aos aspectos da transição produtiva das propriedades rurais que estariam sendo o alvo dos

² Isso se reflete principalmente no lugar assumido por país na firma e ratificação da CQCT. Pois o México se converteu no primeiro país do continente americano em ratificá-lo num processo de negociações locais que levou em torno de oito meses, em tanto que o Brasil foi o país número 100 no nível mundial que o ratificou após aproximadamente dois anos de debates e negociações (DE DIOS; THIES, 2018).

compromissos advindos do controle do tabaco. Sobretudo, no que se refere ao tema da produção familiar deste cultivo os patamares da superfície cultivada mudaram pouco ou de forma lenta em relação a cada país. Embora, frente a esses avanços ou retrocessos, o que se destaca é a persistente participação das famílias produtoras como sendo muito importante porque através de sua capacidade de agência e resistência estão reagindo e desenhando ações e contestando com base nas suas habilidades, conhecimentos e experiências. Ou seja, elas inventam formas de fazer frente a essa mudança institucional, tentando com isso alterar os rumos e reinventar ações para lidar com as consequências e desdobramentos que já estavam no contexto político e econômico de cada país, mas que com a CQCT se aprofundaram.

No entanto, está acontecendo que por outro lado suas ações e estratégias estão sendo orientadas para aproveitar oportunidades e vazios operativos gerados pelos diferentes atores dos setores institucionais ou empresariais, que as famílias identificam estrategicamente para obter outros ganhos e vantagens no objetivo de assegurar e manter os seus projetos de vida no rural.

No México, onde a CQCT é instrumentada a partir da chamada *Reconversión Productiva*, segundo De Dios (2014), simplesmente esta não existe. Não ao menos de forma bem planejada, abrangente e funcional por conta do governo para a erradicação do tabaco como foi promovida por ele. Isto, porque se se olha para os patamares da produção como a principal dimensão para avaliar a efetividade desse processo, se mantém um comportamento semelhante ao dos últimos quinze anos, uma vez que a produção registrou uma média de cinco mil hectares. O que se tem, é aquilo que a partir de algumas pesquisas anteriormente feitas tem sido chamado de uma reconversão de caráter natural (DE DIOS 2014; MADERA; DE DIOS, 2017).

Esta reconversão natural considera-se um processo atrelado a uma estratégia das famílias produtoras mexicanas. Elas se mantêm ligadas à produção de tabaco, por ser uma opção agrícola que lhes permite a possibilidade de continuar trabalhando a terra, de preservar uma atividade familiar herdada através de diferentes gerações e pela obtenção de benefícios sociais. Vale a pena ressaltar sobremaneira o elemento da segurança social e os serviços médicos como benefício ou direito que o cultivo de tabaco possui, toda vez que é um dos dois cultivos, além da cana-de-açúcar, que na agricultura mexicana unicamente permitem aos agricultores a possibilidade de aposentadoria no rural.

No caso do tabaco, como resultado das mobilizações e lutas camponesas, além do que poderíamos chamar como uma capacidade de agência e de resistência já existente nesses produtores, concretamente no ano de 1972 o Estado mexicano criou a empresa paraestatal

Tabacos Mexicanos S.A. de C.V. Junto a várias reivindicações sociais dentre as que mais se destacam a negociação dos preços de compra e a eliminação dos grupos solidários, as famílias fumicultoras demandavam a obtenção do benefício/direito de receber serviços de saúde e aposentadoria rural (MADERA, 2006). É dizer, essa vantagem diferencial do tabaco em relação a outros cultivos, não é de graça nem resultado propriamente do Estado ou do SIPT, senão da ação camponesa.

Para as famílias produtoras que decidem ficar no cultivo, sua decisão está permeada por diferentes elementos, embora seja necessário dimensionar a importância e o peso que os serviços de saúde e aposentadoria rural têm na tomada de decisão. Mesmo assim, aquelas que resolveram mudar ou sair do cultivo de tabaco entre o período compreendido entre 2005 a 2015 não o fizeram como resultado das políticas de “erradicação” ou *Reconversión*. Deve-se, a outros fatores, por exemplo, como o fato haver conseguido se aposentar e de garantir o acesso aos serviços de saúde por toda vida, sobretudo, para o casal de produtores, aonde o grosso deles está acima dos 60 anos de idade (DE DIOS, 2014; MADERA; DE DIOS, 2017).

Estes benefícios sociais oferecidos por participar da atividade fumageira no México são muito importantes, principalmente para a nova geração de famílias produtoras que está fazendo o relevo produtivo, já que elas necessitam também destes benefícios para suas jovens famílias, situação que os leva a decidir permanecer ou sair desta atividade (DE DIOS, 2014). Essa questão, em longo prazo, pode se transformar em um sério problema social, devido às incertezas que existem sobre o futuro do cultivo de tabaco como parte das repercussões que têm sido geradas pela CQCT sobre o contexto mexicano. Certamente, já que os novos cultivos e atividades propostos pela diversificação do tabaco não incorporam, ou consideram este elemento social chave (DE DIOS; THIES, 2018).

No Brasil, ainda que sua política se baseie na diversificação e não na erradicação como no caso mexicano, alguns dos processos e experiências sobre o controle de organizações governamentais de apoio e de extensão rural têm sido controversas, já que se bem não demonstram a eficácia esperada, ao menos apresentam avanços de suas ações de diversificação. Ainda assim, o país continua sendo o segundo maior produtor mundial de tabaco, estando atrás apenas da China. Também se destaca por ser o líder mundial em exportação, sendo seguido por Índia e Zimbábue (DE DIOS; THIES, 2018). Conforme a Associação dos Fumicultores do Brasil (AFUBRA, 2019), no período compreendido entre 2005 a 2015 o país e a região Sul apresentaram uma diminuição de aproximadamente 130 mil hectares cultivados com tabaco (em 2005 plantaram-se 439.220 hectares, em tanto que para 2015 foram 308.260), o que representa uma redução média de 13 mil hectares por ano. Já em

2016, esse ciclo produtivo registrou uma superfície cultivada de 271.070 hectares, é dizer, 37.190 hectares menos.

Apesar dessa redução na superfície cultivada, desde o âmbito acadêmico, pesquisadores e estudiosos do tema sinalizam que para algumas das zonas produtoras de tabaco na região Sul os projetos alternativos a este cultivo que marcariam os avanços da CQCT³, não têm se tornado prioridade entre os agricultores por diferentes fatores. Entre eles, encontram-se algumas limitantes de tipo micro ou locais relacionadas com as vantagens econômicas do cultivo de tabaco que desde há alguns anos têm interferido e obstaculizado as alternativas diferentes (GUEDES DE LIMA, 2012).

Outro elemento presente ao interior das famílias fumicultoras brasileiras é que as ações de diversificação se mostram inconsistentes diante do enraizamento material e simbólico da produção de tabaco, tanto em novas como em velhas regiões produtoras (TROIAN; BECKER, 2015). Segundo estudo realizado com jovens nos municípios de Arroio do Tigre e São Lourenço do Sul, RS, os quais abrangem regiões tradicionalmente produtoras de tabaco, apesar do cultivo não ser um projeto de vida exclusivo deles, o que determina a continuidade na sua produção é o reduzido portfólio de outras opções de cultivo, aliado a ausência de políticas públicas que sejam exclusivas para este segmento (TROIAN; BECKER, 2015).

Em Dom Feliciano/RS, município escolhido para a implementação do Projeto Piloto do Programa Nacional de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco (PND em ACT), Deponti e Schneider (2013) encontraram que para muitos agricultores a ideia de deixar a produção de tabaco não parece ser ainda uma opção viável. Apesar de estar em desacordo com essa atividade em função das consequências sociais, de saúde e danos ao meio ambiente, o tabaco ainda é considerado como “[...] o *carro-chefe* do pequeno agricultor da região, por causa da estabilidade de produção, da baixa probabilidade de dar prejuízo e da alta probabilidade de dar lucro” (DEPONTI; SCHNEIDER, 2013, p. 198). Essa crença no ganho econômico, que muitas vezes não é vislumbrada em outras atividades agrícolas, dificulta as ações dos programas de diversificação (DE DIOS; THIES, 2018).

Diante desse contexto histórico já descrito, busca-se apresentar que o tabaco se constituiu como uma atividade secular tanto no Brasil como no México, perpassando

³ Tem que se considerar, que para o caso das famílias produtoras de tabaco quanto no Brasil como no México, falar da CQCT é se referir aos artigos 17 e 18, toda vez que são os únicos que fazem referência ou se relacionam diretamente para com esta atividade. Fala-se aqui recorrentemente da CQCT e não exclusivamente das políticas públicas ou programas de diversificação do tabaco, por considerar que a Convenção em seu conjunto mobiliza outras temáticas que afetam diretamente a produção de tabaco, como o caso da taxa de impostos, a proibição de fumar em lugares públicos ou a legislação sobre a publicidade em pacotes de cigarros.

diferentes dimensões, sobretudo para com as famílias produtoras que desenvolvem seu cultivo. Depois de que a produção de tabaco se enraizou territorialmente como uma cultura produtiva importante e que ao longo do tempo foi gerando identidade local e sentimentos de pertencimento, a Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco se apresentou no cenário mundial na figura de um instrumento que pretende controlar a produção e o consumo de tabaco.

A adoção deste Tratado terminou por trazer repercussões que geraram mudanças e incertezas na realidade fumageira, ao pretender acabar não só um cultivo, senão colocando em risco uma cultura que está enraizada nos territórios de ambos os países. Embora a CQCT obrigue o Brasil e o México a criar políticas e programas de diversificação e apoio à produção, viemos apresentando a existência parcial destas ou, no caso, uma falta de eficiência, porque sua incompletude se traduz na falta de abrangência da heterogeneidade social e econômica que caracteriza as famílias fumicultoras.

Por conseguinte, nos parece adequado propor a ideia da existência de um espaço de manobra constituído a partir de uma relação recíproca entre a propriedade familiar e a fumicultura, tanto no Brasil como no México. Em torno e desde esse espaço, as famílias produtoras podem manobrar quando os cenários de crise econômica ou de exclusão política os afetam. Elas sabem como se vincular ou retirar de outras atividades agrícolas e não agrícolas, são hábeis para identificar quando arriscar em outras oportunidades, ou quando é necessário se retrair para não perder. Desde esse espaço social elas podem continuar construindo e garantindo uma diversificação de recursos e estratégias, materiais e discursivos, que dão suporte aos seus projetos de vida no rural, ainda que para isso às vezes devam se tornar cúmplices de sua própria dependência para com o Estado e/ou com as firmas que controlam o SIPT.

De essa maneira a questão principal que se pretende responder com esta proposta de pesquisa de tese é: como tem reagido e quais são as ações das famílias produtoras de tabaco no Brasil e no México, diante do cenário complexo e das possíveis mudanças provocadas após mais de quinze anos da ratificação e implementação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco?

Embora essa pergunta seja a que vai nortear o rumo da pesquisa, está-se considerando outras questões que possam nos ajudar na reflexão e compreensão dos sujeitos e objeto de estudo, como por exemplo:

- a) Que é o que está em risco/jogo para as famílias produtoras de tabaco no Brasil e no México, frente à Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco?

- b) Se os produtores e suas famílias não estão satisfeitos com a produção de tabaco, por que continuam produzindo?
- c) Por que o produtor se considera como uma vítima se ele está assinando o contrato?
- d) Quais são as estratégias dos atores familiares do tabaco diante das interfaces ou negociações produto da CQCT como uma intervenção planejada e promovida pelo Estado?
- e) Qual está sendo o papel do Estado em relação à CQCT? Como se explica ou entende o conflito institucional do Estado (Saúde vs arrecadação de impostos vs promoção do agronegócio)?
- f) Quais são os resultados ou status de avanço dos programas e projetos advindos dos artigos 17 e 18 tanto no Brasil como no México?

1.2 OBJETIVOS

Os objetivos geral e específicos que foram estabelecidos para o desenvolvimento desta pesquisa de tese são descritos na sequência.

1.2.1 Objetivo geral

Compreender a capacidade de agência e arte da resistência das famílias produtoras de tabaco no Brasil (Rio Grande do Sul) e no México (Nayarit), diante do cenário complexo e das possíveis mudanças e desdobramentos provocados pela ratificação e implementação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (CQCT).

1.2.2 Objetivos específicos

- a) identificar quais são os diferentes elementos e as dimensões que a produção de tabaco desenvolveu no Brasil e no México, após ser uma atividade secular presente nesses territórios e nas propriedades das famílias produtoras;
- b) identificar quais são os principais câmbios e/ou mudanças na produção de tabaco no Brasil e no México, após a ratificação e implementação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco.

- c) analisar as estratégias das famílias produtoras de tabaco, diante das consequências da ratificação e implementação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco em municípios dos estados de Rio Grande do Sul (Brasil) e Nayarit (México);
- d) analisar se as famílias produtoras são “cúmplices de sua própria dependência” em relação ao Sistema Integrado de Produção de Tabaco (SIPT) e/ou com o Estado.

1.3 HIPÓTESE (AS FAMÍLIAS FUMICULTURAS SÃO CÚMPLICES DE SUA PRÓPRIA DEPENDÊNCIA E POSSUEM ESPAÇOS DE MANOBRA)

As famílias produtoras de tabaco no Brasil e no México mediante sua capacidade de agência e resistência, têm conseguido reagir e responder desde um espaço de manobra, frente ao cenário complexo e às mudanças provocadas pela ratificação e implementação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco, através de diversas estratégias de reprodução social que lhes permitem a continuidade de seus projetos familiares no rural, ainda que para isso devam se tornar cúmplices de sua própria dependência com o Sistema Integrado da Produção de Tabaco e/ou com o Estado.

1.4 JUSTIFICATIVA: O PORQUÊ DE FAZER MAIS UMA TESE SOBRE FUMICULTURA NO CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO RURAL

A relevância desta tese reside particularmente em aportar desde o Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), elementos agrupados em torno dos seguintes tópicos:

- a) dar continuidade a realização de pesquisas paralelas ou comparativas e aprofundar no conhecimento entre países da América Latina mediante os trabalhos de mestrand@s e doutorand@s do PGDR;
- b) retomar ao interior deste Programa de Pós-graduação os estudos que têm como foco o cultivo do tabaco e as dinâmicas familiares;
- c) desenvolver uma pesquisa que conjunte a Perspectiva Orientada ao Ator e os Diálogos Ocultos e a Arte da Resistência, que aplicada num estudo paralelo do rural em diferentes contextos latino-americanos nos ajude a apresentar a construção de capacidade de agência e de resistência entre as famílias produtoras de tabaco no Brasil e no México, assim como algumas dimensões que até agora não foram

incorporadas ou estão excluídas dos estudos entre produção de tabaco e as famílias camponesas; e

- d) gerar com ajuda da experiência brasileira e o acompanhamento do PGDR, elementos e ações que como resultado desta pesquisa possam nos ajudar no redesenho e (re)instrumentação de políticas e programas para o desenvolvimento rural e a diversificação produtiva do tabaco no estado de Nayarit, México.

O contínuo processo de internacionalização que o PGDR persegue, vem permitindo acolher estudantes de diferentes países da América Latina, que preocupados e com um sentido de comprometimento social para com seus lugares de origem, olharam para o Brasil e concretamente para este Programa de Pós-graduação, como um espaço de estudo e reflexão que pode nos ajudar a encontrar um melhor entendimento às problemáticas de distintas causas que estão vivenciando nossas comunidades e os grupos que habitam outras partes do território.

A possibilidade de desenvolver pesquisas paralelas e comparativas entre países de América Latina oferece a essas nações novas formas de aproximação e irmandade que se dão não só por compartilhar um espaço físico, senão pelo conhecimento de seus problemas e o estabelecimento de parcerias de colaboração. Estas são dimensões nas quais o Brasil goza de reconhecimento no nível mundial, graças a sua capacidade de aproximar posições entre diferentes atores.

A segunda motivação versa sobre o desafio de retomar e/ou dar continuidade aos importantes estudos do tabaco que antigamente foram elaborados ao interior do PGDR. Se bem um número interessante de dissertações, teses, relatórios e outros projetos foram desenvolvidos, tendo como foco o grande guarda-chuva da fumicultura, após alguns anos deixaram de estudar com a mesma frequência e quantidade as dinâmicas, dimensões e complexidades em torno desta cultura agrícola. A retomada dos estudos tendo como foco a produção de tabaco significa dar continuidade em alguma medida a aquilo que já foi feito e acrescentar o conhecimento atualizando os fenômenos mais recentes na região produtora mais importante de tabaco no Brasil, complementando-a com a realidade da fumicultura no México.

Esta retomada das pesquisas com tabaco pretende aprofundar na investigação sobre a construção de capacidade de agência e de uma arte da resistência em torno da fumicultura que desenvolvem as famílias camponesas produtoras destes dois países. Nossa proposta é que se trata de uma atividade secular e socioculturalmente enraizada nesses territórios, por meio da qual ao longo do tempo as famílias fumicultoras foram identificando mediante sua capacidade

e conhecimentos, eventos ou situações aos quais reagirem para se inserir ou aumentar a produção, assim como também para saber identificar quando a atividade era ameaçada na sua continuidade.

As famílias fumicultoras desde uma relação recíproca entre sua propriedade e a fumicultura foram capazes de reagir, se aventurando quando oportunidades de melhora de vida se apresentaram no horizonte, ou retrocederam quando este se tornou uma ameaça. Inclusive porque o contexto político e socioeconômico aonde se desenvolve historicamente a produção de tabaco é alvo de uma invisibilidade e exclusão sistêmica ao setor camponês, tanto no Brasil como no México, que não obstante sua complexidade existente está se tornando cada vez mais incerto, sobretudo, a partir dos últimos trinta anos (1990-2020).

A motivação é compreender e analisar como tem se construído a capacidade de agência e a arte da resistência entre as famílias fumicultoras brasileiras e mexicanas, que nas suas interfaces com outros atores, são capazes de negociar e disputar recursos para o desenvolvimento de estratégias de vida. Embora que para isso, às vezes elas devam estabelecer relações com atores às vezes antagônicos ou mais poderosos, tornando-se cúmplices de sua própria dependência na criação de espaços de manobra necessários diante do contexto e de suas incertezas.

Ao mesmo tempo, esta segunda motivação atende outra razão que é a realização de uma pesquisa que possa entregar e/ou oferecer uma visão distinta daquelas contidas nos relatórios de Organismos Internacionais como a Organização Mundial da Saúde, das ONG's que realizam estudos com tabaco em diferentes países, e outras organizações que lutam contra o controle do consumo de tabaco. Tem-se consciência plena dos danos à saúde e meio ambiente que a produção e o consumo de tabaco acarretam, portanto, esta pesquisa não pretende se tornar uma defesa para o cultivo.

Nossa pretensão é debater em torno ao papel de uma cultura agrícola produtiva que se considera esta enraizada de forma secular nesses territórios e que já estava antes da chegada do capital financeiro transnacional das firmas que hoje controlam o SIPT. Essa atividade hoje em dia perpassa dimensões socioculturais, políticas e econômicas que não são contempladas ou enxergadas pelas organizações que promovem nos piores casos, a erradicação do tabaco, nem por aqueles encarregados dos processos de intervenção rural quando se trata da diversificação de cultivos.

A terceira razão é mobilizar um referencial teórico-analítico conjunto entre a Perspectiva Orientada ao Ator (POA) de Norman Long e Jan Douwe van der Ploeg, assim como dos Diálogos Ocultos e a Arte da Resistência (DOAR) de James C. Scott. Confiamos

que esse corpus teórico é capaz de nos ajudar a entender as relações entre a estrutura, os atores, as interfaces, seus diálogos ocultos e os processos de mudança social no rural. Trata-se de um estudo paralelo Brasil-México porque a partir de uma situação estrutural semelhante de aparente dominação e dependência, funciona como marco de análise e de reflexão. Não pretendemos comparar elementos rígidos previamente construídos. Procuramos identificar e analisar eventos e situações para entender como em dois contextos geograficamente distantes, os atores e agentes que participam na produção de tabaco são capazes de estabelecer relações e interfaces para a construção de agência e de resistência camponesa.

Outra relevância inerente a esta terceira motivação se refere a que esta tese pretende oferecer e apresentar outra realidade, que possivelmente tem sido às vezes ignorada nos estudos realizados até agora sobre tabaco. Pensa-se e questiona-se comumente de várias formas, por que se as famílias fumicultoras não estão satisfeitas com essa atividade elas continuam produzindo tabaco? Porque o produtor é considerado uma vítima se ele está assinando o contrato com as firmas?

Nesse sentido, se propõe que se bem as famílias produtoras estão inseridas no SIPT que está sob o controle das firmas de capital transnacional, elas não são simples sujeitos passivos de intervenção. Não são tampouco sujeitos carentes de ação para se confrontar ou negociar, frente às fumageiras e ao Estado, senão que como atores com capacidades e conhecimentos têm, ainda que possa ser mínima, uma margem de manobra para mudar o status preexistente de coisas. Inclusive, há algumas dessas famílias que estão satisfeitas e contentes na fumicultura.

Finalmente, a quarta razão desta justificativa é a de gerar experiências e ações que como resultado desta pesquisa possam nos ajudar no redesenho e uma melhor instrumentação das políticas e programas para a reconversão do cultivo de tabaco no território mexicano e, sobretudo, em Nayarit. Acredita-se que o Brasil tem muito que oferecer ao México, já que sua experiência e liderança em temas da área como a elaboração do documento base para as negociações e a ratificação da CQCT, seu êxito no programa de controle do tabagismo (PNCT), e os avanços do Programa Nacional de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco (PND em ACT) são uma importante amostra.

Aliado a isto se encontra também o sucesso na América Latina das políticas e programas de agricultura familiar (PRONAF), de aquisição de alimentos e de alimentação escolar (PAA, PNAE), os quais são temas por demais estudados e com uma preocupação muito forte ao interior do PGDR. São aportes que devem transcender as fronteiras deste

espaço acadêmico e do país para ser úteis em outros contextos rurais como respostas às problemáticas pontuais e acrescentadas nos últimos anos no México.

2 MARCO TEÓRICO REFERENCIAL: DOS DIÁLOGOS OCULTOS E A ARTE DA RESISTÊNCIA À PERSPECTIVA ORIENTADA AO ATOR

Neste apartado da tese se objetivou elaborar uma estrutura teórica conjunta a partir de diferentes perspectivas para o entendimento e análise mais completo da construção de capacidade de agência e resistência entre famílias camponesas produtoras de tabaco em ambos os territórios de estudo no Brasil e México. No nosso entendimento, trata-se de uma novidade oferecida por esta tese toda vez que conjunta dois referenciais teóricos como a Perspectiva Orientado ao Ator (POA) e os Diálogos Ocultos e a Arte da Resistencia (DOAR) para estudar, analisar e explicar a diversidade estratégica de famílias camponesas nas interfaces desenhadas a partir da propriedade rural, desde onde se estabelecem relações de cumplicidade e dependência com outros atores.

Portanto, se realizou uma primeira aproximação desde trabalhos que abordam e discutem as práticas e racionalidades dos grupos camponeses a modo de gerar insights e respostas ao que deveria ser o camponês no século XXI. Posteriormente, foram trazidas as proposições ancoradas nos aportes teóricos desenvolvidos desde os Diálogos Ocultos e a Arte da Resistencia em que se analisa o atuar dos grupos ditos ou enxergados como subordinados e/ou passivos frente aos detentores do poder. Logo após, a discussão e análise foi conduzido através das proposições da Perspectiva Orientado ao Ator que forneceu ferramentas analíticas para o entendimento das suas interfaces, a construção de uma estrutura emergente moldada pela ação dos atores familiares, assim como as estratégias diversas por eles usadas frente às formas de determinação extrema e intervenções planejadas do Estado ou mercado, sendo que estas nem sempre reconhecem ou enxergam que ainda sobre as formas mais extremas de coerção e incertezas, os atores ainda mais desfavorecidos são capazes de se fazer ouvir e mudar o rumo e status preexistente destas ações para incorpora-los e/ou molda-los, ao que nesta tese chamamos de projeto de vida e permanência no rural das famílias fumicultoras.

2.1 CAMPONÊS NO SÉCULO XXI... O QUE É SER HOJE CAMPONÊS?

O camponês, ao longo do século XX se transformou em uma força histórica revolucionária que ao longo dos diferentes continentes e através de diversas expressões como, por exemplo, as guerras da Rússia, da América Latina e do Sudeste Asiático, lembraram ao mundo que a imensa maioria da população havia sido e continuava sendo camponesa (MENDRAS, 1978). Nas diferentes manifestações e rebeliões realizadas por estes grupos

durante o século passado, apesar do distante que estivessem geograficamente uma da outra, ao acesso à terra e aos meios necessários para fazê-la produzir foram as demandas mais constantes e recorrentes que se reivindicavam.

No México pós-revolucionário do século XX, aos camponeses foram recuperados direitos e capacidades, assim como também lhes reconheceu como classe no contexto mais amplo da sociedade. Por um lado, o Estado a partir de uma ampla Reforma Agrária entregou terras após a desintegração da grande propriedade latifundiária, mas também financiamento e ajuda material para a ampliação da infraestrutura econômica e social. Inclusive, foram criadas instituições estatais que ofereciam créditos a médio e longo prazo para a compra de sementes, gado, fertilizantes, maquinaria, entre outras coisas (BOBINSKA, 1972).

Apesar do importante papel do campesinato no projeto de desenvolvimento nacional que se construiu até a década de 1970, estes grupos começaram por ser objeto de desprezo, principalmente desde os âmbitos governamentais (MADERA; GARRAFA, 2010), levando a uma deterioração em geral das condições do setor agropecuário e da população rural (CHÁVEZ, 2009). Não obstante, tudo inicia a partir de 1980 com a inserção neoliberal e o aprofundamento do modelo econômico imposto.

Esse transitar histórico pode ser claramente exemplificado com a asseveração de que *“los campesinos mexicanos del siglo XX se inventaron a sí mismos durante la Revolución. Luego fueron acogotados por el Estado. La tensión entre rebeldía y sometimiento ha pautado su historia”* (BARTRA, 2004, p. 63). Rebeldia e resistência que permanece.

No Brasil, o campesinato também não gozava do reconhecimento e aceitação, pois apesar das suas importantes contribuições ao abastecimento do consumo interno, estiveram durante muito tempo submetidos a uma recorrente invisibilidade e às margens do Estado, sendo os mais frágeis frente aos modelos de desenvolvimento do país. Tanto assim, que até a metade da década de 1990 as políticas públicas destinadas para a agricultura eram exclusivamente para o setor patronal restringindo significativamente o acesso aos recursos financeiros para o hoje chamado segmento de agricultura familiar (FIALHO; WAQUIL, 2008).

Não obstante, nas últimas duas décadas do século XX e a primeira do século XXI o estabelecimento de novas relações entre o Estado e a sociedade civil, incluídos os grupos de agricultura familiar-camponesa que emergiram como novos atores políticos reconhecidos como sujeitos de direitos, conseguiram se inserirem na criação de espaços de participação social, da criação de regras e de instrumentos de política pública que se institucionalizaram, impactando positivamente nas condições socioeconômicas da população, especialmente do

meio rural (GRISA; SCHNEIDER, 2015). Um desses espaços mais importantes foi o Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA).

Este Ministério tinha como área de competência os assuntos relacionados à reforma agrária, a promoção do desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares; a identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades dos quilombos, entre outras atribuições (FIALHO; WAQUIL, 2008). Mesmo assim, na forma de um profundo retrocesso e do que se poderia considerar como um atentado grave aos interesses e direitos do setor, em maio de 2016 o governo decidiu pela extinção do MDA para criar, por sua vez, a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD). No caso desta tese, a figura do MDA jogava um papel importante, pois era o responsável da instrumentação do Programa Nacional de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco (PND em ACT).

Hoje, estes agricultores, camponeses, brasileiros, mexicanos; estão excluídos, resistem, silenciosamente ou ruidosamente, a uma modernidade irresponsável (TAVARES, *et. al.*, 2013). Enfrentam um ambiente hostil dominado pelo capital financeiro no setor agroalimentar. Padecem da exclusão e da invisibilidade do Estado e das instituições governamentais que em um passado eles ajudaram a criar. Inclusive, como já mencionado, algumas das Instituições e aparelhos governamentais que foram conquistas dos movimentos camponeses têm sido desmantelados, constituindo-se em um ataque material e simbólico direto. Frente a essas condições, o camponês do século XXI não pode ser mais o do século XX.

Para Tavares, *et. al.* (2013), no mundo de hoje, cada vez mais existe uma tendência de singularização que opera sobre a lógica do capitalismo mediante a qual se tenta simplificar um mundo complexo e no qual se pretende representar aos camponeses, adotando terminologias singulares para sinalizar a existência de um tipo só de camponês. Orienta-se para uma homogeneidade do camponês, quando hoje mais do que nunca eles representam a heterogeneidade social.

Não obstante, esta tendência de simplificação e/ou negação do campesinato já havia sido apontada e questionada por Shanin (1979; *apud* Guzmán; Molina, 2005), quando este chamou a atenção sobre o absurdo de pretender definir com precisão ou exatidão um grupo social que havia existido desde sempre, mas que continuava estando presente e articulado historicamente aos diferentes tipos de capitalismo e modelos econômicos.

Se bem, por um lado, pretende-se negar o camponês, por outro, clama-se por seu reconhecimento e aceitação para enfrentar os desdobramentos da crise atual que não afeta

somente as famílias camponesas e rurais, senão também as áreas urbanas. Vivencia-se uma crise rural global que é resultado direto da liberalização dos mercados agroalimentares e, que junto à emergência de impérios alimentares, tem provocado um recrudescimento sem precedentes da pressão sobre a agricultura que se apresenta em dificuldades para que os agricultores possam continuar produzindo. A demanda do capital por terras, água e outros recursos, pressionou os recursos disponíveis que as comunidades rurais possuíam para a produção de alimentos (PLOEG, 2009).

De acordo com a Via Campesina (2011), os métodos de produção de alimentos do agronegócio característicos no uso de monocultivos, maquinaria pesada, irrigação excessiva, assim como pelo uso pesado de praguicidas, adubações químicas e sementes transgênicas, estão degradando rapidamente os melhores solos e, por sua vez, provocam uma compactação, salinidade, esterilização, erosão e perda de biodiversidade que era funcional tanto ao dentro como sobre o solo.

Aliado a isto, os impérios alimentares ampliaram consideravelmente a diferença existente entre os preços pagos pela produção primária e aqueles pagos pelos consumidores, afetando valores que as famílias camponesas percebiam pelos seus produtos no momento da venda, em tanto que por outro lado, os preços dos alimentos se encareceram provocando um problema duplo de má nutrição (PLOEG, 2009).

Existe uma estimativa de que 925 milhões de pessoas passam fome no mundo. Além disso, as enfermidades provocadas pelo sistema alimentar do Império como a obesidade, diabetes, doenças do coração, câncer e febre porcina, são uma evidência e não um exagero ao denunciar que esse Sistema das grandes corporações esta fracassando na tarefa de prover alimentos saudáveis e nutritivos (LA VIA CAMPESINA, 2011). Vivemos um problema de má nutrição pela compra e consumo de alimentos que não são alimentos.

Para descrição da ideia que desejamos desenvolver em relação ao que é ser hoje camponês, usaremos inicialmente a proposta de Ploeg (2009) em torno à existência de uma crise agrária global persistente. Esta se caracteriza pela interação de três elementos na forma de:

- (1) A parcial, ainda que progressiva, industrialização da agricultura, (2) a introdução do mercado global como princípio ordenador da produção e comercialização agrícola e (3) a reestruturação da indústria de processamento, de grandes empresas de comercialização e de cadeias de supermercados em *impérios alimentares* que exercem um poder monopólico crescente sobre as relações que encadeiam a produção, o processamento, a distribuição e o consumo de alimentos (PLOEG, 2009, p. 23).

A fusão desses três processos, segundo o autor, vem criando um novo e global regime alimentar que está afetando profundamente a natureza da produção agrícola, os ecossistemas nos quais a agricultura está enraizada, e a qualidade do alimento e as suas formas de distribuição (PLOEG, 2009). Mas, por que é importante este debate? Consideramos que ao momento de pensar no camponês do século XXI, deve-se analisar e compreender o contexto atual que pressiona o rural, os recursos agro ecossistêmicos e o dever histórico em que as famílias camponesas têm se constituído.

Hoje, não é possível pensar ao camponês deste século se não é diante do contexto atual de incertezas e de preocupações ao longo do mundo. Conforme Ploeg (2009), se por um lado eles são influenciados e determinados pelo ambiente hostil, eles também se constituem em um ator chave para a resolução dos desafios que o século XXI impõe. Não obstante, as definições teórico-conceituais que tentam descrever e campesinato, e que vem sendo construída há muitos anos, necessitam de atualização contínua (TAVARES, *et. al.*, 2013) para se adequar tanto teórica, como materialmente aos desafios atuais. Desse modo, neste apartado queremos nos referir e encontrar proposições que aportem a responder a questão... O que é ser camponês hoje, no século XXI?

O primeiro elemento a destacar seria que apesar do cenário de exclusão e invisibilidade dos últimos trinta anos, tanto no Brasil como no México, o campesinato tem sido e continua sendo capaz de sobreviver e de poder oferecer respostas aos graves problemas que lhe afetam. Desde já estabelecemos, mobilizando os aportes de Theodor Shanin, que os camponeses sempre têm estado presentes na sociedade, - e continuaram- independentemente dos diferentes modos de produção existentes, inclusive no capitalista. Isso ocorre por tratar-se de uma sociedade e de uma economia que existem paralelamente, articuladas aos diferentes modos de produção predominantes (SHANIN, 2005).

O segundo dos elementos, e possivelmente uns dos mais dinâmicos ao longo da história, é a importância e a centralidade da propriedade rural. Contudo, historicamente este espaço erroneamente tentou ser descrito através de dois aspectos, aqueles segundo os quais se pensava a granja apenas como propriedade da família, e que o trabalho era realizado pelos membros do grupo. Não obstante, a riqueza da propriedade era e continua sendo muito mais do que isso. A propriedade camponesa “não é somente um lugar de produção, senão também o lar da família. É o lugar aonde se pertence, tanto aquele que acolhe. É donde a família mora e donde as crianças crescem” (PLOEG, 2014, p. 2).

Desse modo, a capacidade do campesinato para resistir e sobreviver se deve ao papel da propriedade familiar como um espaço social de produção, consumo e reprodução, material

e simbólica. A existência como uma categoria histórica ou como sujeito social está também vinculada ao manejo dos recursos naturais e dos agroecossistemas locais e específicos de cada zona, interagindo com o conhecimento sobre um entorno condicionado pela tecnologia em cada momento histórico (GUZMÁN; MOLINA, 2005).

O campesinato deve ser entendido como uma categoria em movimento, dinâmica, que possui história e futuro, se adaptando e reinventando as conjunturas históricas. Decerto é que os camponeses de hoje são capazes de utilizar internet e outras ferramentas tecnológicas, mas, ao mesmo tempo, podem resistir a uma modernização irresponsável reafirmando seus conhecimentos e práticas tradicionais para o manejo dos agroecossistemas (TAVARES, *et. al.*, 2013, p. 48), tanto ao interior como ao exterior da propriedade. Existe assim, um diálogo de saberes.

Os camponeses no século XXI continuam se constituindo como uma unidade de produção e consumo (PLOEG, 2014), porém também de reprodução que constitui unidades de vida. As suas propriedades rurais possuem semelhanças e diferenças que estão baseadas em função das estratégias de sobrevivência e de relação com o meio ambiente. Mas, também as racionalidades existentes, assim como estratégias de produção, de gestão, de reprodução que são adotadas e que necessitam serem compreendidas determinam a sobrevivência e a resistência camponesa (TAVARES, *et. al.*, 2013).

Conforme o mesmo Tavares *et. al.*, (2013, p. 52-60) propõe, “a propriedade rural tem se tornado um ambiente onde se desenvolvem diversos aprendizados e um deles, é da organização da luta. Avançar, resistir, recuar... Resistir em silêncio à violência de uma sociedade que não o considera, mais que depende da exploração de sua força física, para obter seus produtos”. O certo é também que a agricultura familiar camponesa tem se transformado, em palavras de Ploeg (2014), por um lado, como algo arcaico e anárquico, entanto que ao mesmo tempo emerge como algo atrativo e sedutor, algo de difícil entendimento.

Frente ao anteriormente relatado, o terceiro dos elementos é que ser camponês no século XXI deve ser entendido como um ator social com capacidade de agência e resistência. Algumas das características que lhes definem, se referem, primeiro ao fato de eles viverem em um contexto adverso e de limitações crescentes que é imposto por um ambiente hostil. Segundo, eles possuem em cada uma das propriedades familiares um espaço social de resistência e sobrevivência, de produção, consumo e reprodução. Terceiro, que desde este espaço é possível manobrar e assumir um papel-chave diante dos diferentes retos e desafios frente aos problemas mundiais, das conjunturas e janelas de oportunidade, interagindo e se relacionando com outros agentes.

Ainda que os desdobramentos e os impactos dessa crise não sejam resultado da ação camponesa, consideramos que hoje em dia os camponeses do século XXI têm diante de si o desafio de contribuir a reverter problemas como o combate à fome, a pobreza e a dupla má nutrição. Primeiramente no rural e depois no urbano. Desde seus seres e saberes, eles cuidam do meio ambiente e reagem frente as mudanças climáticas. Constroem mercados alternativos e novos canais de comercialização mais justos e responsáveis socialmente. A capacidade de agência e a arte da resistência são fundamentais na construção de processo de autogestão e governança, mascarados ou camuflados sobre relações de dependência e/ou subordinação frente a outros atores às vezes antagônicos, embora dos quais obtenham estrategicamente vantagens e benefícios.

Segundo Ploeg (2009), em termos quantitativos, os camponeses são a maior parcela, se não a maioria esmagadora da população agrícola do mundo. O papel que eles representam é enorme e indispensável na contribuição para a produção de alimentos, a geração de emprego e renda, a sustentabilidade e o desenvolvimento de modo geral. Frente as condições atuais de crise econômica e financeira global que se combina com crises alimentares periódicas, o modo de produção camponês deve ser valorizado como um dos principais elementos de qualquer que seja o projeto adotado para fazer frente aos dilemas atuais (PLOEG, 2009).

Resumindo este debate, um exemplo bastante ilustrativo pode ser representado pelo Brasil. O país é reconhecido no nível internacional pela suposta produtividade e eficiência que em se desenvolve o agronegócio. Não obstante quem alimenta ao povo brasileiro é a agricultura familiar (LA VIA CAMPESINA, 2011). A ação calada e silenciosa da produção agropecuária camponesa é muito mais efetiva que a custosa e midiática estratégia do agronegócio.

2.2 A ARTE DA RESISTÊNCIA: OS ENFOQUES DESDE A “INFRAPOLÍTICA” E OS DIÁLOGOS OCULTOS

As rebeliões ou revoluções camponesas, apesar de sua importância quando ocorreram, foram quase sempre abruptamente aplastadas pela ação do Estado em aliança com outros poderes. Embora por mais falida que a luta tivesse sido, os seus atores puderam conquistar um breve respiro, ainda que depois os levasse a novas e doloridas relações pela aparição de um aparelho estatal mais coercitivo e hegemônico, capaz de se impor às populações rurais mais do que nenhum outro. Inclusive, quando uma revolução foi apoiada pelos camponeses e se chegou à conquista do poder, os resultados, no melhor dos casos, apenas foram uma estranha

benção. Não obstante, além da importância desses logros, e não menos importante, o resultado foi a presença de uma memória de resistência e de coragem que permanecia à espera de um futuro (SCOTT, 1985).

De acordo com Scott (1985), o que seria equivalente a dizer que quase o tempo todo, o campesinato aparece nos registros históricos não como atores históricos senão como contribuintes anônimos às estatísticas sobre conscrição, impostos, trabalho imigrante, tenência de terras e produção de milho. Quando o campesinato chegou a se constituir como uma ameaça para o Estado ou a ordem internacional existente, foi então que os arquivos e registros históricos se tornaram mais abundantes.

Estes desafios abertos ou que contestavam publicamente a ordem imposta tem sido os que historicamente vêm representando a hegemonia sobre os estudos do campesinato e a classe operária. Ocorre que a importância e o maior peso dado às rebeliões públicas vêm dos registros escritos realizados por oficiais letrados. Uma possível incapacidade destes, a qual não lhes permitiu revelar a silenciosa e anônima forma de luta de classes que caracteriza ao campesinato, foi determinante para não incorporar esses detalhes aos registros históricos disponíveis, condicionando, portanto, as consultas de intelectuais da História e das Ciências Sociais que revisaram estes materiais. Provavelmente também, ações pela natureza mesma dos atos, e pelo mudo egoísmo dos antagonistas, criaram uma espécie de silêncio encobridor que quase apagou as formas cotidianas de resistência do registro histórico (SCOTT, 1985).

Contudo isso, até recentemente, de acordo com Ploeg (2009), a resistência havia sido conceituada como um fenômeno que ocorria do lado de fora das rotinas estabelecidas que estruturam o trabalho e os processos de produção. Não era raro que as formas de resistência se expressassem em torno a movimentos mais visíveis como lutas abertas na forma de greves, protestos, bloqueios de estradas, ocupações, “operações tartaruga”, etc. Ainda assim, outras formas de resistência mais veladas e silenciosas também se davam pelas beiradas (PLOEG, 2009) e faziam parte histórica do campesinato.

Pois bem, uma definição de resistência pode nos ajudar a entender o que esta abrange. Scott se refere a esta como:

La resistencia de clase incluye *cualquier* acto(s) hecho por un miembro(s) de la clase subordinada que *intenta* tanto mitigar o negar reclamos (por ejemplo, rentas, impuestos, prestigio) exigidos a esa clase, por clases superiores (por ejemplo, terratenientes, grandes agricultores, el Estado), como también adelantar sus propias exigencias (por ejemplo, trabajo, tierras, caridad, respeto) en relación de igualdad con esas clases superiores (SCOTT, 1985, p. 25).

Não obstante, este autor expressa a existência de uma dicotomia ao se referir à resistência. Por um lado, se fala de uma resistência real quando se argumenta que possui como características o fato de ser:

- a) organizada, sistemática, cooperativa;
- b) de princípios orientadores;
- c) de consequências revolucionárias;
- d) estar enraizada de ideias e intenções que negam as bases mesmas da dominação.

Por outro lado, as resistências chamadas de isoladas, imprevistas e excepcionais, se caracterizam por ser:

- a) desorganizadas, não sistemáticas, e individuais;
- b) oportunistas e autoindulgentes;
- c) não possuem consequências revolucionárias, e/ou;
- d) implicam, na sua intenção ou significado, uma adaptação ao sistema de dominação (SCOTT, 1985, p. 28).

Apesar dessa dicotomia, a nossa pretensão maior é entender como estas duas distinções são importantes para um estudo que objetiva identificar as variadas formas de resistência e encontrar como umas a outras se conectam a uma estrutura de dominação da qual emergiram e/ou fazem parte. Em tanto que as formas cotidianas de resistência e os diálogos ocultos, identificados com a segunda das resistências descrita anteriormente, são um eixo transversal analítico desta tese.

Existem alguns estudos e pesquisas que desde uma visão determinista, consideram as famílias fumicultoras como atores totalmente dependentes ou submetidos ao Sistema Integrado de Produção de Tabaco (SIPT). Nosso objetivo nesta tese é, com ajuda dos aportes teórico-analíticos da arte da resistência e os diálogos ocultos, realizar uma leitura, interpretação e entendimento com maior precisão da conduta política destes grupos “subordinados”, que são apresentados ou entendidos como sujeitos passivos.

Em um contexto donde o poder das firmas fumageiras e a indiferença do Estado é recorrente, confiamos que a luta das famílias fumicultoras é prudente, mas que desafiadora. Ao invés de se revelar diretamente e protestar publicamente, entendemos que essas famílias camponesas recorrem a formas mais seguras de rejeitar ou enganar à estrutura de dominação e intervenção em torno da fumicultura no Brasil e México.

Com exceções particulares, que em momentos conjunturais precisaram uma atuação aberta e desafiadora como, por exemplo, nas mobilizações pela ratificação da CQCT no Brasil ou da aprovação da *Ley General para el Control del Tabaco* no México, as famílias

fumicultoras parecem ter escolhido evitar qualquer confrontação pública e se refugiar em espaços privados e diálogos ocultos.

Ao invés de confrontar diretamente a estrutura de dominação, as famílias agem por meio de uma conduta politicamente correta recorrendo ao uso do *disfraz*, engano ou outro tipo de comportamento evasivo, assumindo frente ao poder, uma atitude pública externa de ativa e inclusive de entusiasta aceitação. As circunstâncias em torno do contexto donde se desenvolvem esses atores, “*llevan a los pobres a disfrazar la resistencia con el lenguaje público de la conformidad*” (SCOTT, 1985, p. 25).

Ainda que as conceitualizações e/ou definições de resistência são importantes em ambos os casos, não pretendemos excluir nenhuma da outra, senão utilizar ambas com o objetivo de entender como uma se conecta com a outra em torno a uma estrutura de dominação que os atores produzem e reproduzem. Embora que orientamos nossa análise para as diferentes formas de resistência, o interesse maior se encontra com as denominadas por Scott (1985; 2000) formas cotidianas de resistência camponesa.

Conforme o autor, estas são descritas como:

La prosaica pero continua lucha entre el campesinado y aquellos que buscan apropiarse de su trabajo, comida, impuestos, rentas e intereses. Muchas de las formas que esta lucha adopta terminan bastante cerca del levantamiento colectivo. Aquí tengo en mente las armas de grupos relativamente impotentes: dragado de comida, disimulo, hurto, fingir ignorancia y subordinación, difamar, provocar incendios, sabotajes, etc. (SCOTT, 1985, p. 2).

Outra forma para se referir às formas de resistência cotidianas utilizadas por Scott (2000) é como a infrapolítica dos desvalidos. Trata-se, segundo ele, de mecanismos utilizados para disfarçar a insubordinação ideológica, semelhantes, não só nos atores camponeses, senão também em outros grupos que lutam e ocultam seus esforços para impedir a apropriação material do seu trabalho, da sua produção e de sua propriedade. Alguns dos exemplos que cita são a “*caza furtiva, las tácticas dilatorias en el trabajo, el hurto, los engaños, las fugas. En conjunto, estas formas de insubordinación se pueden adecuadamente llamar de infrapolítica de los desvalidos*” (SCOTT, 2000, p. 22).

As formas cotidianas de resistência camponesa ou infrapolítica dos desvalidos referem-se a uma esfera do atuar camponês donde descansa o paciente e gradual processo por meio do qual os camponeses ocupam a terra, e em ocasiões invadem plantações ou terrenos florestais do Estado. Representam estratégias de ação que não desafiam de forma aberta as relações de propriedade e o poder em se mesmo. Trata-se, portanto, verdadeiramente, de possíveis vitórias que não questionam a ordem simbólica maior (SCOTT, 1985).

Não se trata de uma atitude passiva desinteressada, senão de uma estratégia segundo a qual Scott (2000), aos grupos que carecem de poder, lhes interessa, em tanto não recorrem a se manifestar em uma verdadeira rebelião, conspirar para reforçar as aparências hegemônicas. Assim mesmo, estas formas cotidianas de resistência encontram suporte em dois tipos de discursos que são utilizados pelos dominados e dominadores para a reprodução das relações e da estrutura de dominação.

Por um lado, de acordo com Scott (2000), o discurso público pode ser entendido como uma descrição abreviada das relações explícitas entre os subordinados e os detentores do poder. Embora ser enganoso, já que não dá conta de todo o que sucede nas relações de poder. Esse discurso é a conduta do subordinado diante da presença do dominador. Um subordinado, seja por medo ou prudência, ou pelo desejo de buscar favores, em estranhas, porém significativas exceções, irá fazer do seu comportamento público uma forma adequada às expectativas do poderoso. Da mesma forma, se a subordinação exige representar de maneira convincente humildade e respeito, a dominação também exige uma atuação semelhante, de arrogância e domínio. Os dominadores devem usar um discurso público que esteja de acordo com seu status, porque resulta perigoso que as elites atuem publicamente contradizendo as bases de um princípio do seu poder (SCOTT, 2000, p. 24).

Pelo outro lado, o discurso oculto é aquele usado pelos dominados para definir a conduta fora de cena, longe da observação direta dos detentores do poder. Este tipo de discurso é secundário no sentido de que está constituído não só pelas manifestações linguísticas, senão também por elementos gestuais e práticas que confirmam, contradizem ou tergiversam o que aparece no discurso público (SCOTT, 2000, p. 28).

Portanto, Scott (2000) defende que cada grupo subordinado, a partir do seu próprio sofrimento, elabora um discurso oculto que representa uma crítica ao poder nas costas do dominador. Similarmente, o poderoso, pelo seu lado, também produz um discurso oculto que se articula as práticas e as exigências do poder que não pode expressar abertamente.

Interessa-nos na articulação desses de discursos, aquele utilizado pelos dominados. Frente a críticas ou visões que consideram as famílias fumicultoras atores dependentes e conformes de uma situação de subordinação aparente, em realidade confiamos que se trata do uso de um *disfraz* ou um engano estratégico, baseado na ideia de que “*cuanto más grande sea la desigualdad de poder entre los dominantes y los dominados y cuanto más arbitrariamente se ejerca el poder, el discurso publico de los dominados adquirirá una forma más estereotipada y ritualista. En otras palabras, cuanto más amenazante sea el poder, más gruesa será la mascara*” (SCOTT, 2000, p. 26).

Ainda assim, como proposto por Scott (2000), não podemos simplesmente nos confundir com estes tipos de discursos. Descrever que o discurso público se desenvolve no âmbito da necessidade, em tanto que o discurso oculto faz parte do âmbito da liberdade, seria um erro analítico. A questão é que os discursos ocultos dos atores se produzem em função de um público diferente e em circunstâncias de poder muito distintas às do discurso público. Da mesma forma, realizar uma análise baseada exclusivamente no discurso público terminaria por chegar à conclusão de que os grupos subordinados aceitam os termos da subordinação e que participam de forma voluntária e entusiasta em ela (SCOTT, 2000, p. 27). Possivelmente, este último argumento seja a base dos estudos e das perspectivas analíticas de quem olha as famílias fumicultoras como sujeitos dominados e passivos.

Em torno ao discurso oculto, um entendimento mais aprofundado do mesmo precisa que saibamos da existência de três características que o diferenciam do discurso público. A primeira, refere-se a que ele é específico de um espaço social determinado e de um conjunto de atores em particular. A segunda, apesar de que a atenção não tivesse sido a suficiente, é que os discursos ocultos contêm não só atos da linguagem, senão também um extenso conjunto de práticas gestuais e outras que se materializam em casos como o roubo em pequena escala, a evasão de impostos e o trabalho deliberadamente mal feito, entre outras. A terceira, refere-se a uma existente fronteira entre ambos os discursos que é considerada como uma zona de conflito incessante entre os poderosos e dominados, e não como um muro sólido que divide a ambos.

Até aqui é evidente que as formas cotidianas de resistência camponesa nem sempre são expressas. Assim como tampouco os discursos ocultos se manifestam em situações materiais, aos olhos do mundo todo. Estas formas de resistência são mais silenciosas e possuem uma prudência tática que estranhas vezes obriga a esses grupos subordinados a expressar seu discurso oculto. Segundo Scott (1985), não deve nos resultar estranho que as formas cotidianas de política e as formas cotidianas de resistência, incluídas as formas cotidianas de conformidade, se baseiem nas mesmas necessidades materiais fundamentais dos seus atores.

O autor (SCOTT, 1985) considera que não é por acaso que as reivindicações de *“pan/tierra/ningún impuesto”*, que têm sido a base das rebeliões camponesas sejam por eles reivindicados pelo caráter atrelado que representam à base material de sobrevivência do campesinato. Frente as atuais e futuras lutas do campesinato, nossa análise deve ser orientar ao entendimento de que *“necesitamos asumir nada más que [a existencia de] un entendible deseo, por parte de un campesino, de sobrevivir – asegurar su salud física, asegurar el*

suministro de alimentos, sus necesarios ingresos – para identificar la fuente de su resistencia a los reclamos de las cuadrillas de la prensa, colectores de impuesto, terratenientes y empleadores (SCOTT, 1985, p. 32). Evidentemente, o elemento de reprodução material do campesinato deve ser levado em conta nas nossas reflexões e questionamentos. Dai devem partir as análises.

Frente aos desafios que impõe o atual contexto mundial, a luta por autonomia é determinante para a agricultura camponesa e junto a ela, a resistência camponesa é a principal força motriz da produção de alimentos (PLOEG, 2009). Esses desdobramentos e outros eventos adversos no contexto obrigam a uma readequação analítica e material da resistência, inventiva e inovativa.

As lutas necessárias frente ao atual ambiente hostil não podem sempre ser abertas e diretas. Conforme Ploeg (2009), as lutas também se podem dar pelas beiradas, como no caso da oculta e camuflada resistência que é a resistência cotidiana. Porém, “há outros campos de ação nos quais a resistência se materializa. Esses campos de ação estão localizados dentro dos espaços de produção” (PLOEG, 2009, p. 26) das propriedades familiares. Além das formas cotidianas de resistência conhecidas e aqui já descritas (a; lutas abertas; b; luta velada ou sabotagem), Ploeg (2009) propõe a existência de uma terceira forma inter-relacionada às outras, denominada por ele como c) interações na organização do trabalho e da produção: introdução de alterações.

Esta terceira forma de resistência, própria da atual agricultura, se manifesta como “a intervenção direta nos processos produtivos e no trabalho e sua alteração – está onipresente na agricultura de hoje”. Porém, está interconectada e ligada através de uma miríade de interligações no tempo e espaço às outras formas (PLOEG, 2009). Segundo o autor, a resistência baseada na introdução de alterações nas interfaces da organização do trabalho e da produção, é o que está presente no reflorescimento da agroecologia e em algumas formas de desenvolvimento rural autóctone. Constitui-se como uma essência diferente já que esse tipo de resistência é encontrada em uma ampla variedade de práticas heterogêneas e crescentemente interligadas que constituem ao campesinato.

Essas práticas [no seu conjunto] só podem ser entendidas como uma expressão, se não como uma materialização, da resistência. A resistência reside nos campos, na forma como o bom adubo é preparado, as vacas nobres são cruzadas, as propriedades bonitas são construídas. Por mais ultrapassadas e irrelevantes que essas práticas possam parecer quando consideradas isoladamente, no atual contexto, elas têm cada vez mais assumido o papel de veículo pelo qual a resistência se expressa e é organizada (PLOEG, 2009, p. 26).

As formas cotidianas de resistência e os diálogos ocultos aqui descritos são uma lente teórico-analítica para o entendimento das relações de cumplicidade e dependência das famílias fumicultoras no Brasil e no México, frente a atores como o estado, SIPT, entre outros. Propomos que o camponês do século XXI é um ator social com capacidade de agência e resistência capaz de estabelecer relações e interfaces para a criação de estratégias de reprodução social e material. Este camponês identifica-se, mais do que nunca, com a máscara pública da conformidade/subordinação, embora, é mais hábil e sofisticado por trás do telão.

Por um lado, as formas cotidianas de resistência podem se constituir para o campesinato como parte de um padrão de estratégias mais sofisticadas disponíveis frente a novas relações, que antagônicas ou de subordinação, atualmente estão dominando o mundo e eles por vezes estão inseridos em elas. Pelo outro lado, e aliada à questão anterior, confrontações diretas são, cada vez mais difíceis, quando não contraproducentes. Portanto, as formas cotidianas de resistência se transformam em respostas que seguem um caminho diferente das soluções globais hoje desacreditadas (PLOEG, 2009).

O terceiro tipo de resistência proposto por Ploeg (2009), ainda que seja mais difícil de perceber, está em todo lugar materializando-se em múltiplas formas e sendo frequentemente inspiradora, no sentido de que reconecta as pessoas, as atividades e os projetos. Confiamos que ao interior das propriedades rurais das famílias fumicultoras, mesmo que invisibilizadas pelo olhar parcial de outros estudos e pesquisas anteriormente realizadas, as formas cotidianas de resistência e os seus diálogos ocultos estão presentes. Se bem podem ser julgadas de individualistas, estas resistências são uma expressão de crítica e de rebelião frente ao Estado e o SIPT, e ainda que possam parecer inocentes e inofensivas, ou até de acomodação e resignação; juntas na forma de um discurso oculto coletivo (SCOTT, 2000), podem se tornar poderosas e podem mudar [com pequenas e silenciosas conquistas] o panorama atual (PLOEG, 2009, p. 26-27).

2.3 A PERSPECTIVA ORIENTADA AO ATOR. A RECONCILIAÇÃO DA ESTRUTURA E O ATOR

A Perspectiva Orientada ao Ator (POA) foi desenvolvida por Norman Long e Jan Douwe van der Ploeg na segunda metade do século XX. A partir de realizar um profundo e cuidadoso estudo sobre o processo de desenvolvimento e de mudança social em diferentes países, se tornou uma importante contribuição para os estudos sobre o Desenvolvimento Rural na América Latina (ARCE, 2003; DEPONTI, 2007, 2010; SCHMITT, 2011; RODRÍGUEZ,

et. al., 2014). Durante as décadas de 1980 e 1990 o também chamado enfoque orientado ao ator lido com a compreensão de como as experiências de vida dos atores moldaram seu compromisso com os processos de intervenção, chegando a encontrar que os expertos em desenvolvimento não tinham controle sobre as intervenções para o câmbio social (ARCE, 2003).

O objetivo de Long, Ploeg e alguns outros estudiosos ao formular a POA não era criar um corpo genérico baseado em princípios universais, mas entender os processos de mudança pelos quais certas formas sociais surgem, são transformadas e retrabalhadas na vida das pessoas. Assim, eles ofereciam uma abordagem teórica e metodológica para análise da ação social e da intervenção para o desenvolvimento sob um ângulo construtivista, opondo-se às tradicionais análises estruturalistas (DEPONTI, 2007, 2010; LONG, 2007; LONG; PLOEG, 2011).

No entanto, segundo Menezes e Malagodi (2011), para poder perceber a qualidade dos processos de mudança social no meio rural era necessário que a metodologia da POA fosse sensível aos processos que se desenvolviam na denominada base social. Portanto, um dos questionamentos girava em torno de como elaborar um arcabouço teórico capaz de apreender esses processos? A sua resposta, possivelmente, seria a de um enfoque que tendo como foco de análise o espaço social, pudesse dar visibilidade as formas pelas quais os indivíduos e certos grupos alteram os processos e terminam por integrar as intervenções planejadas às suas estratégias existentes; ou gerar a partir daí seus próprios caminhos ações para o câmbio social (ARCE, 2003).

A conjuntura das últimas duas décadas do século XX, caracterizada por num contexto de crise e de esgotamento dos modelos econômicos estruturais, apresentou-se como uma janela de oportunidade de dar ênfase à importância do conhecimento e a experiência das pessoas como os criadores da dinâmica social local desde a qual se fabricava a diversidade e a heterogeneidade, principalmente aquele produto do câmbio agrário que estava se suscitando na época (ARCE, 2003).

Essa conjuntura histórica, ao mesmo tempo que possibilitou uma crítica e saída às abordagens verticais e lineares, permitiu também uma proliferação e uma ganância constante de consenso entre as ciências sociais e agrárias. Assim, também, diversas entidades e organizações ligadas ao desenvolvimento rural, as quais além de empolgar uma retórica com apelo à sustentabilidade e a recuperação de conhecimentos locais, puderam compartilhar críticas ao paradigma dominante-hegemônico reivindicando o papel dos agricultores enquanto outras coisas, sobretudo como atores sociais (GUIVANT, 1997).

A Perspectiva Orientada ao Ator trouxe consigo uma importante contribuição no sentido de chegar a compreender como as pessoas são capazes de poder afetar os resultados e alterar o rumo das políticas, assim como ressaltar os resultados não desejados das intervenções planejadas (ARCE, 2003). Esta abordagem teórica centrada nos atores focaliza suas lentes de pesquisa no estudo do desenvolvimento rural. Procura identificar quais são as estratégias diferenciadas utilizadas pelos agricultores na geração e apropriação de conhecimentos, ao tempo que estabelece críticas sistemáticas às formas de intervenção externa que desconsideram as especificidades locais e que tendem a reduzir a autonomia dos agricultores (BULHÕES; DAL SOGLIO, 2009; GAZOLLA, 2012).

Uma das suas maiores vantagens da POA é que esta encontra espaço para análise da multiplicidade de racionalidades, desejos, capacidades e práticas (LONG, 2001), focalizando nas respostas diferenciais produzidas em circunstâncias estruturais semelhantes (SCHNEIDER; NIEDERLE, 2008), e compreendendo as dinâmicas e as dificuldades da intervenção e o câmbio do desenvolvimento rural (LONG; LIU, 2009).

O entendimento e a elucidação dos significados, propósitos e o poder social dos atores, conforme o próprio Long no trabalho realizado em conjunto com Liu em 2009 na China, é abordado desde a POA através de um enfoque que mergulha e se aprofunda nos meios de vida e nos projetos entrelaçados dos atores. Por isso, desenvolveram métodos que estavam fundados teoricamente na investigação social, mesmo assim, era necessário também aprofundar nas discontinuidades e ambiguidades sociais e culturais inerentes aos campos de batalha do conhecimento nos quais terminam por constituir as relações entre atores locais, profissionais do desenvolvimento e outros interessados (LONG; LIU, 2009).

O status teórico-metodológico desenvolvido pela POA se dá pela emergência nas ciências sociais de uma agenda de pesquisa mais sensível à heterogeneidade e particularidade das experiências de desenvolvimento. Não obstante, este fato não seria inteiramente algo novo já que o desenvolvimento e comprometimento das análises sobre uma perspectiva similar à POA haviam iniciado já na década de 1980 (DEPONTI, 2007; SCHMITT, 2011).

No entanto, Long (2007) recua no tempo e vai mais longe para argumentar sobre os aportes realizados à temática desde a antropologia e a história nas décadas de 1960 e 1970 (período da pós-guerra). Segundo ele, estas disciplinas teriam realizado uma espécie de contrapeso teórico aos trabalhos e as análises baseadas na teoria da modernização ou aqueles que adotavam uma perspectiva estrutural ou institucional com alguma variedade da análise político-econômica (macro). Porém, a preocupação da antropologia e da história, ao interior da literatura da pós-guerra, era gerar estudos que pudessem caracterizar a natureza de câmbios

ao nível de unidades operantes ou atuantes comumente denominadas “micro”. Assim, desde estes espaços se considerava que eram desenvolvidas formas mediante as quais as pessoas lidavam com os dilemas de sua vida cotidiana. Isto, transformou-se em um grande aporte, toda vez que permitiu contestar e confrontar a aquelas teorias totalitárias que não acreditavam na capacidade do ser humano para alterar o rumo da história e construir suas próprias trajetórias (LONG, 2007).

O enfoque orientado ao ator ajudou na compreensão dos processos de mudanças nos quais as formas sócias surgem, são modeladas e retrabalhadas na vida cotidiana dos indivíduos (CARAVALHEIRO; GARCES, 2007). Estas autoras que focam seu estudo no litoral norte do Rio Grande do Sul com produtores de banana ecológica consideram que os agricultores são capazes de moldar os padrões de desenvolvimento, definindo ou operacionalizando seus objetivos e práticas de gestão com referência em distintos critérios, interesses e experiências (CARAVALHEIRO; GARCES, 2007).

A POA transformou-se em uma contestação direta tanto aos processos, como as teorias de desenvolvimento existentes nas últimas décadas do século XX. Apresentava-se como uma proposta teórico-analítica que visava a oferecer elementos na construção de uma forma de superar o impasse em que se apoiavam as formas de determinismo, linearidade e homogeneidade institucional. Em vez disso, a POA propunha adotar uma perspectiva que orientada à base dos processos de mudança social explorasse os atores sociais, tanto locais como externos de arenas particulares, que encadeiam um conjunto de batalhas entrelaçadas pelos recursos, significados, controle e legitimidade social (LONG, 2007; LONG; PLOEG, 2011).

A emergência dos estudos e análises realizados pela POA ajudaram a mostrar a diferenciação e diversificação de práticas, conhecimentos e estratégias que não sempre seguiam uma linha produtivista e de cunho econômico. Tornaram-se de alguma maneira em uma confrontação direta às teorias estruturalistas e totalitárias que ao longo do tempo deixaram pouco espaço para o debate sobre as práticas individuais e coletivas de reprodução, inovação e gestão, assentadas sobre laços familiares em grupo ou comunidade, tanto formais como informais (MENEZES; MALAGODI, 2011).

Na sua trajetória histórica, a Perspectiva Orientada ao Ator tem sido fortalecida, ao mesmo tempo em que também se fortalece, por elementos de diversas disciplinas. Toma-se como exemplo o caso da Agroecologia, segundo a qual, para alguns pesquisadores, as duas apresentam aspectos convergentes básicos como o foco no agrário, a percepção de que a agricultura é um processo de interações complexas, onde se relacionam o social e o ambiental,

resultando em processos localmente diferenciados e ressaltando a capacidade de ação individual em relação à estrutura existente (GUIVANT, 1997; BULHÕES; DAL SOGLIO, 2009).

Assim mesmo, os estudos de pesquisa empírica que têm sido realizados sobre o olhar da POA geraram uma gama importante de trabalhos que ao tomar em diferentes regiões do mundo como objeto de investigação as múltiplas interfaces estabelecidas no rural e seus atores, assim como as políticas e ações para a promoção do desenvolvimento, criaram um novo paradigma de câmbio rural que defende a sustentabilidade da agricultura, sendo necessária uma reavaliação e uma reinvenção da arte da agricultura e da arte da localidade (PLOEG, *et. al.*, 2000; SCHMITT, 2011).

Não obstante, a revitalização do paradigma centrado nos atores se deu por colocar de volta ao centro dos debates o conceito de agência. A afinidade da POA com a noção de agência humana, estabelecida inicialmente por Antony Giddens em 1984, se deve a que esta resulta de um processo reflexivo dos atores gestado a partir de sua capacidade de trazer as diferentes situações pela consciência e refletir sobre suas escolhas. Os atores são capazes de compreender o que fazem, o porquê, e o quando de suas ações. A agência é considerada o centro teórico-analítico da POA e é ao mesmo tempo o eixo sobre o qual giram as proposições que tentam reconciliar as noções de estrutura e de ator (LONG, 2001; 2007).

Conforme definida por Long (2001; 2007), a noção de agência se refere “a capacidade de processar a experiência social vivida e desenhar maneiras de lutar com a vida, ainda sob as formas mais extremas de coerção, dentro dos limites de informação, incertezas e outras restrições, onde os atores sociais têm capacidade de saber e capacidade de atuar”. No entanto, para esta agência produzir uma diferença no estado preexistente das coisas e no curso dos eventos, precisa se encarnar das relações sociais, ao tempo só pode ser efetiva através delas. Não se trata simplesmente do resultado de posse de alguns poderes persuasivos ou formas de carisma que residem ou repousam nos indivíduos (LONG, 2001; 2007).

Para Long, o ator é considerado um agente coletivo que age a partir de processos de interação com outros atores, definindo-lhe precisamente sua condição de possuir uma capacidade de agência. Os atores do desenvolvimento, sejam indivíduos ou grupos sociais, são dotados de agência e é a compreensão desta o que lhes permite estabelecer questionamentos e críticas aos estudos sobre desenvolvimento (RODRIGUEZ, *et. al.*, 2014). A agência, como é sinalizada por Arce (2003), não se *corporiza* simplesmente no indivíduo, senão que ela toma forma a partir das relações, dos vínculos e dos encontros entre diferentes atores.

Adicionalmente, Gazolla (2012) faz uma ressalva interessante ao propor que o enfoque orientado aos atores sociais, apesar das críticas, não se centra no individualismo metodológico em que se baseiam outras teorias. No caso da POA, a noção de agência não tem nada a ver com o indivíduo que atua ou age como um ser solitário. Diferentemente, este ser social é capaz de realizar mudanças, filtrar informações ou chegar a intervir no ambiente em que se encontra para criar ou gerar processos de inovação. A agência cobra força e emerge a partir de uma interação permanente, seja esta em redes ou contatos constantes, nos quais são compartilhados ou mobilizados diversos itens, sobretudo conhecimentos entre diferentes atores como agricultores, pesquisadores, extensionistas, consumidores, etc. (GAZOLLA, 2012).

A existência de uma habilidade para conhecer e uma habilidade para captar, materializa-se na articulação de cadeias de atores como na canalização de diferentes elementos, sejam estas demandas, bens, instrumentos, informações. Estes recursos são mobilizados através de pontos nodais de interpretação e interação (LONG, 2007). É assim como se dá lugar à formação das redes por meio das quais podem ser construídas e acionadas relações, recursos e significados que propiciam a interconexão entre diferentes mundos e formas de conhecimento, transcendendo domínios institucionais específicos e interligando uma grande diversidade de arenas (SCHMITT, 2011).

Para se referir às redes, Guivant (1997) faz referência a Long e Villareal (1994), os quais propõem que no cotidiano das práticas do desenvolvimento são configuradas redes sociais para coletar informações, formar opiniões e legitimar pontos de vistas, que de alguma maneira irão de forma contínua e inevitavelmente a provocar uma redefinição das relações de poder. Segundo Schmitt (2011), os atores sociais, suas características e dinâmicas de interação, só existem, efetivamente, como parte de uma teia de interdependências, impossível de ser apartada de seus contextos temporais e espaciais de existência. Será na confluência dessas múltiplas realidades, e através de processos de luta, negociação e acomodação, em diferentes campos de batalha, que o desenvolvimento pode ser construído (LONG, 2007).

A POA coloca as famílias dos agricultores camponeses em encontros com outros mundos e projetos de diferentes atores. Isto lhes faz absorver, mediar, transformar, e (re)construir seus sistemas cognitivos e desenvolver interfaces com outros atores, através de processos sociais, econômicos e com diversidade de repertórios culturais. Esse processo social ajuda os atores sociais a moldar as suas percepções, motivações e projetos próprios de vida. Os agricultores não possuem sua agência de forma isolada, pois para que eles possam

construir conhecimentos e novidades precisam do desenvolvimento de relações junto a outros atores (GAZOLLA, 2012, p. 40-41).

No entanto, Arce (2003) propõe que se bem a agência é uma propriedade bastante característica dos atores, por outro lado, há a existência de margem de manobra usada por eles em condições adversas. Embora, a POA não haveria conseguido captar completamente a forma e o conteúdo da luta pela vida através da qual os atores buscam redefinir os limites de seus mundos de vida. Como enfoque, esta não alcançava a diferenciar os diferentes tipos de margem de manobra e seus resultados para os direitos individuais e coletivos e seus efeitos nas relações sociais. A POA tampouco teria dado detalhes sobre os objetos que foram criados, circulados ou controlados através das redes sociais. Dessa forma, este enfoque não analisou a ideia de que existe uma margem de manobra negativa que pode existir para as pessoas que lutam contra o Estado, o mercado, organismos diversos e sua falta de recursos (ARCE, 2003).

A Perspectiva Orientada ao Ator como referencial teórico-analítico desta tese é complementada pela Arte da Resistência e os Diálogos Ocultos de James Scott (1985; 2000) mobilizadas para buscar compreender quais são ações e respostas que na forma de estratégias¹, as famílias produtoras de tabaco no Brasil e no México estão desenhando e construindo, para fazer frente ao cenário complexo e as mudanças geradas como resultado da ratificação e implementação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco.

Essas famílias de agricultores camponeses possuem projetos de vida e permanência atrelados ao rural, que se bem vivem em constante reação e ação diante de um ambiente hostil, os desdobramentos e as consequências provocados pela ratificação da CQCT, tornam mais ameaçador esse contexto mais amplo. Frente a novas incertezas e repercussões nos territórios do tabaco, os atores familiares estão ativando sua capacidade de agência e a arte da resistência na construção de estratégias de reprodução que lhes permitam a continuidade dos seus projetos familiares.

De modo a apoiar alguns destes argumentos, aportes e proposições da POA são úteis no sentido de considerar que embora muitas mudanças estruturais sejam de fato, resultado de forças externas como a ação do Estado, do mercado e/ou organismos multilaterais, na criação e promoção de políticas internacionais pró-desenvolvimento, essas formas de intervenção somente iram afetar as oportunidades sociais e a conduta dos indivíduos na medida em que se

¹ Posição central assumida pelos atores familiares para permitir lhes interpretar a mudança social a partir das disputas e negociações entre atores que possuem interesses diferentes e, não raramente, conflitantes (Schneider e Niederle, 2008, p. 1007).

introduzem em seus modos de vida, tomando forma, direta ou indiretamente, nas experiências do cotidiano (LONG, 2001; 2007; LONG; PLOEG, 2011).

As intervenções planejadas e os projetos lineares que estão baseados em perspectivas parciais ou limitadas, são insuficientes em atender e captar a heterogeneidade estrutural que caracteriza a multiplicidade de atores sociais e a outros agentes envolvidos nos processos pró-desenvolvimento. Inclusive, tampouco apreciam que até certo ponto sobre algumas circunstâncias os chamados atores menos poderosos, são capazes de se fazer ouvir e mudar dramaticamente o rumo dos eventos.

Portanto, é teoricamente pouco satisfatório basear uma análise de câmbio estrutural produto do impacto de forças externas através do conceito de determinação extrema. As propostas de intervenção, modelos de desenvolvimento ou sistema de produção agrícola, ao entrar em contato com os mundos de vida dos indivíduos, são mediados, avaliados e filtrados pelas estruturas cognitivas dos atores. Eles não são sujeitos passivos, senão atores ativos na construção do seu próprio desenvolvimento (LONG, 2007).

A CQCT e a estrutura institucional de apoio, tanto no Brasil como no México, foi até agora implementada conforme os moldes tecnicistas e/ou produtivistas dos modelos pró-desenvolvimento tradicionais. Em estes, se conceituam os processos de intervenção como de natureza linear, com uma progressão gradual da formulação de uma política, de sua aplicação e, posteriormente, de seus resultados (LONG, 2001; 2007; LONG; PLOEG, 2011). Mesmo assim, as organizações e/ou organismos público-privados responsáveis de sua difusão e materialização em programas e projetos agrícolas, não consideram ou ignoram que essa intervenção deve resultar em um processo muito mais complexo que envolve a reinterpretação ou transformação da política durante o próprio processo de sua aplicação como uma estrutura emergente condicionada pelo atuar dos atores.

Essa falta de compreensão, que não é própria das ações de diversificação da fumicultura, advém de considerar que todas as famílias de produtoras de tabaco são iguais, ainda em países distantes como o Brasil e o México. Mobilizando um dos argumentos de Guivant (1997), pretendemos dizer que esses grupos de agricultores não são iguais, pois cada um organiza e estrutura sua propriedade mostrando um conjunto bastante rico de práticas, conhecimentos, estratégias e interesses, que se configuram em diferentes tipos de estilos agrícolas que estão cognitivamente aceitos pela aparência de uniformização.

A CQCT como modelo de intervenção não considera que a realidade empírica dos territórios do tabaco é múltipla. Frente a isso, o uso da POA como referencial teórico nos ajuda a argumentar que a produção de tabaco é um mosaico complexo composto por

percepções culturais e interesses sociais diferentes, constituída por contínuos esforços sociais e políticos dos vários atores envolvidos que não se vem representados simplesmente por um plano de ação já especificado e com resultados esperados (LONG, 2001, 2007; DEPONTI, 2007).

No sentido do parágrafo anterior, posições contidas em Guivant (1997, p. 423), são úteis para dizer que são necessárias interpretações menos ingênuas das famílias do tabaco por outras que os apresentem enquanto atores sociais competentes. Decerto é que também não podem ser identificados como simplesmente uma categoria de adaptadores de práticas e técnicas agrícolas moderas, nem como vítimas passivas de uma rede de causas macrossociais. Outra interpretação das famílias fumicultoras no Brasil e no México pode ser realizada com ajuda da Perspectiva Orientada ao Ator.

Assim como o próprio Norman Long (2001; 2007) critica a intervenção sendo vista como a aplicação de um pacote do exterior que se desenha para o interior e que objetiva estimular a emergência de certas atividades internas, processos e resultados; a mesma crítica pode ser realizada a CQCT pela sua visão linear e determinista, tanto parcial da realidade empírica do cultivo de tabaco, toda vez que não considerar a detalhe e em profundidade uma variedade de elementos e dimensões que estão presentes para as famílias.

Como os tradicionais modelos desenvolvimentistas, os desdobramentos institucionais do Convênio reafirmam também uma necessidade de que os grupos beneficiados somente poderiam realizar a diversificação produtiva do tabaco a partir de habilidades organizacionais e/ou da ajuda de intermediários, facilitadores, ou agentes especializados com o fim de obterem acesso às instituições e aos recursos externos (LONG, 2007).

Tanto o Programa Nacional de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco para o caso de Brasil, como o *Programa de Reconversión Productiva del Tabaco* no México, detém uma visão de que sem algumas das contribuições por eles previstas, as famílias “beneficiárias” seriam consideradas absolutamente incapazes de dirigir e instrumentar os processos de transição e as políticas de diversificação por promovidas institucionalmente.

Como manifestado por Deponti (2007), as agências de desenvolvimento tendem a aplicar suas tarefas de acordo com as estratégias interpretativas por elas próprias elaboradas, suplantando, na maioria das vezes, o conhecimento e as capacidades de desenvolvimento locais. No entanto, as famílias do tabaco mediante sua capacidade de agência são capazes de resolver os dilemas de sua vida e as situações problemáticas (LONG, 2001; 2007), decorrentes dos câmbios e mudanças geradas no contexto antes e depois da ratificação e implementação da CQCT.

As famílias produtoras de tabaco como atores sociais, não estão separados de suas práticas, saberes e fazeres cotidianos. Quando eles são questionados e julgados pelas atividades que realizam em torno à produção fumageira, são capazes de recorrer ao armazém cognitivo e das experiências para delimitar discursivamente através de uma espécie de mapas mentais-cognitivos, elementos que lhes permitam expressar suas motivações para estar inseridos e embebidos na existência de práticas e estilos agrícolas que combinam ao interior da propriedade (LONG, 2007; SCHNEIDER; NIEDERLE, 2008).

Um dos questionamentos lançados constantemente sobre as famílias do tabaco, e possivelmente um dos mais escutados e inquietantes não só ao longo da tese, senão do doutorado, tem sido a ideia por parte de alguns estudos e pesquisadores, de uma dependência quase total e de uma relação de conformidade ou acomodação ao interior do Sistema Integrado de Produção de Tabaco controlado pelas firmas transnacionais. Além disso, questionam-se, entre outras coisas, por que essas famílias não estão conformes ao interior do SIPT continuam produzindo fumo?

Encontrar resposta a esse e outros questionamentos nos motivou a mobilizar a Perspectiva Orientada ao Ator para propor a existência do que temos chamado de uma “cumplicidade de dependência”. Assumir que existe uma posição de controle total por parte do SIPT para com as famílias do tabaco, seria uma forma de determinação extrema, teoricamente pouco satisfatória para basear uma análise abrangente e profunda da realidade dessas famílias.

Por outro lado, se é verdade que o enfoque orientado ao ator não analisou a ideia da existência de uma margem de manobra negativa que pode existir para as pessoas que lutam contra o mercado (ARCE, 2003) [do tabaco-fumageiras] e outros atores e agentes, nesta tese nos procuramos desenvolver a proposta do que chamamos como “espaços de manobra”. Desde a propriedade familiar e a fumicultura, estes espaços são construídos reciprocamente para ativar e materializar a capacidade de agência e resistência que permeiam as estratégias de reprodução que as famílias do tabaco, em interface e relação frente a outros atores às vezes antagonistas como o SIPT e/ou Estado, constroem para o desenvolvimento de um projeto de vida e permanência no rural.

Resumindo, a Perspectiva Orientada ao Ator, como uns dos referenciais teórico-analíticos que sustentam esta tese, nos permitem entender as complexas e variadas formas socioorganizativas das famílias do tabaco no Brasil e no México. Elas, mediante sua capacidade de agência reagem para desenhar estratégias e soluções que lhes façam enfrentar

as mudanças e incertezas que põem em risco seus projetos, antes, e sobretudo, após a ratificação e implementação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco.

3 METODOLOGIA DE PESQUISA E SUA CONTEXTUALIZAÇÃO EMPÍRICA – DE COMO ARMAR O QUEBRA-CABEÇA E ENCONTRAR AS COORDENADAS METODOLÓGICAS PARA CHEGAR ÀS CONVIVÊNCIAS NO CAMPO

Neste apartado da tese deseja-se fazer uma descrição da metodologia utilizada e dos acontecimentos que se deram em torno da sua aplicação no trabalho de campo. Queremos apresentar como foi, a partir de Durand (2014), armar o quebra-cabeça da investigação e a forma como identificamos as coordenadas metodológicas que nos levaram e conduziram em campo, nas convivências com as famílias fumicultoras.

Esta tese de doutorado em Desenvolvimento Rural se baseia maiormente numa metodologia de pesquisa qualitativa. Utiliza também, de forma complementar, elementos e aportes de caráter quantitativo. O método etnográfico foi o que orientou nossa permanência em campo ao longo de pouco mais de um ano, de março de 2018 até abril de 2019 nos municípios de estudo de Dom Feliciano/RS-Brasil; e Santiago Ixcuintla, Nayarit-México. As técnicas e os instrumentos aplicados foram uma pesquisa participante com atividades de observação, entrevista semiestruturada, diário de campo e análise documental. Ou seja, ferramentas de pesquisa que são próprias basicamente de uma etnografia e que dialogam com a Perspectiva Orientada ao Ator (POA), e os Diálogos Ocultos e a Arte da Resistência (DOAR).

A nossa unidade de análise principal foram as famílias fumicultoras. Mas por que trabalhar com o grupo como categoria analítica e não com a de produtores rurais? Pensamos que um olhar mais amplo, estendido à família no seu conjunto, nos permitiria observar e identificar a diversidade e heterogeneidade de práticas, conhecimentos, estratégias, discursos e racionalidades que fazem parte do que entendemos é um projeto grupal de vida e de permanência no rural. Direcionar somente o olhar para o produtor ou chefe da família, acreditamos seria parcial e incongruente tanto de forma teórica como metodológica.

Portanto, as atividades de pesquisa junto às famílias se centraram em três âmbitos diferentes, a saber: a dinâmica familiar ao interior do grupo; o trabalho no fumo e na propriedade familiar; as interfaces e relações em nível comunitário. Outras atividades como entrevistas, visitas/práticas de campo e participação em eventos se realizaram junto a funcionários das Prefeituras dos Municípios e Dependências Governamentais; com Organizações de Produtores, Sindicatos Rurais e Cooperativas Agropecuárias, Lideranças locais e ex-representantes das famílias produtoras de tabaco; extensionistas de organizações

de ATER, Universidades; Jornalistas; Instrutores e firmas fumageiras; e, Atores políticos, principalmente. No total foram realizadas em total aproximadamente 50 entrevistas tanto em Dom Feliciano como em Santiago Ixcuintla.

A organização dos resultados foi feita mediante uma categorização e triangulação metodológica a partir da proposta de Cristerna (2005) e Guerrero (2002), complementando-se por uma análise de discurso. Outras atividades de investigação realizadas ao longo dos quatro anos do projeto do doutorado, antes, durante e/ou depois do campo, entendemos fazem parte também de uma metodologia que é contingente ou está vinculada, motivo pelo qual às vezes serão trazidas a discussão.

Não obstante, o que se entende quando se fala de uma metodologia de pesquisa qualitativa. Primeiramente, baseando-nos em Gerhardt e Souza (2009, p. 11), elas propõem que “a metodologia está interessada na validade do caminho que foi escolhido para chegar ao fim do propósito de pesquisa, pelo qual não deverá haver confusão entre o conteúdo que seria a teoria, nem com os procedimentos que seriam os métodos e as técnicas”. Portanto, estas autoras usam o conceito de metodologia científica¹, o qual seria:

O estudo sistemático e lógico dos métodos empregados nas ciências, seus fundamentos, sua validade e sua relação com as teorias científicas. Compreende basicamente um conjunto de dados iniciais e um sistema de operações ordenadas adequado para a formulação de conclusões, de acordo com certos objetivos predeterminados (GERHARDT; SOUZA, 2009, p. 11).

Para autoras como Oliveira (2013, p. 43), quem utiliza o conceito de metodologia de pesquisa, esta deve ser entendida como:

Um processo que se começa desde a disposição inicial de escolher um determinado tema para pesquisar até a análise dos dados com as recomendações para minimização ou solução do problema pesquisado. Portanto, metodologia é um processo que engloba um conjunto de métodos e técnicas para ensinar, analisar, conhecer a realidade e produzir novos conhecimentos (OLIVEIRA, 2013, p. 43).

Mas, uma pesquisa só pode começar se existe uma pergunta ou uma dúvida para a qual se deseja buscar a resposta. Pesquisar, portanto, é buscar ou procurar resposta para alguma coisa (GERHARDT; SOUZA, 2009). Aliado a isto, uma pesquisa qualitativa se refere àquela que “começa com pressupostos e o uso de estruturas interpretativas/teóricas que informam o

¹ Método (do grego *methodos*; *met'hodos* significa, literalmente, “caminho para chegar a um fim”) é, portanto, o caminho em direção a um objetivo; metodologia é o estudo do método, ou seja, é o corpo de regras e procedimentos estabelecidos para realizar uma pesquisa; científica deriva da ciência, a qual compreende o conjunto de conhecimentos precisos e metodicamente ordenados em relação a determinado domínio do saber (GERHARDT; SOUZA, 2009, p. 11).

estudo dos problemas de pesquisa, abordando os significados que os indivíduos atribuem a um problema social ou humano” (CRESWELL, 2014, p. 49-50).

Já no que se refere ao método de pesquisa, para alguns autores, ele é compreendido como o caminho a ser escolhido/seguido, através de procedimentos e técnicas adequadas para estudar e explicar o problema, atingindo assim os objetivos preestabelecidos durante a elaboração do projeto de investigação (OLIVEIRA, 2013, p. 48).

Portanto, qual foi a razão de utilizar uma metodologia de pesquisa qualitativa? E no caso, o que ela exigiu de nós? Por um lado, se deveu à necessidade de obter uma compreensão mais complexa e detalhada da temática que queríamos estudar. Dessa forma, o nosso nível de entendimento só seria possível indo até a realidade empírica para falar como as pessoas, podendo lhes observar no dia a dia, e escutar atentamente suas histórias, para assim poder confrontar a realidade, com aquilo que temos lido na literatura. Pelo outro lado, sabíamos que para desenvolver uma pesquisa qualitativa de condições como a que estávamos propondo, seria necessário um alto nível de comprometimento, permanecendo por um período prolongado dentro do campo, passando muitas horas observando e participando, de forma a colher os dados e informações necessárias até criar um *rapport*² (GUBER, 2001; CRESWELL, 2014).

Desse modo, com uma noção conceitual do que pretendíamos fazer, estávamos prontos para entrar no campo. Porém, tinham que ser ajustadas as coordenadas metodológicas, sendo estas: a territorial, a temporal, a temática e a teórica. O autor as descreve como sendo:

Principios básicos, elementales, para poder acotar la investigación, centrar la búsqueda y relacionar el todo con las partes, pero en especial para darle entrada a la información marginal, que casi siempre resulta ser central y una pieza clave que permite develar el enigma, resolver el misterio (DURAND, 2014, p. 263).

Com as coordenadas prontas, depois o armado do quebra-cabeça seria menos difícil. Esta ideia metaforizada por Jorge Durand (2014) propõe que abordar uma investigação se parece a armar um quebra-cabeça. A fase inicial consiste em identificar e colocar os contornos para definir o marco no qual o resto de peças deveriam se encaixar. Uma vez feito isso, então será possível ter uma noção da dimensão e formato que teria a investigação. Não obstante, se a imaginação é indispensável quando brincamos com um quebra-cabeça, a imaginação sociológica é fundamental numa investigação. Para o autor, esta é uma qualidade intelectual que vai de mão entre a reflexão e a abstração (DURAND, 2014, p. 263).

² Trata-se de um termo que não é traduzido ao português, mas que segundo Creswell (2014, p. 53), “significa estabelecer ‘laços fortes’ com alguém ou algum grupo. É estabelecer um ótimo canal de comunicação”.

3.1 AS COORDENADAS METODOLÓGICAS: A TEMÁTICA.

Desse modo chegamos à descrição das coordenadas metodológicas. **A primeira é a temática.** Para autoras como Oliveira (2013), a primeira e a mais importante das etapas da pesquisa deveria ser a escolha de um tema que se torne relevante para o pesquisador e traga uma contribuição para o avanço do conhecimento. Segundo ela, uma pesquisa de sucesso depende da boa definição de um tema, do gosto em estudar tal problemática. Enfatiza ao dizer que “é preciso gostar do tema, pelo qual ele deve estar relacionado com a nossa vida, com nossas experiências. É necessário que sintamos prazer em estudar e aprofundar tal tema para nosso crescimento pessoal e, ao mesmo tempo, para o desenvolvimento de novos conhecimentos” (OLIVEIRA, 2013, p. 46).

Pela sua parte, Creswell (2014, p. 54), disse que “os pesquisadores têm sua história pessoal que os situa como investigadores. Eles também têm uma orientação para a pesquisa e uma noção de ética pessoal e posições políticas que informam a sua pesquisa”. Já Durand (2014, p. 267) define esta coordenada como se tratando do “*tema específico que se quiere investigar. Propiamente se trata de un subtema, de un asunto, de un aspecto de la realidad*”. Portanto, a decisão de escolher como temática de pesquisa a compreensão da capacidade de agência e da arte da resistência das famílias fumicultoras no Brasil e no México, advêm de várias situações.

Primeiro, como através de uma pesquisa qualitativa e de um método consistente que delimite claramente o tema a ser pesquisado, podem ser encontradas respostas a questionamentos recorrentes que olhem às famílias fumicultoras não como sujeitos passivos sem capacidade de intervir na sua realidade. Em segundo lugar, como se dá a continuidade a pesquisas sobre fumiicultura anteriormente realizadas tanto no Brasil como no México.

Tem-se uma visão que olha e questiona dos grupos ligados à fumiicultura o porquê de algumas das suas escolhas e decisões, como por exemplo, por que as famílias continuam produzindo fumo se estão endividadas? Ou, se elas ficam doentes pelo uso de agrotóxicos por que ainda assim continuavam no fumo? Embora a mais inquietante fosse que, “elas não querem sair do fumo porque não sabem fazer outra coisa!”. Essas perguntas ou asseverações que existem no cotidiano da produção de tabaco no Brasil, mesmas que angustiantemente eram divididas com o orientador e coorientador, de algum jeito, nos fizeram refletir e questionar se isso estaria acontecendo da mesma forma no México. Não obstante, acreditamos que ainda que isto possa ser verdade, as famílias não são vítimas passivas da sua situação.

A escolha por este tema se deveu pela decisão de dar continuidade às pesquisas realizadas em torno à fumicultura mexicana, que com anterioridade fizemos no mestrado em *Desarrollo Económico Local* e em outros projetos junto ao grupo de *tabacólogos* no México. Estas pesquisas feitas permitiram-nos identificar várias dificuldades para com as famílias produtoras de tabaco que ainda estão vigentes. Por um lado, que os processos e programas advindos da CQCT não estão tendo os resultados esperados e os recursos econômicos de apoio se chegaram, não foram para beneficiar às famílias fumicultoras que precisavam deles. Pelo outro lado, tem sido observado e documentado que o contexto em que se desenvolvem as atividades agropecuárias no México como um todo, está cada vez mais complexo por fatores de tipo externo, dentre os quais podem ser destacados, mudanças climáticas, insegurança pelo avanço do narcotráfico no rural, estreitamento institucional, assim como pela chegada de empresas de morte como Monsanto.

3.2 AS COORDENADAS METODOLÓGICAS: A TERRITORIAL

A segunda das coordenadas foi a territorial. Refere-se à localização ou lugar onde se desenvolveu a pesquisa³. No Brasil, o lugar escolhido foi o município de Dom Feliciano, no estado de Rio Grande do Sul⁴. Em tanto no México, o município de Santiago Ixcuintla, no estado de Nayarit, foi a realidade empírica estudada.

A zona produtora de tabaco mais importante no Brasil se localiza na região Sul. Os três estados que a conformam responderam por 94,6% de toda a área cultivada na safra de 2017-2018 (AFUBRA, 2019). O Rio Grande do Sul é o maior estado produtor de tabaco no Brasil, considerado como o polo fumageiro nacional que aporta em média o 50% do total produzido. Em tanto, Santa Catarina e Paraná aportaram o 28% e 22% respectivamente para a safra 2017-2018 desta região de acordo com o SindiTabaco (2019). Para o ciclo produtivo em questão (2017-2018) o estado rio-grandense contabilizou 227 municípios, 75 mil famílias produtoras, 300 mil pessoas envolvidas no meio rural, 314 mil toneladas produzidas, R\$ 2,89 bilhões de receitas aos produtores, e US\$ 1,555 bilhão em exportações (SindiTabaco, 2019).

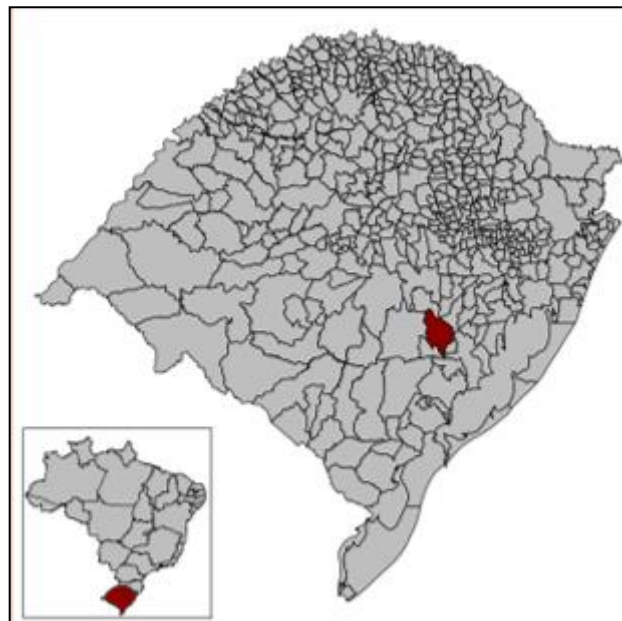
³ “El espacio tiende a ser un concepto muy general y poco acotado. Es por eso que es más apropiado definir la coordenada como territorial. El territorio, a diferencia del espacio, tiene fronteras que es necesario definir” (DURAND, 2014, p. 265).

⁴ Este lugar localiza-se na zona Sul, na microrregião de Camaquã, distante em aproximadamente 100 quilômetros de Rio Pardo, 200 de Candelária e 140 de Santa Cruz do Sul (DEPONTI; SCHNEIDER, 2013).

Dos mais de 200 municípios gaúchos produtores de tabaco, **o escolhido para a pesquisa de campo foi Dom Feliciano**⁵. Ainda que ele não faça parte da região do Vale do Rio Pardo, nem no *top-ten* do ranking dos municípios produtores mais importantes, o olhar inicial se orientou por vários fatores. Um deles foi a sua importância produtiva no nível nacional e estadual. Na safra 2015-2016 estava na 13^a. posição do citado ranking. Já para a safra 2017-2018 se posicionou na posição 14 com 10.740 toneladas produzidas e 1.872 famílias (SindiTabaco, 2019).

O segundo fator, e o mais decisivo, refere-se a que na revisão bibliográfica realizada no período de aulas do doutorado (2016- 2017) encontramos que Dom Feliciano havia sido escolhido para a instrumentação do “Projeto Piloto para a Geração de Referências para a Diversificação da Produção e Renda em Áreas de Fumo” [chamado só de Projeto Piloto] (DEPONTI; SCHNEIDER, 2013), sobre a coordenação do extinto Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA).

Figura 1 - Zona de estudo no Brasil delimitada por estado e município



Fonte: Elaborado pelo autor com R Core Team (2019).

⁵ O primeiro contato com a realidade fumageira do Rio Grande do Sul se deu em fevereiro de 2017 ao longo de uma semana quando se deu a oportunidade de conhecer o município de Paraíso do Sul, RS, assim como alguns outros que são vizinhos como Dona Francisca e Agudo. A ajuda veio da Rosiéle Ludtke, militante do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e técnica que participa de chamadas públicas de agroecologia para o desenvolvimento de projetos nessa região. Foi quem fez possível conhecer algumas famílias produtoras e suas propriedades.

A partir desta questão houve um interesse muito especial por saber quais haviam sido as ações institucionais realizadas pelo MDA através do Projeto Piloto e qual foi o resultado de estas em Dom Feliciano. Inferimos que a intervenção do MDA no município, mediante programas e recursos vinculados aos artigos 17 e 18 da CQCT, de alguma forma teriam que ter trazido possíveis efeitos de mudança e câmbios na organização social, econômica e/ou política em torno aos diversos atores municipais presentes no território.

A nossa intenção ao escolher Dom Feliciano era determinar e analisar quais foram as ações e as reações das famílias no município, frente ao Projeto Piloto e a CQCT em geral. Queríamos saber se estes se tornaram facilitadores, articuladores ou no caso limitaram as estratégias das famílias produtoras. No entanto, também queríamos conhecer se por acaso o Projeto Piloto não tivesse funcionado, que haveriam sido as razões ou motivos dessa situação, e em que medida houve uma influência da ação das famílias fumicultoras, seja para o sucesso o possível insucesso.

Em janeiro de 2018, pouco antes da qualificação do projeto de tese, se realizou uma visita de reconhecimento por três dias a Dom Feliciano para identificar as vias e formas de acesso, tempo de viagem e, sobretudo, conversar com os técnicos do escritório municipal da Emater/RS que iriam nos ajudar no decorrer do trabalho de campo.

Mesmo assim, este município não era o único que havia se proposto como zona de estudo, senão também, Vale do Sol/RS. Os motivos que nos levaram a decidir que Dom Feliciano fosse o único caso de estudo se apresentaram em novembro de 2018, um mês depois de haver chegado a viver neste município. A total disposição do escritório municipal da Emater/RS e da Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Rural, quem nos levaram e apresentaram com algumas famílias fumicultoras foi determinante. Além disso, outros contatos que foram sendo construídos com rapidez influenciaram a decisão.

Mas, também é necessário ressaltar que abrir mão do município de Vale do Sol se fundamentou por outras razões importantes. Consideramos que fazer campo em dois municípios com um lapso seis meses (outubro 2018/março 2019) seria difícil e possivelmente não realizaríamos uma pesquisa de qualidade. Os dois municípios são distantes geograficamente pelo tanto a questão dos deslocamentos não seria fácil, aliados a que criar contatos e novas relações seria demorado o qual iria interferir no bom desenvolvimento da pesquisa. Assim foi que se decidiu que se Dom Feliciano era o único município haveria condições de fazer uma pesquisa bem mais aprofundada e detalhada, tanto que ela foi até abril de 2019, um mês depois do planejado.

Decerto é também que outro fator importante se suscitou ao longo dos primeiros dias de campo em Dom Feliciano. Quando nas visitas para apresentação com a Emater, Prefeitura, as famílias, ou outros dos atores; questionavam-nos [em sentido do porque se havia escolhido o município]: como foi que tu vieste parar aqui ao fim do mundo? A resposta era por haver ficado sabendo do Projeto Piloto. Mas quando regressávamos a perguntava para eles no sentido de se conheciam tal Projeto ou pesquisas realizadas pelo MDA, houve pessoas que quando bem respondiam, diziam que não sabiam ou não conheciam. No entanto, outras chegaram a fingir ignorância, trocavam de tema ou terminavam por responder qualquer coisa. Isso nos provocou dúvidas e nos fez refletir que algo estranho acontecia ao grau que não era por acaso essas reações.

Ainda que seja desnecessário agregá-lo, é também importante. Em Dom Feliciano, todas as falas levam ao fumo. Nas conversas e/ou bate-papo travados em diferentes encontros, reuniões, apresentações e até churrascos e no chimarrão, o tema que sempre estava presente era o fumo; fosse para se queixar da produção em geral ou para falar de como a lavoura estava indo.

O município mexicano de estudo desta tese foi Santiago Ixcuintla. Uma das motivações principais se deve a que este é o município produtor de tabaco mais importante de Nayarit e do México. A produção nacional se compõe somente de cinco estados. Nayarit é o principal com uma superfície de 5.410 hectares que representam o 89.12% nacional, donde se produzem 13.470 toneladas equivalentes ao 92.31% do total mexicano. O resto da produção se divide entre os estados de Veracruz, Chiapas, Guerrero y Tabasco que contabilizam conjuntamente 660 hectares plantados e 1.122 toneladas produzidas, ou seja, o 10.87% e 7.68% respectivamente (SIAP, 2019).

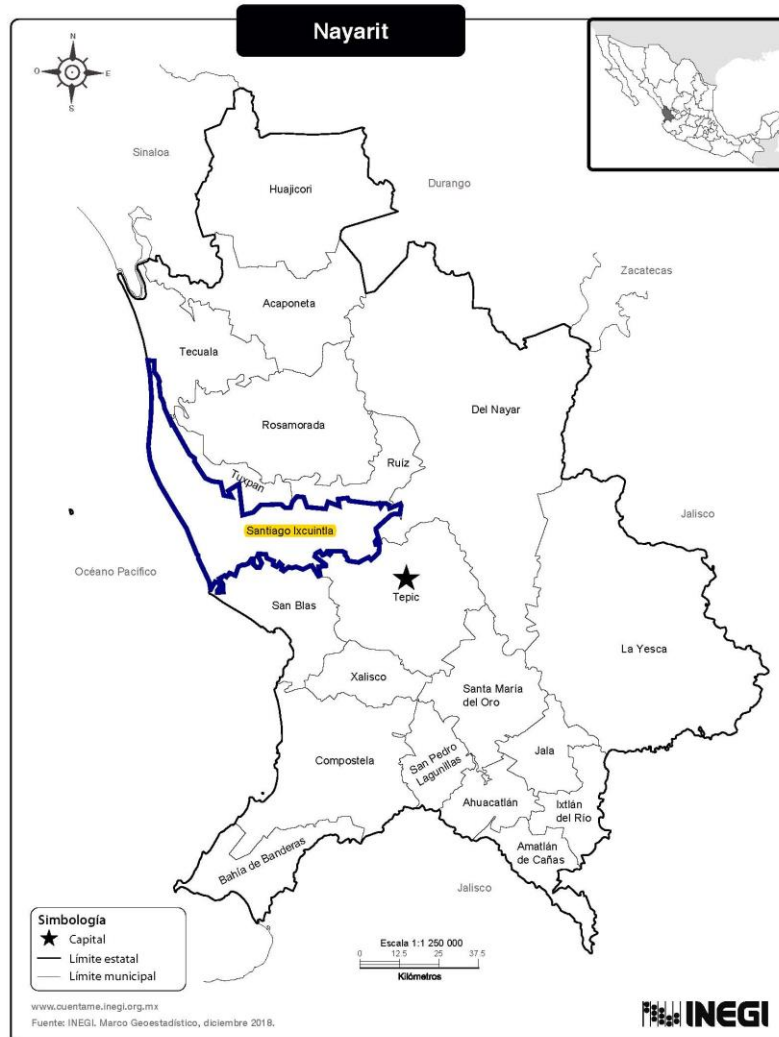
Para a safra 2017-2018, segundo dados do SIAP (2019), Santiago Ixcuintla contabilizou 3.865 hectares plantados que resultaram em uma produção de 9,778 toneladas, e um rendimento médio de 2.530 toneladas/hectare. Com base nos dados anteriores, o município lhe aporta à produção nacional de tabaco o 63.67% da superfície cultivada e 67% do volume total produzido para o ciclo produtivo citado.

Outros dados que respaldaram a escolha deste município são que, segundo o SIAP (2012), a importância econômico-produtivo do tabaco se aproximou de R\$ 47.512.224,14 gerados como renda bruta pela produção para a safra 2011-2012⁶, dos quais Santiago

⁶ Em pesos mexicanos o Valor Total da Produção (VTP) teria sido de 171 milhões dos 220 milhões totais. Deve-se lembrar que nos diferentes casos quando se refere a moeda em pesos mexicanos, usa-se uma

Ixcuintla obteve R\$ 37.056.660,72 (78%). Outros elementos a destacar são que, em termos sociais as aproximadamente três mil famílias que se vinculam a produção, conseguem ter acesso aos serviços de saúde e aposentadoria rural pelo fato de serem produtoras. Este é um direito que somente o tabaco, junto à cana-de-açúcar oferece. Diante do anterior, os benefícios que esses grupos obtêm junto esta cultura são muito difíceis de ser obtidos por outros cultivos na região como feijão, sorgo e milho; ou mesmo, aqueles que estão sendo promovidos como as principais alternativas de diversificação do tabaco (CASTELLÓN, 2012).

Figura 2 - Zona de estudo no México delimitada por estado e município



Fonte: Inegi (2018).

conversão que resultaria em cifras apresentadas em reais (R\$) de acordo com a calculadora de tipos de câmbio e de divisas do Banco de México (XE, 2019).

Além disto, somente no ano 2012 o tabaco foi responsável em Nayarit pela geração de fontes de emprego para 18 mil diaristas (CASTELLÓN, 2012), que se traduziram em um milhão 600 mil jornadas de trabalho para os aproximadamente três mil produtores que cultivam perto dos sete mil hectares, com uma colheita de 17 mil toneladas e uma renda bruta superior aos R\$ 67.200.699,04 (GÓMEZ, 2012), ao longo do ciclo produtivo que abrange desde os meses de novembro até maio-junho do ano seguinte.

Não menos importante para a escolha deste município foi a origem familiar e a trajetória pessoal do autor da tese. Sou natural do lugar, morando ininterrompidamente até praticamente os 30 anos quando saímos para estudar o doutorado no Brasil. Isto se torna uma motivação e ao tempo uma obrigação moral e ética de compreender socialmente a realidade e poder ajudar com diferentes aportes desde uma investigação como a que aqui está se propondo. Estavam e continuam estando envolvidos certos sentimentos e compromissos ético-morais, principalmente, para com as famílias produtoras que habitam no território.

Os vínculos com este se fortalecem, tanto que aqui cabe aquele ditado de que “*la gente sale del campo, pero el campo no sale de la gente*”. Isto é verdade já que ao longo dos quase quatro anos do doutorado, constantemente alguns dos contatos e amigos no México nos atualizavam de notícias e situações que estavam acontecendo. Outros compartilhavam fotos, falavam de como eles achavam que tinha sido a safra, as brigas e desacordos entre eles e as firmas, entanto outros conversavam da renda final obtida e até o que iam fazer com ela.

3.3 AS COORDENADAS METODOLÓGICAS: A TEMPORAL

De acordo com Durand (2014, p. 265), “*la coordenada temporal se refiere al periodo que se piensa estudiar. Delimitar con fechas precisas la investigación es una manera muy práctica de recortarla, de ponerle límites*”. Adicionalmente, será aqui descrito o período temporal da pesquisa de campo nos territórios brasileiro e mexicano.

Como período inicial de estudo se estabeleceram dois momentos: i) anterior à ratificação da CQCT que iria de 1995 até 2005; e, ii) posterior à ratificação da CQCT que estaria abrangendo de 2006 até 2019. Ao longo desse recorte temporal se estabeleceram alguns elementos que seriam de soma importância para esta tese. Por exemplo:

- a) câmbios e mudanças técnico-produtivos na produção de tabaco nos dois países pela emergência da CQCT;
- b) mudanças socioorganizativas das famílias fumicultoras como reação direta aos desdobramentos e efeitos da CQCT.

- c) avanços e resultados em matéria de políticas e programas advindos dos artigos 17 e 18.

O estabelecimento do período “anterior à ratificação da CQCT” se pensou como fins meramente comparativos, pois dessa forma poderíamos colocar um ponto no tempo que pudesse nos ajudar a realizar o contraste de quais seriam as principais evidências de mudanças ou câmbios provocados pelos efeitos do Convênio.

Contudo, o nosso foco de interesse em ambos os períodos, junto às mudanças ou além delas, objetivava compreender quais haviam sido as ações e as respostas das famílias produtoras de tabaco, que na forma de estratégias criadas em relação ou interfase com outros atores, são acionadas para fazer frente às adversidades do contexto social e político-econômico.

Trata-se de um período de estudo de aproximadamente vinte cinco anos (1995-2019) no qual se buscou analisar a detalhe e com profundidade, a capacidade de agência e a arte da resistência das famílias produtoras de tabaco tanto no Brasil quanto no México. Como foi apresentado nas primeiras páginas desta tese, algumas ações institucionais previas a CQCT já estavam sendo desenhadas e até aplicadas na forma de normatividades, que além de eventos e outras situações, vinham criando restrições ou punindo a produção de tabaco em campo. Diante desse contexto maior, buscamos identificar e compreender como as famílias fumiculturas reagiram frente a esse conjunto de situações e, sobretudo, se com a ratificação e a instrumentação da CQCT, sua agência se tornou mais complexa, sofisticada e/ou eficaz.

Articulada com a coordenada metodológica territorial, explicamos aqui que o trabalho de campo abrangeu pouco mais de um ano em ambos os países. Ele foi feito primeiramente no México aonde se desenvolveu de março até setembro de 2018. Aplicaram-se técnicas e instrumentos de uma pesquisa etnográfica como observação direta, diário de campo e a realização de 27 entrevistas totais, das quais 17 foram com famílias fumicultoras; duas com lideranças de organizações agrícolas locais, duas com membros da associação dos produtores de tabaco; uma com um funcionário governamental; uma com um jornalista local; uma com um professor universitário; e, mais uma com três estudantes universitários participantes de um projeto de pesquisa com fumageiras.

No Brasil, o trabalho de campo abrangeu de outubro de 2018 até abril de 2019. Elaborou-se também um diário de campo a partir da observação participante e das convivências com as famílias fumicultoras. Além disso, realizamos 23 entrevistas semiestruturadas, das quais nove foram com famílias, e destas se realizaram entrevistas em profundidade e trabalho mais detalhado em cinco desses grupos. Assim mesmo, houve

entrevistas com quatro técnicos da Emater/RS; cinco com funcionários da Prefeitura e das suas Secretarias; duas com funcionários da Coopacs; uma com o presidente do Sindicato de Agricultura Familiar; uma com uma vereadora municipal; e, uma com um instrutor de uma firma fumageira.

No México, se realizaram 27 entrevistas junto a 14 famílias fumicultoras, aprofundando-se o trabalho com sete delas. O resto das 13 entrevistas se conformou de informantes como políticos, lideranças dos produtores, funcionários governamentais, jornalista, professores universitários, estudantes e trabalhadores migrantes. Destaca-se que tanto no Brasil como no México, fizemos o que chamamos de *convivências* com as famílias, não quais houve uma interação em diferentes espaços e momentos, tanto na vida e dinâmica diária do grupo, na colheita de fumo em campo, e nas festas religiosas das comunidades do interior ou em comemorações locais celebradas na sede do município.

3.4 AS COORDENADAS METODOLÓGICAS: A TEÓRICA

Para Durand (2014), esta coordenada se torna um desafio tanto para novos, como para velhos pesquisadores. Para os primeiros, se deve à incerteza e à insegurança por ter que escolher um marco interpretativo que não se conhece. Tanto que, para os segundos, apesar de já haver tentando a mudança ou a atualização teórica lhes resultou difícil, embora que também não confiam ou às vezes são incapazes de ver o câmbio.

A coordenada teórica está composta pelo marco teórico referencial entre a Perspectiva Orientada ao Ator e a Arte da Resistência e os Diálogos Ocultos. A primeira destas, visa a entender os processos de mudança pelos quais certas formas sociais surgem, são transformadas e retrabalhadas na vida das pessoas. A análise da ação social e da intervenção para o desenvolvimento foca no espaço social como o lugar desde o qual se dá visibilidade às formas em que indivíduos e certos grupos alteram os processos de intervenção externa e terminam por integrá-lo às suas vidas em uma série de estratégias de reprodução social como uma forma de geram suas próprias trajetórias para a mudança social (ARCE, 2003; DEPONTI, 2007; LONG; PLOEG, 2011).

Pelo outro lado, os Diálogos Ocultos e a Arte da Resistência (DOAR) (SCOTT, 1985; 2000) centram no estudo das lutas contínuas e nas formas cotidianas em que as sociedades camponesas e outros grupos desfavorecidos, frente àqueles que buscam historicamente se apropriar do trabalho, recursos, alimentos, etc., vem criando e desenvolvendo formas sutis de defender seus interesses. Os caracterizados como “mais fracos” (camponeses, escravos, servos

e outros dominados) não se desafiam a rejeitar de forma aberta as condições de subordinação em que estão imersos, senão que para isso criam e constroem de forma oculta um espaço social de luta/defesa desde o qual poder expressar sua rejeição ou desacordo ao discurso oficial das relações de poder.

Essa proposta teórica propõe que cada grupo subordinado produz, a partir do seu sofrimento, um discurso oculto que representa uma crítica direta ao poder do dominador. Embora esses diálogos ocultos, nem sempre se dão na forma comum da linguagem, senão através de uma diversidade de formas às vezes caladas ou passivas, servem para protestar sigilosamente desde o espaço e discurso privado, diante das divergências existentes ao discurso público. Os grupos em condições de aparente subordinação são criativos em discordar e contrariar desde um espaço socialmente construído as relações de dominação aparente em que se encontram. Com esse marco teórico referencial ou coordenada teórica, junto às outras coordenadas mencionadas, confiamos que é possível dar conta das ações e reações das famílias fumiculturas em ambos os territórios aqui propostos.

3.5 TIPO DE PESQUISA E A FONTE PARA A OBTENÇÃO DOS DADOS E AS INFORMAÇÕES

Uma vez feita a descrição das coordenadas metodológicas que nos ajudaram a orientar a construção da metodologia de pesquisa e outras atividades de investigação desta tese, adicionamos a explicação do método etnográfico que suportou e etapa do trabalho de campo. Confiamos que esse método, ainda que inicialmente não era o planejado, terminou sendo de maior utilidade, sobretudo pela complementariedade e a afinidade existente entre o referencial teórico utilizado e a etnografia da fumicultura realizada.

Antes da entrada a campo, mais ou menos perto da qualificação, houve várias perguntas de colegas e estudantes ao interior do PGDR no sentido de se iria fazer uma etnografia ou se trabalharíamos com o método etnográfico pelo fato de usar a POA/DOAR como referencial teórico. Naquele momento, a nossa intenção, mais que evadir o compromisso ou desafio de fazer uma etnografia, era trabalhar com um método flexível que permitisse entrar à realidade empírica e conforme o desenrolar das vivências em campo, ir fazendo ajustes.

Propôs-se adotar então procedimentos metodológicos baseados numa **pesquisa participativa**, porque segundo algumas autoras, este tipo de investigação exige do pesquisador um compromisso ou envolvimento, uma identificação com a população da

comunidade em que se realiza o estudo. Descrita assim, a etnografia se considera, a modo de regra uma modalidade de pesquisa realizada com comunidades carentes ou grupos desfavorecidos como operários, índios, camponeses, entre outros (SILVEIRA; CORDOVA, 2009; OLIVEIRA, 2013).

Ao voltar do campo e já durante a fase de escrita, houve novamente perguntas nos questionando se tínhamos feito uma etnografia ou se havíamos usado somente as ferramentas de uma pesquisa etnográfica. Decerto, sabíamos que havíamos feito uso de instrumentos na forma de observação direta, observação participante, entrevistas semiestruturadas e o diário de campo. Havia se realizado um ano em trabalho de campo nos dois países e em ambos os lugares se decidiu por viver no município pesquisado para estar perto das famílias e acompanhar seu dia a dia. Não obstante, confiávamos que isso não era garantia de haver feito uma etnografia.

No que concerne ao trabalho de campo no México, de acordo com a literatura, havíamos realizado uma etnográfica de casa:

Se entiende por ésta al trabajo de investigación realizado ya sea en la comunidad de origen del investigador, conociendo las costumbres y prácticas de comportamiento de sus pobladores; como también a los estudios realizados en comunidades donde el investigador, sin ser originario del lugar, ha convivido por largos períodos de tiempo con los lugareños (sea por motivos de trabajo u otros) a tal punto que éstos le consideren una persona de confianza (GARCÍA MUÑOZ, 1995; *apud* MADERA, 2006, p. 59).

Apesar de estar em “casa”, fazer uma pesquisa no lugar de origem não é fácil. Conhecer a realidade e alguns elementos em torno dela demanda como pesquisador a tenência de uma agudez maior para estar atento e prestes a ver, conhecer e escutar coisas novas que podem ser passadas como já conhecidas ou óbvias. Se isso acontece, se deixam escapar, sem se dar conta, detalhes de grande valor. Ser filho de família fumicultora não abre todas as portas, como no caso das firmas fumageiras, que se negaram a oferecer uma entrevista apesar de explicar a detalhe os objetivos da pesquisa. Mandemos e-mails, falamos com instrutores na própria casa dos pais, se ligou por telefone ou nos apresentamos como natural do lugar, mas não foi suficiente. Até os amigos empregados nas firmas rejeitaram o pedido de entrevista, ou só ficaram adiando uma conversa que nunca aconteceu.

Outro desafio de fazer etnografia em casa vem dos compromissos e/ou benefícios que as pessoas esperam receber. Um questionamento recorrente era “*en que nos va a beneficiar a nosotros ese estudio? Porque ya vinieron varios, platicamos con ellos y jamas volvieron*”. As cobranças e as esperanças se misturam no momento em que se vai ao encontro de informantes

chaves, como, por exemplo, quando nos disseram *“el campo mexicano esta mal. A los campesinos nadie los ayuda. Tu tienes que hacer algo por tu municipio”*.

Esses sentimentos e emoções, de desespero ou esperanças, quando se esta a busca dos atores para pedir uma entrevista, se transformam em quase que nem uma banca de tese. Uma manhã de quinta-feira de junho chegamos procurando um ator chave que nos haviam indicado a partir de outra entrevista. Perguntamos por ele e mandaram chamá-lo. Começamos nos apresentando e falando da pesquisa que estava-se fazendo, quando então o pai do ator se aproxima e se torna parte da conversa introdutória. Convidaram-nos pegar uma cadeira para ficar mais confortáveis e é nesse momento que o filho do ator a entrevistar pega cadeira e senta também conosco. Da nada, em cinco minutos, estávamos frente aos questionamentos do avo, pai e filho. Aquela conversa levou em torno de 45 minutos aproximadamente abrangendo diferentes tópicos, desde a situação do setor agrícola mexicano, das insatisfações para com a fumicultura, e sobre o funcionamento da produção de tabaco no Brasil. Não obstante, a entrevista não se realizou naquele dia. Precisemos voltar alguns dias depois e basicamente foi para confirmar situações e tópicos que haviam sido abordadas no primeiro encontro.

A pesquisa no Brasil se realizou também através do método etnográfico. A ideia inicial não era ir e morar nos municípios de estudo, senão fazer imersões de três ou quatro dias ficando no local e voltando para Porto Alegre que seria o lugar de residência. Não obstante, semanas depois de haver chegado a Dom Feliciano se decidiu que era melhor morar no local mesmo. Alguns dos motivos foram as preocupações pessoais vindas dos comentários mais ou menos de que pelo fato de “ser estrangeiro/alheio ao lugar as famílias iam demorar para me acolher/aceitar”.

Na chegada em campo, a primeira ação foi a apresentação com a equipe do Escritório Municipal da Emater/RS para quem explicamos os objetivos da pesquisa que se pretendia fazer. Eles se dispuseram a nos ajudar, de modo que fizeram uma lista inicial das famílias que poderiam ser visitadas, assim como um agendamento das datas em que nos levariam nas propriedades para conhecer essas famílias. Assim também, houve apresentações com outros atores municipais de diferentes instâncias e com famílias do município que eram assistidos da Emater/RS, mas que não estavam na lista.

O mês de outubro de 2018 se desenrolou entre apresentações e a realização de análise documental aos arquivos, relatórios e outras informações dessa organização citada. Não obstante, esse primeiro mês foi um furacão de informações e de dúvidas de não saber o que fazer diante da realidade encontrada.

A partir das conversas travadas nos encontros com as famílias e os diferentes atores foram emergindo várias dúvidas e questionamentos. Instigava-nos por uma parte essa sensação de encontrar que as pessoas não queriam falar do Projeto Piloto; como pela outra, parecia que todas as conversas levavam ao fumo. Na rua, no supermercado, na farmácia, na padaria, ou qualquer outro lugar se algo se conversava que tinha a ver com o tabaco. Encontraram-se divergências e convergências em torno ao “fumo bom”/“fumo ruim”, tanto que de manhã, com o chimarrão na volta, podia-se conversar com alguém e o fumo havia sido um sucesso. Já no meio dia outra pessoa se queixava do ruim que havia sido a safra passada, mas já estava preparando os canteiros para a seguinte. De noite, quando o churrasco acontecia, era comum escutar daqueles que haviam ficando endividados ou dos que haviam vendido muito bem. Todo isso num mesmo dia. Nesse momento foi quando a decisão de permanecer só com um município de estudo e residir em Dom Feliciano se apresentou como o caminho mais viável para a realização da tese.

Os meses seguintes conforme íamos fazendo a revisão bibliográfica, análise documental e acompanhando as visitas com os técnicos da Emater, havia coisas que não eram compreendidas ou que se tornavam complexas. Por exemplo, não era possível enxergar que o município estivesse em más condições ou em um arrastão por causa do tabaco como algumas pesquisas que havíamos revisado documentavam. Surpreenderam-nos também a recepção e abertura das pessoas, tanto que quando alguns deles perguntavam, como é que você veio parar aqui ao fim do mundo? Apenas se começava a responder “É que estou fazendo uma pesquisa em torno à fumicultura...”, a contrarresposta era, “ah, então tá no lugar certo. Aqui é o lugar do fumo”. E logo vinha o convite para ir e conhecer a propriedade.

Ainda assim demoremos até dezembro para fazer a primeira vivência com as famílias. Foram visitas as suas propriedades donde se deu a possibilidade em alguns casos, de passar e posar a semana toda ou apenas um par de dias. Acordávamos com eles e era feita a mesma rotina de tomar o café da manhã, de ir para a lavoura e colher fumo de manhã ou de tarde, carregar a estufa, tomar chimarrão antes do almoço, jantar, etc. Para chegar as propriedades os técnicos da Emater ofereciam carona, em outras fomos de bicicleta ou em algumas até a pé.

Portanto, a partir das características e pelas condições em que a pesquisa de campo no Brasil se terminou por apresentar, consideramos que longe das nossas pretensões e os planejamentos havíamos terminado por fazer uma etnografia. Segundo alguns autores a entendem como “um processo que envolve observações ampliadas do grupo, mais frequentemente por médio da observação participante em que o pesquisador mergulha nas vidas diárias das pessoas e observa e entrevista aos participantes do grupo” (CRESWELL,

2014, p. 82). Existem outras definições como, por exemplo, a de Guber (2001), quem a considera como:

[...] un método abierto de investigación donde caben... fundamentalmente, la observación participante y las entrevistas no dirigidas, y la residencia prolongada con los sujetos de estudio. La etnografía es el conjunto de actividades que se suele designar como *trabajo de campo* y cuyo resultado se emplea como evidencia para la descripción. Los fundamentos y características de esta flexibilidad o apertura radican precisamente, en que son los actores y no el investigador, los privilegiados para expresar en palabras y en prácticas el sentido de su vida, su cotidianidad, sus hechos extraordinarios y su devenir (GUBER, 2001, p. 11-22).

Uma vez havendo definido e explicitado o tipo de pesquisa realizada e as fontes nas quais se obtiveram os dados e as informações, na seguinte seção se descreve o levantamento, organização e análise, tanto nas técnicas utilizadas, como na estratégia de categorização e triangulação metodológica desenvolvida que é uma proposta própria desta tese.

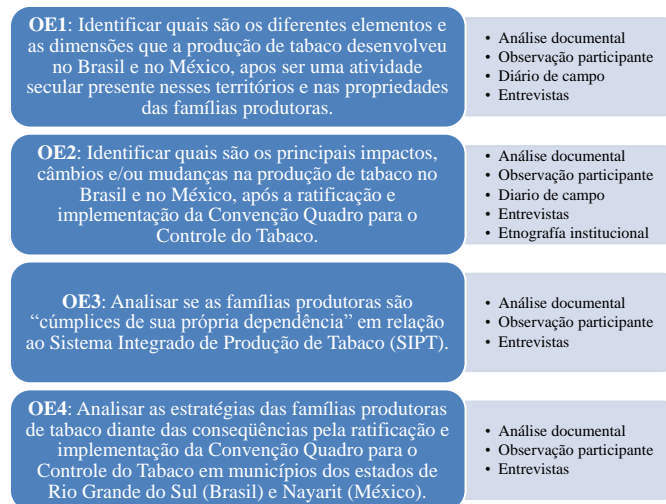
3.6 TÉCNICAS PARA O LEVANTAMENTO DE DADOS E INFORMAÇÕES

As técnicas e instrumentos de pesquisa que foram utilizados para o desenvolvimento do trabalho de campo são aqueles relacionados com investigação qualitativa⁷ e especificamente com o método etnográfico. Destacam-se: **a observação direta e participante, entrevistas semiestruturadas, e o diário de campo**. Outros instrumentos de pesquisa importantes também utilizados foram a revisão bibliográfica, análise documental, e a etnografia institucional.

Sua utilização teve um caráter transversal porque não só se aplicaram ao longo das atividades do campo, senão também porque se incorporaram a atividades de trabalho desenvolvidas durante os dois primeiros anos do doutorado em que se construiu o projeto de pesquisa em que se apoiou esta tese. O focus group, ainda que houvesse sido considerada para ser usada como ferramenta de pesquisa, devido à falta de tempo para sua organização não foi realizada.

⁷ Para Silveira e Cordova (2009), algumas das características centrais deste tipo de investigação são: i) uso da observação participante, das entrevistas intensiva e da análise de documentos; ii) a interação entre pesquisador e objeto pesquisado; iii) a flexibilidade para mudar os rumos da pesquisa; iv) a ênfase no processo, e não nos resultados finais; v) a visão de sujeitos pesquisados sobre suas experiências; vi) a não intervenção do pesquisador sobre o ambiente pesquisado; vii) a variação do período, que poder ser de semanas, de meses e até de anos; e, viii) a coleta de dados descritivos, transcritivos literalmente para a utilização do relatório.

Figura 3 - Técnicas de campo para coleta de dados e informações segundo objetivos específicos



Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

A Figura anterior apresenta uma síntese da metodologia empregada, no qual se mencionam as ferramentas de pesquisa etnográfica utilizadas, na sua relação com cada um dos objetivos específicos estabelecidos, colaborando assim na obtenção de dados e informações que serão utilizadas para o cumprimento do objetivo geral e dos compromissos de pesquisa desta tese.

A **análise documental** se realizou a materiais e informações sem tratamento analítico dentre os quais se podem mencionar reportagens de jornais em Nayarit e em Rio Grande do Sul, minutas de trabalho de encontros na Câmara dos Deputados e Senadores no México, dados estatísticos da produção de tabaco não sistematizados, relatórios do Grupo de Trabalho para a discussão de Alternativas Economicamente Viáveis ao cultivo de tabaco (em relação aos artigos 17 e 18 da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco), e reportagens de televisão envolvendo vários tópicos da produção fumageira, principalmente no Rio Grande do Sul pela ocasião da ratificação da CQCT.

A **revisão bibliográfica** se centrou na leitura e análise de materiais em torno a artigos, relatórios, TCC, dissertações e teses, principalmente. O escopo deles procurou ser consultado em três grandes temáticas: fumicultura; campesinato; e Perspectiva Orientada ao Ator e Diálogos Ocultos e Arte da Resistência. Não obstante houve outras temáticas relacionadas como soberania e segurança alimentar, agroecologia, dialogo de saberes, construção de conhecimento, e inovações socioorganizativas; que também foram consultadas a maneira complementar as anteriores. Buscou-se, sobretudo, atingir um propósito duplo, que por uma parte era a revisão bibliográfica, mas pelo outro era a possível elaboração de artigos para

publicação em revistas ou participação em congressos discutindo e debatendo essas temáticas procurando cumprir os requisitos obrigatórios do PGDR.

A utilização da **etnografia institucional**⁸ pela sua parte como uma ferramenta de pesquisa teve a finalidade de realizar uma análise que permitiu encontrar *pistas* ou *insights* sobre a situação em cada um dos países das trajetórias da CQCT e das políticas e programas que dela se derivaram. Como uma investigação mediante a qual é possível incorporar uma visão mais ampliada da estrutura de operação *in situ/in loco* de um programa governamental, esta ferramenta coloca ênfase na função do ator local em sua relação com outros atores institucionais, considerando não só aspectos de gestão pública, senão que realiza uma leitura sociopolítica e antropológica da governança num contexto local (TORRES, *et. al.*, 2015, p. 53). Foi possível documentar a trajetória histórica da CQCT em ambos os países, momentos e fases de estreitamento institucional, de desmonte do Estado no que se refere à falta de continuidade e/ou desaparecimento de programas e dependências governamentais, assim como o destino final dos recursos econômicos de apoio. Essas três ferramentas conjuntas foram importantes na construção do projeto de qualificação defendido em fevereiro de 2018.

Dessa forma, havendo elaborado uma revisão teórica e a construção de alguns instrumentos de pesquisa em torno à metodologia qualitativa se estava prestes a sair à realidade empírica para realizar o trabalho de campo.

A observação⁹ foi a primeira ferramenta a ser utilizada no trabalho de campo. No México, as saídas à realidade rural foram por conta própria, sem depender de ajuda de alguém para os deslocamentos e apresentação na procura dos atores. Não obstante, antes das visitas propriamente para o trabalho de campo e durante o início destas, houve novos elementos na paisagem do tabaco que nos instigaram. Apesar de esse panorama ser familiar, eram desconhecidos ou novos, como por exemplo, a presença de banheiros portáteis no meio das lavouras (Ver Anexo A) e uma variedade de tabaco diferente à Virgínia e a Burley cultivadas tradicionalmente. Foram os primeiros registros de diário de campo e situações a ser pesquisadas e/ou questionadas nos encontros com alguns informantes chaves.

No caso do Brasil, as saídas para trabalho de campo demoraram mais um pouco em relação as saídas do México. Em parte, se deveram ao desconhecimento da realidade e a ter

⁸ Trata-se de um estudo etnográfico das operações reais de uma Instituição que permite ter acesso às lógicas internas de suas instituições específicas para dar conta de seus câmbios e continuidades (HEVIA, 2011, p. 337).

⁹ “Inclui o registro válido, confiável e sistemático de comportamentos e características de pessoas, objetos, meio ambiente e fenômenos. Portanto, o papel do investigador se torna de vital importância para observar o que se quer e que tem sido claramente especificado, fazendo distinção daquilo que realmente é de utilidade, do que se deve ver, contra aquilo que não forma parte de nosso interesse” (PACHECO, 2006, p. 121).

que aguardar que a aproximação às propriedades fumicultoras se desse com a ajuda da Emater/RS. Se bem existia um sentido de conveniência, o que estava no fundo era o respeito pelo trabalho e presença da própria organização no local. Entre as algumas das visitas de apresentação e de acompanhamento aos seus assistidos que a Emater/RS fazia, aproveitava para lhes acompanhar e ir observando essa realidade rural.

Uma das primeiras situações nas quais se colocou muita atenção foi uma ideia mais ou menos em torno a que “o fumo faz praticamente parte do jardim, porque fica muito perto da casa aonde a família mora”. Encontramos esse trecho na forma de conclusão/reflexão em alguma das leituras que haviam sido feitas entre 2016 e 2017 na revisão bibliográfica de artigos, dissertações e teses que tinham a ver com fumicultura. Foi uma asseveração que nos instigou bastante desde o primeiro momento, tanto que na entrada a campo procurávamos entender qual era o significado que isso representava para quem havia pesquisado e encontrado essa situação, assim como o porquê das famílias organizavam desse modo a sua propriedade.

As atividades de observação em ambos os países se alternavam com a revisão bibliográfica e a análise documental. Isto como uma forma de contrapor as evidências encontradas, que em algumas ocasiões resultavam de difícil compreensão, motivo pelo qual havia que voltar à bibliografia existente, para revisar novamente o sentido que no seu momento havia sido dado pelos pesquisadores que estiveram previamente conosco no território.

Em ambas as zonas de estudo, entre visitas parciais ou breves a campo, demoraram de dois a três meses para entrar verdadeiramente em contato com as famílias no objetivo de fazer as entrevistas e a observação participante. Isto se deveu a que sentíamos a existência de dúvidas e elementos que não estavam sendo entendidos ou compreendidos plenamente. Não obstante, se sabia que era possível adiar mais a entrada a campo. Confiávamos que as dúvidas teórico-metodológicas e próprias da formação social/pessoal, seriam confrontadas na imersão na realidade.

Em esse momento teve sentido uma proposta de Rosana Guber (2001, p. 11-22), quem propõe que:

El investigador social solo puede conocer otros mundos a través de su propia exposición a ellos. Esta exposición tiene dos caras: los mecanismos o los instrumentos que imagina, crea, ensaya e recrea para entrar en contacto con la población en cuestión y trabajar con ella; y los distintos sentidos socioculturales que exhibe en su persona.

No entendimento de não prolongar mais as vivências com as famílias, se confiou que o encontro ou desencontro com elas onde poderia colocar a prova às certezas e incertezas, já que os livros e os demais materiais não estavam entregando respostas, porque “*la investigación no se hace sobre la población sino con y a partir de ella, esta deriva, necesariamente, en una relación idiosincrática*” (GUBER, 2001, p. 11-22).

De algum modo, essas imersões na realidade empírica foram chave para esclarecer os incidentes reveladores e permitir que a investigação em campo pudesse constatar que a vida imita a teoria (GUBER, 2001). Segundo esta autora, na tarefa de interpretar e compreender uma cultura, as técnicas mais idôneas são as menos intrusivas na cotidianidade estudada, são **a observação participante e a entrevista em profundidade ou não dirigida.**

A entrevista foi a segunda das ferramentas utilizadas ao momento de trabalho de campo. Inicialmente havia se proposto realizar entrevistas semiestruturadas a partir de um roteiro base que foi desenhado para cada um dos três tipos de atores principais a entrevistar: famílias fumicultoras; atores governamentais e organizacionais; SIPT e fumageiras. Os testes preliminares a cada versão do roteiro foram feitos no município de Santiago Ixcuintla, de modo que permitisse fazer ajustes a correções ou acrescentar elementos que no estavam contemplados antes da entrada em campo. No município de Dom Feliciano também foram realizados testes antes da entrada em campo a cada roteiro, ao igual que ajustes necessários para correções ou acréscimos em torno de algum tópico. De alguma forma, podemos sinalizar que houve roteiros diferentes; antes, durante e depois do trabalho de campo, principalmente pela flexibilidade para modificar ou incorporar detalhes (Ver Apêndices A, B, C).

A escolha dos personagens a serem entrevistados se deu por indicação prévia mediante sua nomeação/identificação como um ator chave por outros atores e agentes. No México havíamos elaborado uma listagem preliminar conformada em parte com atores que haviam sido entrevistados durante o mestrado ou que haviam colaborado em pesquisas anteriores. Realizou-se uma depuração e inicialmente se deixaram no máximo de dois a três atores por categoria. A partir das entrevistas ou conversas informais com eles, foram nomeando e sinalizando outros atores que consideravam seria importante procurar. Ao longo do período de campo compreendido entre março a setembro de 2018 se teve uma listagem de aproximadamente 50 atores considerados como possíveis sujeitos para entrevistar.

No município de Dom Feliciano havíamos identificado alguns atores-chave através da revisão bibliográfica e pela análise documental dos artigos, teses, jornais e outros documentos sobre fumicultura. Mais que pelo nome, a identificação tinha sido feita pelo papel ou por haver sido participante ou funcionário em algumas das instituições e organizações envolvidas

em processos ou pesquisadas realizadas anteriormente no lugar. Não obstante, essa listagem foi acrescentada pelas famílias fumicultoras que foram nomeadas pela Emater/RS e a Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Rural. A essa lista se agregaram os contatos pessoais que foram sendo construídos a partir da presença no território. No decorrer do trabalho de campo, entre personagens locais e externos tinha-se um aproximado de 40 atores possíveis para entrevistar.

Em ambos os casos, os atores-chave abrangiam desde famílias e ex-famílias fumicultoras e agropecuárias, representantes e ex-lideranças de associações de produtores e fumicultores, funcionários governamentais de diferentes níveis, políticos locais e regionais, empresários locais, jornalistas, instrutores e ex-funcionários de firmas fumageiras, atravessadores, professores universitários, além de outros. Os lugares de estes atores não se limitaram aos municípios estudados, senão que em alguns casos foi necessário se deslocar há outros para realizar entrevistas ou conversas para pedir um contato ou concertar/intermediar a entrevista. No total foram 27 entrevistas em Nayarit e 23 no Rio Grande do Sul.

Para a realização das entrevistas foram elaborados três roteiros diferentes. Estes foram utilizados com os vários atores entrevistados agrupados em torno aos três principais segmentos/grupos (Famílias fumicultoras; atores governamentais e organizacionais; Firmas fumageiras/SIPT). Ao início de todas as entrevistas a ser realizada foi informado ao ator correspondente o objetivo da mesma e a aclaração de que as informações coletadas a partir de essa ferramenta somente seriam utilizadas para a pesquisa que estávamos desenvolvendo. As entrevistas tiveram um tempo mínimo de 40-45 minutos, em tanto que outras se aproximaram das duas horas de conversação. No caso destas entrevistas mais extensas, ainda que não houvessem sido planejadas assim, terminaram por se transformar em entrevistas em profundidade ou história de vida. Isso foi possível graças à abertura dos informantes que ofereceram uma quantidade e qualidade de informação em tópicos precisos pelo seu conhecimento de diversas temáticas de caráter mais geral.

O roteiro de entrevista foi construído a partir de estruturar vários temas em torno dele. Não obstante, sua função foi a de uma guia/apoio com os tópicos mais relevantes em relação às categorias de pesquisa. Sua utilidade se fundamentou na ideia de acompanhar dois grandes momentos; o de abertura; e de focalização e aprofundamento. No primeiro, são realizadas as perguntas mais relevantes, em tanto que no segundo se formulam as perguntas mais incisivas e precisas para ampliação de informações encontradas (GUBER, 2001, p. 75-101).

Em ambas as zonas de estudo podemos dizer que as entrevistas se dividiram em duas etapas. As primeiras entrevistas realizadas foram de tipo semiestruturadas, a partir do

instrumento previamente elaborado com as categorias apriorísticas/objetivas. A conversação se foi desenvolvendo a partir do seguimento ao roteiro cada vez que era necessário encaminhar a fala de novo na temática ou para garantir que os tópicos estivessem ou houvessem sido esgotados.

Na segunda etapa podemos sinalizar que as entrevistas realizadas foram de tipo não direcionadas (no directivas) (GUBER, 2001). Uma vez que se tinha maior experiência no manejo dos tópicos, da familiaridade com a zona de estudo e com os atores a entrevistar, assim como maior sensibilidade (*feeling*) para identificar expressões, sentimentos, e gesticulações, pedíamos aos informantes falar de temáticas específicas ou pontuais, objetivando descobrir pistas e acessos ao seu universo cultural. A forma de expor essas entrevistas foi passar de participar nos nossos termos como investigador, para passar a participar nos termos dos informantes (GUBER, 2001).

O anterior não se refere ao fato de haver permitido ou deixado falar aos informantes de qualquer coisa, nem de haver-se conformado com escutar qualquer tópico ou informações deles. O foco desse tipo de entrevista foi permitir a liberdade e a confiança para que as pessoas entrevistadas pudessem se expressar livremente, fazendo no nosso caso intervenções pontuais quando um *insight* era revelado e a partir disso relacioná-lo com as categorias emergentes ou sensibilizadoras (CRISTERNA, 2005).

A terceira ferramenta dentro do trabalho de campo foi a observação participante. Em Dom Feliciano as atividades de observação participante se realizam em diferentes espaços e lugares, incluídas as propriedades familiares – agricultoras de modo geral e fumicultoras especificamente-, espaços e eventos públicos (Fórum de Agricultura Familiar, da V Festa da Uva, e festas religiosas nas comunidades), escolas municipais e a Escola da Juventude Rural (EJR), assim como as visitas de campo nos municípios de Camaquã e Sertão Santana, organizadas pela parceria entre Souza Cruz e Emater/RS. No caso das famílias fumicultoras houve como mínimo a possibilidade de visitas em alguns casos para passar o dia todo na propriedade. Em tanto que, em outras, foi possível passar vários dias ou uma semana, posando na casa deles e acompanhando as diferentes atividades pelo grupo nos diferentes espaços.

Um fato distintivo do modo de fazer a observação participante em cada contexto tem a ver na forma em como se dá a organização espacial e geográfica das comunidades e propriedades fumicultoras. No município de Santiago Ixcuintla e em alguns lugares do México, as famílias moram no rural em torno à figura do *Ejido*. Trata-se de uma comunidade ou localidade formada por um assentamento nuclear donde se localizam as casas de todas as

famílias, morando perto uma da outra. Já os prédios agrícolas se encontram distantes física e geograficamente, às vezes podendo ser dentro dos limites do próprio *Ejido* ou em alguns casos, sendo parte do outro.

Em Dom Feliciano, o modo em que historicamente tem se organizado as propriedades rurais permite às famílias manter no mesmo espaço físico a casa habitação, estruturas produtivas como galpões e estufas, curral e chiqueiros para criação de animais, o espaço para a horta familiar, árvores frutais e outros pomares, assim como as terras para lavoura e as áreas de mato nativo.

Em Santiago Ixcuintla a observação participante se realizou em diferentes espaços, principalmente nas lavouras aonde aconteciam as atividades da produção de tabaco, e as casas das famílias donde se realiza a armazenagem final do fumo para depois ser feitos os fardos de tabaco que eram enviados às firmas fumageiras. Outros espaços foram, por exemplo, nas instalações de organização de produtores de tabaco e os módulos de secagem com estufas galvanizadas e convencionais, donde se realizou uma visita com estudantes de programa de Doutorado em Ciências Sociais da *Universidad Autónoma de Nayarit*. Essa atividade permitiu também identificar atores chaves para entrevistas e outros contatos.

A utilidade principal da observação participante como instrumento de pesquisa se coloca no fato de poder interagir de maneira direta com as famílias fumicultoras e outros atores. O estabelecimento de uma relação de maior proximidade e interação permite que no acompanhamento de esses atores ir perguntando e interrogando-os, pelo diálogo constante, do significado de algumas dimensões, da razão ou porque das suas formar de agir, e até de relevar o profundo dos seus silêncios e dos diálogos ocultos, contrários ou enganadores.

Na observação participante, quando passamos a interagir de forma mais intensa e constante como pesquisadores, ainda sem a pretensão, chegamos a formar parte do grupo pesquisado, identificando-nos com eles a partir do cotidiano da vida, das ações e das aspirações (OLIVEIRA, 2013). Ao adotar a função de etnógrafo, nos deixamos levar antes ou depois do pensado, a uma cotidianidade que nos transforma como membro dos grupos com que se convive sem dar atenção aos nossos dotes de cientista. Quando o etnógrafo convive com a população e participa em diferentes âmbitos da sua vida, se transforma funcionalmente e não literal, em mais um deles (GUBER, 2001).

O ser ou haver-se tornado mais um das famílias fumicultoras permitiu não só um papel mais ativo, senão reativo. Reage-se a todo. Questiona-se, se compara, se exemplifica, porque não se trata só de ser um participante que observa e contempla, que registra, senão que também no contato com o outro, quando se é mais sensível a ver os detalhes, acontecimentos,

eventos, emoções e significações, é que emerge a reflexividade e as peças do quebra-cabeça começam a encontrar seu lugar no imaginário.

O princípio de saturação nesta tese se cumpriu depois de haver coletado as informações que consideramos eram necessárias para dar cumprimento aos objetivos de pesquisa. Em alguns casos houve informações que se tornaram recorrentes e sem condições de agregar novas pistas à investigação. Não obstante, se apresentaram outros casos em que as informações aprofundavam alguns tópicos ou abriam novas linhas de pesquisa. Embora o encerramento/conclusão da etapa de trabalho de campo se tornou uma condicionante, já que de não respeitar as etapas e prazos estabelecidos podiam se comprometer o bom término desta tese. Valem a pena dizer que se tivéssemos continuado com o trabalho de campo, novas informações haveriam sido encontradas e acrescentadas para a construção da tese.

Seguidamente, a análise dos dados e informações, e a interpretação dos resultados se realizaram mediante uma categorização e triangulação metodológica¹⁰ a partir da proposta de Cristerna (2005). A validade de haver realizado uma triangulação metodológica da informação descansa na ideia segundo a qual (ARIAS, 2009), dentro do paradigma das ciências sociais é menor o grau de validade dado às pesquisas desenvolvidas somente por um método, motivo pelo qual, entre maior seja o grau de triangulação, maior será a confiabilidade das conclusões. A triangulação metodológica é definida como “un proceso de contraste entre técnicas de investigación, lo cual permite comparar y complementar los resultados de cada una de ellas sobre el objeto de estudio en común, con el objetivo de perfeccionar la validad y confiabilidad de los conjuntos de datos” (ARIAS, 2009, p. 9).

¹⁰ Segundo Arias (2009), dentro do paradigma das ciências sociais é menor o grau de validade dado às pesquisas desenvolvidas somente por um método, pelo qual, entre maior seja o grau de triangulação, maior será a confiabilidade das conclusões.

Quadro 1 - Categorização apriorística para a triangulação metodológica e a análise dos resultados

PERGUNTA DE PESQUISA	OBJETIVO GERAL	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	CATEGORIAS CENTRAIS	SUB CATEGORIAS	PALAVRAS CHAVES
Como tem re-agido e quais são as ações das famílias produtoras de tabaco no Brasil e no México, diante do cenário complexo e das possíveis mudanças provocadas após mais de quinze anos da ratificação e implementação da Convenção Quadro para o Controle do Tabaco?	Compreender a capacidade de agência e arte da resistência das famílias produtoras de tabaco no Brasil (Rio Grande do Sul) e no México (Nayarit), diante do cenário complexo e das possíveis mudanças provocadas pela implementação da Convenção Quadro para o Controle do Tabaco (CQCT) e seus desdobramentos em geral, identificando quais são suas estratégias familiares para fazer frente à CQCT.	OE1: Identificar quais são os diferentes elementos e as dimensões que a produção de tabaco desenvolveu no Brasil e no México, após ser uma atividade secular presente nesses territórios e nas propriedades das famílias produtoras.	Estrutura contextual	Estado	Atores políticos
					Intervenções planejadas
				Fumageiras	Organizações sindicais
					ATER, Cooperativas, ONG's
					Organização capitalista de produção
					Mudanças e reorganização produtiva
					Squeeze fumageiro
					Semelhanças e diferenças BraMex
			CQCT e Acordos	Firma e ratificação CQCT	
				Desdobramentos e consequências	
				Programas e projetos	
				Artigos No. 17 e No. 18	
			Fumicultura	Eventos de mudança social	Crise
					Mudanças governamentais
					Movimentos sociais
					Conjunturas políticas favoráveis
	Historicidade	Atividade secular familiar			
		Dimensões e significações			
		Identities e arraigo			
		Territórios do tabaco			
	Agência	SIPT	Ciclo produtivo		
			Pacote tecnológico		
			Conflitos e negociações		
			Grupos solidários		
		Vantagens e benefícios	Agricultura por contrato		
			Segurança médica e aposentadoria		
			Conhecimento e cultura familiar		
			Estrutura produtiva para o tabaco		
		Atividades socioprodutivas	Agropecuárias associada ao tabaco		
			Agropecuárias ao interior da propriedade		
			Atividades não rurais		
			Migração		
Arte da resistência	Atores	Famílias fumicultoras			
		Fumageiras			
		Sindicais e organizacionais			
		Político e governamentais			
	Conhecimento	Experiência			
		Poder			
		Recursos			
		Relações			
Interfaces	Arenas e domínios				
	Negociações e alianças				
	Disputas				
	Dispositivos e inovações sociais				
Espaço de manobra	Estratégias	Redes			
		Diversificação familiar			
		Pluriatividade			
		Tabaco como negocio			
	Diálogos ocultos	Engano ou dissimulo			
		Desvio ou roubo			
		Gesticulações			
		Ambiguidades discursivas			
Cumplicidade	Luta e defesa				
	Acomodação e acumulação				
	Construção de conhecimento				
	Desenvolvimento de habilidades				
Cenários de disputa	Cenários de disputa	Atividades e negócios			
		Relações subordinação			
		Atores antagonicos			
		Projetos de vida			
					Privados
					Públicos
					Autonomia
					Liberdade

Fonte: elaborado pelo autor (2019).

O processamento da informação desde uma triangulação hermenêutica, proposto por Cristerna (2005), se realiza a partir do seguimento de cinco etapas ou passos, assim como de quatro tipos de triangulação possíveis. **A primeira etapa se refere à seleção da informação.** Consiste em identificar a informação de dois tipos; a que é útil e aquela que pode ser descartada. Essa diferenciação segue dois critérios, o da **pertinência** que se refere à ação de obter aquilo que efetivamente se relaciona com a temática de investigação, permitindo também, adicionar elementos emergentes que são próprios de uma investigação qualitativa. Depois, o segundo critério se refere à **relevância**, que seria encontrar as respostas que se revelam pela sua recorrência ou assertividade em relação com a temática pesquisada. Uma vez que a informação foi selecionada a partir destes dois critérios, foi possível avançar às seguintes etapas que seriam os vários tipos de triangulação (CRISTERNA, 2005).

A segunda etapa e/ou o primeiro tipo de triangulação da informação é aquele “por estrato¹¹ ou grupo”. O objetivo é a obtenção de conclusões de forma ascendente, donde o primeiro nível de análise e síntese começa nas subcategorias, se continua para as categorias e se chega até as opiniões inferidas em relação com as perguntas centrais que guiam a investigação. Se fizéssemos este exercício tomando como segmento/grupo aos atores das famílias fumicultoras, seria da seguinte maneira. As respostas dadas a cada pergunta por ator familiar entrevistado se cruzam com cada subcategoria, dando assim origem as conclusões de primeiro nível. Depois, estas conclusões de primeiro nível se agrupam pela sua pertinência a cada categoria central, gerando assim as conclusões de segundo nível, que rigorosamente devem corresponder às conclusões categoriais. Finalmente, as conclusões de terceiro nível se obtêm a partir do cruzamento das conclusões categoriais que se convertem nas respostas às perguntas que desde cada segmento se aportam às perguntas centrais que guiam a investigação.

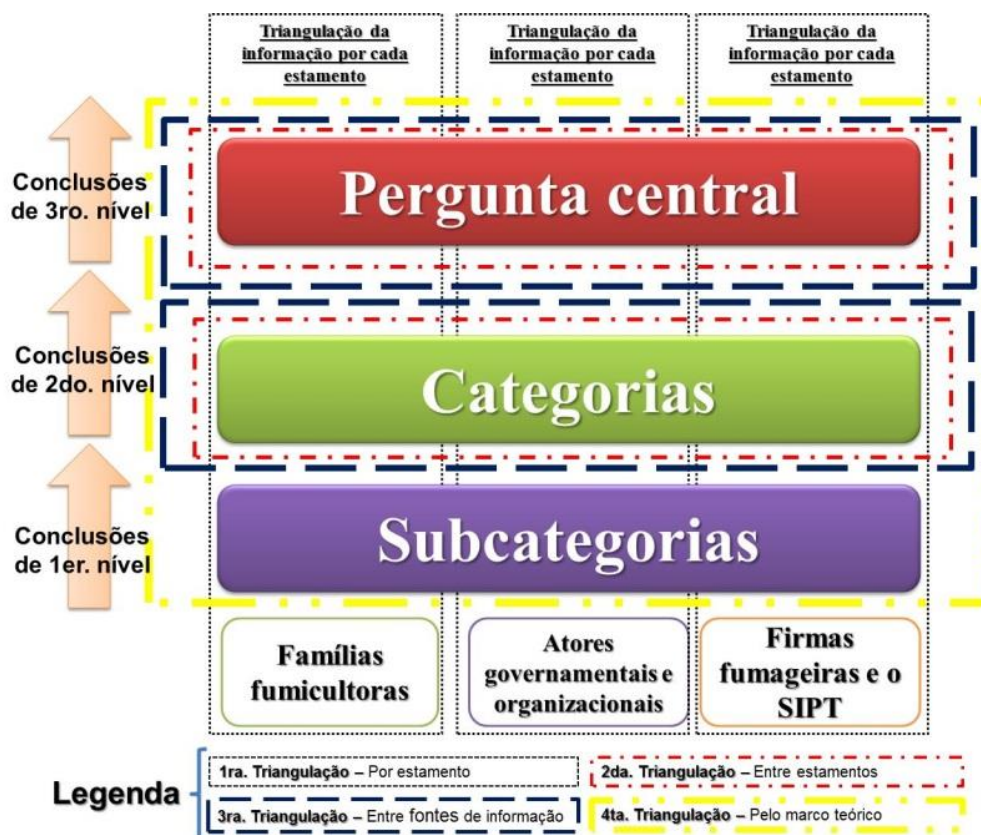
A triangulação da informação “entre segmentos” é a segunda destas e a terceira etapa do processo. Sua contribuição reside em permitir estabelecer relações de comparação entre os diferentes grupos de sujeitos/atores. Em função das respostas aos tópicos questionados, será possível o enriquecimento de um cenário intersubjetivo na construção de significados entre segmentos. Este tipo de triangulação é possível realizar de duas formas: uma de caráter geral, que consiste em estabelecer relações de comparação significativa, desde as conclusões de terceiro nível, ou seja, triangular as opiniões dos segmentos às perguntas centrais da investigação. A segunda, uma de caráter mais específico, como uma ligação mais

¹¹ Cristerna (2005) chama de estamento.

final, é estabelecer relações de comparação desde as conclusões de segundo nível, entre categorias, sempre que seja possível porque não sempre é aplicável a todos os grupos de atores.

A terceira triangulação é aquela entre “as diversas fontes de informação”. É comum que na pesquisa qualitativa sejam usadas diferentes ferramentas para a coleta de informações. Quando isso acontece o processo de triangulação se torna complexo porque se deve integrar todo o trabalho de campo. Uma primeira forma de fazê-lo é triangular a informação obtida dos diversos instrumentos, por cada um dos segmentos, utilizando as conclusões de segundo ou terceiro nível. Uma segunda, embora ainda mais complexa, consiste em realizar uma triangulação intersegmentos por cada instrumento utilizado, embora desde uma perspectiva inter-instrumental para daí gerar novas interpretações. Quando se conclui este tipo de integração de todas as informações é possível dizer que se tem um corpus coerente, que reflete de modo orgânico o que podemos denominar como “resultados de investigação”.

Figura 4 - Processamento da informação desde uma triangulação hermenêutica



Fonte: elaborado pelo autor (2019).

A última das triangulações é com o marco teórico. Esta lhe confere à investigação um caráter de corpo integrado e um sentido de totalidade significativa. Esta triangulação final tem como finalidade fazer uma revisão e reflexão da temática abordada desde o marco teórico. Converte-se em uma maneira de produzir uma nova discussão que interroge reflexivamente o que a literatura disse sobre os diversos tópicos, o desenho metodológico e a forma em como materializamos as categorias e as subcategorias, com aquilo que encontramos como resultados concretos em campo.

O complemento final do processo de análise da informação é realizado a partir de um **tratamento estatístico** aplicado aos dados e informações obtidos de fontes de informação oficiais em México como a *Asociación Rural de Interés Coletivo (ARIC)*, e o *Sistema de Información Agrícola y Pesquero (SIAP) da Sagarpa*. No caso do Brasil, os dados foram obtidos da Associação dos Fumicultores do Brasil (Afubra), do Sindicato das Indústrias do Tabaco (Sinditabaco), assim como do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Submeteram-se à análise e organização estatística básica mediante **Excel Microsoft Office**.

Dois questões a mais são ressaltadas. A primeira tem a ver com que o processo de desenvolvimento desta pesquisa maiormente qualitativa se caracterizou por ser uma de tipo emergente. Conforme Creswell (2014, p. 51), refere-se a que “o plano inicial para a pesquisa não pode ser rigidamente prescrito e que todas as faces do processo podem mudar ou trocar depois que os pesquisadores entram no campo e começam a coletar dados”.

Portanto, se considera que a metodologia aqui apresentada teve uma flexibilidade que no decorrer do trabalho de campo e de outras atividades permitiu fazer os ajustes e incorporações necessárias, mudando ou alterando ferramentas de pesquisa, roteiros de entrevista, etc. Cabe ressaltar que estes acréscimos não condicionaram a consistência teórica e metodológica para obtenção das informações, nem a análise dos resultados para o cumprimento dos objetivos de pesquisa desta tese.

A segunda questão se refere ao princípio de uma congruência metodológica. Confiamos que este foi respeitado a todo o momento, tanto que “os objetivos, as perguntas de investigação, o método e as ferramentas de pesquisa estiveram interconectadas e inter-relacionados de forma que o estudo aparece como um todo coeso em vez de partes fragmentadas e isoladas” (CRESWELL, 2014, p. 54).

Por fim, algumas das limitações metodológicas mais importantes a ser elencadas nesta tese se referem a que não é possível, nem recomendável realizar generalizações da realidade empírica nem dos grupos aqui estudados. As famílias fumicultoras no Brasil e no México são diversas, plurais e heterogêneas. Em torno desses dois territórios de estudo existem diferentes

tipos de famílias produtoras de tabaco que desenvolvem essa atividade com objetivos, interesses e desejos diversos. A metodologia aqui construída aborda aqueles grupos identificados com características do que propomos pode ser considerado como de uma fumicultura familiar e que se sustenta por uma pesquisa aprofundada e de muito tempo junto a esses grupos. Assim mesmo, outra limitação que poderia ser destacada é que a realidade encontrada e analisada através desta metodologia de pesquisa é temporal e enraizada de acordo com o contexto presente no período estudado.

Uma pesquisa etnográfica como a aqui contida, detalhada e aprofundada juntos aos sujeitos de estudos, deixa de lado ou não fornece muita atenção para a reação e as ações de agentes como o Estado e o mercado, assim como de outros eventos externos. Os analisa sim, embora seja apenas com um caráter relacional para estabelecer possíveis vínculos e inferências, mas sem tirar o foco dos principais atores que neste caso eram as famílias fumicultoras.

4 OS CONTEXTOS DO TABACO E A COMPLEXIDADE EMPÍRICA EM TORNO DA FUMICULTURA NO BRASIL E NO MÉXICO

O entendimento atual da fumicultura, seja como uma atividade agrícola, ou como uma cultura produtiva, é possível através de uma análise ampla dos seus principais atores e da participação que cada um deles realiza. A produção fumageira é uma atividade histórica que se tornou de complexo entendimento ao longo do século XX. Não obstante, no século XXI, os interesses de saúde pública, por um lado, e os político-econômico e socioculturais, por outro, vêm gerando álgidos debates e posicionamentos pela rejeição e/ou defesa que esta atividade gera em países como o Brasil e o México, complexificando ainda mais seu entendimento. Neste apartado pretende se fazer uma descrição das esferas controversas em torno dos quais se agrupam estes atores, considerando-as, ao nosso modo, como mais importantes e que são chaves para a construção argumentativa desenvolvida em esta tese.

A narrativa discursiva ao longo deste apartado se construiu trazendo elementos comparativos dos territórios de estudo no Brasil e no México. Começa-se por apresentar qual tem sido o papel do Estado e as ações de política para o Desenvolvimento Rural que consideramos foram de algum modo a base para a promoção da fumicultura ao longo do século XX e sua continuidade no presente século. Depois, a presença do capital financeiro na agricultura e a criação do Sistema Integrado de Produção de Tabaco (SIPT), sugerem que este se deveu ao papel exercido pelo Estado em favor deste arranjo industrial. Logo após, a participação das famílias produtoras de tabaco e suas interfaces com a realidade empírica, dão forma ao tripé de atores e ao funcionamento da fumicultura em geral. Antes de concluir, a descrição da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco: da sua emergência até a sua assinatura e ratificação, pretende-se mostrar a influência deste Tratado e as condicionantes e/ou impactos trazidos ao contexto fumageiro e aos seus atores principais. Finalmente, é apresentada uma breve revisão bibliográfica, desde donde a fumicultura tem sido analisada para o caso brasileiro, ao interior do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento (PGDR/UFRGS); assim como desde a *Universidad Autónoma de Nayarit* (UAN) pelo grupo de *tabacolog@s* para o caso mexicano.

4.1 O PAPEL DO ESTADO E AS AÇÕES POLÍTICAS PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL NO BRASIL E NO MÉXICO.

Algumas das transformações produtivas ainda vigentes na agricultura tanto no Brasil como no México são resultado de um processo histórico começado no início do século XX. Se bem diferentes modelos econômicos se sucederam, mudanças e transformações técnico-produtivas se consolidaram em torno das décadas de 1980-90 com a constituição dos projetos de modernização agrícola e sua materialização na forma dos complexos agroindustriais (SILVA, 2002; SILVA, *et. al.*, 2010). Embora esses processos, a presença e participação do Estado nas diferentes trajetórias foi marcante e terminou por defini-las ou incidir na sua definição. Este foi um ator importante na regulação central das diversas atividades para o próprio benefício do país, ou até em alguns casos constituiu-se num facilitador com claros matizes ao serviço do capital transnacional.

Para Delgado (2001), a ação e a intervenção do Estado na agricultura têm uma longa tradição, tanto nos países desenvolvidos como nos subdesenvolvidos, ou em desenvolvimento. Particularmente, nos países em desenvolvimento, sua ação sobre os projetos de industrialização via substituição de importações no período pós-guerra generalizaram um padrão de intervenção Estatal que afetou sensivelmente a agricultura.¹

Para o caso brasileiro, as décadas de 1960 e 1970 marcaram notadamente um quadro de intervenção do Estado na agricultura. Não significa que anteriormente a presença deste não estivesse no meio rural, senão que antes de 1960 as políticas agrícolas estavam direcionadas para produtos específicos e procuravam responder às demandas particulares de grupos de interesse, sobretudo aqueles com relação aos cultivos de café e açúcar² (GRISA, 2012).

A partir dessas décadas de 1960 e 1970, o intervencionismo do Estado se materializou fortemente. Sua presença na agricultura através de diversas instituições e instrumentos de política pública foram criados com o fim de modernizar e alterar os padrões de produção e administração dos estabelecimentos rurais. De acordo com Grisa (2012), um forte e robusto aparelho institucional haveria sido criado através do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) em 1965; da reformulação do Programa de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) em

¹ Segundo o autor, à agricultura foram atribuindo-lhes as funções que conforme a literatura sobre desenvolvimento econômico dos anos 1950 e 1960, esta seria encarregada de transferir recursos para o financiamento da industrialização e a produção de alimentos baratos, viabilizando um processo de industrialização dependente do pagamento de baixos salários para sua força de trabalho (DELGADO, 2001).

² No modelo de impacto urbano-industrial o desenvolvimento da agricultura era visto como dependente do crescimento desse setor, pelo tanto naquele período, os cultivos de exportação eram basicamente café e cana-de-açúcar. Como apresentavam maior dinamismo, recebiam o incentivo das políticas voltadas para o setor (ANDREATTA, 2010).

1966; com a regulamentação do seguro agrícola em 1966; a constituição da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) em 1972 e da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER) em 1975. Por outro lado, o acionar estadual se robusteceu mediante ações de incentivos fiscais às exportações na forma de minidesvalorizações cambiais, de subsídios à aquisição de insumos, de tributação diferenciada, da expansão da fronteira agrícola, assim como com o desenvolvimento de infraestruturas agropecuárias (GRISA, 2012).

Não obstante essa estrutura institucional de apoio para a agricultura brasileira em geral, ao longo de grande parte do tempo os segmentos da chamada agricultura familiar foram um setor marginalizado. Submeteram-se a uma invisibilidade sistemática apesar de que sua contribuição fosse significativa para o abasto do mercado interno (FIALHO; WAQUIL, 2008). Os pequenos agricultores - como eram denominados até cerca de duas décadas atrás- “sempre estiveram às margens das ações do Estado brasileiro, não sendo raro incrementar sua fragilidade diante das opções de desenvolvimento perseguidas no país” (GRISA; SCHNEIDER, 2015, p. 20).

Com a emergência de um novo modelo de desenvolvimento nacional, começa-se não só para a agricultura familiar, senão também para a agricultura brasileira em seu conjunto, um processo bastante complexo de desestruturação do aparelho Estatal. A partir da segunda metade da década de 1990, há um momento de ruptura da trajetória de participação do Estado no setor agropecuário. Se bem no passado se tinha uma intensa intervenção pública com recursos e subsídios abundantes, apesar de poucos usufruírem dos benefícios; frente ao novo modelo, o anterior estaria irremediavelmente sepultado, bem ao gosto do discurso neoliberal de desmonte do Estado da época (MIELITZ, 2010).

Após a onda de inserção neoliberal que acontecia na grande maioria de países na América Latina, no Brasil as políticas diferenciadas por melhor concebidas que estiveram para sua execução nos diferentes tipos de agricultura, terminaram por enfrentar terríveis dificuldades. Conforme Delgado (2001), os pequenos produtores, pobres rurais, ao não serem a maioria da população, não conseguiram alcançar condições para influenciar de forma decisiva os rumos da política econômica e social do país. Na verdade, eles eram os principais excluídos dessas políticas, de modo que sua luta terminou sendo antes que mais nada pela conquista de condições como cidadãos, com mínimos direitos políticos, econômicos e sociais.

Ainda assim, o processo de redemocratização da vida política em 1985 e o pacto social estabelecido naquela conjuntura trouxeram à agricultura familiar seu reconhecimento como categoria política e classe social que até hoje prevalece. Em contraponto ao caráter marginal

já descrito, abriu-se para esses grupos familiares e o Brasil rural em geral, uma trajetória que ao longo dos primeiros quinze anos do século XXI terminariam por lhes trazer direitos e benefícios socioeconômicos.

Apesar de que se minimizem por alguns atores as conquistas sociopolíticas dos grupos da agricultura familiar, a verdade é que estes foram reconhecidos graças à capacidade de ação conjunta entre governo e a sociedade mais ampla em relação aos processos de discussão, elaboração, formulação, execução e monitoramento de políticas públicas como um fato indispensável para a estabilidade social e econômica do país (SANCHES PERACI, 2001). Ainda que fosse de suma importância, o pacto social permaneceu ativo até a segunda década do atual século, mesmo após a irrupção da crise política vivenciada no país entre 2015 e 2016.

No caso do México as coisas não foram totalmente diferentes em relação ao Brasil. Posterior à *Revolución Mexicana* de 1910 e antes da década de 1970, o Estado mexicano havia experimentado uma forte e crescente intervenção na vida econômica e social. A ampla Reforma Agrária³ não se limitou só a repartição da terra, senão que estava atrelada a um forte aparelho de gestão estatal, mediante o qual se criou uma estrutura de instituições, organizações e diversos instrumentos com os quais se recuperaram direitos e capacidades aos camponeses e ao amplo setor rural como um todo⁴.

Se bem ao longo da década de 1970 o Estado já vinha demonstrando um desentendimento para com as sociedades camponesas, seria após 1980 que este se transformaria em uma das características evidentemente neoliberais. Estas terminariam por se aprofundar nas seguintes três décadas e produziram fortes efeitos e impactos em alguns aspectos (AYALA; DE LA TEJERA, 2007). Foi não só uma quebra da trajetória desenvolvimentista orientada para o mercado interno, senão também para com os atores sociais e camponeses envolvidos na etapa anterior.

De acordo com Madera, *et. al.* (2016), o México que conhecemos hoje em dia, desde os anos 1980 do século XX se deu à tarefa de preparar um salto ao progresso [mais um na história]. Deixou-se de lado a política nacionalista de “*Estado benefactor*” por outra de

³ A magnitude da Reforma Agrária pode ser entendida a partir da quantidade de terras que foram distribuídas, pois de 1915 até 1965 foram entregues 52.2 milhões de hectares entre 2.3 milhões de camponeses. No entanto, a avaliação mais importante pode ser apresentada pelo impacto e/ou a dimensão dessa distribuição toda vez que até 1960 a metade do total de terra cultivável no país foi entregue aos estabelecimentos camponeses (BOBINSKA, 1972).

⁴ O chamado braço de ajuda do Estado estendeu-se contemplando ações como a entrega de créditos para a compra de sementes, gado, fertilizantes e maquinaria que possibilitaram o desenvolvimento das diferentes atividades; isto também com apoio de diversas instituições que ofertavam outros tipos de créditos no médio e longo prazo para a realização de ações complementarias, e com fortes investimentos em projetos de infraestrutura para a irrigação (BOBINSKA, 1972).

abertura ao comércio mundial, com o qual se argumentava era possível a geração de riqueza para cada um dos habitantes do país. Em 1982, durante o primeiro ano de mandato do presidente Miguel de la Madrid (1982-1988), as tarefas do Estado foram modificadas sobre a retórica de avançar ao progresso. A magnitude desse “progresso” se enxergaria anos depois ao olhar o processo de desestatização mexicana operado pelo governo, ao vender entre 1982 e 1988, 703 empresas que participavam em 45 segmentos da economia nacional (MADERA, *et. al.*, 2016).

No contexto mexicano as políticas estabelecidas ao longo do período neoliberal não estavam afastadas do contexto mundial, nem se limitavam somente ao país. Por um lado, formavam parte de um processo articulado ao longo do mundo na busca de converter aos Estados e seus aparelhos em instrumentos que criassem as condições e assegurem os ganhos para os setores privados, nacionais e estrangeiros (MADERA, *et. al.*, 2016). Pelo outro, esse aparelho estava orientado também ao descrédito camponês. No início do século XXI, durante a administração federal do presidente Vicente Fox (2000-2006), se chegou a falar e a considerar ao setor camponês como uma carga para o país, vindo o desprezo das formas camponesa sobretudo das esferas governamentais (CHÁVEZ, 2009; MADERA, *et. al.*, 2014).

A crise dos anos 1980 e a inserção neoliberal do México marcaram notadamente, como aconteceu em diferentes países latino-americanos, uma quebra de trajetória do paradigma de desenvolvimento. Tanto os atores participantes como os objetivos estratégicos foram mudando e alterando o percurso das ações governamentais. Favoreceu-se, sobretudo, aos produtores que tinham maiores capacidades econômico-produtivas. Isto se fez com a firme intenção de transformar as propriedades de produção agrícola baseadas na mão de obra familiar ao estilo das *family farmer* estadunidenses (MADERA; DE DIOS, 2017).

É inegável que as trajetórias de desenvolvimento e ascensão da agricultura ao longo de grande parte do século XX, tanto no Brasil como no México, são resultado da ação do Estado, embora também pela ação social e camponesa⁵. Concretamente, no que se refere ao Estado, é no final do século XX e ao longo dos primeiros anos que leva o século XXI, que se começa por apresentar mudanças profundas para cada nação.

No caso do Brasil após a redemocratização política e social se conseguiu que através do pacto com a ampla sociedade se tivesse uma ação conjunta na construção de políticas públicas, mediante as quais o Estado e suas instituições tentariam compensar uma dívida

⁵ Se bem existiram grandes avances em matéria de desenvolvimento agrícola, de reconhecimento social e de cogestão de políticas públicas, todas estas não foram de graça pela boa vontade do Estado, senão que algumas também foram o fruto da mobilização e reivindicação social-camponesa.

histórica de invisibilidade e exclusão para com a agricultura familiar. Hoje, frente à atual crise política, parece estar se diluindo essa parceria na cogestão das políticas públicas para a agricultura familiar de forma específica e o desenvolvimento rural como um todo.

No caso do México se apresentou também uma mudança na trajetória de desenvolvimento, embora esta tenha sido de retrocesso para o desenvolvimento do setor agropecuário camponês. O *Estado benefactor* que havia se consolidado ao longo do século XX, se desestruturou e privatizou, levando consigo a extinção das instituições presentes no campo mexicano que anteriormente tinham levado terras, investimentos, recursos e dotado de direitos aos grupos familiares camponeses. Essa desestatização é uma ruptura do pacto social e de ação coletiva na construção do modelo econômico que prevaleceu por aproximadamente 40 anos como parte de um direito conquistado pela sociedade rural (MADERA; DE DIOS, 2017).

Frente aos contextos apresentados para ambos os países é visível um desentendimento ou uma inclusão parcial do setor rural camponês e das atividades da agricultura familiar nos modelos político-econômico contemporâneos. O Estado tem preferências e orientações ao interior do setor primário, sobretudo para com as atividades agropecuárias que têm por base a visão produtivista-industrializada.

Esse contexto já relatado se apresenta na forma de adversidades e desafios que são resultado da exclusão econômica e da invisibilidade política, principalmente para as agriculturas brasileiras e mexicanas não capitalistas. O papel do Estado não é mais aquele de um promotor interessado no desenvolvimento rural que possa abranger aos diversos atores e setores. Se bem suas ações já se orientavam ao longo de grande parte do século XX pela promoção dos investimentos transnacionais, hoje no século XXI mais do que nunca se trata de um Estado facilitador dos interesses capitalistas na agricultura. Em relação à fumicultura, a presença do capital financeiro é esmagadora.

Se bem no México as privatizações de empresas paraestatais após a crise da década de 1980 abriram a possibilidade de que as firmas fumageiras controlassem novamente a produção de tabaco, sua chegada inicial, desenvolvimento e consolidação se deu graças às facilidades criadas pela ação estadual na primeira metade do século XX. Atualmente o Estado continua sendo cúmplice do capital financeiro para a operação do Sistema Integrado de Produção de Tabaco (SIPT) no contexto mexicano.

Ainda que ligeiramente diferente para o Brasil, porque se bem não existiram privatizações estatais no setor fumageiro, a ação do Estado se centrou numa forte promoção de investimentos e facilidades que levaram ao passo dos anos à constituição e consolidação do

SIPT, na década de 1970. Isto foi possível graças aos investimentos das firmas de capital transnacional que controlam esse arranjo industrial (SILVA; TZOVENOS, 2013).

É difícil imaginar hoje em dia a fumicultura no Brasil e no México sem a participação do capital transnacional e sob o controle do SIPT que as firmas fumageiras criaram e desenvolveram. Seus investimentos e ainda mais seus interesses são grandes. A cultura fumageira é uma atividade consolidada, que ainda com as diferenças técnico-produtivas entre ambos os países, representa um modelo de negócios rentável para a indústria. Não só se trata de contextos com condições políticas e econômicas que facilitaram e continuam permitindo sua reprodução capitalista, senão também, de territórios com recursos socioculturais, naturais e climatológicos que permitem o desenvolvimento da produção de tabaco e a apropriação do trabalho e conhecimento camponês na forma de tabaco em folha pelo grande capital.

É assim que encaminhamos a discussão para introduzimo-nos à descrição mais ampla de capital na agricultura e o do Sistema Integrado de Produção de Tabaco no Brasil e no México.

4.2 O CAPITAL FINANCEIRO NA AGRICULTURA E A CONSTITUIÇÃO DO SISTEMA INTEGRADO DE PRODUÇÃO DE TABACO (SIPT)⁶

Nas últimas três décadas (1990, 2000, 2010) temos sido testemunhas da dinâmica sem precedentes, em relação aos períodos passados, do papel que o capital financeiro vem impondo à agricultura mundial. Apesar de saber que a crise agroalimentar mundial é resultado da especulação financeira [em alguma medida, pois a FAO considera se deve a um problema de inadequada distribuição e acesso], não se trata de um fenômeno com emergência recente. A agricultura depois de ter sido sequestrada pelo capital financeiro chegou ao grau de não ser capaz nem sequer de definir seus próprios preços⁷.

Conforme Medeiros (2015), a ocorrência da dinâmica entre capital financeiro e agricultura se deve à contínua expansão dos grandes grupos internacionais de comércio, de produção de insumos e de produtos agrícolas, de financiamento e de biotecnologias,

⁶ “Sistema de produção baseado em contratos firmados entre empresas beneficiadoras e produtores de tabaco. criado há mais de 90 anos e que conta com aproximadamente 186 mil famílias de agricultores, ou 800 mil pessoas envolvidas na produção do tabaco. Tal sistema tem em sua estrutura o repasse das técnicas de produção do tabaco, da indústria para os agricultores, por meio de orientadores agrícolas, com controle das variedades a serem plantadas, época de cultivo e tratos culturais, por exemplo” (SILVA; TZOVENOS, 2013, p. 3).

⁷ Afirmação realizada por João Pedro Stedile, dirigente do Movimento Sem Terra (MST) de Brasil durante a V Conferencia da Via Campesina em Maputo, Moçambique (HERNÁNDEZ, 2008).

respaldados pela ampliação que tem se suscitado com a articulação de títulos financeiros agropecuários e pelas bolsas de mercadorias.

Citando as ideias centrais de Lênin (2011, original de 1917), Medeiros (2015) argumenta que as características atuais do desenvolvimento mundial estão marcadas pela fusão de capitais intersetoriais. Os escritos do líder revolucionário russo lá no início do século XX já teriam apontado para uma nova dinâmica mundial que estaria marcada pelo fim do capitalismo concorrencial e o início do capitalismo monopolista-imperialista. Neste último, o expansionismo dos países centrais não se manifesta mais pela exportação de mercadorias, senão pela exportação de capitais. É neste período que o capital financeiro, fruto da união do capital bancário com os grandes grupos monopolistas, assume um papel e controle central da economia mundial (MEDEIROS, 2015).

No entanto, é necessário fazer uma ressalva importante, quanto à diferenciação dos tipos de capitais. De acordo com Delgado (1986, p. 15), estas se referem ao fato de que:

Não se pode confundir capital financeiro com capital bancário, pois o primeiro é uma relação de domínio intracapitalista mais abstrata e geral, coexistindo sob a hegemonia de distintas instituições nacionais e multinacionais capazes de gerir e criar massas fluidas de capital. A grande empresa multinacional, através de suas divisões financeiras, a grande corporação de economia privada ou de economia mista, a grande corporação industrial, as empresas “holding”, os bancos de investimentos, etc., são instituições do capitalismo monopolista, ou do capital financeiro que, por diferentes processos de financiamento, detém grande parcela de controle sobre a possibilidade do capital-dinheiro da economia.

Desse modo, as instituições e organizações capitalistas que promovem e comandam os processos de acumulação são variáveis de acordo com cada país (DELGADO, 1986). Este autor menciona que certamente os grandes bancos detêm um papel importante em esses processos como resultado de suas potencialidades para captar e criar liquidez nas economias. Segundo Medeiros (2015, p. 225):

Lênin (2011) apresenta uma teoria do Estado como agente da acumulação, como o *Estado de classes*, o *Estado sob o capitalismo monopolista*, pois o imperialismo é estágio avançado de uma combinação de classes (banqueiros e grande burguesia industrial), não é apenas uma *estratégia política* que possa existir independentemente das classes que a comandam.

A chegada do capital financeiro na agricultura é resultado da diversificação dos investimentos de grandes grupos econômicos envolvidos junto a mercados industriais, comerciais, bancários, etc., com o mercado rural. Eles têm permitido a emergência de um conglomerado de atores e interesses que buscam a valorização dos seus capitais na produção

rural ou na valorização dos títulos de propriedade territorial. A economia rural se liga ao sistema financeiro através da lógica de desenvolvimento do capital, e é a partir de processos específicos induzidos pelo padrão de desenvolvimento das instituições capitalistas que formam parte do conjunto da economia (DELGADO, 1986).

O momento mais marcante da chegada do capital financeiro na agricultura mundial pode ser identificado a partir do período de ascensão econômica posterior a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e até a década de 1970. O capitalismo, principalmente estadunidense, apoiou os projetos de modernização agrícola mediante a colaboração da Fundação Rockefeller. Esta, por sua vez, se encarregou de construir alianças com grupos financeiros que estabeleceram convênios de cooperação técnica e financeira para modernizar a agricultura via processos de extensão rural⁸ (MEDEIROS, 2015).

Não obstante o período anterior, resultado de uma mudança no comportamento do imperialismo, observou-se um movimento diferente nos anos posteriores, principalmente durante o período de crise que se inicia a partir de 1970 e que se aprofunda entre 1980-1990, sobretudo na América Latina. Esse movimento se apresenta na forma através da qual os grandes monopólios se lançam à conquista dos mercados de produção de alimentos, fertilizantes e sementes.

Os grupos e empresas de capitais nacionais são substituídos por conglomerados estrangeiros, destacando-se europeus e norte-americanos, os quais exerciam pressões para a importação de capitais e de produtos, principalmente, vindos dos Estados Unidos (MEDEIROS, 2015). Segundo este mesmo autor, no caso brasileiro concretamente isto teria levado a uma grande desnacionalização do setor agroindustrial a partir da década de 1990.

O pano de fundo já relatado descreve e apresenta os elementos estruturais que permitiram tanto no Brasil, como no México, a chegada de investimentos para consolidar a relação entre capital financeiro na agricultura, fumicultura e o Sistema Integrado de Produção de Tabaco. Atualmente, a produção fumageira é amplamente controlada e com uma forte participação do capital transnacional na figura das firmas fumageiras mais importantes no nível mundial. Ao longo dos anos, em diferentes regiões produtoras, esses grupos têm conseguido construir não somente um grande aparelho de coordenação vertical para a organização da produção de tabaco em folha, senão também para penetrar nas diversas dimensões e níveis territoriais dos países fumicultores.

⁸ O autor faz uma leitura desde a realidade Brasileira, para ilustrar a chegada do capital internacional à agricultura. Embora isso, o exemplo é bastante esquemático para mostrar o que aconteceria em outras latitudes.

A partir da posse e controle do capital transnacional sobre a cultura do fumo várias mudanças se desenrolaram. A produção começou por ser submetida a um uso regular e crescente de insumos modernos na forma de agrotóxicos e fertilizantes. Ampliou-se a divisão do trabalho que vai da produção até o consumo, assim como uma especialização produtiva por conta das famílias fumicultoras. No Brasil e no México, diferentemente do que ocorre em outros países produtores de fumo, a presença de um Complexo Agroindustrial e da agricultura familiar são dois componentes fundamentais para a formação e consolidação do SIPT (PRIEB, 2005).

O controle do cultivo de tabaco pelo capital transnacional em ambos os países ocorre a começos do século XX. No Brasil, já em 1918 a produção fumageira se vinculou ao Sistema tabaqueiro que até então era caracterizado pelo domínio de capitais nacionais. A presença esmagadora por parte do capital estrangeiro, através de diferentes mecanismos, começa por estar muito presente no campo brasileiro, articulando assim diferentes interesses que orientam a reprodução do complexo hoje em dia (PRIEB, 2005). No México, o capital transnacional se apoderou da fumicultura também a inícios do século XX. O cultivo de tabaco que até 1927 era desenvolvido por pequenas e médias fábricas de capitais nacionais, começa a ser produzido com caráter industrial a partir de então sobre o controle maiormente das firmas estrangeiras (MADERA, 2003).⁹

Conforme Silva (2002), o Complexo Agroindustrial fumageiro no Sul de Brasil se situou num lapso de tempo posterior aos períodos da modernização e de industrialização da agricultura, se articulando com o que haveria sido o segundo período de mecanização e do uso de insumos na agricultura que ocorreu a partir de 1965, concomitante à criação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR).

A essa consolidação posterior do SIPT se deveu ao fato de haver estado atrelada num início ao que foi o projeto nacional de crescimento econômico do Brasil. Este se fundamentava na promoção da indústria de bens de consumo duráveis e de bens de capital que passaria a ser denominado como de industrialização da agricultura. A diferença fundamental entre a modernização e a industrialização brasileira da agricultura estaria na existência de que ao interior do país havia uma indústria que estaria encarregada da produção de bens de capital e insumos para as atividades agrícolas, diferentemente do acontecido no período anterior em

⁹ Conforme este mesmo autor, ele ressalta que o tabaco já estava presente no território mexicano desde antes da chegada dos colonizadores espanhóis tendo uma notável importância sociocultural. Depois, ao longo dos séculos seguintes o tabaco iria tomar um processamento de caráter artesanal, até ser trabalhado com fins agroindustriais a partir de 1927.

que os insumos e bens de capital em sua maioria tinham que ser importados para garantir o processo de modernização (SILVA, 2002).

A participação significativa da pauta exportadora brasileira que desde há muitos anos o tabaco representa, é resultado dos investimentos realizados no setor com maior intensidade na década de 1960. Esse desenvolvimento da cultura brasileira do tabaco é responsabilidade majoritariamente das empresas de capital multinacional, que propiciaram um incremento da eficiência do cultivo, criando economias de escala e de custos de transação. A diferença de outros países, naquela conjuntura histórica, o Brasil oferecia um ambiente institucional favorável que propiciou a entrada do capital multinacional, que em conjunto com as fusões entre as empresas do ramo permitiram o surgimento do maior complexo fumageiro mundial ao sul do território brasileiro (SILVA; TZOVENOS, 2013).

No caso mexicano, concretamente no estado de Nayarit, a produção de tabaco com fins agroindustriais desde suas origens foi desenvolvida sobre um esquema de agricultura por contrato (MADERA, 2003). Na longa trajetória desse cultivo, o capital transnacional tem jogado um papel sumamente importante. Conforme Madera (2003), no período que se abre a partir de 1927, a produção nayarita começa a ser financiada pelas companhias dos monopólios internacionais do fumo, destacando-se a junção de capitais para a criação da firma *Tabaco en Rama S.A.* (TERSA) que passaria a controlar a fumicultura em Nayarit, tendo a partir de então a produção industrial nesse território um incipiente controle do capital multinacional na agricultura e especificamente na produção de tabaco.

O desenvolvimento mais notável da agroindústria do tabaco em México se registrou ao longo das décadas de 1930 e 1950, como resultado das ações de promoção atreladas ao Processo de Substituição de Importações (PSI). Em 1936, observou-se a fusão de capitais de algumas transnacionais como Brown & Williamson e a British American Tobacco (BAT), e a associação ao subministro de matéria prima, dando origem à instalação de uma nova empresa chamada “Cigarrera La Moderna” que se manteve sobre o controle da produção de tabaco até finais do século XX. A expansão desse controle continua por volta de 1946, quando algumas das grandes transnacionais obrigavam praticamente aos donos das firmas intermediárias de menor porte à venda destas para sua absorção (MACKINLAY, 2011), constituindo-se numa estratégia de controle e subordinação de capitais.

Com a forte promoção governamental de políticas e programas para a industrialização nacional via substituição de importações, as empresas fumageiras, independentemente da origem de seus capitais, foram obrigadas a reduzir de forma gradual suas importações, tanto dos insumos, como dos produtos finais. Conforme Mackinlay (2011), no período

governamental de 1952-1958 (presidente Adolfo Ruiz Cortines), as medidas em favor do PSI se fizeram mais firmes de forma concreta no setor do tabaco. Com isso, as fumageiras foram obrigadas a um envolvimento cada vez mais direto com o processo produtivo do fumo.

Em 1956 a filial de BAT (*Tabacos en Rama, S.A. – Tersa*), iniciou um programa bastante ambicioso de investigação e experimentação em torno da adaptação de sementes de diversas variedades de tabacos nativos dos Estados Unidos, sendo Burley e Virginia as principais, com o objetivo de poder produzir a totalidade de seus requerimentos em território mexicano (MACKINLAY, 2011).

Não obstante, a presença e as ações monopólicas das empresas estrangeiras criavam constantes situações negativas e diversas problemáticas em aspectos políticos, econômicos e sociais em torno das regiões produtoras. Estas inconformidades foram se incrementando, até que produto da mobilização social o Estado tomou o controle da atividade fumageira e nacionalizou a produção, através da criação da empresa paraestatal *Tabacos Mexicanos S.A. de C.V.* (Tabamex) em novembro de 1972. Esse haveria sido o começo de um período histórico muito importante para a região.

A criação dessa paraestatal se deu como resultado da luta e pressão através da coalizão de diversos atores, se destacando as famílias fumicultoras e as organizações de representação camponesa. As principais demandas e reivindicações estavam orientadas a melhores condições para a produção, melhores preços de compra, assim como benefícios e direitos sociais. *Tabamex* não foi uma ação de boa vontade do Estado, senão produto e resultado da agência dos produtores e de outros atores organizados. O papel que essa paraestatal fumageira assumiu ia desde o controle do cultivo de tabaco e sua organização da produção em campo, até a comercialização com as empresas de capital estrangeiro. É dizer, se constituía como o intermediário entre produtores e firmas fumageiras (MADERA, 2003).

Apesar disso, em coincidência com o processo de liberalização econômica após a crise dos anos 1980, o setor agrícola mexicano começou a perder rentabilidade e produtividade. O Estado se retirou de alguns setores, incluído o agropecuário. Foi assim como no final da década de 1980 as ações de privatização levaram a que exatamente em 1989-1990 *Tabamex* realizasse seu último ciclo de operação para posteriormente a fumiicultura mexicana passasse novamente as mãos do capital multinacional (MADERA, 2003).

As firmas retornaram e continuaram operando sobre os esquemas de agricultura por contrato que elas estabeleciam com os produtores camponeses. O funcionamento do SIPT em Nayarit opera de modo que as fumageiras obrigavam aos produtores à compra do pacote tecnológico que contém os insumos e os produtos químicos que somente podem ser

subministrados por elas. Os produtores não podem comprar por conta e é muito difícil encontrar negócios locais que forneçam os insumos. Assim, também, como parte desse Sistema, as firmas garantem a assistência técnica, e sobretudo, entregavam financiamento econômico para o pagamento de mão de obra necessária, garantindo a compra da produção, entre outras coisas. Em contrapartida, as famílias produtoras aportavam o recurso terra, força de trabalho, conhecimentos e organização familiar (MADERA, 2003).

Apesar de que a produção de tabaco sofreu tanto em Nayarit como no México uma queda produtiva que hoje em dia não coloca o país nos primeiros lugares do ranking mundial, o capital financeiro continua presente. Sua presença na fumicultura é histórica e foi determinante no desenvolvimento da atividade, seja através da articulação como diferentes atores e/ou se beneficiando da ação do Estado, terminando por estabelecer um Sistema de produção que ainda se mantém com os dois elementos que são elencados por Prieb (2005) para o caso brasileiro, mas que também estão presentes no contexto mexicano, como são o Complexo Agroindustrial e as famílias produtoras.

Atualmente, a reduzida superfície de hectares cultivados com tabaco em Nayarit continua sobre o controle das firmas transnacionais do capital. No México, não existe até hoje a possibilidade de produzir por conta e comercializar tabaco senão é através do Sistema Integrado de Produção por elas desenvolvido.

Os traços desta contextualização histórica pretendiam ressaltar o papel e a importância que a presença do capital financeiro transnacional na agricultura, especificamente no cultivo do tabaco, terminou por representar e exercer para o desenvolvimento e a consolidação do Sistema Integrado de Produção sobre o qual atualmente se desenvolve a fumicultura no Brasil e no México. Os grupos de famílias fumicultoras são peça importante desse esquema de negócio. Ainda que para alguns setores pareçam a simples vista atores passivos e sem recursos, tendo como única opção se aderir à produção de tabaco, a realidade empírica e sua trajetória histórica camponesa apresentam diferentes motivações e significações que ajudam a ampliar o debate.

Assim, damos continuidade à descrição, trazendo ao cenário os grupos familiares responsáveis pela produção de tabaco em campo no Brasil e México como cúmplices importantes que são do SIPT e do Estado para o desenvolvimento da fumicultura.

4.3 AS FAMÍLIAS PRODUTORAS DE TABACO E SUAS INTERAÇÕES EMPÍRICAS COM O ESTADO E O SISTEMA INTEGRADO DE PRODUÇÃO DE TABACO (SIPT)

O cultivo de tabaco é produzido basicamente ao longo do mundo por grupos da agricultura familiar camponesa. No Brasil e no México não é diferente. A característica mais marcante e/ou distintiva da participação destes grupos ao interior da cadeia industrial é que pelo lado dos agricultores, eles cultivam o tabaco em pequenas propriedades com uso intensivo de mão de obra, sobretudo de tipo familiar (SILVA, *et. al.*, 2013), expressando assim a importância que a dimensão socioeconômica representa este cultivo.

As famílias do tabaco também chamadas de integradas têm uma centralidade importante para o adequado funcionamento do Sistema Integrado de Produção de Tabaco. Sua atuação não se remete unicamente ao desenvolvimento de uma atividade agrícola para a qual recebem em casa insumos, financiamento e orientação técnica por conta das empresas fumageiras para as quais devem produzir matéria-prima em aparente exclusividade. Conforme o relatório do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) (SILVA, *et. al.*, 2013), ainda que possa evidenciar que, à primeira vista, o SIPT é um modelo de negócios que se preocupa somente com manter um relativo controle sobre a produção, em níveis de quantidade e produto de qualidade, nenhuma das duas seria possível, nem a operação em geral do Sistema, se realizaria sem a participação desses grupos familiares.

As características socioorganizativas das famílias produtoras e dos seus estabelecimentos rurais são em grande parte responsáveis de dar ao tabaco as características que o mercado internacional demanda (SILVA, *et. al.*, 2013). Em países como Brasil e México isto é de suma importância porque a produção desta cultura agrícola tem como destino principal a exportação. São essas famílias produtoras de tabaco que em base aos seus saberes locais e conhecimentos tem a capacidade de produzir uma matéria-prima de qualidade. As relações, conhecimentos, a agência, e a resistência, são elementos que lhes permitem também estar inseridos no SIPT. Não obstante, as relações ou interfaces que estabelecem com as firmas fumageiras se tornam às vezes de disputa e confronto. Assim, também, junto a diversos atores, as famílias do tabaco criam, constroem ou negociam diferentes estratégias de reprodução familiar para dar continuidade aos seus projetos de vida no rural.

As características particulares das famílias produtoras de tabaco podem ser identificadas sobre a categoria de agricultura camponesa. Estas características são sumamente

importantes porque ajudam no entendimento das lógicas dos seus sistemas de produção, dos conhecimentos, das condições locais e das diferentes estratégias que utilizam para sua reprodução e permanência ao longo das diferentes etapas do desenvolvimento social, econômico, cultural (MORA-DELGADO, 2007).

De acordo com Ploeg (2008), apesar de que no mundo se tentou demonstrar que o campesinato não era já uma realidade evidente, detrás dessa invisibilidade fortalecida amplamente pela conotação da palavra camponês na linguagem cotidiana, há uma realidade empírica de que existem mais camponeses do que nunca. Uma das características centrais que diferenciam esses grupos é a natureza contraditória da condição camponesa que se expressa na sua constante luta por autonomia e progresso num contexto caracterizado por padrões de dependência múltiplos e por processos de exploração e marginalização que estão associados. Essas lutas por autonomia e sobrevivência geram-se em num contexto de privação e dependência que dão forma a chamada “recampesinização” (PLOEG, 2008).

Por isso, uns dos aspectos mais perturbadores da tradição dos estudos *anticampesinistas* foi que o modo camponês de fazer agricultura foi amplamente negligenciado. A ênfase analítica se colocava simplesmente no envolvimento da agricultura como um dos elementos que definiam a produção camponesa, assim como pelo fato dos camponeses ao estar envolvidos nela se tratasse de uma característica dada. Mas, as questões relacionadas em torno da forma como eles estavam realmente envolvidos e como eles praticavam a agricultura, que em realidade era sua característica mais distintiva em relação aos outros modos de fazer agricultura, não se mencionavam (PLOEG, 2008).

Ampliando, de algum modo, a posição limitada ou parcial que caracterizou vários trabalhos sobre o campesinato, Ploeg (2008, p. 37-39) ressalta que a capacidade de agência do campesinato é seu elemento central e mais característico:

O caráter distintivo dos camponeses tem sido procurado principalmente nas relações desiguais de poder e/ou nas suas características socioculturais. Mas, o elemento que seria mais gravemente negligenciado por parte dos estudos camponeses foi não haver reconhecido a condição de agente dos camponeses, porque eles têm sido frequentemente representados como vítimas passivas [...]. [Portanto] o reconhecimento da condição de agente, não é um atributo mais, senão uma característica central do camponês.

Essa característica central se encontra respaldada não só pela sua persistência, senão também por uma evidente flexibilidade, que, dentre outras vantagens, lhes permite organizar a produção, maximizar os recursos e aproveitar as oportunidades estruturais, diante dos embates do mercado e a sociedade em geral. Esse caráter flexível torna possível que o sistema de

produção camponês seja capaz de se reacomodar as diferentes situações provocadas pela dinâmica do Estado e o mercado. Para isso, o uso preponderante da mão de obra que provém da família, os conhecimentos locais sobre o meio ambiente, assim como as relações sociais (MORA-DELGADO, 2007) são importantes para reagir diante do contexto adverso.

Ploeg (2014) chama a atenção ao dizer que é importante lembrar que na realidade as propriedades familiares são muito mais ricas do que simplesmente envolve a representação do conceito da *granja* com um viés produtivo. Trata-se de uma propriedade rural na qual a força de trabalho e a organização produtiva são gerenciadas pela participação dos membros do grupo. Estes aspectos devem ser usados para explicar de forma geral o funcionamento e lógica das famílias camponesas, mas não deixando invisíveis ou menosprezando alguns outros elementos que cumprem um papel central na escolha e desenvolvimento de atividades agropecuárias às vezes incompreensíveis.

O funcionamento da unidade produtiva familiar, principalmente aquelas aonde se realizam a produção fumageira, tem se tornado um objeto de estudo por demais complexo, sobretudo porque para algumas sociedades ou grupos sua compreensão se torna de difícil entendimento. Essas dificuldades se acrescentam porque a lógica e o raciocínio em que opera a agricultura familiar está em desacordo e foge dos marcos teórico-analíticos que tentam entendê-la e compará-la respeito de uma lógica burocrática, de protocolos formalizados e do razoamento industrial que cada vez toma conta das sociedades modernas. A agricultura familiar é inquietante e não se encaixa em esses moldes. Se bem ela pode ser considerada arcaica e anárquica, emerge também como algo atrativo e sedutor. Por isso é que sua dificuldade de entendimento se deve ao fenômeno complexo, multinível e multidimensional que ela representa (PLOEG, 2014).

De acordo com o relatório de pesquisa do IPEA (SILVA *et. al.*, 2013), as principais críticas lançadas sobre a fumicultura se concentram em torno do que seria o poder assimétrico das relações e negociações entre as famílias produtoras e as fumageiras. O funcionamento do próprio Sistema, que é capitalista por natureza, necessita a existência de uma assimetria nas relações, de forma que as consequências da desigualdade de poder de decisão estão imbricadas no SIPT. Isto é o que termina por trazer consequências significativas para a reprodução social do agricultor.

Apesar disso, as relações de confronto e de dependência não são recentes, nem têm se apresentando apenas por única vez para os grupos camponeses. Privações e limitações fazem parte de “um processo que não acontece apenas uma vez, nem está situado somente no início

da viagem através do tempo da chamada agricultura, senão que ele se repete interminavelmente” (PLOEG, 2008, p. 48).

Conforme este autor, quando a definição da condição camponesa se refere a uma situação de dependência e de privação, mais em economias globalizadas como as atuais, normalmente as referências se debruçam sobre as trocas desiguais e decadentes devido à queda de preços, à deterioração das condições de venda, aos elevados custos de produção, as tributações excessivas, e ao acesso limitado a serviços essenciais, entre outros. Convertem-se assim em fatores que impedem encontrar melhores caminhos para as famílias camponesas, devido à mecânica do processo de acumulação de capital, onde as relações de dependência e os níveis de privação que acompanham normalmente a este modelo são constantemente (re)introduzidos na condição do campesinato (PLOEG, 2008).

Mora e Delgado (2007) mencionam no seu trabalho que a capacidade e conhecimento que o camponês detém está relacionada não somente segundo com as possibilidades que eles têm de agir sobre o contexto. Seus conhecimentos, sejam estes de tipo cumulativo e dinâmico, estão baseados na experiência de gerações passadas para ser adaptados às novas mudanças e aos câmbios tecnológicos e socioeconômicos que vão se apresentando no contexto e com os diferentes atores governamentais e empresariais com que eles interagem.

A racionalidade camponesa, como das famílias fumiculturas, suas estratégias de vida ou os meios de sobrevivência estão configurados em torno do conhecimento e da experiência que pela sua vez se encontram atrelados reciprocamente com os agroecossistemas e a cultura local. Para uma unidade doméstica de produção camponesa o recurso fundamental são seus sistemas de produção através dos quais garantem ingressos econômicos e outros benefícios e vantagens. Esses sistemas produtivos e as estratégias socioorganizativas estão suportadas por pilares estratégicos na forma de conhecimento, mão de obra familiar, relações de amizade e parentesco que são características das sociedades camponesas (MORA-DELGADO, 2007, p. 55).

Ainda que o SIPT seja uma estrutura de dominação que obtém seu funcionamento a partir de relações assimétricas de poder entre firmas e produtores, levando à centralização das decisões e formação de um contexto de minimização da autonomia das famílias produtoras (SILVA, *et. al.*, 2013), não é possível falar de uma determinação total. Sempre existirá uma margem e espaço de manobra para que esses grupos familiares possam agir e interagir com uma estrutura emergente que seu atuar vai moldando.

Por conseguinte, sobre uma perspectiva camponesa, é possível reconhecer a existência de uma capacidade de agência e de resistência das famílias produtoras do tabaco no Brasil e

no México. Elas são capazes de lutar por autonomia e liberdade na busca de reduzir a aparente subordinação e dependência. De acordo com Silva *et. al.* (2013, p. 72), “as estratégias camponesas que são engendradas no interior do SIPT apontam para o aumento do poder de agência dos produtores de tabaco quem por meio de suas ações racionais, individuais ou coletivas, lutam por maior autonomia dentro desse Sistema de produção”. A ação desses grupos está gerando e desencadeando novas formas de atuação das empresas, já que estas antigamente não levavam em consideração a potencialidade dos agricultores enquanto categoria atuante nas decisões de produção.

A posição de subordinação e as relações assimétricas que exercem estes outros atores sobre as famílias fumicultoras se confrontam e traduzem desde as propriedades familiares e a fumicultura, que se tem constituído em espaços de manobra em torno dos quais as famílias produtoras constroem autonomia e liberdade.

Esta situação pode ser apoiada pelo relatório de pesquisa do IPEA. Conforme o mesmo, baseando-se no Censo Agropecuário de 2006, encontrou-se que a partir de um crescimento da participação dos intermediários do tabaco, - mais bem conhecidos na fumicultura do Sul de Brasil como “picaretas” (ou atravessadores) - as famílias produtoras encontravam neles uma oportunidade de “desviar” parte da produção obtida. Ainda que poderia ser passado como um fato irrelevante, essa situação estratégica disse bastante e reflete detalhes que são invisibilizados ou considerados sem importância.

Aliado a isto, a participação desses atores atravessadores deixa entrever a presença e existência de práticas “oportunistas” que teriam como objetivo por parte das famílias, burlar o contrato de integração, de forma que elas pudessem aumentar as opções de comercialização e por conseguinte os possíveis ganhos em torno da renda bruta final (SILVA, *et. al.*, 2013). Assim, as práticas das famílias produtoras de tabaco são responsáveis pela forma em que as empresas integradoras estão atuando, obrigando-as a se reconstituir e oferecer respostas às ações de atores que historicamente vinham sendo considerados dependentes ou passivos.

Para esses grupos familiares, o desvio de produção pode ser definido como uma forma através da qual se tem a intenção de criar alternativas de comercialização, no intuito de diversificar e incrementar a renda proveniente da produção de tabaco. O estudo de IPEA ressalta que por meio de formas de resistência e/ou de contestação como a anteriormente descrita, é que os agricultores fumageiros modificam o cenário em que se encontram, alterando os contextos e construindo novos padrões de interação. Dessa forma, é possível afirmar que tais produtores são dotados da capacidade de agência (SILVA, *et. al.*, 2013).

São estas capacidades das famílias do tabaco o que lhes permite, ainda com as conotações ou qualificativos de dependentes e/ou constrangidos pela estrutura, ser capazes de desenvolver estratégias para criar autonomia frente ao modelo produtivo imposto pelo SIPT. Como consequência disto, resulta a reconstituição de uma estrutura que não é totalmente fechada, senão emergente e permeada pela ação dos atores familiares. As famílias em sua busca por encontrar outras opções de comercialização, terminam por reformular a logística do próprio Sistema, submetendo-o a uma reestruturação constante que emerge cada vez mais com características diferentes pela influência da agência familiar (SILVA, *et. al.*, 2013).

Frente ao contexto atual de incertezas e complexidade sociopolítica e econômica em diferentes países, incluídos o Brasil e o México, a invisibilidade política e a exclusão dos modelos econômicos das comunidades e grupos de agricultura familiar e camponesa se aprofundam cada vez mais conforme o passar do tempo. Segundo Ploeg (2008), é possível alcançar uma redução da dependência através da sobrevivência e do fortalecimento da base de recursos, sobretudo aqui aonde a natureza cíclica da condição camponesa vem a ser evidenciada.

Os modos de vida no meio rural podem ser melhorados em curto e em longo prazo, através de esforços continuados e renovados para reduzir a dependência. A redução da dependência não se refere ao contexto político-econômico em si, mas, acima de tudo, às inter-relações entre a unidade de consumo e produção e seu contexto (PLOEG, 2008, p. 48).

A capacidade de agência e a arte da resistência das famílias produtoras de tabaco no Brasil e no México, embasados em um marco de interfaces e relações junto a outros atores e organizações diversas, resultam na construção de ações e estratégias que lhes permitem a continuidade de um projeto de vida e permanência no rural. Embora as famílias do tabaco possam ser chamadas ou caracterizadas como sujeitos passivos, dependentes, subordinados e/ou carentes, estão longe de ser assim. Desde espaços de manobra socialmente construídos em torno da propriedade rural e da fumicultura, as famílias são capazes de lutar por autonomia e liberdade, incrementando seus recursos locais e reduzindo assim sua dependência. Não obstante, e ainda que pareça uma contradição, elas são cientes das suas escolhas e das relações de cumplicidade que estabelecem com atores como o SIPT e/ou o Estado.

4.4 A CONVENÇÃO-QUADRO PARA O CONTROLE DO TABACO (CQCT). DA SUA EMERGÊNCIA ATÉ SUA ASSINATURA E RATIFICAÇÃO

Trata-se de um Tratado internacional promovido pela Organização Mundial da Saúde (OMS) para o controle do consumo e da produção de tabaco por preocupações de saúde como consequência do tabagismo e outras doenças decorrentes do consumo de tabaco. Brasil e México são dois dos aproximadamente 170 países que a assinaram em 2003 e que posteriormente a ratificaram entre 2004 e 2005.

Propriamente para ambos os países, as primeiras discussões¹⁰ que antecederam a posterior construção da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco se iniciaram pelas décadas de 1970 e 1980. Alguns dos principais tópicos abordados eram as consequências do consumo de tabaco para a saúde, doenças, os seus perigos, entre outros (KURI, 2002; GUEDES DE LIMA, 2012).

Em 1970, na 23ª Assembleia Mundial de Saúde (AMS) da OMS, segundo Guedes de Lima (2012), surgiram preocupações com o aumento dos problemas de saúde, doenças cardíacas e pulmonares entre os fumantes ativos e passivos do mundo todo. Devido a isso, se introduziram como medidas internas durante as AMS a proibição de fumar dentro dos salões onde se desenvolviam as assembleias e se começou por alertar sobre a necessidade de estudar medidas de diversificação das lavouras cultivadas com tabaco. Gradativamente com o passar do tempo as discussões se tornaram mais densas e tensas, principalmente a partir dos anos 1980, em função da força e do impacto que as ações realizadas para combater o que passou a ser denominada como uma pandemia mundial (MENGEL, 2011).

Apesar disso, seria até maio de 1995 que primeiramente através de uma resolução no marco da AMS celebrada em esse ano se mencionou a possibilidade de criar um Tratado, tendo que a estratégia principal desse documento normativo fosse à luta antitabaco. Finalmente, quatro anos depois, em maio de 1999 se materializou a decisão de elaborar a CQCT como um Convênio mundial (MENGEL, 2011; DE DIOS; THIES, 2018).

Uma vez tomada essa decisão, a construção como documento de apoio se desenvolveu em duas grandes etapas. Uma primeira, donde a Organização Mundial da Saúde como principal promotora procurou formular um anteprojeto que continha a justificativa de existência, os fins, objetivos, e as obrigações dos potenciais participantes. Para isso, uma

¹⁰ Em relação às discussões históricas mais gerais que promoviam a criação de um Tratado para o controle do tabaco, os registros mais antigos dos que se tem conhecimento se remetem a 1967 em que a Organização Mundial da Saúde (OMS), sobre as chamadas *Conference on Smoking and Health*, orientou suas preocupações sobre o uso do tabaco e os danos para a saúde (MENGEL, 2011).

equipe de especialistas em saúde pública formulou o texto, embora, abriram à participação e aportes de atores em torno aos Estados Membro. Uma segunda etapa veio a partir do ano 2000, quando o anteprojeto foi retomado na 52ª AMS e se criou um Órgão Intergovernamental que seria o responsável de realizar as aproximações e negociações do documento e das obrigações nele contidas frente aos Países Membros. Estabeleceu-se um prazo de três anos como horizonte de trabalho para atingir os propósitos e apresentar os resultados das ações empreendidas durante a 56ª AMS em maio de 2003 donde finalmente a CQCT foi aceita e assinada (MENGEL, 2011).

Figura 5 - Etapas para a formulação e elaboração da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco



Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

Um fato importante a ser destacado é a liderança do Brasil no Órgão Intergovernamental. A OMS havia se baseado no Programa Nacional de Controle do Tabagismo (PNCT) para estudar e subsidiar estratégias de ação em relação à temática (SANTINI *apud* SOGOCIO, 2008, p. 40), e incidiu finalmente em que o país se tornasse o coordenador do processo de negociações pelo fato de haver atingido resultados importantes no Programa Nacional de Controle do Tabagismo (PNCT).

Outros três fatores, não menos importantes, podem também ser destacados. Primeiro, o Brasil gozava de reconhecimento entre as organizações internacionais pela capacidade de negociação, mesma que seria útil para a aproximação entre os Países Membros. O segundo, se deveu a preferência da OMS para que fosse um país do Sul¹¹ quem liderasse a constituição do Tratado. O terceiro seria a posição entre os países produtores de tabaco como o segundo maior produtor e o primeiro exportador mundial, peça chave para incidir nas negociações para a assinatura e a ratificação do Convênio (SOGOCIO, 2008).

¹¹ Canadá era o outro país considerado para liderar os trabalhos e negociações, só que ao final, se decidiu pelo Brasil, para que um país do Sul tivesse essa atribuição. Isso permitiu ao Brasil ter seus embaixadores, de 2000 a 2003, como presidentes eleitos do Órgão para coordenar as negociações, até o estágio final dos trabalhos (MENGEL, 2011; SOGOCIO, 2008).

Figura 6 - Trajetória histórica para a elaboração e assinatura da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco



Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

A CQCT foi adotada e assinada na cidade de Genebra, Suíça o 21 de maio de 2003 (DOF, 2005)¹². Brasil e México se uniram como signatários do documento¹³. Os argumentos mobilizados pela promotória da OMS para a assinatura da CQCT se encontravam (OMS, 2003, p.5), em que o cultivo de tabaco “[...] agrava em particular os transtornos sociais e a pobreza, originando um regime de servidão laboral e trabalho infantil; além das repercussões no meio ambiente e a saúde das pessoas”. Desse modo, o documento oficial expressava que o principal objetivo seria:

Proteger as gerações presentes e futuras das devastadoras consequências sanitárias, sociais, ambientais e econômicas geradas pelo consumo e pela exposição à fumaça do tabaco, proporcionando uma referência para as medidas de controle do tabaco, a serem implementadas pelas Partes nos níveis nacional, regional e internacional, a fim de reduzir de maneira contínua e substancial a prevalência do consumo e a exposição à fumaça do tabaco (OMS, 2003, p. 4).

Mesmo que a retórica e os argumentos mobilizados pela OMS para a assinatura e ratificação do Convênio fossem congruentes e aceitáveis, desde outros espaços e âmbitos se debatiam e discutiam elementos de apoio que pudessem acrescentar o entendimento e ressaltar a complexidade da atividade fumageira. Apontava-se que o cultivo de tabaco havia se tornado ao longo de mais de um século em uma atividade da agricultura familiar e camponesa que gerava emprego, recursos monetários, benefícios sociais e um sentido de

¹² Assim a CQCT converteu-se no primeiro instrumento jurídico de caráter internacional que visava a redução da mortalidade e morbidez planetária atribuíveis ao tabagismo (LÓPEZ, 2004).

¹³ O processo de ratificação interna dessa Convenção foi complexo em cada país, pois a partir de sua aprovação internacional em 2003 as discussões sobre o controle do tabaco foram intensificadas (MENGEL, 2011), sobretudo em Brasil onde as diferentes posições assumidas por parte dos atores envolvidos nas diversas atividades, tanto a favor como contra dela, precisaram de dois anos para sua ratificação final.

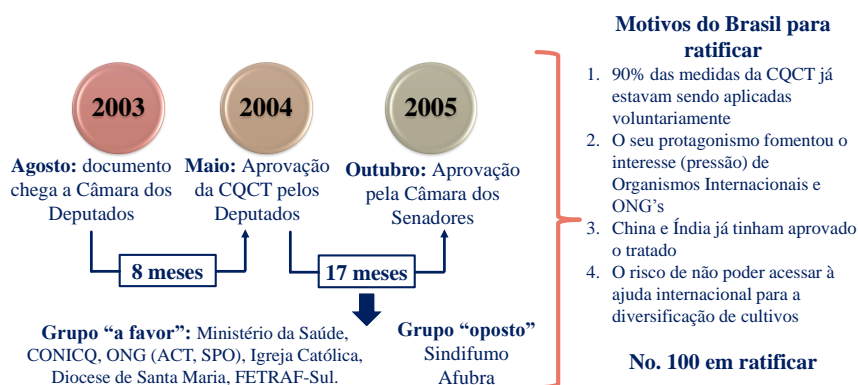
identidade que eram adequados para as famílias e as suas pequenas propriedades (MADERA, 2003; 2006; 2012; CAYEROS, 2007; DUTRA; HILSINGER, 2013; DE DIOS, 2014).

Após a assinatura, cada país entrou no processo de ratificação e adequação da CQCT à realidade local. Decerto é que algumas perspectivas de análise como as citadas no parágrafo anterior, terminaram por influenciar a intensidade dos debates relacionados à ratificação e sua posterior materialização em arranjos institucionais na forma de políticas públicas e programas para o cumprimento das obrigações assumidas.

No Brasil, por exemplo, ocorreu algo pouco comum na história política. A exclusividade das discussões em torno aos recintos oficiais e tradicionais das instâncias do poder político foram obrigadas a sair e ter que se trasladar até as regiões fumicultoras do país para discutir com os diferentes atores e agentes envolvidos. Esse processo foi resultado da pressão exercida pela através da participação de dois grupos antagonistas, integrados por diversos atores de diferentes setores sociais, dos governos, de representantes políticos, ONG's, associações civis, organizações sindicais de produtores e da agricultura familiar, além de outros ligados à área da saúde, representantes da indústria fumageira e produtores de tabaco (DE DIOS; THIES, 2018).

O resultado foi um processo para a ratificação da CQCT plural e representativo que escutou as vozes e as demandas dos diferentes participantes. Desse modo, o Brasil se tornou o país número 100º em ratificar a CQCT depois de quase dois anos da assinatura. No entanto, o processo longo e demorado levou a que o país pudesse construir uma Programa Nacional de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco mais inclusivo, representativo e sobre o viés do desenvolvimento rural sustentável.

Figura 7 - O processo de ratificação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (CQCT) no Brasil



Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

No México, de acordo com De Dios e Thies (2018), a CQCT desde sua assinatura até sua ratificação foi alvo de um processo muito rápido e ágil. À diferença do Brasil que teve uma intensa participação de diferentes atores ainda que fosse com posições contraditórias, no caso mexicano os principais envolvidos foram os agentes políticos e burocráticos ao interior dos espaços oficiais, assim como também, das ONG's contra o tabagismo e favoráveis ao controle do tabaco. As famílias fumiculturas, as suas organizações de representação e outros atores rurais/camponeses foram excluídos dos debates e negociações para a ratificação da CQCT. Contudo, em praticamente oito meses que levou esse processo, o México se tornou o primeiro país do continente americano em ratificar o Convênio.

Figura 8 - O processo de ratificação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (CQCT) no México



Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

A rapidez do processo de ratificação no México (ver Figura 8) não esteve relacionado a um tema de eficiência político-governamental, senão, por pressões exercidas vindas de

outros setores nacionais e organizações internacionais. Por um lado, os representantes e membros, da Organização Mundial da Saúde e de algumas ONG's exerceram pressão baseada em uma preocupação social ou por interesse político. Do outro, os atores políticos mexicanos se debruçaram sobre o tema, principalmente quando a CQCT esteve ao interior das Câmaras de Senadores ou Deputados (DE DIOS; THIES, 2018). Mesmo assim, houve alguns interesses ocultos, os quais foram expressados por um ex Senador da República quando a questionado durante a pesquisa de campo sobre quais foram as motivações do México para se aderir à CQCT:

Fueron razones de tipo político, más que de salud. Fueron razones de tipo diplomático para finalmente mantener un cierto peso de la posición de México en los organismos internacionales en los que se había perdido mucho en esa época, porque Colombia y México eran países que sostenían una posición conservadora en el ámbito de muchas políticas globales (EntrevistaJCSI, 2018).

Em torno desse processo, o grupo identificado como contrário à CQCT, no qual estavam inseridas as famílias fumicultoras, sindicatos e/ou associações de produtores, e as firmas fumageiras, foram marginalizados e não existia informação disponível ou conhecimento nenhum sobre quais foram os argumentos para sua não participação na ratificação. Havia-se documentado e identificado através de investigações anteriores, a existência de algumas ações contrárias a CQCT que mostravam a mobilização das indústrias do cigarro, da associação de produtores e de alguns atores políticos, porém se relacionavam com uma etapa posterior à ratificação do Tratado. Estas eram pela ocasião da implementação de algumas ações como a taxação dos pacotes de cigarros, mas não no momento das negociações e debates para a ratificação.

Embora, durante o trabalho de campo em Nayarit, conseguiram-se coletar informações em relação ao tema. Estas, são bastante contraditórias em quanto às posições entre alguns dos atores sobre como se realizou a ratificação do Convênio e quais haveriam sido as formas de participação ou não das famílias fumicultoras.

[...] lo que yo recuerdo de ese momento era que al recibir la iniciativa de Ley del Control del Tabaco (impulsada muy fuerte por la comisión de salud del Senado, con apoyo de la Secretaria de Hacienda y de Agricultura) fue inmediatamente que quienes se pusieron en contacto conmigo fueron por un lado las empresas tabacaleras, British (BAT) y Philip Morris, pues dándome argumentos de cuál era la forma en que a ellos les iba a perjudicar la Ley. Pero yo me puse en contacto con los productores de tabaco, porque mi posición frente a las tabacaleras era que a mí lo que me preocupaba, más que su posición como empresas, era la posición de los productores de tabaco [...] Entonces la presencia de los productores allá en los debates no se dio. La verdad a mí me tocó hacer la defensa más en el sentido político y productivo, porque nos hicieron llegar escritos y fueron a hablar con nosotros los dirigentes pero de manera muy tibia. Era más fuerte la presión en el estado de

Nayarit por parte de los productores o de líderes regionales, sobre todo en el municipio de Santiago Ixcuintla [...] Pero no hubo presencia de los dirigentes de la ARIC a nivel nacional (EntrevistaJCSI, 2018).

Nosotros no tuvimos ninguna participación en el Convenio Marco. Lo que sí supimos después fue cuanto iba a ser el aumento de impuestos en referencia al Convenio (EntrevistaRCSI, 2018).

Los productores si asistieron a las discusiones del Convenio Marco en la Ciudad de México. Incluso, se les llegó a apoyar hasta con \$1,500 pesos [R\$ 325] a cada uno para que fuera. Las empresas fueron quienes pagaron todo (EntrevistaJZSI, 2018).

Cuando se firma (el Convenio) a nosotros nomás nos comunican que “hay un Convenio Marco que te va a regir en el cultivo de tabaco”. Pero no, para nada tomaron en cuenta a los productores. Cuando menos de Nayarit no nos tomaron en cuenta. Nomás nos informaron cuando ya había sido firmado. Nosotros fuimos a (Ciudad de) México y nos atendió un senador del estado de San Luis Potosí, que incluso nada sabía de tabaco, pero se le dijo que queríamos los beneficios que marcaba el Convenio Marco, por ejemplo, la reconversión de cultivo que nunca llegó y una serie de cosas (EntrevistaEMSI, 2018).

Mesmo assim, segundo De Dios e Thies (2018), depois dos debates travados no decorrer do processo de adaptação, aprovação e assinatura da CQCT por parte do México e do Brasil, os dois países se comprometeram a cumprir as obrigações nela contidas. Os artigos 17 e 18, que apontavam a necessidade dos países implementarem ações com vistas a apoiar a constituição de “[...] alternativas economicamente viáveis para os trabalhadores, os cultivadores e, eventualmente, os varejistas de pequeno porte”; e também ações para a “proteção do meio ambiente e a saúde das pessoas” (OMS, 2003, p. 14), eram os que estariam diretamente relacionados com o setor rural e as famílias fumicultoras.

A tradução em matéria de políticas públicas para ambos os países, ficaria sob a incumbência das Secretarias e Ministérios de cada país. Estes deveriam criar os instrumentos institucionais necessários para a integração de políticas e projetos em apoio à diversificação das regiões produtoras e preparar aos agricultores para uma possível retração da demanda mundial de tabaco (SAGARPA, 2008). Assim, o Brasil criou o Programa Nacional de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco (GREGOLIN, 2010) e no México foi criado o *Programa para a Reconversión Productiva del Tabaco*, dentro da *Ley de Desarrollo Rural Sustentable* (SAGARPA, 2008). A ratificação, sobretudo, mais do que a assinatura, demandava a responsabilidade e o compromisso de cada país Parte¹⁴ para a construção de essa estrutura institucional de apoio ao controle do tabaco e de aproximação com alguns dos atores afetados.

Ainda assim, desde há algumas décadas antes da CQCT, segundo Diesel, Scheibler e Palma (2001) nos territórios do tabaco já vinham sendo registrados esforços e disputas em relação aos rumos que estes deveriam tomar pela substituição da atividade fumageira. Não

¹⁴ Nome outorgado aos Países que firmaram e ratificaram a CQCT.

obstante, a situação se tornou mais complexa com a elaboração e a vigência do Tratado em questão.

Sua emergência como um instrumento internacional que visava ao controle do tabaco, longe de facilitar o processo e propor respostas fáceis, terminou por trazer novos elementos para a disputa. Não se tratava de que o resultado fosse um agravamento, senão que os contextos do tabaco não fariam a transição produtiva a “alternativas economicamente viáveis”, somente da mão de recursos financeiros de apoio ou dos programas de extensão rural que nem sempre estariam adequados às especificidades locais. Evidentemente, o problema e os desafios não estavam relacionados a partir da emergência do Convênio, já que este era uma novidade importante como dispositivo institucional, senão que estavam vinculados com a sua adequada interpretação e instrumentação de forma que oferecesse realmente ajuda aos mais afetados.

Contudo, havendo passado já mais de quinze anos da assinatura e ratificação, o Brasil e o México apresentam diferenças significativas nas estratégias, nas trajetórias de elaboração e na abrangência das políticas públicas decorrentes que foram e estão sendo implementadas em cada país. No México, inicialmente, o governo falava na erradicação, ou proibição do cultivo, como o centro norteador da estratégia pública. Atualmente, a realidade atual demonstra que a produção do tabaco mantém um comportamento igual ao de quinze anos atrás e no que respeita aos compromissos da CQCT, observa-se que os produtores desconhecem as políticas de apoio, no entanto, nos discursos governamentais fala-se em quantidades significativas de recursos econômicos para apoiá-los (DE DIOS; THIES, 2018).

De forma diferente, no caso brasileiro, conforme De Dios e Thies (2018), a estratégia pública de implementação da CQCT mostrou-se bastante distinta. Ela foi centrada no discurso da diversificação produtiva dos agricultores e não na erradicação ou proibição do cultivo. Além disso, tiveram-se como princípios orientadores o desenvolvimento sustentável, a segurança alimentar, a diversificação, a participação e a colaboração. Sobretudo, nestes últimos dois aspectos, evidenciou-se uma estratégia de articulação com diversos setores como parte importante das ações para sua implementação, sendo consideradas pelo poder público como importantes parceiras as ONGs, universidades, centros de pesquisas, organizações e representantes da agricultura familiar (GREGOLIN, 2010).

O Brasil continua sendo o segundo maior produtor e o principal exportador de tabaco no mundo, apesar de que em esses últimos dez anos se apresentou uma diminuição de mais de 130 mil hectares. Se bem no caso de México os níveis produtivos já tinham experimentado uma profunda queda a partir da década de 1980, é ao longo da primeira década do século

XXI, e especificamente nos anos posteriores à ratificação da CQCT que a superfície cultivada em vez de diminuir, estabiliza-se em torno do período da última década (DE DIOS; THIES, 2018).

Concretamente no caso mexicano, em 2001, antes da CQCT, a área cultivada com tabaco alcançou 15 mil hectares e, desde então, começou por mostrar uma trajetória instável tendo quedas e recuperações. Após a entrada em vigor da Convenção, a safra 2008-2009 se converteu naquela com o menor número de hectares cultivados ao apresentar aproximadamente três mil, sendo essa a menor área já registrada na história (DE DIOS; THIES, 2018). Não entanto, essa tendência reverteu-se em anos posteriores até se consolidar quando no ciclo produtivo 2015-2016 foram cultivados 5.711 hectares (SIAP, 2017). É dizer, teve-se um incremento de praticamente o dobro em cinco anos.

Claramente, o Brasil possui uma área total cultivada consideravelmente superior à do México, pois em 2014 foram plantados cerca de 300 mil hectares, frente às mais de oito mil no território mexicano. Ainda que depois da ratificação da CQCT no território brasileiro, especificamente no período de 2005 a 2011, tenha havido uma redução da área cultivada que diminui a superfície até aproximadamente 370 mil hectares cultivados, o país mantém uma posição produtiva importante. Contudo, após um segundo período de 2011 a 2015, apresentou-se uma nova redução que levou a superfície até os 315 mil hectares plantados por ano. Mesmo assim, o Brasil continua estando nos principais postos do ranking mundial da produção e exportação do tabaco. Em 2016 se registrou uma superfície cultivada de 271.070 hectares segundo dados da Associação dos Fumicultores do Brasil (AFUBRA, 2019).

Não obstante, longe do impacto nos rendimentos produtivos ou as repercussões na superfície cultivada, o olhar deve ser orientado também há outras afetações, sejam qualitativas ou quantitativas, vivenciadas diretamente pelas famílias fumiculturas. O mais interessante é ressaltar quais tem sido as reações e ações das famílias produtoras que se confrontam nos territórios do tabaco com as determinações e decisões estabelecidas de uma estrutura global e externa que cria e impõe determinações das quais não são partícipes nem responsáveis. Essas questões e perguntas pretendem ser abordadas e respondidas nesta tese.

4.5 AS ABORDAGENS MOBILIZADAS PARA O ESTUDO DA FUMICULTURA NAS REALIDADES EMPÍRICAS DO BRASIL E DO MÉXICO

Este apartado concentra uma breve revisão e análise do estado da arte e das evidências bibliográficas disponíveis a partir de alguns dos trabalhos realizados desde os territórios do

tabaco aqui propostos como realidades empíricas de estudo. Para o caso do Brasil, a investigação se realiza em torno aos trabalhos de elaborados desde o programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Desde este espaço, tem se dispensado esforços e mobilizado diferentes olhares teóricos com a intenção de estudar e compreender a realidade local do tabaco, principalmente aquela atrelada ao estado de Rio Grande do Sul.

Para o caso do México, as consultas das pesquisas acadêmicas vão ser mencionadas como da *Universidad Autónoma de Nayarit* (UAN). Se bem estas não foram realizadas em torno a programas de estudo dessa Instituição, os seus autores e autoras são parte dela. Além disso, trata-se de pesquisadoras e pesquisadores, maiormente nayaritas, os quais formam parte do grupo de “*las y los tabacologos*”. Futuramente, a esse grupo gostaria de pertencer.

A realização de este exercício é de grande utilidade toda vez que pode nos aportar alguns *insights* do que o já realizado no território brasileiro, assim como no caso da realidade mexicana. Trata-se de um resgate de estudos que são referentes na área e que, a partir dos olhares teóricos mobilizados em cada caso, podem oferecer apontamentos críticos e analíticos para serem incorporados a este novo trabalho sobre fumicultura, não obstante com um possível diferencial, por se tratar de um olhar comparativo, mas também por ser desenvolvido com ajuda da Perspectiva Orientada ao Ator e da Arte da Resistência como abordagens teórico-analítica de estudo.

Em primeiro lugar, encontra-se o trabalho de Scheibler (2006). Sua dissertação de mestrado aborda desde diferentes perspectivas teóricas a análise sobre a formulação de políticas públicas, os processos de regulação e a reforma do Estado. Segundo ela, as disputas num contexto de interpretação entre dinâmicas e processos nacionais e globais derivam na emergência dos fóruns reguladores globais que mediam as relações e conflitos entre atores locais no processo de regulação do tabaco.

Assim, organismos multilaterais como a Organização Mundial da Saúde (OMS) propõem a implementação de políticas de regulação que devem ser institucionalizadas no âmbito dos Estados Nacionais, gerando um processo de disputa entre diferentes atores políticos, econômicos e sociais, ao grau de que no Brasil a emergência dessa proposta acarretou uma mudança na correlação de forças entre atores nacionais, derivando em que atores tradicionalmente antagonicos como os agricultores e as indústrias se aliassem na defesa da cultura do fumo para fazer frente ao documento da OMS.

O trabalho de mestrado de Fernandez (2010) fez uso do enfoque sistêmico como referencial teórico analítico para avaliar a importância socioeconômica que a fumicultura

representa para a agricultura familiar no município de Sobradinho/RS, na região do Vale do Rio Pardo (VPR). Conforme a autora, o enfoque sistêmico lhe permitiu obter uma visão mais ampla da agricultura ao ser um objeto real complexo, que compreende um sistema organizado que se inter-relaciona com o todo e com as partes que o integram, explicando suas origens, transformações e o papel da agricultura ao longo dos anos.

Assim, seu trabalho revelou na zona de estudo a existência de uma agricultura de cunho familiar de tipo colonial que se formou como parte de um processo de colonização Europeia a partir da segunda metade do século XIX. Marcada inicialmente por uma diversificação produtiva e de grande autonomia, a agricultura local passou a se envolver numa dinâmica totalmente oposta. A partir da adoção do cultivo de tabaco, esta atividade se converteu na principal geradora de renda para as famílias, com uma marcante dependência ao Sistema Integrado de Produção de Tabaco que termina prevalecendo até a atualidade, deixando num segundo termo outras atividades agrícolas de cunho colonial.

A pesquisa de Zotti (2010) mobilizou a abordagem dos livelihoods ou meios de vida de Frank Ellis, buscando discutir a noção de desenvolvimento desde diferentes autores. Nos municípios de Capanema e Planalto, em Paraná, a autora tentou revelar quais seriam os fatores que influenciam a opção dos agricultores familiares de produzir ou deixarem de produzir tabaco, além de qual ou quais seriam as implicações destas escolhas em seus meios de vida. O fato de cultivar espécies de fumo de galpão, que exigem manejo, colheita, secagem e classificação diferenciadas do fumo de estufa, tem como particularidade o fato de proporcionar ao fumicultor a possibilidade da não especialização. Encontra-se nessa diferença, um grau de liberdade para que eles possam procurar alternativas que lhes auxiliem a se manter no campo e, até mesmo, substituir o cultivo de tabaco por outra atividade com o passar dos anos.

Os resultados do trabalho de Zotti mostraram em primeiro lugar que em média os ex-fumicultores comparados com quem continua nesse cultivo, apresentam uma leve superioridade nos índices de sustentabilidade e diversificação, refletindo que a maioria pudesse realizar mudanças favoráveis nos seus meios de vida. Num segundo ponto a ressaltar, ainda não menos importante, é que a decisão dos ex-fumicultores de deixar o cultivo encontra-se em fatores que vão além da renda familiar, destacando principalmente o uso excessivo de agrotóxicos, a necessidade de mão de obra às vezes carente nessa região e a renda final, a qual geralmente é inferior à expectativa do produtor.

A tese de Rudnicki (2012) teve como foco de estudo as relações de confiança entre agricultores e os diferentes atores envolvidos em torno do Sistema Integrado de Produção do

Tabaco no Rio Grande do Sul. A abordagem da temática se realizou desde as perspectivas teóricas da Nova Econômica Institucional (NEI), Sociologia Econômica, Administração e Ciências Políticas. Buscou-se analisar como as relações de confiança, a partir dos contratos, formais e informais, firmados entre as empresas e os agricultores, se desenvolvem no cenário socioeconômico e político em que essas relações estão inseridas.

Assim, segundo ela, o SIPT no Rio Grande do Sul é gerenciado e mantido a partir das relações de amizade e confiança que mantêm conectados aos agricultores e as fumageiras, resultado do embricamento entre os contratos formais e informais, que são permeados por mecanismos de controle e baseados em sanções. A governança corporativa exercida pelas empresas do tabaco se apresenta como uma rede de relações contratuais complexas que são mediadas e ancoradas pelas relações de proximidade, amizade e parentesco, que o orientador técnico das fumageiras é capaz de desenvolver.

A dissertação de Andrade (2014) desenvolveu como tema de pesquisa a análise do processo de racionalidade dos agricultores familiares que se enfrentam com a decisão de produzir ou deixar de produzir tabaco na região do Vale do Rio Pardo, no Rio Grande do Sul. Para isso, é mobilizado o referencial teórico analítico de racionalidade limitada proposto por Herbert Simon e utilizado nos estudos da Nova Economia Institucional (NEI). Depois de identificar os principais agentes na produção de tabaco, Andrade constata que a atividade fumageira é resultado de uma estrutura organizacional e social complexa constituída por diferentes agentes interdependentes, onde suas atuações são e estão baseadas em normas sociais, culturais e econômicas estabelecidas pelo contexto institucional.

Conforme o autor, a ação de racionalidade limitada, os elementos estruturais e subjetivos, assim como a situação atual dos agricultores e seus projetos futuros, provocam que as reações diante da decisão de produzir ou deixar de produzir tabaco se devem à falta de opções produtivas do que pela ação de racionalidade limitada dos agricultores. Acrescenta que, somado ao anterior, carências na organização dos produtores e informações incompletas sobre o setor produtivo, determinam a continuidade na produção de tabaco desses atores.

Tendo como objeto de estudo a relação das instituições na trajetória das famílias produtoras de tabaco no Rio Grande do Sul, Glasenapp (2016) mobiliza a abordagem institucional como fundamento teórico indicado para a análise deste tema. Referindo-se às instituições como as restrições informais e as regras formais, o tabaco seria um cultivo que tem se tornado por demais um tema controverso, pois existem restrições formais e informais de resistência a sua produção e consumo, embora existam outras instituições e organizações que o incentivam substancialmente.

A autora encontrou que:

- a) a trajetória de vida das famílias produtoras de tabaco é marcada pelo ambiente institucional provindo dos tempos longínquos de mudanças de espaços e de culturas que permanecem nas memórias e traços sociais das gerações perpassando a história das próprias comunidades;
- b) as instituições presentes nos municípios de estudo estão bastante interligadas e não existe uma clara evidência de quem é determinante de qual, pois a constituição de instituições formais advém de mudanças informais, assim como a transformação das normas, regras e leis terminam por influenciar as instituições informais;
- c) que tanto instituições formais como informais contribuem para um tipo de desenvolvimento, seja esse de caráter político, econômico, social ou ambiental das famílias do tabaco, já que a influência e a interdependência desses grupos familiares para com o Estado e o mercado ao interior dos municípios de estudo terminam por contribuir num desenvolvimento característico desses lugares.

A tese de Vendruscolo (2017) que seria a última em ser defendida no PGDR tendo ao cultivo de tabaco como foco de estudo, abordou a situação problemática mais recente em torno da produção de tabaco, com a intenção de compreender as mudanças no cenário da fumicultura a partir das críticas e das transformações presentes no ambiente. O referencial teórico e metodológico escolhido para ajudar na construção da tese foi a Sociologia da Crítica e o Institucionalismo de Veblen. O estabelecimento de uma correlação entre as críticas da rede antitabaco e dos agricultores familiares lhe permitiu observar que existiram discontinuidades nas gramáticas as quais provocam distanciamentos nos atores que poderiam atuar de forma conjunta, frente às empresas fumageiras, quando a função da rede antitabaco como um dos principais atores é proteger ao agricultor familiar.

Conforme a autora, o contexto de incertezas obriga os agricultores a refletir sobre suas ações, de forma que eles respondem às críticas através de instituições que de alguma forma sustentam a fumicultura no Rio Grande do Sul. Mas essas instituições não são acionadas de forma isolada, senão que estão interligadas no que a mesma autora chama de uma rede institucional. Ou seja, quando uma das interpretações é questionada, um conjunto de outras interpretações são acionadas de forma que se convertem num fundamento para dizer que são esses argumentos os que justificam a produção de tabaco para essas famílias.

Frente a esse contexto de incertezas, outras mudanças e reações dos diferentes atores foram discutidas e analisadas por Vendruscolo (2017), no sentido desses movimentos

antitabaco promoverem câmbios ou reafirmarem as instituições que sustentam a chamada por ela cadeia produtiva no território de estudo. As respostas que estão sendo articuladas a partir da rede em defesa do tabaco, centralizadas na Associação Brasileira das Indústrias do Fumo (ABIFUMO), permitem ver que são as fumageiras quem estão mudando suas ações principalmente de forma semântica, construindo operações midiáticas e alianças com órgãos governamentais e organismos internacionais que lhes permitem requalificar o SIPT e, com isso, ao mesmo tempo estão reafirmando as instituições que sustentam a produção de tabaco.

Existem mais três trabalhos, os de Dutra (2015), Freitas (2015) e Hilsinger (2016), que se bem não foram desenvolvidos ao interior do PGDR, realizaram-se desde Programas de Pós-graduação da UFRGS e tem como elemento central o fato de haver abordando temáticas do tabaco como eixo de suas reflexões.

Conforme Freitas (2015), orientada pelo professor Sergio Schneider¹⁵ no Programa de Pós-graduação em Sociologia (PPGS/UFRGS), realizou seu trabalho se inserindo na temática de Desenvolvimento Humano e das Condições de Vida ao analisar a realidade fumageira em alguns dos municípios do Vale do Rio Pardo e da região Centro-Serra em Rio Grande do Sul. Fazendo uso dos referenciais teórico-metodológicos como a Abordagem das Capacitações de Amartya Sen e da Perspectiva da Diversificação dos Meios de Vida de Frank Ellis, ela buscou compreender como um processo de diversificação possibilita às famílias fumicultoras expandirem seus conjuntos capacitários através dos seus meios e percepções de vida, criando para isso estratégias de sobrevivência e de superação num contexto de vulnerabilidade social.

Entre alguns dos principais resultados dessa pesquisa que conseguiu abranger 250 famílias às que se aplicaram questionários, detectou-se que os meios e as percepções mais vulneráveis deram-se nas dimensões financeira e social, embora os denominados mais ampliadores ocorreram nas dimensões natural, humana e física. Além disso, comprovou-se que as famílias diversificadas ou aquelas com menor dependência ao que ela chama de Cadeia Produtiva do Tabaco (CPT) [e não SIPT como no caso desta tese] apresentaram melhores condições de vida que as especializadas.

No caso do México, as principais pesquisas e investigações que foram consultadas se referem a aquelas realizadas no território nayarita por professoras e professores da *Universidad Autónoma de Nayarit* do que chamamos o grupo de “*las y los tabacologos*”.

¹⁵ Destaca-se a orientação do professor Sergio Schneider nesta tese, porque além de fazer parte do PGDR/UFRGS, participou como pesquisador acadêmico no desenvolvimento de projetos e pesquisas que geraram insumos e referências necessárias na realização do documento base utilizado nas negociações para a ratificação da CQCT. Lembramos que o Brasil foi o país líder da Comissão encarregada da elaboração do Convênio.

Estes trabalhos são diversos, tanto na forma, como nas temáticas abordadas em torno à produção de tabaco.

Uma das pesquisadoras que faz parte deste grupo é Pacheco. Se bem ela não desenvolveu uma dissertação ou tese, seus trabalhos sobre a fumicultura têm sido realizados principalmente na forma de livros e artigos para revistas científicas ou capítulos de livro. Além disso, ela tem coordenado vários projetos de pesquisa e formado parte de bancas de dissertações e teses que discutem tópicos relacionados com a fumicultura. Como parte de alguns dos trabalhos por ela feitos, tem dispensados esforços para apresentar as mais diversas dimensões e realidades existentes em torno da produção de tabaco desenvolvida em território nayarita. As obras *Nomás venimos a malcomer. Jornaleros indios en el tabaco en Nayarit* (1999), e a *Modernización de la agroindustria del tabaco y desarrollo regional* (2011, em coautoria com Cayeros), podem dar conta dessas situações.

Por um lado, no primeiro dos trabalhos mencionados, ele documenta a realidade de padecimento das famílias indígenas que participam da fumicultura em Nayarit. Esses grupos de trabalhadores migrantes se inserem na etapa de colheita e *ensarte* que ocorre anualmente entre os meses de janeiro a maio, quando são contratados temporalmente pelos produtores familiares. Trata-se de famílias indígenas que pertencem aos povos wixárika (huichol), nayari (cora) e o'dam ñi'ok (tepehuano), os quais moram nos estados de Nayarit, Jalisco, Zacatecas e Durango. Durante esse período, as famílias indígenas permanecem morando diretamente nas mesmas plantações aonde cozinham seus próprios alimentos, se alimentam e realizam as atividades diárias da sua vida normal. Por conseguinte, são alvo da exposição direta aos agrotóxicos usados na fumicultura. Além disso, as precárias condições no pagamento e remuneração do trabalho realizado as leva a estar mal alimentadas e passar fome durante o período de tempo em que permanecem sendo parte dessa migração temporal.

No segundo texto citado, Pacheco junto a Cayeros (2011), fazem uma descrição da importância econômica e histórica da produção de tabaco e a forma em como o modelo exportador de matérias agrícolas foi responsável de introduzir e consolidar este cultivo. Junto a outras culturas agrícolas como cana-de-açúcar, café, hortaliças, frutas e grãos, o tabaco era responsável pela dinamização da vida econômica de um estado como Nayarit pelo fato de se vincular ao mercado mundial resultado dessas exportações agrícolas. Mesmo assim, mudanças introduzidas na indústria mundial e no setor agropecuário mexicano, levaram as indústrias fumageiras à realização de alguns câmbios na forma de compactação de terras para a implementação eficiente no uso de tecnologia, assim como a flexibilização do trabalho agrícola.

A proposta de modernização agrícola da indústria fumageira se centrou também em uma descentralização da produção que significou transferir aos produtores a totalidade de etapas do processo produtivo do tabaco. Com isso, criaram-se maiores responsabilidades para as famílias camponesas e uma transferência dos riscos próprios do ciclo agrícola, assim como o custo financeiro pelo financiamento adquirido com a assinatura do contrato. Uma das principais reflexões seria que os efeitos nas regiões dependeriam as condições prévias de industrialização e da capacidade de resposta organizativa das populações locais.

Outra, dentre os pesquisadores do grupo, é Cayeros (2007). O seu trabalho de tese se desenvolve tendo como realidade empírica a produção de tabaco em uma região ao sul de Nayarit. Este local havia se caracterizado por ser um lugar de uma agricultura fértil associada tradicionalmente aos cultivos de cana-de-açúcar e milho. Não obstante, os processos de reconversão agrícola do setor agrícola latino-americano que estavam relacionados à reestruturação produtiva internacional, promoveram a chegada de uma empresa fumageira de filial transnacional que terminou por introduzir em essa região nayarita o cultivo de tabaco para exportação.

As novas companhias que iriam financiar a produção, filiais de British American Tobacco (BAT) e Philip Morris (PM), buscaram novos contextos e atores com os quais pudessem iniciar processos de reestruturação produtiva, baseados em uma nova relação de caráter produtivo laboral em aliança com os produtores e suas famílias. Desse modo, a instalação de um modelo de agricultura familiar caracterizado pela obrigação de que o produtor fosse o encarregado total da produção e que não contratasse mão de obra externa da família, chegou ao sul de Nayarit. Além de ser uma região que não contava com infraestrutura para irrigação, não tinha em teoria os conhecimentos do tabaco já que era ancestralmente produtora de milho e cana-de-açúcar, a diferença da zona norte que levava três quartos de século sendo a região tabacalera histórica mais importante do estado.

Desse modo, dois dos questionamentos mais importantes de Cayeros estavam no sentido, primeiro, de como as famílias camponesas produtoras de milho dessa região nayarita realizavam a produção de tabaco considerando que tanto as atividades como o grau de especialização delas tinham uma maior exigência em quantidade e qualidade; e como é que elas haveriam logrado produzir com qualidade. Para dar resposta a essas perguntas, a pesquisadora se posicionou desde uma perspectiva teórico-analítica composta pelos aportes da reestruturação produtiva, da sociologia do trabalho e de um enfoque camponês sobre a organização da Unidade Doméstica de Produção Camponesa (UDPC).

Umas das suas reflexões era de que a produção de tabaco em aquela região havia chegado e estava, sobretudo, fortemente condicionada pela articulação entre a organização das economias domésticas camponesas e os saberes prévios existentes entre os membros das famílias. Em suas reflexões, para ela o tabaco não havia chegado a um “*território vacío*” de habilidades, senão a um lugar com capacidades e destrezas que estavam entre uma população local qualificada pelo qual se tornou um fator que permitiu a chegada e acolhimento do cultivo.

Madera (2000; 2006) tanto no mestrado, como doutorado, trabalhou tendo a produção de tabaco em Nayarit com o centro das suas reflexões e discussões. Na sua dissertação de mestrado estudo para o período de 1990-1999, as estratégias de sobrevivência e a economia camponesa das famílias produtoras de tabaco em Nayarit, diante da conjuntura neoliberal. Nesse estado mexicano, ele descreve que as atividades agropecuárias são as que mais o caracterizam, dentre as quais o cultivo de tabaco se destaca sobremaneira, seja pelo número de população ocupada nas atividades produtivas, tanto pela superfície cultivada e os ingressos gerados, detendo assim um papel muito importante pela reprodução da economia local e regional. Em torno da produção de tabaco nayarita, a atividade é também característica pelo uso intensivo de mão de obra assalariada e não assalariada. Não obstante essa importância, as pesquisas que discutem a participação familiar na atividade são escassas.

Portanto, tendo como zona de estudo comunidades rurais fumicultoras do norte de Nayarit, seu objetivo de pesquisa foi realizar uma investigação que documentasse e analisasse o papel da participação familiar na produção de tabaco em Nayarit, em relação a resposta frente as políticas neoliberais e a desapareção de paraestatal *Tabamex*. Como parte das suas constatações, primeiramente, encontrou que as Unidades Domésticas de Produção Camponesa respondiam através da modificação das suas estratégias de uso da força de trabalho familiar, as quais estavam condicionadas por fatores de tipo interno como a estrutura e tamanho da família, assim como de tipo externo pela ação de políticas públicas, do mercado de trabalho regional e das políticas das firmas fumageiras. A segunda das suas constatações foi que ao tempo que havia uma redução da mão de obra ao interior das propriedades, ele observou uma intensificação da mão de obra disponível aplicada à produção de tabaco. Essa intensificação se apresentava na forma que um mesmo integrante do grupo familiar era capaz de realizar diversas atividades que anteriormente eram desenvolvidas por uma quantidade maior de membros e de horas de trabalho total dispensadas para o cultivo de tabaco.

Em continuidade aos estudos de Madera (2006), agora, já na tese de doutorado, ele continuou ressaltando e fazendo ênfase na importância econômica que as atividades do setor

agropecuário representavam para Nayarit. Dentre elas, destacou novamente que o tabaco era uma das mais importantes, toda vez que o 80% da superfície cultivada e a produção obtida no México se localizam na região produtora nayarita composta por onze dos vinte municípios que formam o estado.

Conforme suas constatações, a produção fumageira nessa região não só tem criado gerações de produtores, senão também uma especialização na mão de obra familiar em suas diversas etapas produtivas. Apesar disso, mudanças e câmbios nos territórios fumageiros gerados pela adoção de novas políticas e a retirada de firmas fumageiras, traziam incertezas para os produtores que direta ou indiretamente estavam envolvidos. Desse modo, localidades completas se debruçavam diante do fato de não ter condições e possibilidades de continuar no cultivo de tabaco pela falta de financiamento das firmas as quais estavam abandonando a produção, aliado também ao deterioro das terras pelo uso constante dos insumos químicos vindos do pacote tecnológico.

Diante dessa situação, e através de um enfoque agroecológico, o objetivo do pesquisador era refletir em torno do papel dos conhecimentos locais, sobretudo aqueles relacionados com o manejo de recursos na região tabalacera, na busca de alternativas para a construção de um modelo de desenvolvimento sustentável. Portanto, ele realizou uma análise observando aos diversos agentes rurais que estavam inseridos nas políticas de Estado, para determinar quais eram as alternativas e o que as famílias do tabaco haviam realizado para procurar opções de desenvolvimento regional, que ainda sobre situações poucos favoráveis, recorriam ao uso dos recursos disponíveis para sua reprodução e permanência como grupo social.

Algumas das principais contestações encontradas e incorporadas a sua tese, era que no momento de realizar uma análise das atividades ao interior das UDPC, lhe foi possível corroborar a existência de uma diversificação de cultivos e de atividades, assim como de identificação do trabalho familiar como parte de respostas às mudanças e câmbios no território. Outra das constatações foi que a atividade tabacalera se organiza através das relações sociais que são estabelecidas em condições concretas de tipo social, natural e cultural, de modo que, portanto, se constituem em uma estratégia de vida.

A atividade não só representa um prestígio e dinamismo pela sua dimensão mercantil, senão que vai mais além do que isso, ao ponto de caracterizá-la como uma verdadeira escola camponesa do tabaco. É dizer que a fumicultura se constitui em um espaço e um dos meios para transmissão dos saberes e práticas no manejo tradicional dos recursos naturais, dos

sistemas simbólicos, da cultura e de um modo de vida do local que se recria ciclo com ciclo pelo trabalho familiar.

Finalmente, outro dos “*tabacologos*” seria Castellón. Ele é um dos pesquisadores nayaritas que desde a UAN tem realizado algumas investigações que envolvem diversas temáticas em torno da produção desse cultivo. Seus trabalhos, principalmente na forma de artigos como “*El tabaco y su importancia en la vida económica y social de Nayarit*” (1994), e “*Tabaco y modernización en Nayarit, 1930-1990*” (1997), são somente alguns dos realizados. Neles, dá-se conta de uma realidade segundo a qual ele assevera que o estado de Nayarit é um estado tabaqueiro por excelência, aonde as paisagens da chamada *Costa de Oro*¹⁶ formadas pelas paisagens com as enormes plantações da folha verde, as *sartas* ao sol sendo secadas e os grupos de trabalhadores migrantes, se convertem no símbolo do trabalho camponês associado ao tabaco. Esse contexto por ele estudado e os eventos em torno dele, são de suma importância ao grau de asseverar que “*Minimizar el gran peso del Tabaco en la vida económica, en la dinámica social y en los movimientos políticos de nuestro estado es desconocer la historia de Nayarit*” (CASTELLÓN, 1994, p. 1).

Os esforços de pesquisa dele têm sido dispensados com um viés histórico em relação a analisar e documentar o caráter econômico e político do tabaco na vida de Nayarit. Abrange temáticas que descrevem os atores principais que promoveram o desenvolvimento da fumicultura local, desde os chamados monopólios do estanco nos tempos da colônia e posteriormente quando as plantações eram parte das fazendas de grandes proprietários estrangeiros que se assentaram no estado a partir do século XIX.

O autor também tem documentado os inícios da produção fumageira com o viés industrial que se deu a partir do controle do capital transnacional. Discutiu também o papel do capital e do tabaco para modificar a estrutura agrária e promover a migração em torno a 1930 e 1940 a Nayarit que em período anterior havia se convertido em um estado independente e soberano em 1917. Além disso, ele tem estudado a influência da produção de tabaco no desenvolvimento social e econômico do estado.

Conforme suas pesquisas, a melhora no grau dos níveis de bem-estar em alguns dos municípios da zona tabacalera propiciaram que esta fosse alvo de estudo de um “*Ensayo Piloto de Educación Básica*” no município de Santiago Ixcuintla, Nayarit. Este ensaio haveria sido promovido pela Organização das Nações Unidas para a Educação (UNESCO) e a Secretaria de Educação Pública (SEP) do México em 1949, fato que derivo, segundo ele, a

¹⁶ Nome usado para se referir à região Costa-Norte de Nayarit, a principal produtora de tabaco com centro no município de Santiago Ixcuintla, pela importância histórica em termos sociais e econômicos.

que Nayarit fosse identificado nos mapas mundiais e com isso chegasse uma grande quantidade de estudos antropológicos e sociológicos nos anos de 1950 a 1960 na região tabacalera de Nayarit.

Existem outras pesquisas e pesquisadores que tem realizado esforços em estudar a produção fumageira desenvolvida em Nayarit, não obstante, pelo momento se deixa em evidência só dos anteriormente descritos. Ao longo desta tese, será possível trazer a discussão outras pesquisas como estas, realizadas tanto em Nayarit como em Rio Grande do Sul.

5 A PRODUÇÃO DE TABACO NO BRASIL E NO MÉXICO. UMA TRAJETÓRIA HISTÓRICA E AS DIMENSÕES E ELEMENTOS DE UMA ATIVIDADE SECULAR

Ainda que distantes de forma geográfica, tanto no Brasil como no México, a produção de tabaco é uma atividade secular e com um enraizamento material e simbólico de caráter familiar realizada por famílias camponesas. Desenvolveu-se com maior força ao longo do século XX aproveitando certas conjunturas que consolidaram uma trajetória crescente, embora também se viu limitada por outros eventos ou fenômenos que provocaram sua decadência. Assim mesmo, alguns outros eventos ao longo do século XXI vêm condicionando sua continuidade como uma atividade agrícola importante para os grupos e atores a ela vinculados.

O objetivo principal deste capítulo de resultados é apresentar a ideia da fumicultura como uma atividade secular que ao longo da sua trajetória histórica desenvolveu diferentes dimensões e significações nas propriedades rurais das famílias fumicultoras e nos territórios do tabaco. Apoiamo-nos em uma linha argumentativa que de forma esquemática descreve uma ampla trajetória em torno aos últimos cem anos (1918-2018) divididos em cinco etapas ou estágios.

Por um lado, esta descrição suporta a proposição de que a fumicultura possui uma dimensão histórica que a converte em uma atividade secular. Pelo outro, permite estabelecer um fio condutor que de forma geral descreve ao longo do capítulo não só o desenvolvimento histórico que a produção de tabaco percorreu até a atualidade, senão também identificar alguns outros elementos e dimensões que se vincularam ou incorporaram em torno a esta atividade. O resultado desta descrição seria demonstrar o caráter histórico que está atrelado aos elementos e as dimensões da fumicultura em torno ao seu funcionamento atual;

5.1 A DIMENSÃO HISTÓRICA E AS ETAPAS DE UMA TRAJETÓRIA SECULAR NA FUMICULTURA NO BRASIL E NO MÉXICO

Historicamente a produção de tabaco foi favorecida e/ou condicionada, ao longo do século XX, por diversos eventos na forma de Guerras Mundiais, modelos e facilidades econômico-políticas, crises e outros tipos de câmbios profundos. Como parte de um amplo setor agrícola, a fumicultura se viu afetada ou beneficiada em cada um dos países se desenvolvendo graças à mão das famílias produtoras. Desde cada um dos territórios

produtores é possível observar e encontrar uma importância relativa da produção familiar de tabaco, passando múltiplas dimensões e se articulando com diversas estratégias que não se remetem unicamente aos benefícios sociais e/ou aos ganhos econômicos obtidos pelas famílias produtoras, frente ao Estado e às firmas de capital transnacional que controlam o Sistema Integrado de Produção de Tabaco (SIPT).

Em torno de ambos os contextos a produção de tabaco já fazia parte destes territórios muito antes do descobrimento de América. De acordo com o relatório do Departamento de Estudos Socioeconômicos Rurais (DESER) (2003, p. 7), “há mais de quatro mil anos o cultivo e o uso do tabaco já era desenvolvido pelos Maias na região da América do Norte e América Central”. Pela sua parte, alguns autores como Mackinlay (2011, p. 217), propõem que “la planta del tabaco, originaria del continente americano, se cultivaba en numerosas regiones del México prehispánico”. Trata-se, portanto, de uma atividade muito antiga na civilização que entre os diferentes povos indígenas da América aprenderam a como cultivar o tabaco para utiliza-lo em cerimoniais religiosos (DESER, 2003).

Não obstante, sua expansão e comércio mundial se desenvolveram a partir de sua vinculação com “as expedições marítimas de Cristóvão Colombo e a sua chegada ao Novo Mundo em 1492. Aliado a isto, as viagens portuguesas que culminaram no descobrimento do Brasil em 1500, foram o fundamento para o posterior direcionamento do tabaco americano para a Europa que, em intenso ritmo comercial pré-capitalista, passou a consumi-lo em quantidades crescentes” (SILVA, 2002, p. 12). Tanto foi o sucesso do seu comércio ao grau que o consumo se tornou um vício generalizado a partir do século XVII, necessitando assim aumentar a produção nas colônias americanas (VENDRUSCOLO, 2017).

Porém, esse aumento generalizado no consumo obrigou a que alguns Estados europeus instrumentaram medidas restritivas. Embora estas não conseguiram o efeito desejado, já que o uso continuou-se incrementando de forma progressiva até a criação de um monopólio do tabaco a partir do qual se geraram riquezas aos governos de Espanha, Portugal e Inglaterra (DE MICHELI; IZAGUIRRE-ÁVILA, 2005).

A produção brasileira de fumo que abastecia o mercado europeu era realizada no Nordeste, tendo na faixa litorânea do atual estado da Bahia o lugar donde encontrou condições excepcionais para o desenvolvimento de sua precoce produção mercantil. Ainda assim, como consequência das políticas para a ocupação de novas terras que haviam sido promulgadas no final do século XIX, as regiões nordestinas (incluído o estado da Bahia) deixaram de ser a principal produtora de tabaco até 1950. Pela sua vez, como resultado dessas políticas, estas

permitiram que a produção de tabaco se expandisse para lugares como Minas Gerais, Goiás, São Paulo, e principalmente, para o Rio Grande do Sul (BUAINAIN; SOUZA FILHO, 2009).

Por finais do século XIX a trajetória histórica da fumicultura brasileira orientou-se para uma produção com características notadamente diferentes. Após a independência do Portugal, o Brasil promoveu a migração europeia para o povoamento do seu território de forma que com a chegada de grupos alemães, italianos e poloneses, estes encontraram no tabaco uma fonte de renda (VENDRUSCOLO, 2017) que seria mutuamente determinante tanto para o assentamento dos colonos como para o desenvolvimento futuro dessa cultura.

Alguns desses grupos imigrantes foram instalados na Encosta do Planalto Meridional e em plena Mata Subtropical Atlântica do atual território de Rio Grande do Sul, em espaços que inicialmente tiveram 48 hectares e depois passaram para 24 hectares. As propriedades por eles exploradas se realizavam sobre um regime de trabalho familiar que já na década de 1850 se destacavam pela produção e exportação de produtos coloniais como a banha e tabaco. Não obstante, uma década depois, já em 1860 o fumo figurava como o principal produto comercializado na região, disseminando a cultura do tabaco e imprimindo na região a marca de ser a principal região fumicultora do país (ETGES; FERREIRA, 2006).

Existem elementos que são importantes de ressaltar pela utilidade analítica e de compreensão em relação ao papel que representa a participação e as estratégias de sobrevivência desenvolvidas pelas famílias produtoras em torno do cultivo de tabaco. Por um lado, no Brasil escravocrata, a diversificação de culturas para autoconsumo e a venda de excedentes já existia, pois o fumo era alternado com outros cultivos como milho, feijão e mandioca, que por um lado representava uma estratégia de diversificação para garantir a autossuficiência doméstica. Ao tempo que enriquecia a dieta das famílias produtoras e dos escravos, a outra função dessa diversificação era a geração também de excedentes para sua venda nos mercados locais principalmente na forma de farinha de mandioca (LUDTKE, 2018, p. 34).

Não obstante, segundo Rudnicki (2012), quando se analisa os primórdios do plantio de tabaco é possível documentar que o milho e feijão já estavam presentes nas propriedades, de modo que constituíam parte de uma diversificação de culturas. Porém, a rentabilidade econômica maior da fumicultura em relação às outras culturas, incidiu para que o milho, feijão e batata uma vez que era garantido o autoconsumo familiar, pudessem ser utilizados para a alimentação animal ao interior da propriedade ou uma parcela destinada ao comércio local. Mesmo assim, estas estratégias que atualmente continuam estando presentes nas famílias fumicultoras do Brasil serão descritas nos capítulos subsequentes.

No caso mexicano o cultivo de tabaco sempre havia existido no território na sua forma silvestre. De acordo com as pesquisas consultadas de Madera (2006, p. 76), estas referem que “*el tabaco era tan abundante, que brotaba por doquier de forma silvestre*”. Porém, sua produção se desenvolveu até ser produzido e monopolizado pelo Estado colonial na forma dos chamados “Estancos do tabaco”¹, e após esse período, foi que as plantações se realizaram nas propriedades de grandes proprietários estrangeiros que se estabeleceram por volta do século XIX (CASTELLÓN, 2009).

Não obstante, o desenvolvimento da fumicultura nesse modelo de grandes propriedades demandava a presença das famílias produtoras que aderiram à participação na produção em torno ao um pioneiro esquema de agricultura por contrato que começavam a ser incipientemente utilizados para a organização da produção. Dessa forma, o sistema de agricultura por contrato ou atualmente também conhecido como de *habilitaciones* continua funcionando em torno da produção de tabaco no México. O esquema operava de forma que “*el propietario [empresario pre-capitalista do tabaco] adelantaba el financiamiento a cambio de asegurarse la compra de la cosecha*” (BARTRA, 1996: 131-133; *apud* MACKINLAY, 2011, p. 218).

Descrito por um dos entrevistados nesta tese, o papel pré-capitalista dos *habilitadores* foi determinante no desenvolvimento do Sistema de financiamento e de algumas características que até hoje prevalecem na fumicultura;

En los años 20, los habilitadores [financiadores], no los hacendados, comenzaron a [entrar] en el tabaco... Existía la Casa Flores y ellos eran quienes habilitaban y compraban el tabaco para exportación, pero el habilitador vio la posibilidad de entrar y entró. Se crearon entonces dos fuerzas políticas, la del hacendado y la del habilitador... Don Enrique Rodríguez, los Flores, Sabad Ruiz, los Vallarta, ellos eran habilitadores. Ellos habilitaban [financiaban], pactaban el precio, decían yo pago tanto y entonces tu [agricultor] ponte a producir. No te cobraban intereses, te daban la habilitación, pero no había intereses. Por eso hoy en día en Nayarit, el tabaquero no acepta el pago de intereses al financiamiento (Entrevista ARSI, 2018).

Apesar disso, Nayarit não figurava entre os principais estados produtores de tabaco naquele momento. Conforme Cayeros (2007), até aproximadamente 1925, a produção mexicana se realizava, principalmente nos estados de Veracruz, Chiapas e Oaxaca, donde se cultivavam variedades locais para a produção e consumo regional de puros, assim como também, em alguns estados do centro do país como Puebla e Queretaro. Embora, na região

¹ Órgãos criados pelo governo colonial para o controle da produção e a arrecadação de impostos.

Occidente estados como Michoacán e Jalisco, incluindo Nayarit, já começavam a participar do cultivo de tabaco.

Como resultado de algumas mudanças promovidas pelo aumento no consumo de cigarros mundial, as regiões fumageiras de Veracruz e Oaxaca começaram por ser superadas no volume produzido. Em consequência, se promoveu um câmbio dessas regiões para novos territórios, encontrando em Nayarit uma rápida e inexorável expansão do cultivo pelas características dos solos e das condições climáticas mais adequadas da planície costeira que era propícia para a produção de tabacos claros que se utilizavam para a elaboração de cigarros (MACKINLAY, 2011).

Uma situação semelhante também se desenvolveu com a produção fumageira no Rio Grande do Sul e posteriormente nos demais estados da região que foram partícipes da consolidação da indústria do tabaco. De acordo com Buainain e Souza Filho (2009), a ação do governo, que estimulava e apoiava a fumicultura, havendo observado uma demanda internacional favorável, foi chave ao difundir informações por meio de folhetos explicativos sobre técnicas de plantio, vantagens na seleção de sementes e de classificação das folhas de acordo com a qualidade.

Tanto para o Brasil como para o México, ainda que de forma precoce, começavam por se estabelecer as bases históricas para o desenvolvimento de uma cultura do tabaco que iria se enraizar nesses territórios. Assim pois, as ações e atividades técnico-produtivas e socioorganizativas que estavam se gestando pela confluência de capitais, influenciaram de forma importante mudanças nos costumes, comportamentos, relações econômicas, políticas e sociais, ao grau de tornarem um componente estratégico do sistema de integração, cujos reflexos se estendem até os dias de hoje (MESQUITA; OLIVEIRA, 2003; *apud* BUAINAIN; SOUZA FILHO, 2009).

Este primeiro trajeto até aqui relatado, pode ser considerado como a primeira etapa da fumicultura entre Brasil e o México, podendo chamar-se de **pré-industrial**, abrangendo dos tempos da colonização até 1918. A segunda etapa, que vai de 1918 até 1940 aproximadamente, é chamada de **industrial**. Esta refere-se à tomada de controle do capital transnacional em ambos os países após as primeiras duas décadas do século XX. Interessa ressaltar e dar continuidade à importância histórica que a produção de tabaco foi desenvolvendo e ao mesmo tempo construindo as bases de uma atividade secular e socialmente enraizada em esses territórios pela ação de diversos atores.

Com o rápido desenvolvimento da produção de tabaco e sua procura pelos mercados internacionais, os grandes interesses do capital não demorariam em fixar seus olhos sobre a

fumicultura brasileira e mexicana como uma atividade rentável. No Brasil, já em 1918, a produção fumageira começava a se vincular por meio de um sistema tabaqueiro que era organizada pelo domínio de capitais nacionais (PRIEB, 2005). Segundo Etges e Ferreira (2006), a rápida disseminação da cultura do tabaco imprimiu a Santa Cruz do Sul a etiqueta de região fumicultura do país (ainda vigente), e como consequência terminou por atrair a British American Tobacco (BAT). Aliado a isto, a instalação na região da primeira usina de processamento de fumo do país e das primeiras estufas, em 1917, foram criando as condições necessárias para que os capitais da Souza Cruz², filial da BAT, iniciassem as atividades na região e deram forma a um precoce Sistema Integrado (AFUBRA, 2001; *apud* SILVA, 2002).

Junto a essa conjuntura, a inserção cada vez maior das famílias imigrantes alemãs foi determinante nesse momento toda vez que elas pelo fato de estar descapitalizadas desde sua chegada foram incentivadas à plantação de fumo através de financiamentos e garantias de compra como uma alternativa que lhes permitisse auferir uma renda que até então não haviam podido conquistar (SPIES, 2000; *apud* SILVA, 2002). O crescimento da produção industrial de tabaco no Rio Grande do Sul foi assim pouco a pouco encontrando espaço a partir de diversos eventos, como por exemplo, a crise de exportação provocada pela Primeira Guerra Mundial (VENDRUSCOLO, 2017).

No caso do México após a década de 1920 as companhias fabricantes de cigarros, que anteriormente haviam estabelecido relações de subministro de tabaco com fazendeiros e grandes produtores, pouco a pouco começam a procurar pequenas famílias agricultoras para aumentar a produção e assegurar o seu abastecimento industrial (MACKINLAY, 2011). Desse modo, o capital transnacional foi se apropriando do cultivo de tabaco a partir de 1927 quando começa a beneficiar sua produção via industrialização, já que antigamente era desenvolvida apenas em pequenas e médias fábricas de capitais nacionais com um viés mais artesanal (MADERA, 2003).

Em Nayarit, também em 1927, a empresa denominada “*Pedro Maus y Cia*” (impulsionada por outra firma conhecida como “*El Águila*”) se instalou no município de Santiago Ixcuintla, na região Costa Norte de Nayarit. Desde ai, se estabeleceram novas áreas de cultivos em diferentes municípios da mesma zona, assim como da região Costa Sul que se tornaria em outro polo da atividade fumageira. Não obstante, a firma passou a mudar de nome em 1933 quando se denominou “*Compañia Comercial Nayarita S.A.*”, que em associação com a firma *El Águila*, seriam os pioneiros pela introdução e experimentação de novas

² Firma criada no Rio de Janeiro em 1903 (VENDUSCOLO, 2017).

variedades de tabaco estadunidenses com sementes de tipo Burley e Virginia (MACKINLAY, 2011) sendo as mesmas que perduram até os dias de hoje.

Ainda assim, já em 1923 com a chegada de British American Tobacco a produção fumageira havia estabelecido bases para sua futura consolidação em Nayarit. A BAT quem se constituiu como a primeira transnacional, tinha como objetivo principal o abastecimento de tabacos claros para cigarros sendo ela responsável pela produção dos seus próprios tabacos e a comercialização dos seus cigarros (CAYEROS, 2007).

Dessa forma, os cimentos da atividade fumageira haviam sido colocados, tanto no Brasil como México, até aproximadamente 1940, quando o grande capital se apropria de uma cultura já existente em torno ao tabaco para assim estabelecer as bases de um precoce Sistema de Integração. Se bem a produção de tabaco com um viés industrial havia sido o catalizador para que essa cultura se espalhasse pelos territórios e penetrara nas mais variadas dimensões da vida cotidiana, na seguinte etapa o diferencial em relação às etapas anteriores, seria a ajuda e o papel exercido pelo Estado em favor das empresas.

Através dos modelos econômicos e das facilidades político-econômicas que cada país criou, lhe permitiram as firmas transnacionais o desenvolvimento e a consolidação da produção fumageira em torno ao sistema de integração vertical com a participação das famílias fumiculturas. Desse modo, identificamos uma terceira etapa que chamamos de **consolidação**, a qual abrange um período aproximado de trinta anos entre 1940 a 1970.

No México, o modelo exportador de matérias-primas agrícolas, incluindo o tabaco, começou por demandar um uso crescente de insumos modernos como fertilizantes, inseticidas e fungicidas que eram pagos pelo produtor (MADERA, 2003). A companhia *Comercial Nayarita* seria a responsável desse processo de modernização produtiva associado ao tabaco, porque além da experimentação com sementes e insumos químicos, realizou a introdução de tratores para o preparo da terra, a construção das primeiras estufas e outros avanços tecnológicos (MACKINLAY, 2011).

A adoção da tecnologia permitiu a expansão da fumicultura e esta pela sua vez promoveu a migração dos estados de Jalisco e Zacatecas para o povoamento dos territórios tabacaleros da Costa de Nayarit que precisavam de mão de obra pelo aumento da superfície. Em torno a esse contexto, “*aparece Tabaco en Rama S.A., mejor conocida como TERSA, que se convirtió en la presencia omnipotente del capital extranjero en Nayarit*” (CASTELLÓN, 1994, p. 2).

Precisamente com a política econômica do Processo de Substituição de Importações (PSI), é que a indústria fumageira terminaria por se consolidar. As facilidades governamentais

da época (1946 até 1958) promoveram por um lado a chegada de investimentos estrangeiros após o término da Segunda Guerra Mundial, e posteriormente liberaram a indústria nacional que traria como consequência que as grandes firmas absorvessem aos pequenos fabricantes de tabaco (MACKINLAY, 2011).

Em 1946, as transnacionais Brown & Williamson e British American Tobacco - que em 1936 se haviam associado para o subministro de matéria-prima, obrigaram os proprietários da *Comercial Nayarita* à venda desta para convertê-la em parte de sua própria companhia *habilitadora: Tabaco en Rama S.A. (TERSA)*. Esta situação formava parte de uma decisão de controlar o processo produtivo do qual faziam parte as empresas intermediárias (MACKINLAY, 2011). Não obstante, o papel que *TERSA*, principalmente, e algumas outras transnacionais terminaram por representar na vida de Nayarit seria decisivo.

Com tudo isso, o processo de modernização agrícola da mão das firmas transnacionais foi parte responsável da trajetória ascendente da fumicultura no contexto rural e agrícola nayarita. Desse modo, chegou-se a que na região *Occidente* de México, na década de 1950, três quartas partes do tabaco nacional fossem produzidas em Nayarit (CAYEROS, 2007). Em torno a essa conjuntura, o desenvolvimento local impulsionado através do tabaco lhe deu ao município de Santiago Ixcuintla e a região norte do estado de Nayarit o nome da *Costa de Oro* pelas condições sociais e econômicas prevaletentes.

No Brasil, a ascensão do cultivo de tabaco começa por se realizar a partir das décadas de 1960 e 1970. Antes de 1965, a fumicultura se desenvolvia de forma tradicional com a participação das famílias produtoras e das empresas fumageiras que pelo fato da maior parte ser de capital nacional promoviam uma produção agrícola tradicional em campo. Diferentemente, a chegada da década de 1970 trouxe a ocorrência de uma centralização e desnacionalização das empresas locais, que em parte levaram a que a produção agrícola passasse por um processo de modernização de forma semelhante do que estava ocorrendo na agricultura brasileira em geral (PRIEB, 2005).

Nesse sentido, Vendruscolo (2017) propõe que o processo de modernização da agricultura que se iniciou em 1960 e a formação dos Complexos Agroindustriais (CAI) em 1970, impulsaram o aumento da superfície cultivada de tabaco e sua produtividade, graças à mecanização, a novos insumos e principalmente a relação entre fornecedores e compradores. De acordo com Buainain e Souza Filho (2009), a modernização da indústria e da rede de suprimento no final da década de 1960 implicou mudanças em toda a cadeia, desde a propriedade da terra até a distribuição da renda. O modelo envolvia a introdução de tabacos estufas, fornos, adubos, inseticidas e outros agroquímicos, respaldados pela mão da

assistência técnica necessária para a capacitação dos produtores no uso de novas técnicas (BUAINAIN; SOUZA FILHO, 2009).

A década de 1960 além de trazer a desnacionalização do parque industrial fumageiro da região, certamente carregou com um estreitamento dos vínculos entre empresas e produtores de modo que passou a haver uma individualização das relações entre o orientador da empresa e o fumicultor (ETGES; FERREIRA, 2006). Para Prieb (2005), esse aprofundamento e intensificação ocorrida nas relações internas após 1970 entre o produtor e a indústria foram determinantes no papel que as famílias fumicultoras começariam por adquirir para a consolidação e sucesso do SIPT, toda vez que eram esses aproximadamente 150 mil produtores brasileiros os que ainda subministram a folha de tabaco como matéria-prima. Inclusive, houve também afetadas, que foram as cooperativas de produção que até então existiam (como as pequenas empresas em Nayarit), já que estas sucumbiram, frente à dinâmica do capital e levaram à transformação do meio rural da região num grande conjunto de pequenas unidades de produção de tabaco atomizadas (ETGES; FERREIRA, 2006).

Como consequência disso, a região fumiçultura central em torno da região do Vale do Rio Pardo foi se expandindo para o centro e norte do estado, inclusive, mas essencialmente ao centro e sul do Rio Grande do Sul em municípios como Dom Feliciano, Camaquã, Pelotas, São Lourenço do Sul, Arroio do Padre e Canguçu (BAIERLE, *et. al.*, 2015). No que concerne a Dom Feliciano, segundo Cotrim (2013), o tabaco chegou ao começo da década de 1970 e ainda que há existência de registros históricos do momento da colonização polonesa que documentavam a presença de uma fábrica de cigarros no município, esta era um resquício colonial de origem europeia.

Retomando o caso da fumiçultura mexicana, já pelo fim do período denominado de consolidação, apesar de que os patamares produtivos e tecnológicos da produção iam melhorando e a atividade se enraizava cada vez mais, por outro lado a inconformidade social estava se gestando, principalmente ao interior das famílias e territórios produtores. De acordo com Madera (2003), os produtores camponeses eram abandonados pelo Estado diante de decisões e situações que as firmas transnacionais, sobretudo *Tabacos en Rama*, criavam para de algum modo elas se beneficiar.

A situação tornou-se complexa ao grau que o Estado, pressionado pelas mobilizações camponesas, se viu obrigado à criação em 1972 da empresa paraestatal *Tabacos Mexicanos S.A. de C.V* (TABAMEX). Junto a outras reivindicações sociais como a negociação dos preços de compra, a eliminação dos grupos solidários, etc., os produtores demandavam

também o benefício de receber serviços de saúde e uma aposentadoria rural (MADERA, 2006).

Apesar dos acontecimentos anteriores, as trajetórias históricas da fumicultura tanto no Brasil, como no México, começariam a tomar rumos diferentes. É assim que se abre a quarta etapa que chamamos de **internacionalização e decadência** (1976 a 2002). A produção brasileira de tabaco se internacionaliza a partir de 1970 com o desenvolvimento do Sistema Integrado de Produção de Tabaco que modifica as relações de produção e o crescimento da produção e da produtividade pelo uso intensificado de insumos modernos. Porém, este processo traria também elevados custos que teriam que ser pagos/absorvidos pelas famílias.

Foram vários os fatores que se alinharam para o maior crescimento do setor brasileiro de tabaco, embora, dois condicionantes externos são chaves a serem destacados. Por um lado, para Prieb (2005) e Silva (2002), o mais importante seria o bloqueio comercial que havia sido declarado à Rodésia (Zimbawe) em 1965 quando este país era desde algum tempo o maior fornecedor de fumo para o mercado europeu. Pelo outro, justamente na década de 1980 os Estados Unidos adotaram uma política de diminuição de estoques, motivos pelos quais a trajetória ascendente da fumicultura levou a que o Brasil finalmente conquistasse em 1989 e se consolidara em 1993 como o líder mundial em exportações de tabaco, e nos anos seguintes se tornara o segundo produtor mais importante no mundo, só abaixo da China (SILVA; TZOVENOS, 2013).

De forma contrária, a produção mexicana inicia sua decadência nos anos 1980. A crise econômica que explodiu em 1982 e que deixou afetações ao longo das décadas futuras, provocou que o Estado se retirara da fumicultura realizando a venda da paraestatal Tabamex e permitindo com isso o retorno do capital transnacional ao controle total da atividade. A produção experimentou então uma queda vertiginosa de diversas características técnico-produtivas, dentre as quais a superfície cultivada e número de produtores são os mais visíveis de todos. Após haver atingido no início dos anos 1990 o máximo histórico de 40 mil hectares, em 2015, a superfície cultivada girou em torno a uma média de cinco mil hectares. Uma situação semelhante se apresentou com as famílias produtoras que diminuíram de forma drástica ao grau de permanecerem aproximadamente só três mil produtores de tabaco em todo o território mexicano (DE DIOS, 2014).

De acordo com Cayeros (2007), a ascensão da fumicultura mexicana experimentou uma trajetória crescente ao longo da segunda metade do século XX, entre as décadas de 1970 até 1990, levando a que o México se posicionasse entre os primeiros vinte produtores de tabaco mais importantes no nível mundial. Contrariamente, a início do século XXI o país saiu

dessa listagem, quando por última vez no ano 2000 foi parte das estatísticas de FAO destacando-se na 20^a posição mundial e na quinta ao nível do continente americano, só abaixo do Brasil, EUA, Argentina e Canadá.

Apesar das trajetórias de ascensão e descenso da produção fumageira, tanto no Brasil como no México, em 2003 emerge no nível internacional a Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (CQCT). Desse modo é que consideramos se abre uma nova etapa, a quinta desta trajetória histórica, que propomos chamar basicamente de **Convenção-Quadro**. Destaca-se que esta se encontra ainda em andamento, gerando e trazendo mudanças à atividade produtiva, mesmas que vem sendo e continuaram sendo descritas ao longo desta tese, motivo pelo qual não é alvo neste momento se estender na sua descrição, senão até as etapas anteriores.

Em suma, era interesse deste apartado da tese realizar uma descrição das trajetórias da fumicultura no Brasil e o no México, e da forma em como esta atividade foi se desenvolvendo na sua dimensão histórica que objetiva representar à produção familiar de tabaco como uma atividade secular historicamente importante. Aliada a esta dimensão histórica, no seguinte apartado buscamos apresentar a conformação e o desenvolvimento também de diferentes dimensões sociais, econômicas e políticas, que dão sentidos de pertencimento territorial, de identidades e de outros elementos, se associando como uma atividade que é importante para os territórios e para as famílias que da fumicultura participam.

5.2 A DIMENSÃO SÓCIO-IDENTITÁRIA E TRANSGERACIONAL ASSOCIADA À PRODUÇÃO FAMILIAR DE TABACO NOS MUNICÍPIOS DE DOM FELICIANO E SANTIAGO IXCUINTLA

Em alguns dos territórios brasileiros a fumicultura se constitui em uma atividade geradora de emprego e riqueza, adequada para as pequenas propriedades das famílias camponesas (DUTRA; HILSINGER, 2013). Adicionalmente, a integração contratual com agroindústrias como as firmas fumageiras, deu-se como parte de uma forma de viabilizar a inserção produtiva de famílias com pouca terra e capital no Brasil (DIESEL; SCHEIBLER; PALMA, 2001).

Para o caso mexicano, o cultivo de tabaco chegou a se constituir como uma alternativa de investimentos e geração de emprego familiar e local ao longo de grande parte do ano. Associada a produção deste cultivo, existem benefícios e direitos que foram socialmente conquistados pelas famílias camponesas, tendo de forma geral na atividade um espaço para a

reprodução social, assim como da identidade e sentido de pertencimento ao território (MADERA, 2003, 2006; CAYEROS, 2007).

No México, segundo Castellón (1994, p. 1), “*el estado de Nayarit es un estado tabaquero por excelencia... [donde] el tabaco ha existido desde siempre en nuestro territorio aún en su forma silvestre y ha estado presente a lo largo del tiempo*”. Resultado disso são as épocas de bonança social e econômica geradas pela produção de tabaco que foram criando em Nayarit uma série de identidades socioculturais em torno das atividades agrícolas, sobretudo, no cultivo do tabaco. O enraizamento da tradição das famílias fumicultoras se deu nos tempos da *Costa de Oro* quando os esses grupos sociais participavam das diferentes etapas e dos trabalhos que requeria a produção, formando-se e especializando-se em uma mão de obra que hoje tem continuidade através das novas gerações de produtores (DE DIOS, 2014).

Essa presença do cultivo foi criando uma tradição fumageira que começa na infância, quando “*desde pequeños los niños comienzan a vivir un proceso de aprendizaje de las labores agrícolas que les es transmitido por sus padres. A la edad de siete u ocho años los niños empiezan a participar en las actividades productivas del cultivo*” (MADERA, 2006, p. 115). Segundo este autor, há na fumicultura a ideia de uma escola agrícola camponesa do tabaco.

Figura 9 - La escuela del tabaco. Jovens na produção de tabaco em Nayarit



Fonte: realizada pelo autor a partir de pesquisa de campo (2018-2019).

Defendida por Madera (2006), sua proposta considera que a atividade fumageira em Nayarit se caracteriza como um espaço de ensinamentos práticos e de transmissão de conhecimentos necessários para se relacionar com a terra e algum dia continuar com a tradição agrícola e fumageira da família. A formação de novas gerações como camponeses começa primeiramente na agricultura, embora estes se incorporam posteriormente à produção de tabaco de modo que vai se criando gerações de produtores com conhecimentos especializados nas diferentes etapas e cuidados que essa atividade demanda (MADERA, 2006).

Essa situação é relatada e aprofundada por De Dios (2014), em torno do papel e importância dos ensinamentos familiares relacionados à produção agrícola e fumageira em Nayarit, tanto em velhas como em novas gerações de produtores. Decerto, existem trajetórias que combinam os ensinamentos familiares e que são permeadas pelas condições do contexto local e a forma em como se alternam atividades da vida diária com os trabalhos agrícolas na formação fumageira em Nayarit.

Tenía 20 años cuando me inicié como productor agrícola. Comencé trabajando las tierras de una tía que me encargó dos hectáreas de tabaco y tres de frijol. Así empezaron mis *pininos*³ de agricultor. Yo ya traía algo de experiencia pues había sido jornalero, porque cuando estuve estudiando me iba a trabajar a los planteros, me iba a trabajar a las tareas, me iba a trabajar a las capas y a las aplicaciones. Es que así es el campo, así se vive del campo, donde hay que levantarnos temprano para ir a la escuela y en las tardes a trabajar, o de lo contrario ir a la escuela en la tarde y en la mañana ir a trabajar. Así es como vas agarrando experiencia y ya cuando llegas a una edad y te dan la oportunidad de tener unas tierras, pues entonces tú las trabajas lleno de esa experiencia (EntrevistaRPSI, 2018).

Além disso, a fumicultura é uma atividade *transgeneracional* que para se inserir nela é importante a participação previa de alguns familiares, o que pela sua vez tem influência nas conotações ou valorizações que são colocadas sobre ele como uma atividade importante.

Antes que yo naciera pues ya había tabaco. Yo veía a mis abuelos, principalmente a mi abuela que fue la que conocí, que se iba al tabaco para [la comunidad de] El Mezcal a ensartar. Siempre ha sido así, ya que el tabaco es el cultivo que aquí en el estado, en el municipio, es el que tiene un poco de mayor ayuda con la economía. (EntrevistaPDSI, 2018).

Desse modo, o fato de se tornar produtor de tabaco não reflete uma questão fortuita, senão uma condição que está presente no ambiente e na natureza mesma do território e nas

³ A expressão *hacer mis pininos* é um *mexicanismo*, é dizer, uma palavra própria do espanhol do México. Refere-se a “los primeros pasos que da un niño o un convaleciente; también a los primeros pasos que se dan en alguna actividad, arte o ciencia” (Academia Mexicana de la Lengua, 2019).

atividades agrícolas das famílias, donde “*el ser tabaquero no es una simple condición impuesta por la naturaleza, es más una forma alternativa posible y deseable de vivir socialmente*” (MADERA, 2006, p. 271).

Figura 10 - *El orgullo de ser tabaquero*. A produção familiar de tabaco em Nayarit



Fonte: realizada pelo autor a partir de pesquisa de campo (2018-2019).

As identidades e significações em torno da fumicultura foram construindo e articulando-se com os diversos espaços e permaneceram na memória dos atores que vivenciaram essas etapas.

Ser tabaquero era un orgullo. Era ser reconocido en cualquier parte. Te respetaban. Si íbamos a una tienda te decían, ¿eres tabaquero? Y te respetaban por que eras tabaquero. Era una actividad que te daba gusto hacer y lo trabajabas con amor porque sabias que te iba a ir bien, porque no perdías si sabias administrar lo que te daban. Tú mismo producías tu propio trabajo, tú eras tú patrón, tú estabas trabajando de sol a sol, pero trabajando tenías para comer, no carecías de nada, no ocupabas de trabajar con nadie más, solo con lo tuyo. Era suficiente y te sentías orgulloso de que todo tu esfuerzo estaba al final de cuentas recompensado en la liquidación, por es la familia esperaba con ganas ese momento (EntrevistaRPSI, 2018).

Inclusive, para alguns atores entrevistados, o fato de ser fumicultor vai mais além do que ser um produtor agrícola em geral. Para alguns fumicultores existe uma diferenciação, donde deles mesmos se identificam e sentem distintos diante ou frente de outros produtores agrícolas.

[...] [Ser tabaquero] es un tipo de sentimiento muy diferente el de producir chile, jitomate u otros cultivos. Con el tabaco tienes una satisfacción personal de ver cómo crece tu cultivo, de ver lo bonito que esta, ver las sartas hechas. Es algo muy diferente dentro del productor. Quien es productor de tabaco, quien lo siente, le da un valor más, mucho más que lo económico. Es una satisfacción personal que está por encima de la satisfacción económica (EntrevistaFLSI, 2018).

Como no México, do mesmo modo no Brasil, a fumicultura representa um conjunto variado de dimensões e significações. Dentre a grande maioria das pesquisas e estudos realizados sobre a fumicultura brasileira, algumas reconhecem que “o cultivo de fumo constitui uma atividade tradicional” (DIESEL; MENGEL; PICOLOTO, 2009, p. 8). Segundo Vendruscolo (2017), a recorrência por incorporar o elemento “tradição” nas diferentes narrativas que relatam o caráter histórico da atividade nos municípios por ela pesquisados, mostra a importante existência de uma herança da produção do tabaco nesses lugares.

A história da atividade, sobretudo após o processo pós-colonização, influenciou o crescimento da produção fumageira e sua internacionalização via exportações, promovendo que, com o passar do tempo, a produção brasileira de tabaco se colocasse nas primeiras posições do ranking mundial. Ao mesmo tempo, o produtor foi sendo reconhecido pela sua capacidade de produzir com qualidade, havendo, portanto, uma institucionalização na interpretação do tabaco como fator de desenvolvimento para o país e suas regiões produtoras (VENDRUSCOLO, 2017).

Em lugares como Santa Cruz do Sul, a tradição fumageira se consolidou, se bem com ajuda das firmas de capital transnacional, também pelo reconhecimento de elementos existentes na região no que se refere ao tipo de agricultor, a origem étnica, ao tamanho da propriedade, [embora, sobretudo] ao tipo e as características da produção dadas como resultado da mão de obra participante do processo e a sua especialização pioneira na produção de fumos claros (SILVA, 2002, p. 103).

Desse modo, quando se tenta compreender a multiplicidade de significações e motivações que permitem a permanência da fumicultura como uma das atividades produtivas no Sul do Brasil, para Vendruscolo (2017), a tradição é recorrentemente utilizada pelos estudos e pesquisas científicas como um elemento de análise e entendimento. Por um lado, a autora considera que a tradição pode dar luz aos questionamentos que tentam estabelecer ou identificar a variedade de significações dadas pelas famílias fumicultoras a essa cultura e as reivindicações por elas mobilizadas para legitimar seu vínculo histórico.

Por outro lado, também se tenta compreender as narrativas das entidades governamentais e/ou de representação dos produtores para legitimar a continuidade do tabaco

como uma das atividades produtivas a serem defendidas no sul do país. Portanto, “seja para defender a importância do tabaco, seja para justificar a ação rotineira que o envolve, a tradição está presente como uma gramática comum de todos os atores envolvidos com o tabaco” (VENDRUSCOLO, 2017, p. 157).

Mesmo assim, o elemento tradição pode ser utilizado retoricamente como um grande guarda-chuva que incorpora outros elementos ou dimensões. As famílias fumicultoras, ao igual que outros atores agrícolas, são movidos por uma variedade de sentimentos, emoções, disposições, atitudes, comportamentos e expectativas que se agregam as relações simbólicas com seu imaginário (COTRIM, 2013, p. 148) e que permeiam e influenciam suas estruturas cognitivas.

Encontram-se também, que os dispositivos e as representações sociais, que em alguns lugares, e para alguns autores, são aqueles que dão formas as crenças e as representações que os agricultores possuem, neste caso, por estar imbuídos a uma longa tradição na produção fumageira (DEPONTI; SCHNEIDER, 2013, p. 190).

Em Dom Feliciano, alguns elementos e dimensões associados à tradição fumageira e as suas representações sociais foram perceptíveis desde o primeiro contato com o lugar e com os seus habitantes. Quando por ocasião da realização do trabalho de campo, nos momentos e interfaces iniciais em que se nos questionava do porque da escolha do município, e a resposta era “porque estou fazendo uma pesquisa sobre fumicultura”, a contrarresposta imediata era “ah tá, então tá certo porque aqui é a terra do fumo”.

Assim mesmo, relacionados a estes depoimentos, houve alguns personagens de Dom Feliciano, entrevistados ou com os quais se tiveram conversas informais de rua, na hora do churrasco ou do mate, a necessidade ou desejo de mostrar a presença de suas famílias com temas relacionados à fumicultura como, por exemplo, às estufas para secagem. Esta situação se apresentou em vários momentos quando manifestavam: “meu pai foi um dos primeiros em produzir fumo e em instalar uma estufa já na década de 1960” (EntrevistaEFDF, 2019). Ou; “minha família foi uma das primeiras que instalou uma estufa para secagem do fumo” (EntrevistaCCDF, 2019).

Porém com outros atores, no momento das entrevistas, uma das respostas iniciais parecia que era deixar claro ou estabelecer que a produção de tabaco se tratava de algo familiar:

[...] meu falecido avô foi um dos pioneiros na plantação de fumo na região lá em 1950 e poucos [...] depois meu pai, e desde que a gente se conhece como pessoa plantamos fumo e eu da mesma forma o fiz depois. Desde que eu me lembro sempre vivi na atividade, não vou disser que trabalhei, mas vamos disser que sempre vivi na atividade (EntrevistaAMDF, 2019).

Para Cotrim (2013), quem se refere à fumicultura em Dom Feliciano como o projeto social, argumenta que o fortalecimento da hegemonia do tabaco se deveu ao desenvolvimento realizado pelos fumicultores para o aprofundamento das bases de manutenção do tabaco, que desde o começo da produção, investiram em cada vez melhores estruturas de secagem para a obtenção de qualidade no produto final.

De acordo com Deponti e Schneider (2013), no estudo por eles realizado neste município, para os atores locais, o fato de possuir uma estrutura de produção desde certo tempo já fazia parte de sua cultura, situação que influenciava o pertencimento à fumicultura pela ideia de haver sido criados no meio do fumo. Os autores acrescentam a existência de representações em que “o tabaco faz parte do cotidiano dos agricultores, estando impregnado na região de tal forma que muitos afirmam que o tabaco é minha vida dificultando, assim, a implementação dos processos de diversificação produtiva” (DEPONTI, SCHNEIDER, 2013, p. 199-208). Existem também aspectos e características de um *Path Dependence*, que demonstram claramente alguns dos significados da fumicultura. Basta olhar parte de uma entrevista realizada a um casal de fumicultores aos que se questionava o momento a partir do qual começaram por participar da atividade.

Isssss (expressão que usaram para enfatizar/tentar dizer que faz bastante tempo) acho desde o ano 1974 [...] Eu acho que sim são mais de quarenta anos desde que eu planto fumo [...] Ela já é mais nova, começou acho que por 1980. Porque acontece que antes os pais nos levavam desde criança para trabalhar na lavoura. A gente ia quando era criança mesmo, tínhamos 6-7 anos e já se trabalhava na roça direito com os pais, lá na lavoura. Esse era o estudo que eles davam para a gente [...] Mas no fumo começamos quando os pais botaram a primeira estufa, foi então que a gente começou. Ao tempo em que o pai começou, começamos os irmãos, toda a família junta (EntrevistaRGDF, 2019).

Apesar das trajetórias das famílias em torno da fumicultura, quando questionados ou interrogados se havia alguma representação e/ou significação o ser fumicultores, a resposta de um produtor e ator político era “acho que não, que não tem. Não existe isso aqui” (EntrevistaMTDF, 2019). Diante dessa situação, alguns estudos realizados na temática, propunham que ainda com a significativa presença e importância dos atores relacionados ao cultivo de fumo nos territórios não implica, a existência de atores que vem alguns tópicos ou elementos de forma crítica (DIESEL; MENGEL; PICOLOTO, 2009, p. 9), e para os quais certas dimensões não possuem relevância.

Em adição a isto, a perspectiva de um ator institucional sobre a possibilidade de um elemento cultural e/ou identitário na fumicultura donfelicianense, manifestava que “ao

princípio eu acho que não. Vamos pensar que se o produtor fosse plantar hoje só por cultura, ele deixaria de plantar. Ele planta pela cultura do dinheiro, de vender o tabaco. Mas se tu botasses outro cultivo que ele descobrisse que fosse mais leve e rentável, ele mudaria. Para ele não existe questão cultural” (EntrevistaEMDF, 2019).

Pela sua parte, entre as famílias entrevistadas, quando questionadas sobre o elemento cultural, eles relacionam ou estabelecem um vínculo para com a questão econômica-monetária como sendo o elemento que dá significado a sua continuidade na atividade.

Hoje o fumo é o que dá mais. Não adianta colher milho porque não tem para quem vender. Feijão ninguém quer comprar. Ai não adianta plantar e deixar. Planta-se só para o gasto. O fumo é para negócio, para ter uma renda, porque aquilo outro só não da (EntrevistaRGDF, 2019).

Frente aos câmbios e mudanças trazidos pela ratificação da Convenção-Quadro (descritos no capítulo 6), como a dimensão sócio-identitária e transgeracional das famílias vem sendo avaliada e *resignificada* pelas famílias fumicultoras? Em Nayarit, o montante de recursos repassados pelas firmas como forma de habilitação para o cultivo, de ser coberto num 100% pelo SIPT, agora, em torno da década atual passou para um 75%; e o restante 25% é absorvido ou autofinanciado pelos próprios fumicultores.

Para algumas famílias, diante dessas situações, antigamente ser fumicultor era um orgulho, havia um status social que lhes faziam entre outras coisas serem sujeitos de crédito em comércios locais (EntrevistaRPSI, 2018). Porém, alguns destes grupos familiares hoje são enxergados como verdadeiros heróis. Isto, porque diante das limitações de crédito, a falta de subsídios e a reitoria governamental, e uma imagem de desvalorização pelo fato de cultivar tabaco, aquelas famílias que bancam com recursos próprios ou através de empréstimos o 25% do custo total do cultivo, estão arriscando às vezes o próprio patrimônio familiar.

Além disso, em Nayarit as significações e representações em torno da fumiicultura vêm mudando ou se adequando conforme cada etapa e conjuntura histórica. Para algumas famílias, ser fumicultor era melhor nos tempos de *Tabaco en Rama S.A.* (EntrevistaHHSI, 2018). Já outros asseguram que “*en los tiempos de Tabamex era mejor porque se compraba en una sola calidad e era menos trabajo. Ahi lo valorizaban más a uno como tabaquero*” (EntrevistaNUSI, 2018). Na atualidade, “*no quien sea es tabaquero. Se necesita tener ganas de trabajar, porque no a quien sea le dan financiamiento*” (EntrevistaEMSI, 2018).

Em Dom Feliciano, se bem não encontramos manifestações semelhantes às anteriores, as famílias reconhecem que sua atividade se tornou alvo de discriminação e críticas. Para elas,

a fumicultura é igual que qualquer outra opção agrícola (EntrevistaAMDF, 2019; EntrevistaRPDF, 2019). Inclusive, em alguns destes grupos, o ser fumicultores lhes permitiu retornar ao município e pode oferecer para os seus filhos uma melhor qualidade de vida da que poderiam oferecer na cidade (DIÁRIO DE CAMPO, 2019).

Figura 11 - Disputas e interfaces virtuais pela defesa da produção de tabaco através das redes sociais



Fonte: Facebook “Produtores de tabaco RS SC PR” (2019).

Mesmo assim, frente à desvalorização advinda a partir de alguns movimentos e grupos “contra” o tabaco, as famílias consideram que esses estudos e críticas não representam sua realidade, embora se atinja o seu *ser* fumicultores. Portanto, movimentos de defesa vêm sendo travados através de arenas virtuais como o caso de Facebook, representado na Figura 11.

5.3 AS DIMENSÕES SOCIOCULTURAIS E POLÍTICO-ECONÔMICAS VINCULADAS COM A FUMICULTURA FAMILIAR NO RIO GRANDE DO SUL E NAYARIT

A fumicultura é realizada em mais de 90 países, donde a grande parte é catalogada como em desenvolvimento, tendo, portanto, a atividade uma importância multidimensional de destaque para a economia mundial e para os atores e agentes nela envolvidos. Tanto na

produção em campo pela quantidade significativa de mão de obra utilizada para o seu cultivo, nas atividades industriais e comerciais do setor fumageiro, assim como para os Estados pela geração de divisas oriundas das exportações e o recolhimento dos impostos, resulta um produto agrícola de grande interesse econômico, social e político para os países produtores (FERNANDEZ, 2010).

No caso do México, se bem a produção fumageira deixou de ser uma atividade de grande porte e dimensão que antigamente se expressava pela diversidade de estados e municípios, assim como pela superfície e outros rendimentos produtivos, esta continua tendo destaque em lugares como Nayarit donde “*la producción de tabaco juega un papel económico y social clave en nuestra entidad*” (MADERA, 2006, p. 77).

No Brasil, a importância econômica da produção de tabaco é expressiva pela quantidade de municípios, sobretudo, segundo Fernandez (2010), no sul do país donde a importância socioeconômica é observável, sobretudo, nos municípios da região do Vale do Rio Pardo. Desse modo, Dom Feliciano não destoa desta situação.

Para o setor brasileiro, segundo o Sindicato Interestadual da Indústria do Tabaco (SindiTabaco), a importância socioeconômica da fumericultura é determinante, toda vez que “para a região Sul do Brasil, o tabaco é uma das atividades agroindústrias mais significativas. Está presente em 556 municípios, envolve cerca de 150 mil pequenos produtores e dá origem a 40 mil empregos diretos na indústria” (SindiTabaco, 2019). De acordo com Buainain e Souza Filho (2009), a indústria fumageira localizada no Sul do país, é sem dúvida alguma expressiva desde o ponto de vista econômico ou social, tanto pela geração de divisas externas, como pela dimensão de produtores diretamente envolvidos, assim como pela arrecadação de bilhões de impostos aos três níveis de governo.

A sua importância atual e o enraizamento material e simbólico que ela possui, pode ser entendida pelas condições socioeconômicas, culturais e políticas que foi encontrando em cada território. Especificamente em Dom Feliciano, Cotrim (2013, p. 152), descreve que “o tabaco é hoje o elemento hegemônico entre os projetos dos atores”. Mas, antigamente, este não era o cultivo mais representativo e importante. As 265 famílias francesas, as primeiras em colonizar o atual território donfelicianense entre 1872-1878, cultivavam milho, batata-inglesa e feijão. Porém, como a migração delas para a região do atual município de Pelotas/RS, as aproximadamente dezenove famílias de outras origens como alemãs, italianas e brasileiras, que ficaram e que aí continuaram residindo, começaram a trabalhar na cultura da vinha, fumo, trigo e outros produtos. (TWORKOWSKI; RAKOWSKI, 2015, p. 11).

Com a colonização Polonesa em 1891 as famílias recém-chegadas iniciaram trabalhando na produção agrícola simplesmente para o sustento plantando grãos básicos, fumo, café e a erva-mate. Após assegurar seu uso próprio, as famílias enxergaram a possibilidade de venda dos seus produtos em cidades vizinhas. Depois foram se dedicando, incrementando e diversificando a outras atividades como a criação de abelhas, trigo, centeio, aveia, milho, feijão, batata-inglesa, cana-de-açúcar, mandioca, fabricação de vinho, plantação de erva-mate e o fumo que continuava presente (TWORKOWSKI, 1991, p. 54-121).

Apesar disso, o tabaco não ganhava notoriedade produtiva importante senão até 1963 e 1964 em que a par do aumento da produção, foram construídas as primeiras estufas de secagem na atual localidade da Linha Assis Brasil. De forma pioneira, quatro famílias, entre elas a de Estanislau Topaczewski, aceitaram plantar a cultura de forma experimental com viés comercial, já que na região nos primeiros anos plantava-se muito pouco fumo, e a margem de lucro era muito além do que é atualmente. Dessa forma, manifestado por alguns dos entrevistados, “a monocultura do tabaco tem uns 70 anos no município e nas famílias” (EntrevistaCCDF, 2019). Após aquele momento, o cultivo se espalhou pelo município até ser hoje a principal fonte de renda, junto com outras culturas como feijão e o milho (ROSIAK, 2006, p. 17).

Não obstante, antes do tabaco se tornar um cultivo importante, Dom Feliciano foi um grande produtor de soja no Rio Grande do Sul⁴. Na campanha estadual 1972-1973 “Três milhões de toneladas de soja”, o município foi reconhecido com o ‘Grão de Ouro’, um diploma que o governo do estado entregou o dia 23 de julho de 1973 no Palácio Piratini em Porto Alegre ao então Prefeito donfelicianense da época, Catulino Pereira da Rosa.

A fumicultura, tempo depois, se tornaria a principal produção agrícola como fonte de renda e em estrutura produtiva, até chegar a possuir no município 1300 estufas pertencentes a nove companhias fumageiras (TWORKOWSKI; RAKOWSKI, 2015, P. 52). Decerto é que a importância multidimensional da fumicultura nos dias de hoje se deveu à decisão dos agricultores que optaram pelo fumo, entre outros motivos, porque na época era o que contava com preços fixos e atendimento técnico adequado (TWORKOWSKI, 1991, p. 121), situação que ainda prevalece.

⁴ Esse reconhecimento aos donfelicianenses não era a única questão de orgulho, senão também, o fato de um polonês haver sido responsável pela introdução da soja em território gaúcho. Conforme Tworkowski (1991, p. 122) “pode-se afirmar com orgulho que os poloneses e os seus descendentes deixaram suas marcas no setor agrícola, pois foi o engenheiro agrônomo polonês Dr. Ceslão Mariano Biezanko que introduziu com soberania a cultura de soja em 1932, no Rio Grande do Sul, trazendo novas espécies de sementes, adaptando-as ao novo clima e tipo de solo, como ministrando conhecimentos científicos aos colonos e iniciando a plantação da soja na zona missioneira”.

Não obstante, é necessário identificar a conjuntura temporal em que o tabaco se posiciona em Dom Feliciano como cultura produtiva ou projeto hegemônico. As décadas de 1960 até 1980, como já relatado anteriormente, eram o bojo do processo de modernização agrícola e de consolidação dos complexos agroindustriais. Esta situação promoveu que o cultivo de tabaco fosse levado por ação de mediadores sociais que difundiram a tecnologia e insumos modernos como direcionamento para uma agricultura empresarial (COTRIM, 2013).

Segundo este autor, o sistema de produção estava construído a partir das bases técnico-agronômicas do processo de modernização agrícola, baseado em tecnologias modernas como lavrado e degradação de solos, uso de adubos químicos e corretivos e aplicação de agrotóxicos. Embora, a apropriação das bases técnicas do cultivo e de um modelo diferente de relação com o mercado, terminaram por afetar o sistema de produção agrícola de alimentos anuais como milho, feijão, alpiste, linhaça, trigo e a criação de gado de corte, pelo resultado da penetração desse pacote tecnológico nos diferentes espaços municipais.

Em torno a essa conjuntura, chegam ou emergem também dois agentes importantes em Dom Feliciano, os quais teriam um papel importante no desenvolvimento da fumicultura. Por um lado, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais é fundado o dia 20 de outubro de 1968⁵ sobre a ideia de oferecer melhor orientação e amparo à classe agrícola, de modo que as famílias agricultoras passaram a receber auxílio técnico agrônômico, técnicas de plantio e informações sobre a agricultura.

No decorrer dos anos, o Sindicato passou a estocar insumos agrícolas que vendia aos sócios a preços mais acessíveis, destacando-se sobretudo, produtos para adubação com fórmulas previstas para que os agricultores não tivessem dificuldades para adquiri-las, sementes selecionadas, assim como também cursos e encontros para o esclarecimento quanto ao cuidado das propriedades e para o preparo do solo através das curvas de nível a modo de evitar a erosão (ROSIK, 2006, p. 54; TWORKOWSKI, 1991, p. 121).

Pelo outro lado, a chegada de Emater ao município no dia 27 de abril de 1979⁶ (TWORKOWSKI; RAKOWSKI, 2015, p. 72) também haveria provocado influência para o desenvolvimento futuro da fumicultura no lugar. Em esses momentos, as ações extensionistas até então desenvolvidas pelos seus técnicos estavam baseadas principalmente nos formatos

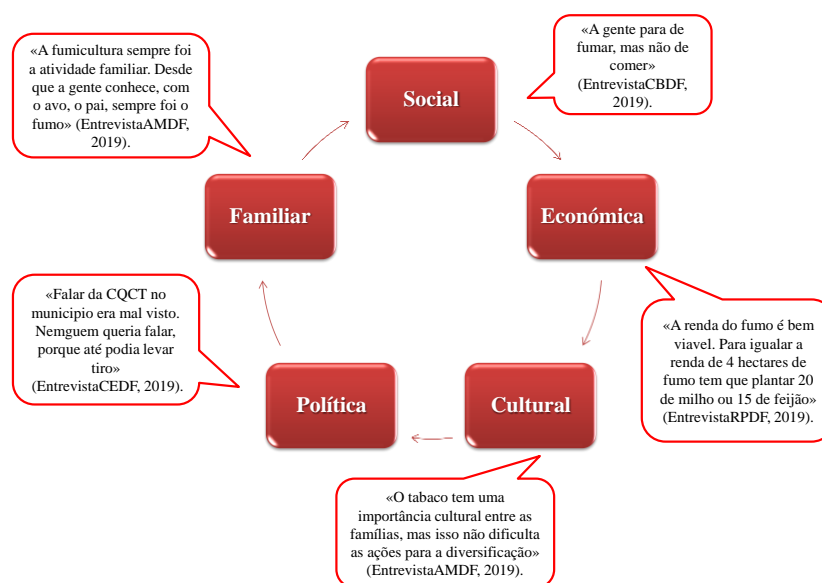
⁵ Tworkowski (1991) manifesta que fundação do Sindicato de Trabalhadores Rurais haveria sido o dia 25 de agosto de 1969, não obstante, Rosiak (2006) esclarece que esta haveria sido o dia em que se registrou a Carta Sindical do Ministério do Trabalho, do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Dom Feliciano.

⁶ Emater se instala nessa data em Dom Feliciano, embora o Convênio para sua chegada foi assinado o dia 19 de janeiro de 1979 (TWORKOWSKI; RAKOWSKI, 2015).

tradicionais do tipo *top-down* característicos da modernização da agricultura que eram o comum denominador das suas interfaces com os agricultores (COTRIM, 2013).

Desse modo, a cultura do tabaco começou por se enraizar de forma socioeconômica e produtivamente em Dom Feliciano. Hoje a atividade fumageira é a principal atividade em termos de fonte de renda municipal agropecuária. Para 2017, segundo dados do IBGE (2019), o valor da produção do fumo, em valores correntes, foi de R\$ 81.688 mil, representando 79% do total do valor da produção agrícola (que foi estimado em R\$ 103.456 mil). Para a safra 2017/18, havia uma estimativa de que 1.872 famílias estariam envolvidas na atividade (SindiTabaco, 2019). Outra das atividades agrícolas importantes junto ao fumo é a produção de milho em grão que se destaca pela quantidade produzida. O restante das culturas agrícolas mais importantes é utilizado, sobretudo, para autoconsumo familiar e comércio local em pequenas quantidades.

Figura 12 - Dimensões e elementos associados à fumicultura no município de Dom Feliciano/RS, Brasil



Fonte: elaborado pelo autor a partir da pesquisa de campo (2019).

A figura anterior contém alguns fragmentos das entrevistas realizadas em Dom Feliciano, que nos permitem argumentar a existência de elementos e dimensões que estão associados a significações e representações com essa atividade familiar. A historicidade atrelada a fumicultura permeia a vida municipal nas suas dimensões socioculturais e abrange até o âmbito político local. Por exemplo, na relação recíproca entre CQCT e produção de tabaco enxerga-se o condicionamento a falar ou não, de uma situação complexa que

conjunturalmente terminou por se introduzir na vida política municipal ao grau de preferir ou escolher não conversar de um tema mal visto.

Em complemento à figura anterior, através dos depoimentos dos atores familiares do tabaco se da conta dessa situação e das variadas dimensões que a atividade vem desenvolvendo até hoje.

Não tenho assim uma [razão], mas a não ser pelo histórico, porque na época não tinha opção de outra atividade que não seja essa. Desde o começo conhecia o fumo, plantei fumo e não teve esse momento assim de parar para pensar que íamos plantar fumo (**ATIVIDADE FAMILIAR**). E eu veio assim que até hoje não continua sendo muito diferente. Se tu vai comprar uma propriedade e começar uma atividade, é o tabaco, não existe assim de começar uma atividade e disser agora eu não vou fazer. Vou comprar uma propriedade hoje e vai lá olhar essa propriedade e a primeira coisa que vai ter é uma estufa. Já tem aquela noção de como estão às lavouras para plantar tabaco. Como é o fumo lá? Tem doenças? [CONHECIMENTOS] A estrutura para secar fumo é boa? Tem estufa elétrica? São as primeiras perguntas, isso em 99% das propriedades é assim nesta região (**ESTRUTURA ECONÔMICO-PRODUTIVA**). Já vai predisposto a fazer aquilo, porque nem meu caso que meu avô e pai faziam (**ATIVIDADE FAMILIAR**). Como que eu vou começar outra coisa? Não sei como. Claro que a gente, tanto quando trabalhava em casa, quanto aqui, planta de tudo um pouco. Mas se vai me perguntar, vive de que? Financeiramente vivo do tabaco (**IMPORTANCIA ECONÔMICA**). Hoje já tenho uma atividade paralela que dá um dinheiro, mais antes atrás não tinha, era 100% o que entrava de dinheiro era com o tabaco e continua sendo assim na grande maioria das propriedades. É a atividade principal e muitas vezes a única (EntrevistaAMDF, 2019).

Sim, ao longo dos anos o que nos temos e conseguimos é graças ao fumo (EntrevistaRGDF, 2019).

Inclusive, a vida social do tabaco organiza e determina outras facetas do cotidiano, por exemplo, as festividades religiosas. Depois de encerrado o período de trabalho de campo, fomos convidados para participar da festa na comunidade da linha Lopo Neto num domingo do final de abril de 2019. Uma vez no lugar, através dos assistentes, ficamos sabendo que era a primeira data do calendário religioso municipal, a que de certa forma dava abertura ao resto das outras festividades deste calendário nas comunidades do município.

Questionados do porque as festas começavam em torno desse momento, a resposta era que pelo fato da colheita de fumo haver sido encerrada. Então, perguntamos se as festas encerravam no início da seguinte safra, e a resposta era que efetivamente concluíam quando começavam o seguinte ciclo produtivo. Conforme a Figura 13, apesar de se tratar do calendário 2020, permite observar que o período compreendido entre abril e setembro é onde se concentram a maior parte das festas do calendário religioso e algumas outras festividades municipais. É inegável que essas celebrações estão vinculadas também com datas em que tradicionalmente se comemoram essas datas católicas.

Não obstante, esse período coincide também com o momento em que as atividades da produção de tabaco são mínimas e demandam um menor envolvimento da família. Portanto, os membros estão livres para assistir as festas das comunidades. Outro elemento a destacar é, reconhecido pelos donfelicianenses, que esses momentos são aptos para sair da propriedade e rever em torno desses espaços aos familiares e amigos, para trocar experiências de como foi a safra, e até para os políticos locais não perder a oportunidade de fazer proselitismo.

Figura 13 - Calendário religioso e principais festividades municipais em Dom Feliciano (2020)



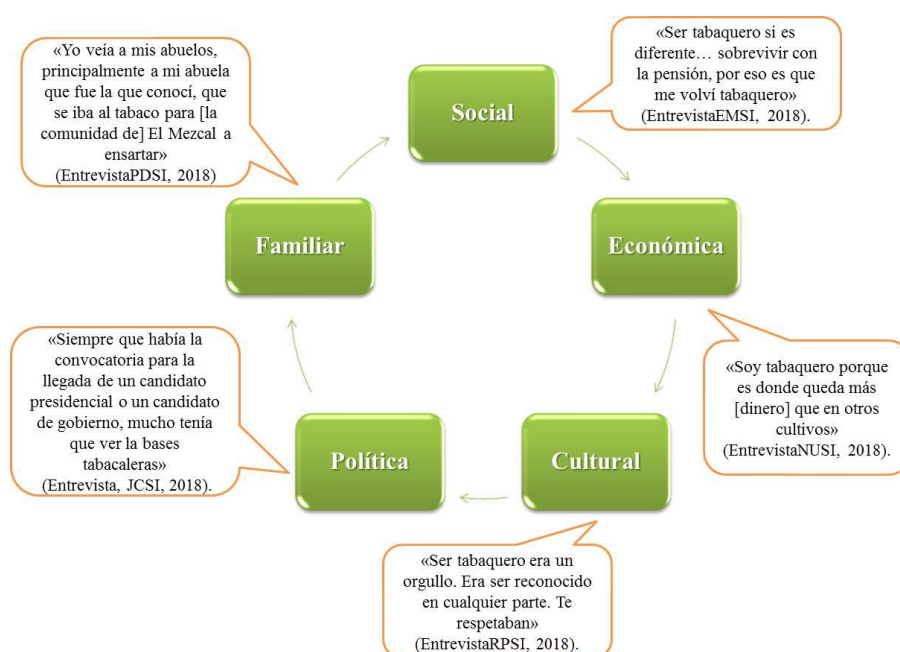
Fonte: elaborado a partir de informação do escritório paroquial (2018-2019).

Em Nayarit, as atividades agrícolas foram historicamente o suporte da vida econômica e social em termos de ingresso e capacidade de emprego. Dentre elas, a produção de tabaco chegou a se constituir como a atividade agrícola que dinamizava a economia estadual e a de vários municípios produtores. Falar da produção de tabaco em Nayarit é se referir a uma atividade que possui história e tradição⁷ (CAYEROS, 2010), donde na chamada *Costa de Oro*, ser tabaqueiro era sinônimo de riqueza. Com tudo isso, “minimizar el gran peso del tabaco en la vida económica, en la dinámica social y en los movimientos políticos de nuestro estado es desconocer la historia de Nayarit” (CASTELLÓN, 1994, p. 1).

⁷ “La producción de tabaco en Nayarit tiene historia y tradición. En la región está presente desde la época precolombina, como lo atestiguan numerosas figurillas de cerámica representando a ancianos fumando, mismas que datan del Periodo Clásico de las culturas de Occidente, entre los años 300 y 800 de nuestra era, así como numerosas pipas de barro encontradas en Amapa, localidad que ahora forma parte del municipio costero de Santiago Ixcuintla” (Cayeros, 2010: 123).

Para as famílias fumicultoras, a participação em torno desse cultivo apresenta significações e dimensões de tipo socioeconômico, cultural e político. Por um lado, o tabaco está atrelado a Nayarit desde seu nascimento como estado. Pelo outro, incidiu na repartição da terra aos camponeses durante a Reforma Agrária, quando a transformação da estrutura de propriedade e de produção agrícola da região que estava nas mãos de grandes proprietários e fazendas, se converteu sobre um regime de propriedade da terra maiormente *ejidal* (CASTELLÓN, 1994) como consequência do avanço do cultivo que demandava novas áreas de cultivo. Sua influência social e econômica está manifestada nos depoimentos de alguns entrevistados que se referem confirmando assim esse tema.

Figura 14 - Dimensões e elementos associados à fumicultura no município de Santiago Ixcuintla, Nayarit



Fonte: elaborado pelo autor a partir da pesquisa de campo (2018-2019).

El origen del tabaco propició el reparto agrario en la costa de Nayarit. Con esa idea pues se vino gente de [los estados de] Sinaloa, de Zacatecas, de Jalisco. Entraron a los ejidos, como ejidatarios, porque [posiblemente] eran condiciones más adversas de dónde ellos venían, yo creo que más hambre... Se metieron y así nacieron infinidad de ejidos, inclusive si te fijas se les pasó la mano, porque de la superficie de Nayarit que esta cultivada el 95% es ejido o comunidades indígenas. Entonces, en el evento de la formación de los ejidos influyó mucho el tabaco... Todo fue propiciado por el tabaco, porque los granos, en este caso maíz y frijol era para pura subsistencia (EntrevistaARSI, 2018).

Yo creo que la construcción de la economía local en Nayarit después de la Reforma Agraria de los años 1930 no se entendería sin la producción de tabaco como columna vertebral, sobre todo de la zona de la costa. O sea, el hecho de pasar de un régimen de grandes haciendas y latifundios privados a un régimen ejidal de minifundio común con posesión de los ejidatarios, no se pueden entender sin el

financiamiento del tabaco, primero por parte de las empresas tabacaleras de las empresas privadas extranjeras, y posteriormente de la empresa paraestatal [Tabamex]. (EntrevistaJCSI, 2018).

Conforme Castellón (1994), quando se refere ao impacto que teria provocado a Reforma Agrária sobre a produção de tabaco, manifesta que o novo esquema de propriedade da terra não afetou em nada a atividade fumageira, senão que ao contrário, lhe beneficiou. Inclusive, a repartição da terra e o incremento da superfície cultivada, promoveu na zona fumageira “la migración de miles de personas de los estados vecinos de Jalisco y Zacatecas que comenzaron a poblar las márgenes de los ríos Santiago y San Pedro, que caracterizaban la modernización de los campos de la costa de Nayarit” (CASTELLÓN, 1994, p. 2).

Nessa conjuntura modernizante, algumas mudanças econômicas e sociais começaram a se apresentar, trazendo efeitos visíveis em termos dos benefícios econômicos e sociais para as famílias produtoras. A região da costa norte de Nayarit, que era a principal produtora de fumo, experimentou a abertura de sucursais bancárias, de negócios para a venda de maquinaria agrícola, fertilizantes, sementes e outros pequenos comércios nas sedes dos municípios de Santiago Ixcuintla, Tuxpan, Tecuala e Acaponeta, assim como em comunidades menores como Sentispac, Villa Hidalgo e San Felipe Aztatán que eram pertencentes a estes municípios, o que ao longo do tempo foi criando expectativas como resultados de boas temporadas para os camponeses nayaritas (CASTELLÓN, 1994, p. 3).

Porém, esses resultados da modernização em grande parte pela responsabilidade das firmas de capital transnacional, entre elas *Tabaco en Rama* que era o capital onipresente no território, começou a penetrar em diversos espaços e dimensões da vida em Nayarit. De acordo com Madera (2003), as firmas criaram uma estrutura de dominação e poder de grande abrangência que em combinação com a cumplicidade do Estado, funcionava de forma que:

En lo **ECONÓMICO** contaban con un complejo productivo que les permitía dominar en la región, desde el control de calidad en los planteros⁸ y en los trabajos de campo [**TÉCNICO-PRODUCTIVO**] a través de los inspectores [orientador/instructor] de campo encargados de brindar las asesorías técnicas, hasta la elaboración de cigarrillos y su posterior distribución y venta. En lo **POLÍTICO**, ejercían un control a todos los niveles, desde ejidos, comités regionales de campesinos, e incluso corrompiendo funcionarios estatales y federales... Aparecen también los representantes de las empresas con excesivo poder para contratar o dejar de hacerlo, agentes que exigían altos precios por la planta que se entregaba a los productores, y a llevar parcelas a médiás, etcétera (MADERA, 2003, p. 9).

⁸ Os *planteros* eram um espaço de terra em aproximadamente uma média de 0.25-0.50 hectare que era utilizado para a produção de mudas de vários produtores ou de vários grupos de produtores.

No decorrer dos anos, as práticas abusivas foram se incrementando e um ambiente de injustiça social ia se gestando, principalmente porque o papel do Estado era deixar sozinhas as famílias produtoras frente as decisões e as situações políticas que as transnacionais criavam para se beneficiar. O descontentamento e inconformidades sociais foram se incrementando, criando um caldo de cultivo para a organização e a mobilização social. Em 1966, um grupo de produtores camponeses que inconformados pelas práticas e abusos de TERSA, exerceram pressão e com ajuda do governo do estado, criaram a *Cooperativa Palma Grande* que conseguiu vender tabaco à Checoslováquia ao triplo do preço que eram pagos pelas transnacionais no mercado nacional, além de obter também em troca tratores e maquinaria agrícola (CASTELLÓN, 1994; MADERA, 2006).

No entanto, o sucesso da Cooperativa não iria permanecer por muito tempo já que um boicote patrocinado pela mesma *Tabacos en Rama* com a colaboração e participação de funcionários estatais, federais e lideranças camponesas, iniciaram uma campanha para desprestigiar aos líderes cooperativistas e ao próprio governador do estado que havia sido um ator chave ajudando ao movimento (SIORDIA, 2017).

Apesar disso, a Cooperativa havia conseguido quebrar o monopólio do tabaco, introduzindo câmbios e mudanças na produção fumageira como o aumento do preço de compra do tabaco, da substituição de importações pela compra de produto nacional, do estabelecimento de limites aos contratos para quatro hectares a *ejidatarios* e 12 hectares para pequenos proprietários, assim como a criação do *Comité Nacional del Tabaco*. Mesmo essas conquistas camponesas, a realidade local não mudou porque a situação das famílias fumicultoras continuava se deteriorando e TERSA continuava exercendo atitudes e ações injustas (MADERA, 2003).

A experiência cooperativista do tabaco e as mudanças por ela geradas, incidiu na posterior criação de um novo agrupamento de produtores de tabaco terminaria na formação em 1972 da *Asociación Ejidal de Producción Agropecuaria Esteban Baca Calderón*. Em torno dela, e diante dos abusos que seguiam realizando as firmas fumageiras, num marco de conjuntura temporal favorável pela ocorrência de outros eventos e movimentos em outros estados da república mexicana, o Estado se viu obrigado à nacionalização do tabaco mediante a criação de *Tabacos Mexicanos S.A. de C.V*⁹ (CASTELLÓN, 2009).

⁹ No momento da criação de *Tabamex*, a empresa paraestatal estava conformada pelo 52% de participação por parte do estado, um 24% dos produtores representados pela *Confederación Nacional Campesina* (CNC) e o 24% restante para as empresas fumageiras que perdiam o controle do processo pré-industrial do tabaco (CASTELLÓN, 2009).

Dessa forma, o Estado se tornava o ator intermediário entre os produtores organizados e as firmas fumageiras, se responsabilizando pelo oferecimento de crédito, assistência técnica, assim como insumos e serviços agrícolas aos produtores. Ao mesmo tempo, era a única via de comercialização nacional e internacional. Inclusive impulsaria investigações em agrícolas e tecnológicas na produção de tabaco. Além das melhorias nos preços de compra, algumas das principais reivindicações e demandas camponesas eram o acesso aos serviços médicos proporcionados pelo Estado e a possibilidade de uma aposentadoria rural (MADERA, 2003). Não obstante, o braço do governo se estendeu também em outros aspectos.

El papel de Tabamex iba más allá. Había un fondo que se llamaba Fondo de Apoyo al Desarrollo de las Comunidades Tabacaleras (FADECOT) que se dedicaba precisamente a realizar obras de infraestructura a las comunidades. Era de beneficio social, construían comisariados ejidales¹⁰, rehabilitaban plazas, calles, drenajes, invertían en agua potable, o sea era un tema de desarrollo a las comunidades tabacaleras. La verdad era un tema muy interesante. Incluso, muchas de las cosas, por ejemplo infraestructura, hornos, galerones [grandes galpões] o compra de material que se usaba, alambre de púas, sogas, es decir un montón de cosas, eran también financiadas por FADECOT, porque era un tema no solamente productivo sino también un tema social. Pero lo interesante de ese Fondo era que también se usaba para el desarrollo de las comunidades, para el desarrollo de tipo social, desarrollo colectivo [...] (EntrevistaJCSI, 2018).

Desse modo, várias das significações ou dimensões hoje presentes em torno a fumicultura encontram-se ancoradas ao longo dessa trajetória histórica. Famílias produtoras de tabaco, agrícolas em geral, de migrantes e outros tipos de trabalhadores temporários, cada um ao seu modo foram historicamente se incorporando aos trabalhos e atividades do cultivo. Essas memórias estão presentes nos discursos dos seus atores familiares principalmente.

Ser tabaquero no es gran cosa, pero tengo la satisfacción de haberme pensionado (EntrevistaNUSI, 2018).

Sobrevivir con la pensión es el motivo por el que me volví tabaquero (EntrevistaEMSI, 2018).

El seguro social y la pensión me llevaron a ser productor de tabaco (EntrevistaRDSI, 2018).

Esta situação anteriormente relatada, já havia sido descrita por Madera (2006, p. 83) em comunidades produtoras de tabaco ao norte de Nayarit, donde encontrou que:

La habilitación se convierte de esta manera, para los productores, en el mecanismo a través del cual pueden acceder a una serie de beneficios que serían impensables como productor de otros cultivos. Es el caso de su incorporación a la seguridad social, así como la de su familia y sus trabajadores; el aspirar a una pensión y; sobre

¹⁰ Estes são salões ou galpões foram construídos em cada comunidade como um espaço para discussão de assuntos agrários, embora também funcionam para a realização de diversas atividades sociais.

todo, seguir desarrollando una actividad que forma parte fundamental de su cultura, actividad que seguramente aprendieron de sus padres y que desean continuar en sus hijos.

Porém, a questão importante a refletir é que após mais de uma década da pesquisa realizada por este autor, alguns elementos dessa realidade camponesa em torno à produção de tabaco em Nayarit continuam existindo e são vigentes. As famílias se resistem a deixar a produção de tabaco. Seguram-se dela, pelo conhecimento que possuem do contexto adverso e/ou do ambiente hostil em que estão imersas.

En el tabaco hay seguro social, pero ya no es rentable. No estamos aferrados al tabaco, seguimos aquí porque no hay alternativas (EntrevistaEHSI, 2018).

Yo continuaría en el tabaco si tuviera seguridad social. Pero si no tuviera financiamiento y ni compra, creo que no continuaríamos (EntrevistaEMSI, 2018).

El tabaco continua siendo el mejor cultivo. Es rentable para quien trabaja, para aquellos que les gusta trabajar (EntrevistaDRSI, 2018).

El beneficio más importante del tabaco para mi es el autoempleo, después el seguro social (EntrevistaIRSI, 2018).

El tabaco como cultivo les es resultado a diferencia de otros cultivos, a nuevos tabacaleros que antes eran productores capitalizados en otras actividades agropecuarias (EntrevistaPDSI, 2018).

Para Madera (2006), existe uma *terquedad* de querer continuar sendo tabaqueiro, já que cada ano, as famílias produtoras apesar de não obter possíveis ganhos em renda ao final do ciclo, continuam cultivando a superfície mínima estabelecida pelas empresas, como forma de manter os benefícios e/ou direitos ainda existentes em torno à fumicultura em Nayarit.

6 MUDANÇAS INSTITUCIONAIS E PRODUTIVAS NA FUMICULTURA FAMILIAR DERIVADAS DA RATIFICAÇÃO DA CONVENÇÃO-QUADRO PARA O CONTROLE DO TABACO

Apesar da multiplicidade de dimensões e significações associadas à produção de tabaco no Brasil e no México, resultado de discussões e debates que vinham sendo travados por organizações da saúde ao longo das últimas três décadas do século XX, a Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (CQCT) emerge como um marco favorável sobre o qual se encomenda a elaboração e implementação de políticas e programas de controle à produção e consumo de tabaco.

Além do alvo no tabagismo, os compromissos governamentais iam ao encontro da elaboração de um marco institucional que envolvesse programas e projetos para apoiar as famílias fumicultoras na diversificação produtiva das propriedades diante da iminente retração do mercado mundial de tabaco, como parte das mudanças e impactos gerados pela CQCT. Assim, cada um dos países ao seu modo elaborou uma estrutura institucional de apoio traduzida no Programa Nacional de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco no Brasil e no México o *Programa Nacional de Reconversión Productiva del Tabaco*. Neste apartado, será abordado qual tem sido a trajetória e a situação atual destes arranjos institucionais em cada um dos países, assim como apresentar uma breve descrição da construção do Convênio.

6.1 ARRANJOS INSTITUCIONAIS NA FUMICULTURA FAMILIAR: QUAL É A SITUAÇÃO DAS POLÍTICAS E PROGRAMAS PARA A DIVERSIFICAÇÃO DA PRODUÇÃO A PARTIR DA CQCT?

A elaboração de uma estrutura institucional de apoio para o atendimento dos artigos 17 e 18 foi realizada a partir do aproveitamento ou apoio de políticas e programas já existentes em cada um dos países. Mesmo assim, foram elaborados alguns outros para dispor em teoria de um aparelho mais amplo e robusto que lhes permitisse realizar o que poderia ser entendido como uma intervenção governamental mais adequada à realidade empírica fumageira e com proximidade das famílias fumicultoras em ambos os contextos.

Não obstante, cada um teve um entendimento diferente na definição conceitual e nos alcances gerais e específicos do que deveria ser um processo para a promoção de alternativas economicamente viáveis e para a proteção do meio ambiente e saúde das pessoas. Essa

concepção inicial entre diversificação do lado brasileiro vs erradicação do lado mexicano terminaria por permear e determinar fortemente o rumo e as trajetórias das ações e atividades em torno dos programas e projetos para os dois países. Na sequência, apresentamos a trajetória de conformação e a situação atual dos programas e projetos derivados da Convenção-Quadro para o cumprimento dos artigos 17 e 18.

6.1.1 Entre o Programa Nacional de Diversificação em Áreas Cultivada com Tabaco (PND em ACT) e Projeto Piloto para a Geração de Referências para a Diversificação: Dom Feliciano como município modelo

Após a ratificação da Convenção-Quadro em 2005 foi lançado no Brasil o Programa Nacional de Diversificação em Áreas Cultivada com Tabaco (PNDACT) através da participação conjunta de seis ministérios¹ dentre os quais estava o de Desenvolvimento Agrário que seria o responsável da sua coordenação (INCA, 2018). O Programa de Diversificação [que assim chamaremos para o caso brasileiro] trata-se do comprometimento assumido e anunciado pelo governo federal de garantir apoio aos agricultores familiares produtores de tabaco (PERONDI, *et. al.*, 2008; BONATO, 2009).

Não obstante, diferentemente do México, como será apresentado mais adiante, no Brasil se entendeu desde o início que o objetivo da CQCT não era extinguir ou proibir o cultivo de fumo. Segundo Bonato (2009, p. 16), o país compreendeu que “não existe no Tratado qualquer menção de proibir aos países de plantarem fumo, assim como não há qualquer obrigação da substituição do fumo por outras atividades. O que o Tratado reconhece é que nenhum governo pode ignorar o controle do tabagismo como prioridade de saúde pública, social e econômica”.

Como forma de respaldo interinstitucional ao Convênio foi criado como dispositivo organizacional a Comissão Interministerial para a implementação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (CONIQC). Este órgão, segundo a opinião da sua Secretaria Executiva sabia da posição que devia ser tomada em relação ao que envolvia realizar um processo de diversificação. Conforme o documento de Cepagro (2013), a funcionária expressava o seguinte:

¹ O lançamento do programa foi uma ação conjunta de seis ministérios: do Desenvolvimento Agrário (MDA), da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), da Saúde (MS), da Casa Civil, das Relações Institucionais e da Fazenda (BONATO, 2009; GREGOLIN, 2010).

A Convenção busca salvaguardas para quem produz tabaco, não simplesmente a proibição. Dentre as alternativas econômicas mencionadas pelo artigo 17 da Convenção-Quadro, a diversificação produtiva figura como um dos caminhos para quebrar a cadeia de subordinação dos fumicultores com a indústria do tabaco. Através de políticas públicas promotoras de intercâmbios, capacitação, assistência técnica e acesso a mercados, os agricultores têm a opção de ampliar suas fontes de renda, diminuindo gradualmente sua dependência em relação à fumiicultura, até que possam garantir sua qualidade de vida fora do sistema integrado de produção das fumageiras (CEPAGRO, 2013, p. 16).

Portanto, uma vez que se tinha clareza nesse aspecto, a Secretaria de Agricultura Familiar dependente do Ministério de Desenvolvimento Agrário (SAF/MDA), por meio do seu Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural, adquiriram a responsabilidade de comandar o Programa de Diversificação. As suas ações estariam baseadas em quatro eixos da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) (GREGOLIN, 2010), pelo entendimento de que se tratava de um programa especial lançado em atenção específica a agricultores familiares fumicultores.

De acordo com Gregolin (2010), as metas contemplavam ações como visitas técnicas às famílias, seminários, cursos de capacitação, intercâmbios técnicos, elaboração de matérias de formação e informativos, além de outros. Era destaque que nos projetos envolvidos se dava uma ênfase aos modelos de produção de base agroecológica, preocupação com questões ambientais, a geração de tecnologias apropriadas e a geração de renda; todo no âmbito e espaço das propriedades familiares.

Segundo Perondi, *et. al.* (2008), em linhas gerais, o Programa de Diversificação propunha quatro eixos estratégicos que contemplavam; o financiamento, a pesquisa, a assistência técnica e extensão rural, e o apoio ao fortalecimento de mercados com produtos alternativos ao tabaco. Para Gregolin (2010), as ações do programa dialogavam também sobre quatro eixos básicos que seriam o combate à pobreza rural, a segurança e soberania alimentar, a sustentabilidade de produção, e a geração de renda e agregação de valor.

Não obstante que estas ações e/ou eixos básicos sejam diferentes em nomenclatura, o realmente importante é que eles fundamentam uma estratégia de desenvolvimento rural sustentável. O seu objetivo seria “apoiar aos agricultores das regiões tradicionais de produção de fumo que estivessem dispostos a diversificar suas atividades, implantando sistemas de produção sustentáveis” (PERONDI, *et. al.*, 2008, p. 12). Desse modo, a estratégia de desenvolvimento sustentável para a diversificação das propriedades fumicultoras levou em conta que a atividade “há 100 anos faz parte da vida de milhares de famílias agricultoras e qualquer ação de incentivo à inclusão de nova matriz produtiva nas áreas de fumiicultura exige

um trabalho de capacitação, formação, debate e planejamento com a construção participativa entre gestores públicos, técnicos e agricultores” (GREGOLIN, 2010, p. 9).

Figura 15 - Ações do governo federal que apoiariam o Programa de Diversificação do tabaco no Brasil



Fonte: Gregolin (2010)

De acordo com a Figura 15, o Programa de Diversificação considerava também como importante os princípios da Política nacional de ATER em que se refere ao desenvolvimento rural, à segurança alimentar, à diversificação, à participação e à parceria. Neste último aspecto, estabeleceram-se importantes vínculos com algumas organizações sindicais e de representação dos fumicultores, agências de pesquisa e extensão rural, universidades e institutos de investigação, entre outros, para a realização de investigações que gerassem insumos e referências na diversificação em áreas cultivadas com fumo² (GREGOLIN, 2010). As duas grandes áreas estratégicas de atuação em que se centrava o Programa de Diversificação, eram de acordo com Gregolin (2010): pesquisa, e ATER e capacitação³.

² Algumas destas organizações parceiras do MDA foram: Associação dos Fumicultores do Brasil – AFUBRA; Departamento de Estudos Sócio Econômicos Rurais do Paraná – DESER/PR; Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária – FEPAGRO/RS; Instituto Agrônomo do Paraná – IAPAR/PR; Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC; Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR; Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC; Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS; Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO/PR; Embrapa Clima Temperado (GREGOLIN, 2010, p. 12):

³ Apoiavam-se pela sua vez na Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), o Programa Nacional de Fortalecimento a Agricultura Familiar (PRONAF), no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Seguro da Agricultura Familiar

Conforme Perondi, *et. al.* (2008), o Programa de Diversificação apresentava uma novidade ou diferencial interessante na forma de uma descentralização que seria utilizada para a definição de aplicação dos recursos. Operava de forma que em cada um dos territórios ocorreriam debates para construir consensos sobre quais projetos deveriam ser implementados na região, envolvendo agentes como a Delegacia Estadual do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o Comitê Gestor do Território (organismo de gestão do território, assim como a participação das instituições públicas e organizações da sociedade civil) e entidades e instituições interessadas em desenvolver projetos de diversificação (PERONDI, *et. al.*, 2008, p. 13).

Em números, o Programa Nacional de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco atingiu entre o período de 2006 a 2010 resultados que abrangiam em torno de 30 mil famílias beneficiadas, 80 mil pessoas envolvidas, 600 municípios, 60 projetos de ATER, capacitação e pesquisa e um montante total de 12 milhões de reais investidos⁴ (GREGOLIN, 2010). Além disso, conforme o Instituto Nacional de Câncer (INCA) (2018), entre o período compreendido entre 2012-2013 o Programa beneficiou pelo menos 11 mil famílias disponibilizando mais de 60 milhões de reais. Não obstante, não tem sido possível diferenciar se esses recursos e resultados se somam aos já anteriores ou fazem parte de um novo pacote de recursos e ações.

De acordo com o mesmo Instituto, o Programa de Diversificação tem avançado de forma cuidadosa e articulada, evitando que as famílias que visam à diversificação das áreas cultivadas com tabaco fiquem desamparadas e sem assistência técnica, motivo pelo qual importantes entidades representativas dos fumicultores, organizações não governamentais, cooperativas, universidades e prefeituras tem se vinculado em torno desta proposta governamental (INCA, 2018).

Desse modo o Programa de Diversificação chega ao município de Dom Feliciano/RS na forma do Projeto Piloto para a Geração de Referências para a Diversificação da Produção e Renda em Áreas de Fumo. Conforme Gregolin (2010, p. 29), o objetivo do Projeto Piloto [assim chamado daqui para frente] consistia:

(SAF), Sistema de Preços à Agricultura Familiar (SPAF), Programa Biodiesel, Programa de Agroecologia, Atividades não agrícolas e programa de Turismo Rural.

⁴ De acordo com Perondi *et. al.* (2008), entre 2006-2007 o PNDACT haveria se iniciado com 47 programas, 20 mil integrantes e 200 municípios envolvidos entre as regiões Nordeste e Sul do país (PERONDI, *et. al.*, 2008).

A integração de políticas, programas e ações federais, territoriais e locais para ampliar as oportunidades de desenvolvimento no município de Dom Feliciano/RS e a região Centro Sul do Rio Grande do Sul, gerando referências para o programa de diversificação e para o GT internacional dos artigos 17 e 18.

Tratava-se, portanto, de uma parceria entre os governos dos diferentes níveis, universidades, ministérios, secretaria de Saúde, organizações de Ater e pesquisa da região, em que foram destinados para a primeira fase do projeto R\$ 400 mil reais que envolviam o trabalho e a participação junto a 1000 famílias.

O Ministério de Desenvolvimento Agrário manifestava que das 200 mil famílias fumicultoras no Brasil, em Dom Feliciano o Projeto Piloto contemplava 2.500 que representavam apenas o 5% desse grupo de famílias no nível nacional⁵ (MDA, 2010). Mas, como e/ou por que esse projeto chegou a Dom Feliciano? Conforme o documento “Ações para a diversificação da produção em áreas cultivadas com tabaco em Dom Feliciano”, o Prefeito daquele momento haveria procurado o Ministério de Desenvolvimento Agrário para a implantação de um projeto dessas características. O município se tornou assim uma espécie de referência e por isso o lugar foi denominado como “município modelo” toda vez que sua escolha envolvia que este fosse “uma espécie de laboratório para a implementação de diversos projetos de saúde, produção, comercialização e de acompanhamento técnico que integravam o programa” (MDA, 2010).

O atual Prefeito (2017-2020) de Dom Feliciano foi aquele mesmo que procurou na ocasião ao MDA. Questionado sobre sua participação nesse fato ele manifestou ser o responsável de propor o município como laboratório experimental.

É que na verdade o processo de Dom Feliciano estava tão avançado que nós chegamos a fazer um seminário de três dias em Brasília para tratar a questão da diversificação no município. Esse seminário ocorreu dentro da OPAS (EntrevistaCBDF, 2019).

Esse seminário ao qual esse ator se refere foi celebrado pela Organização Pan-americana da Saúde (OPAS) em Brasília no mês de setembro de 2010, tendo como objetivo e finalidade a elaboração de um Projeto Piloto de diversificação do tabaco no município de Dom Feliciano. A imagem seguinte dá conta dessa reunião aonde foram convocados diferentes atores, tanto da realidade empírica fumageira como da política e instituições governamentais brasileiras.

⁵ Para o MDA (BRASIL, 2010) a expectativa era ‘dobrar esse índice em 2012 e atingir 40% nos próximos cinco anos [mais ou menos até 2017].

Figura 16 - Oficina para a elaboração do Projeto Piloto para a geração de referências ao cultivo de tabaco em Dom Feliciano/RS

Oficina para elaboração do Projeto de alternativas ao cultivo de tabaco no Município de Dom Feliciano - RS



O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), com o apoio da OPAS/OMS no Brasil e Secretaria

Executiva da Comissão Nacional para Implementação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco - CONICQ, iniciou em setembro de 2010, um projeto piloto no município fumicultor de Dom Feliciano/RS, com vistas a promover a integração de políticas públicas de diferentes setores do governo, que possam apoiar e fortalecer o desenvolvimento de alternativas à produção de fumo.

Este projeto piloto servirá de referência para o Programa Nacional de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco, coordenado pelo MDA desde 2006.

O processo foi iniciado com uma oficina de trabalho realizada nas dependências da OPAS, nos dias 16 e 17 de setembro de 2010, com a participação de todos os organismos governamentais que compõem a CONICQ, órgãos e instituições do governo federal, entidades ligadas à pesquisa e ao desenvolvimento agrário, organizações intergovernamentais como o Banco Mundial, a FAO e a OPAS, além do Prefeito Municipal, Secretários e vereadores de Dom Feliciano.



Fonte: Organização Pan-Americana da Saúde - OPAS (2010).

Através do Projeto Piloto se pretendia que em Dom Feliciano fossem realizados vários programas e ações que se vincularam ou se reforçaram, através das políticas públicas de apoio a agricultura familiar existentes no país, naquele momento. Estas encontraram complementariedade como algumas propostas que emergiram de maneira local por meio do Plano Municipal de Desenvolvimento Rural que eles possuíam desde 2001.

Quer dizer, o Projeto Piloto não chegou a um território vazio. Havia já no lugar, atores e agentes comunitários, organizações, e um instrumento que guiava e orientava suas ações na construção de uma ideia própria de desenvolvimento. As mudanças institucionais advindas a partir do Programa e Projeto terminaram por incidir na construção de novos atores e agência que participariam na elaboração de atividades e esquema em favor da diversificação do tabaco.

Em relação com este processo de desenvolvimento endógeno, ele vinha acontecendo a partir da iniciativa de um Planejamento Participativo Municipal (PPM) que foi levado a Dom Feliciano e começou por ser desenvolvido em 2001 por meio dos articuladores territoriais de Emater local. Uma equipe municipal mais ampla precisou ser formada e esteve composta por integrantes desta mesma organização, em conjunto com funcionários da Secretaria Municipal de Agricultura e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Eles haveriam sido responsáveis pelo desenho de uma estratégia teórico-metodológica para o desenvolvimento do PPM (COTRIM, 2013).

O percurso desse Planejamento Municipal adotaria uma trajetória escalar multinível já que após a formação básica da metodologia participativa, a equipe local implementou uma estratégia geral de sensibilização e difusão de informação para a realização de doze reuniões ao nível comunitário no início daquele ano. Em cada uma destas, foram obtidas as principais demandas e necessidades de tipo econômico, social e ambiental que seriam levadas a um Fórum Municipal celebrado com a participação da equipe local e de representantes comunitários eleitos em essas mesmas reuniões. O citado Fórum realizou-se em fevereiro de 2001 donde a discussão e debate das principais demandas advindas do nível comunitário se constituíram em insumos para a elaboração de um Plano Municipal de Desenvolvimento Rural após debate e classificação no ranking (Figura 17).

Figura 17 - Principais demandas obtidas das reuniões comunitárias e Fórum Municipal-Dom Feliciano (2001)



Fonte: elaborado pelo autor a partir de MAFFINI; LEMOS (2001).

Apesar de que a equipe de articuladores municipais havia se constituído como um Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDR) e a experiência em curso tinha um forte viés participativo, os agricultores do município não haviam sido incorporados ao CMDR. Portanto, a ação participativa das famílias acionou-se para permitir que a incorporação dos seus representantes comunitários dera forma a um dispositivo

socioorganizativo mais completo e que teria como objetivo, trabalhar para a materialização das demandas agrupadas em torno do Plano Municipal fossem plurais e representativas.

Uma das demandas contidas no Plano Municipal de Dom Feliciano que se materializou mais rapidamente e que de forma posterior permitiria desenvolver e articular algumas outras demandas foi a criação da Cooperativa Agropecuária Centro-Sul (COOPACS). Esta, segundo um dos entrevistados, reconhece que apesar de haver sido gerada no PPM, não começou a se materializar senão até no bojo das discussões em torno da assinatura e ratificação da CQCT no Brasil. Devido às preocupações, frente a possível retração do mercado de tabaco em que as famílias do município poderiam se ver afetadas como os desdobramentos e impactos do Tratado, o nascimento da Coopacs se acelerou.

Aliado a isto, conforme mencionado por outro dos atores entrevistados, ele refere que “quando estavam as discussões da CQCT no Brasil, nós estávamos já com a comissão de pré-formação da cooperativa” (EntrevistaCCDF, 2019). Em esse sentido, Quadros (2018) reforça estes argumentos ao mencionar que efetivamente o nascimento da Coopacs se deu em outubro de 2005 precisamente “com a intenção de contribuir à diversificação produtiva das unidades de produção familiar, em uma região de grande dependência em relação à produção de tabaco de estufa para venda à indústria”.

É possível e necessário ressaltar que as ações de política pública e programas governamentais que contem o Projeto Piloto estão baseados e possuem uma influência importante a partir das demandas e necessidades constituídas no Plano Municipal de Desenvolvimento Rural de Dom Feliciano. Trata-se de uma estrutura de intervenção não fechada, senão aberta e permeada pela ação dos atores locais e comunitários. Ou seja, no Seminário ou Reunião celebrado pela OPAS em Brasília, a comitiva donfelicianense levou propostas que previamente haviam sido consultadas e adequadas à realidade municipal desde 2001, permitindo, portanto, uma articulação/vinculação entre diferentes níveis e atores que eram responsáveis dos resultados e da situação atual do processo de diversificação no município.

Antes da chegada do Programa de Diversificação e do Projeto Piloto a Dom Feliciano, a Coopacs já vinha sendo responsável desde 2009 da operação do PAA e PNAE. Porém, com a chegada do Projeto os atores familiares resinificam e aproveitam essas instituições para a obtenção de novos recursos, tanto que segundo o relatório do MDA haveriam sido liberados R\$171 mil para o PAA beneficiando a 400 famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional no município. Dessa vez, 59 famílias produtoras foram selecionadas para participar de uma Chamada Pública e cada uma conseguiu vender até R\$ 4.500/ano. Já em

relação ao PNAE, em 2011 a Coopacs conseguiu que 30 famílias pudessem participar com um monte total de R\$ 84.262,61 repassados (MDA, 2010).

Além do mais, o Projeto Piloto envolvia ou se vinculava também outras atividades como as “Chamadas Públicas do Tabaco”, realizadas neste caso pelo escritório municipal da Emater/RS. Descritas por alguns dos extensionistas e atores comunitários as Chamadas envolviam diferentes atividades e ações, como por exemplo.

Logo após que eu cheguei (2013 aproximadamente) na Emater aqui no município, teve a oportunidade de trabalhar com uma Chamada do Tabaco que atendia 28 famílias (EntrevistaEMDF, 2019).

Nos já tivemos Chamadas Públicas aqui no município baseadas no trabalho da CQCT aonde famílias foram acompanhadas por dois anos, incentivadas a produzir alimentos, a produzir o tabaco, embora com um viés mais de diversificação. A Emater ganhou essas Chamadas Públicas e também alguns outros programas que ainda existem até agora (EntrevistaCCDF, 2019).

Outras informações que puderam se coletadas durante o trabalho de campo a partir de algumas das entrevistas realizadas confirmaram a presença de diversas ações em torno das “Chamadas do Tabaco”, ressaltado, sobretudo o viés em que elas estavam baseadas, já que para alguns atores e organizações elas eram pensadas ou confundidas de fato na substituição de cultivos.

A Chamada Pública foi importante porque falar do tabaco era a porta de entrada nas propriedades donde se trabalhava o fumo. Já, lá dentro dessa propriedade com a família, tu ia saber do custo, não era só para dizer que era contra, que tinha que parar o que tinha que continuar no fumo. Era para avaliar a situação, como que elas estavam, como que elas enxergavam a atividade dentro da propriedade né. Se eles tinham noção do resultado, se era tão vantajoso como hipoteticamente se disse que não tem atividade que gere mais lucro do que o fumo. A gente fazia exercícios com eles, fazia exemplos, quanto que tu gasta para produzir, quanta mão de obra precisa, quantas horas gasta para colher o fumo, quanto tempo tu leva, o que te sobra, se for botar mão de obra quanto paga, etc. (EntrevistaALDF, 2019).

Quando eu cheguei aqui no município estava a Chamada Pública de 2014 e ela tinha recursos de forma que tu podia levar o produtor para que enxergasse outras culturas e experiências. Como aqui é muito forte a cultura do fumo e tem toda uma estrutura pronta, a Chamada oportunizava fazer uma atividade e mostrar para o produtor uma horta, por exemplo. Então nos tínhamos recursos, pegávamos um ônibus e fazíamos convite para ir e visitar ao *Stefanov* que é um produtor orgânico de hortaliças que vende em Porto Alegre. Eu acostumo dizer assim, “leva ao produtor para que se inspirem em ele, não é só tu chegar e falar”. Então tu tinha um recurso, aplicá-lo e leva ao produtor para enxergar com os olhos de outro produtor que está vivendo com é essa outra cultura, seja um produtor de leite, enfim o que for de interesse de cada um. Além dessas visitas que a gente fazia, a Chamada pagava outras visitas para troca de sementes, para resgatar uma semente de abóbora e levar com outro produtor para ela não se perder, etc... O pessoal já vinha fomentando isso através da Emater, mas com essa Chamada e os recursos, se fomentava e trabalhava muito mais na diversificação de culturas (EntrevistaEMDF, 2019).

Mesmo que a utilidade e importância dessas Chamadas seja reconhecida e ressaltada pelos atores entrevistados, existem outras posições que diferem e questionam o viés de como elas eram desenvolvidas e as metas que pretendiam fazer ou atingir. Para alguns personagens, de certo modo a avaliação das Chamadas não seria positiva porque elas não possuíam um forte viés de diversificação ao interior das propriedades:

Eu sou crítico em relação a esse projeto porque era muito genérico, não tratava especificamente dos problemas de Dom Feliciano. Ele tentava conversar com as famílias e fazer um processo de convencimento, da necessidade da assistência técnica, mas ele não trabalhava em uma atividade que se começasse dentro da propriedade e se desenvolvesse. Em minha opinião era muito genérico e não buscava resolver o problema pontual. Era mais no sentido de conscientizar as pessoas de que elas tinham que mudar a visão dentro da propriedade, da questão das técnicas que são aplicadas, de como, por exemplo, você produzir uma alface ou um alimento... Ele era muito genérico e em minha opinião não atendia os objetivos que se propôs (EntrevistaCBDF, 2019).

Inclusive para alguns dos atores entrevistados, essas Chamadas do Tabaco tinham dois lados, - um positivo e outro negativo-, já que segundo este extensionista, conseguiram que através delas algumas pessoas pudessem sair do tabaco e permanecer em outras culturas produzindo só alimentos a partir de que elas enxergaram a quantidade de trabalho dispensado, dos problemas de saúde e da possibilidade de vender seus produtos por meio da Coopacs. Contudo, para esse ator, o lado negativo estava na falta de continuidade delas, porque considera que para ajudar as famílias na sua independência da fumicultura precisavam de recursos que lhes fizessem manter uma constância de apoio a esses beneficiários.

Porém, as Chamadas do Tabaco não haveriam sido as únicas que foram realizadas em Dom Feliciano - articuladas ou vinculadas -, ao Projeto Piloto e ao Programa de Diversificação, senão que também foi possível identificar que outras intervenções governamentais deste tipo já haviam sido realizadas, como por exemplo:

A Chamada da Sustentabilidade estava quando eu cheguei e acho que eram 300 famílias beneficiadas. Mas já tinha acontecido também a Chamada de Brasil Sem Miséria que já tinham outro perfil bem diferente, que era para aquelas pessoas que plantam 20-40 mil pés de fumo, mas que acabam trabalhando como peão para esses grandes plantadores que hoje tem 200 mil ou 500 mil pés (EntrevistaEMDF, 2019).

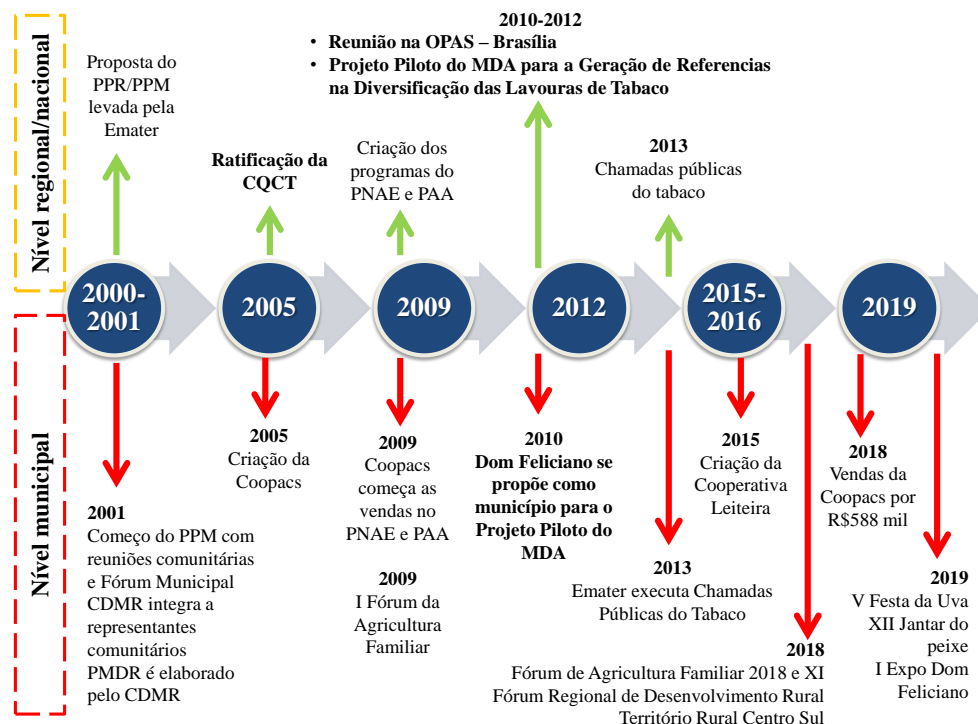
Ainda que em Dom Feliciano a fumicultura seja uma atividade mais recente a diferença de Santiago Ixcuintla, pela diferença de anos em que vem sendo realizada, seu enraizamento material e simbólico tem penetrado em diferentes elementos. Mesmo que para alguns atores não seja reconhecida ou enxergada uma dimensão cultural ou política, a

produção de tabaco e, sobretudo, o tema da diversificação e dos recursos federais advindos tem sido alvo de manejo político entre os governos municipais. Em Dom Feliciano, Prefeitos já foram cassados ou tirados do poder após haver utilizado como estratégia política a fumicultura, e mesmo assim, recursos econômicos de apoio repassados pelo governo já foram devolutos devido à existência de conflitos e desacordos ideológicos.

Quando eu não continuei no governo, esses processos de diversificação depois de quatro anos pararam porque a outra administração não dava valor para isso. Eles tinham uma visão que deviam fortalecer a cadeia do tabaco. Naquele momento nós tínhamos um recurso que na verdade nem foi pela prefeitura de Dom Feliciano, senão pela Fundação Fiocruz para fazer um estudo sobre a mulher trabalhadora e o jovem rural. Era um recurso de R\$300 mil e então faríamos como município um convênio com eles. Era necessário fazê-lo porque você tem que ter dados estatísticos, dados concretos para poder desenvolver uma política. Então Fiocruz se interessou por Dom Feliciano e quando encaminhamos esse processo para a Câmara de Vereadores, o pessoal da oposição na Câmara pegou esse projeto e disse que o Prefeito era contra o fumo e que queria acabar com o tabaco. Eu acabei não me reelegendo porque perdi a eleição e o novo Prefeito não tinha a menor intenção de fazer nenhum estudo. Então, esses R\$300 mil foram removidos e o projeto acabou. Havia também outro projeto que eu tinha com o MDA que era para a produção de galinha caipira, mas apesar de que estava em caixa eles terminaram devolvendo porque não se interessaram para projeto nenhum (EntrevistaCBDF, 2019).

Diante desse panorama, em Dom Feliciano a situação atual das ações e atividades em algum momento relacionadas às políticas e programas de diversificação, com ou sem estas Instituições, continuam sendo realizadas. As ações em torno ao Projeto Piloto, apesar de haver concluído, não pararam. O Plano Municipal de Desenvolvimento Rural é quem orienta as ações e atividades vinculadas a uma trajetória de desenvolvimento que vem sendo construída desde 2001.

Figura 18 - Linha do tempo da construção do Processo de Planejamento Municipal em que se apoia a diversificação do tabaco em Dom Feliciano (2000-2019)



Fonte: elaborado pelo autor (2019).

Através das observações no município, diretas e participantes, foi possível identificar a realização de diferentes eventos e espaços donde se discutem e debatem em nível municipal e regional preocupações para encontrar alternativas de diversificação à produção de tabaco. Esse seria o caso do Fórum de Agricultura Familiar 2018 e do XI Fórum Regional de Desenvolvimento Rural Território Rural Centro Sul (ambos celebrados em novembro de 2018, no mesmo evento), com a participação de dez municípios diferentes. Na ocasião da sua realização, abriu-se destacando a importância e o papel que teria uma política pública para o desenvolvimento rural, em torno da qual pudessem incorporar elementos relacionados à diversificação do cultivo de tabaco pelas consequências da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco.

Outros eventos como a V Festa da Uva, XXI Jantar do peixe e a I Expo Dom Feliciano estão permeados e orientados a partir da busca de alternativas produtivas à cultura de tabaco, já que de algum modo são o principal catalisador das dinâmicas sociais e organizativas no município. Experiências em curso que vem tendo uma continuidade demonstram que os atuais projetos das famílias agricultoras possuem o viés da diversificação produtiva. Se bem a fomicultura continua tendo um papel importante, se reconhece o desenvolvimento de outras culturas que estão ganhando destaque como seria a produção de hortifrutigranjeiros, a

viticultura, avicultura colonial, criação de peixe, gado leiteiro e de corte, produção olerícola, ovinocultura, etc.

Arranjos socioorganizacionais e outras inovações socioprodutivas como a Coopacs tem permitido alicerçar um processo próprio de desenvolvimento. A Cooperativa vem atuando em duas grandes atividades que seriam, por um lado, a organização de compras para seus associados como sementes, mudas, fertilizantes, alevinos, etc.; por outro, são as vendas da produção de alimentos das famílias agricultoras que são sócias, através de diferentes mercados. A Coopacs, desde 2009 vem atuando e aproveitando as janelas de oportunidade que oferecem os mercados institucionais como o PNAE e o PAA (QUADROS, 2018).

Assim mesmo, vem atuando em outros mercados como a Conab e em licitações públicas de municípios como Amaral Ferrador/RS e Encruzilhada do Sul/RS. Ao tempo que também constrói alianças estratégicas com outros atores e organizações, sendo esse o caso da Cooperativa Agropecuária do município de Sertão Santana através da qual beneficia a produção donfelicianense de uva para a fabricação de suco integral.

Tabela 1 - Principais mercados e o montante de recursos das vendas da Coopacs a partir da diversificação do tabaco (2018-2019)

Tipo de mercado	Valor da venda	Porcentagem
PNAE	R\$ 310,000.00	53%
PAA	R\$ 180,000.00	31%
CONAB e outros varejos	R\$ 98,000.00	16%
Feirinha direta na Coopacs	N.D.	-

Fonte: elaborado pelo autor a partir de entrevista com funcionários da Coopacs.

Desse modo, o total das vendas realizadas na safra 2018-2019 através dos principais canais de comercialização nos quais a Cooperativa Agropecuária Centro-Sul (Coopacs), representaram um montante total aproximado de R\$ 588.000,00.

6.1.2 O Programa de Reversión Productiva del Tabaco. As ações e o status atual da reconversão no município de Santiago Ixcuintla

No caso do México o Programa de Reversión Productiva do Tabaco (RPT) seria a proposta governamental para assumir os compromissos realizados pelo Estado para cumprir com os artigos 17 e 18 da CQCT/OMS. A *Secretaría de Agricultura, Ganadería, Desarrollo Rural, Pesca y Alimentación* (SAGARPA) seria a responsável pela elaboração dos programas e projetos para operacionalizar na realidade rural o Programa de Reversión.

Para tanto, a Sagarpa baseou-se na *Ley de Desarrollo Rural Sustentable* (LDRS) de 2001 donde se contemplava o chamado *Programa Nacional Integral de Reconversión Productiva*, e ao interior dele, a estratégia de *Reconversión Productiva Sustentable*. Essa estrutura institucional existente/prévia serviu de apoio para a tradução e elaboração das políticas e programas que teriam como objetivo ajudar às famílias fumicultoras na diversificação das suas propriedades. A Reconversão Produtiva/LDRS⁶ era entendida como um processo que envolvia um:

Cambio de la actividad forestal, agrícola o pecuaria, buscando aprovechar la aptitud potencial del área o sitio con un uso óptimo del suelo y reducir la siniestralidad, para alcanzar una producción capaz de competir exitosamente en la defensa del mercado local y de lograr una incursión eficiente en los mercados externos (SAGARPA, 2004, p. 6).

Não obstante, esta definição é confusa ou contraditória, no sentido de que ela não se baseia na ideia de diversificar, senão de um câmbio ou substituição de cultivos e atividades diferentes pelo tabaco, situação que já de início apresenta posições diferenciadas em relação a Brasil. No México, de acordo com De Dios e Thies (2018), inicialmente o governo falava na erradicação ou proibição do cultivo como o centro norteador da estratégia pública, não assim em uma diversidade produtiva de cultivos e de geração de renda.

A proposta ligeiramente mais próxima ou adequada aos mandatos do artigo N° 17 poderia estar na *conversión de cultivos* que envolve, segundo o documento de Sagarpa a: “*introducción o establecimiento de un cultivo o especies alternativas por otro que tiene mejor adaptación agroecológica y con mayor competitividad*” (SAGARPA, 2004, p. 6). Não obstante essa definição não seja a mais adequada e abrangente, propõem um viés de diversificação e não de erradicação.

Ainda assim, o governo convocou a diferentes organizações para a construção de um *Programa de Reconversión* [chamado assim daqui em diante] do tabaco. Entre os respondentes encontrava-se o *Instituto Nacional de Investigaciones Forestales, Agrícolas y Pecuarias* (INIFAP). Este, elaborou o documento chamado “*Estudio de Potencial Productivo*”, que continha três elementos principais; uma análise de custo-benefício dos cultivos a substituir pelo tabaco, uma classificação destes cultivos em torno de três grupos

⁶ Além da Reconversão Produtiva, a LDRS propunha de quatro tipos de ações diferentes: a) *cambios tecnológicos*, b) *conversión de cultivos*, c) *reconversión productiva* y, d) *recuperación de zonas degradadas* (SAGARPA, 2004).

(grãos básicos, frutas e hortaliças), e um período de tempo (2008-2010) para implementar a Reconversão Produtiva. A tabela a continuação presenta esses elementos.

Tabela 2 - Proposta de reconversão conforme a superfície e cultivos a diversificar pelo tabaco em Nayarit (2008-2010)

Ano	Superfície e cultivos propostos para diversificar:						Superfície real plantada de tabaco
	Tomate	Pimenta	Pepino	Sorgo	Mamão	Total	
Meta de reconversão: 6,000 Ha.							
2007							6,059
2008	200	200	300	400	400	1,500	4,508
2009	300	300	300	500	500	1,900	5,956
2010	500	500	300	700	600	2,600	5,923
Total	1,000	1,000	900	1,600	1,500	6,000	

Fonte: De Dios (2014).

Por meio desse *Estudio de Potencial Productivo*, Inifap propôs ao governo a possibilidade de reconversão [ou erradicação] de 6.000 hectares de tabaco para outras culturas agrícolas, considerando, segundo eles, critérios como o alto potencial produtivo dos “novos” cultivos, a boa rentabilidade, e a demanda tanto em mercados nacionais como internacionais que permitiriam às famílias produtoras a obtenção de ingressos semelhantes ou superiores aos que obtinham com o tabaco (SAGARPA, 2008, p. 25). Entende-se, segundo a tabela anterior, que os planos governamentais seria que a partir do ciclo agrícola 2011-2012 o total de superfície cultivada com tabaco estivesse agora ocupada por outros produtos agrícolas.

Desse modo, a *Secretaria de Desarrollo Rural y Medio Ambiente* (SEDERMA) de Nayarit, somou-se aos atores e agentes que iriam operacionalizar o Programa de Reconversión e os seus recursos de apoio nesse estado. Ainda que o grupo de atores e agentes fosse se acrescentando, as famílias fumicultoras e suas organizações de representação, assim como as universidades e institutos de pesquisa que não haviam participado das negociações e ratificação da CQCT, terminariam novamente ficando na margem da implementação dessa intervenção governamental.

Algumas pesquisas realizadas em Nayarit têm documentado o processo e a trajetória, assim como os recursos de apoio e atores participantes em torno das ações e atividades supostamente realizadas no marco do *Programa de Reconversión*. Segundo Madera e De Dios (2017), desde o ciclo agrícola 2009-2010 até 2017 já foram repassados para Nayarit mais de 944 milhões de pesos como parte dos recursos advindos dos orçamentos federal e estadual. Com esses recursos, segundo os autores, desde a retórica governamental se menciona haver

realizado diversas ações principalmente no município de Santiago Ixcuintla como, por exemplo, a compra de maquinaria agrícola para nivelção de terras, construção de galpões e canais para irrigação, compra de insumos e sementes, entre outras coisas, que teriam sido entregues para benefício das famílias fumicultoras. Porém, outros agricultores não fumicultores que em teoria não eram ou não seriam o alvo do citado programa, tem sido beneficiados com esses apoios (MADERA; DE DIOS, 2017).

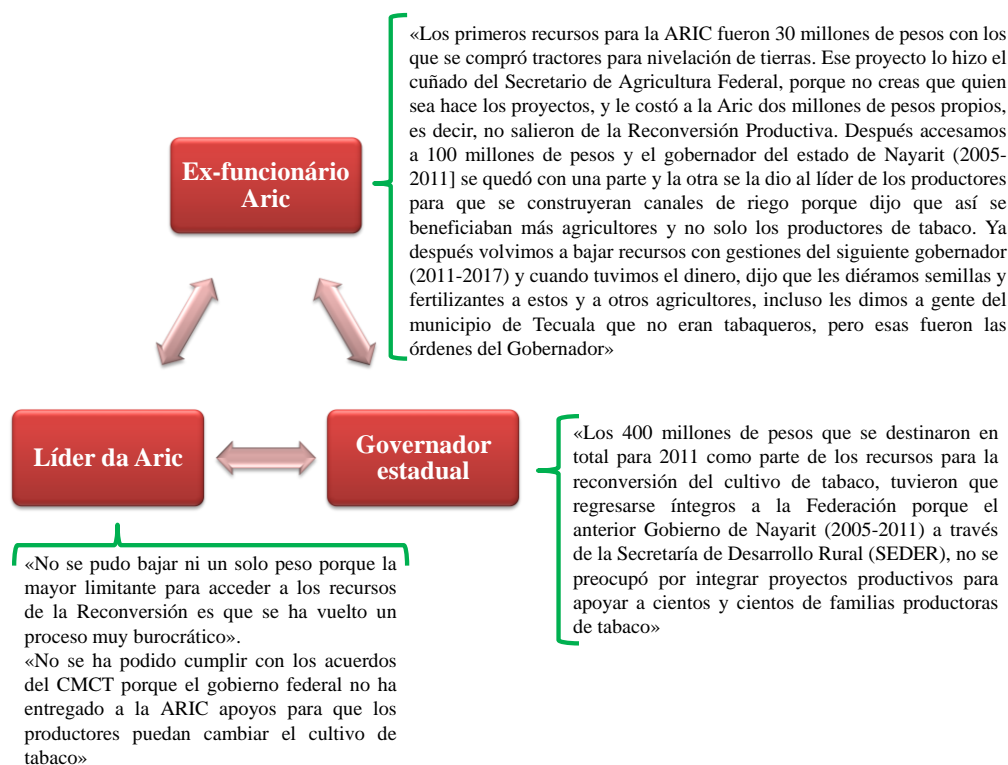
De acordo com um ator entrevistado por Madera e De Dios (2017), explicava que a Aric como representantes dos fumicultores, sabia que o governo mexicano estava comprometido a desincentivar a produção de tabaco. Porém, devia fornecer ajuda às famílias. Durante a pesquisa de campo, esse ator foi novamente procurado e questionado sobre haveria sido o esquema para o repasse de recursos que lhe correspondiam a Nayarit, ao qual ele se referia da seguinte forma:

[...] El Tratado (CQCT) dice que debes de incentivar a la gente a que no plante tabaco, pero le debes de dar otra opción, no solo decirle que ya no plante. En ese Tratado dice que se va a etiquetar dinero por Ley, no por buenas gentes, y cada año son 350 millones de pesos de [los] cuales a Nayarit le toca el 85% porque tiene más o menos ese porcentaje de producción a nivel nacional (EntrevistaJZSI, 2018).

Apesar de que a Convenção-Quadro se ratificou em 2004 por parte do México, os primeiros recursos de apoio para as famílias fumicultoras demoraram-se em chegar cinco anos até o ciclo agrícola 2009-2010. Assim mesmo, já em 2011 houve recursos de apoio repassados por 400 milhões de pesos para um fundo chamado de “*reconversión productiva de las plantaciones de tabaco para cigarrillo*”. Em teoria, a esse Fundo seriam anualmente transferidos os recursos de apoio mencionados, equivalentes ao 85% que lhe corresponderia a Nayarit segundo cita o depoimento anterior.

Conforme consta em algumas pesquisas anteriores, com esses apoios foram comprados uma central de maquinaria para nivelção de terras com o objetivo de ser um serviço de baixo custo oferecido às famílias fumicultoras, supostamente diferenciado dos custos normais dos serviços agrícolas de outras empresas e/ou organizações que trabalham na região. Além disso, se anunciou que seriam construídos galpões para armazenar grãos e outros cultivos, assim como melhoras na irrigação agrícola, entre outras ações (DE DIOS, 2014).

Figura 19 - Versões e contradições em torno aos recursos de apoio do Programa de Reconversión em Nayarit



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de De Dios (2014).

Contudo isso, contradições e versões diferentes sobre o acesso, uso e destino desses recursos começaram a ser conhecidas através de diversos atores, desde fumicultores, representantes das famílias, políticos e governantes. A Figura 19, elaborada a partir do trabalho de De Dios (2014), documenta qual era a situação até o ano de 2014 a partir das declarações e depoimentos de alguns atores fumageiros.

Em Nayarit, o repasse e manejo dos recursos para a reconversão da superfície cultivada com tabaco ao longo de 2014 se tornou um processo pouco claro por várias razões, dentre as quais é possível destacar as tramitações excessivamente burocráticas, passando pelo controle e a manipulação dos governos estaduais, até chegar à intromissão do Estado para “indicar” à Aric como e a quais produtores beneficiar (MADERA; DE DIOS, 2017).

Embora isto, a situação atual do Programa de Reconversión, depois de alguns anos, continua sendo um processo complexo de entender, confuso e contraditório, que parece não ter êxito nem resultados após mais quinze anos da ratificação da Convenção-Quadro e da construção de políticas e programas para dar cumprimento às suas obrigações. Frente a esse panorama, como vivenciam essas mudanças as famílias fumicultoras? Como se desenvolvem as interfaces familiares diante de outros atores institucionais e empresariais?

Algumas das entrevistas e outras informações coletadas e registradas nos diários de campo durante o período de pesquisa dão conta dessa situação. De parte do representante da organização de produtores de tabaco em Nayarit, expressava a falta e/ou incompletude dos recursos, a ausência de algum projeto guia/piloto e o status da reconversão do tabaco com um processo desorganizado sem a reitoria nem resposta do Estado para com os compromissos, frente às famílias.

El gobierno ha cumplido muy poco para con nosotros. No ha cumplido en lo que se trata de apoyarnos, de acompañarnos para transitar hacia otros cultivos o actividades. Ha habido apoyo, pero han sido muy pocos... Nosotros como Aric hemos estado platicando con el Gobierno Federal, y si es verdad que hemos tenido apoyos para poder de alguna manera ir saliendo adelante, pero han sido apoyos para construir infraestructura, comprar maquinaria para nivelar tierras, tecnificar el riego, drenaje parcelario, etc. Pero lo que nosotros le hemos dicho al gobierno es que necesitamos el acompañamiento, que si vamos a transitar a otra actividad pues tiene que ser algo planeado, algo estratégico y no ha sido así (EntrevistaRCSI, 2018)..

Por esse motivo, onde não existe um projeto estratégico nem recursos de apoio para orientar os processos de reconversão de cultivos em Nayarit, as respostas das famílias têm sido diversas e heterogêneas. Algumas continuam na fumicultura e resistem a abandoná-la para não perder as vantagens e benefícios de financiamento, comercialização, serviços médicos e aposentadoria. Por outro lado, existe quem se aventura, investindo e arriscando por conta própria em outros cultivos agrícolas que mais se adéquam as suas condições específicas e contextuais por uma oportunidade de mercado ou outras fontes de financiamento empresarial.

[...] como no hubo una proyección estratégica por parte de SAGARPA para ver que cultivos se iban a sembrar, y sin tener quien nos apoyará con acompañamiento técnico, de financiamiento, pero también de mercado para saber quiénes iban a comprar esos productos, lo que la gente (familias) hizo fue llevar a cabo una reconversión de cultivos por su cuenta. Cada quien decidió irse a diferentes cultivos, cada quien tomo su decisión al que más le convino. Como hemos tenido apoyos de parte del Gobierno en base al Convenio Marco pero han sido sin ninguna planeación, sin ningún proyecto estratégico, es decir, con una idea de saber a dónde queremos llegar, los productores han tomado sus decisiones como mejor les conviene (EntrevistaRCSI, 2018).

Para o representante dos produtores nayaritas, quando questionado sobre qual seria sua avaliação sobre o status e o rumo que a reconversão produtiva estava tendo neste estado, asseverava de forma crítica que se tratava de um processo totalmente desordenado.

Ha sido una reconversión productiva desordenada, sin ningún proyecto estratégico, donde cada productor se la jugó solo. Si ha habido algún apoyo pero han sido nada más para recibir fertilizantes o plaguicidas. La superficie actual de tabaco son buenas tierras, todas tienen riego, son de buena calidad; sin embargo no hemos encontrado eco en el gobierno para decir que esta superficie será incorporada a un

proyecto de desarrollo, a un proyecto productivo, o a un proyecto donde estos pequeños productores puedan realizar actividades que le den certidumbre a su producción y mejoren el bienestar de sus familias (EntrevistaRCSI, 2018).

En continuidade a esta situação, a entrevista realizada a um fumicultor do município de Santiago Ixcuintla da conta da posição marginal e de um desconhecimento em geral dos produtores de tabaco, em relação às negociações e outras atividades em torno da Convenção-Quadro e ao possível conhecimento do *Estudio de Potencial Productivo* para realizar a reconversão do tabaco. Embora, na ocasião da entrevista, o ator manifestou quais haviam sido as reações entre os produtores do setor após conhecer da ratificação do Convênio:

A nosotros nada más se nos hizo llegar una invitación del gobierno federal para decirnos como estaban las cosas con el Convenio Marco porque fue hasta después que se había ratificado nos informaron organización (ARIC). A pesar de que hicimos varios tipos de presiones en (Ciudad de) México no logramos nada [...] Nos movilizamos pero ya no se pudo hacer nada, y fue entonces ahí que dijimos: “bueno si ya está el Convenio Marco al menos favorézcenos con lo que marca, que hay una reconversión de cultivos y una serie de beneficios para los productores que van a dejar el tabaco (EntrevistaEMSI, 2018).

Apesar de não haver participado no processo de ratificação, os produtores organizados possuíam algumas informações ou noções gerais dos compromissos e benefícios que o Convênio envolvia. Além disso, estavam informados de como em outros países os produtores de tabaco estavam sendo beneficiados.

[...] Nosotros le pedíamos al Gobierno que hiciera lo mismo que hizo Canadá.. Porque en Canadá los productores se retiraron de la producción de tabaco pero a ellos los indemnizó el gobierno federal para que ya no plantaran. Además hubo reconversiones y una serie de cosas que beneficiaron a los productores. Contrariamente aquí en México no hubo ningún apoyo. Aquí en México fue nada más de que te sales del tabaco y total te vas (EntrevistaEMSI, 2018).

Como é possível observar nos depoimentos anteriores, há uma perspectiva contraditória, e parece-nos que ao mesmo tempo é estratégica por parte dos fumicultores em Nayarit. Percebe-se, uma espécie de ignorância enganosa ou dissimulo. Se bem em outras pesquisas realizadas, como ao longo desta tese, se dá conta da falta de informação e participação no processo de ratificação e de um desconhecimento das políticas e programas de reconversão, contrariamente, em outros momentos se reivindicam e exigem direitos de acessar a recursos de apoio para uma diversificação de culturas.

Nosotros no sabemos de artículos (17 e 18), nada más tenemos conocimiento del Convenio Marco. Ahí es donde se nos limita a continuar siendo productores de tabaco. Pero lo que sí sabemos es que como productores tenemos derecho a una

reconversión de cultivos [...] Nunca se hizo ningún plan, ni estudio. Yo digo que como que no le interesó al gobierno, ni le sigue interesando que es lo que va a pasar con el cultivo del tabaco, nunca se hizo. Ellos nada más están tratando de cumplir con el Convenio Marco pero sin ver hacía el productor (EntrevistaEMSI, 2018).

Assim mesmo, outros depoimentos acrescentam a complexidade atual em torno das atividades e ações do *Programa de Reconversión*. Segundo um ex-senador da República por Nayarit no período de 2006-2012, quando questionado de assuntos e atividades que aconteceram no bojo da ratificação do Convênio, assim como sua posição em relação ao status da reconversão do tabaco, ele se manifestava a inexistência desta transição produtiva em Nayarit:

La verdad es que no hubo reconversión productiva. Nunca lo hubo. Sí revisamos cómo ha evolucionado la producción de tabaco y las hectáreas destinadas al tabaco durante los últimos 20 años, no creo que haya sufrido cambios importantes. Después de 1991, no sé quizá entre 1996-97, la producción de tabaco se ha mantenido en un rango entre 7 y 10 mil hectáreas. Quizás lo más bajo que llegó a haber fueron 5,000 hectáreas y ya después de ahí hubo pues una ligera recuperación hasta haberse estabilizado. La reconversión productiva se llegó a plantear en el Senado pero solo como una política de inducción (EntrevistaJCSI, 2018).

Questionado sobre o que seria a reconversão produtiva como uma política de indução, o ex-senador se explicava haver sido um processo que começou, mas que não teve continuidade, e que os limitados recursos repassados apenas ajudaram a realizar ações mínimas e pontuais.

[...] nunca se aplicó la reconversión. La verdad es que incluso fue muy tibia porque el recurso de apoyo que luego llegó, según nos enteramos, se había invertido en una central de maquinaria que quedó en manos de la ARIC. Lo que hicieron ellos fue hacer promoción de nivelación de tierras en prácticamente toda la zona de la costa pero solo fue eso. Nunca hubo incentivos para ningún tipo de cultivos, ni para cultivos comerciales de exportación. Mucho menos para granos básicos que ya en ese entonces tenían precios muy bajos. O sea, la verdad es que lo que hicieron fue nivelar tierras pero las que cultivaban tabaco de buena calidad siguieron cultivando tabaco. Yo creo que lo que pasó es que no hubo ningún tipo de apoyo para quien quisiera cultivar otros productos en lo absoluto (EntrevistaJCSI, 2018).

A realidade rural em Nayarit em torno da situação atual que conserva o *Programa de Reconversión* é confusa e com diferentes visões. Basta apresentar uma imagem de um dos diferentes jornais e reportagens locais (que temos incorporado a um arquivo hemerográfico de investigação com materiais desde 1999 até 2019) em que se dá conta do acontecer dos programas e projetos governamentais na realidade fumageira local de Nayarit.

Figura 20 - Reportagem de jornal local de Nayarit que documenta as versões e contradições em relação aos recursos da reconversão produtiva

La farsa de los apoyos al campo; Tabaqueros no cambiarán de cultivo

Por Guillermo Aguirre

La Serpentina

Tabaqueros no cambiarán de cultivo

La farsa de los apoyos al campo

** En plena exhibida al gobierno federal, el presidente de la ARIC tabaquera, RODOLFO CORONADO MONTAÑO, dice que sus representados, no han recibido apoyos para cambiar de cultivo.

** También señala el dirigente tabaquero que mientras el gobierno federal, sólo diga que dio apoyos a través de los medios, pero que esto no sea cierto, ellos seguirán cultivando el tabaco.

** Considera el dirigente de la ARIC, que por más campañas que se hagan en contra del cultivo del tabaco, esto no será tomado en cuenta si no hay apoyos para cambiar de actividad agrícola.

Facebook Twitter WhatsApp + Más...

17 DE JUNIO, 2014 → **Data: 17 de junho de 2014**

** En plena exhibida al gobierno federal, el presidente de la ARIC tabaquera, RODOLFO CORONADO MONTAÑO, dice que sus representados, no han recibido apoyos para cambiar de cultivo

LA SERPENTINA / POR GUILLERMO AGUIRRE

Resistencia dos fumicultores diante da falta de recursos. Não existe portanto:

- Recursos de apoio
- Estudo de Potencial

Segundo essas declarações, o próprio líder contradiz e refuta o repasse de recursos e demonstra um incumprimento com o artigo No. 17 da CQCT/OMS

Engano, mentira

Se contradiz retórica governamental

Fonte: Aguirre (2014)

Em torno dessa situação, conforme a Figura 20, vinham-se apresentando e podem ser observadas as declarações confusas, e mesmo, até podem ser enxergadas algumas práticas de confronto e disputa pela reconversão de cultivos. Porém, essas contradições fazem parte de um emaranhado de aparente corrupção ou de um manejo governamental dos recursos pouco claro que posteriormente seria conhecido na região.

6.1.3 O caso Granissa: a corrupção no manejo de recursos governamentais através da reconversão do tabaco por milho amarelo em Nayarit

A reconversão de tabaco por outros cultivos em Nayarit vinha se caracterizando por ser um processo contraditório, confuso e de complexo entendimento. Assim mesmo, conforme Madera e De Dios (2017), havia suspeitas de que os recursos governamentais de apoio estariam sendo alvo de corrupção ou manejo indevido. Certamente, o caso *Granissa*⁷ que aconteceu entre 2014 e 2017 no município de Santiago Ixcuintla oferece evidências e

⁷ Chamada “Granos Nacionales Internacionales de Sinaloa S.A. de C.V.”, é uma firma comercializadora ou cooperativa agrícola de grãos básicos ubicada no municipio de Salvador Alvarado, no estado de Sinaloa, México. https://www.facebook.com/pg/granissa/about/?ref=page_internal

alguns detalhes da forma em como o *Programa de Reconversión* do Tabaco no México vem sendo utilizado.

Figura 21 - O governo de Nayarit anuncia a reconversão de tabaco e cana-de-açúcar por milho amarelo



Fonte: Lugo (2014).

Em janeiro de 2014 se difundiu em Nayarit, através de um evento do governo do estado, o início de um programa de reconversão dos cultivos de tabaco e cana-de-açúcar por milho amarelo. Alguns meios de informação, principalmente jornais locais, difundiram a notícia que se promovia como uma nova intervenção governamental de apoio às famílias produtoras que cultivavam esses produtos agrícolas. Segundo o então governador do estado (2011-2017) resumia o programa da seguinte forma:

[...] En su primera etapa se habrán de invertir cerca de 30 millones de pesos que permitirán la reconversión de tierras de cultivo de tabaco o caña de azúcar al maíz amarillo, beneficiando con esto a poco más de 3 mil familias, principalmente en el municipio de Santiago Ixcuintla (LUGO, 2014).

De acordo com os depoimentos de um produtor agrícola em Santiago Ixcuintla, quem participou desse Programa e foi parte do movimento de produtores posteriormente afetados, dá conta de detalhes do que seria um caso de corrupção envolvendo agricultores mediante o uso de recursos públicos advindo de programas governamentais. Conforme ele, a operação do Programa começou através de: “[...] *una invitación para todo el campesino que estuviera interesado en la reconversión de tabaco a maíz amarillo y nosotros decidimos participar en dos temporadas*” (Entrevista AROSI, 2018).

O primeiro, de três eventos que se realizaram para difundir o Programa a nível local entre os agricultores, segundo o entrevistado, foi no município já mencionado onde estiveram presentes o governador do Estado, os representantes de Sagarpa Federal e Estadual, deputados locais e um reconhecido produtor local que inicialmente haveria sido vinculado com a empresa Granissa. Não obstante, depois do primeiro ano ambos, este produtor local e a empresa, tiveram problemas. O Programa abrangia um período de operação de três anos (2015, 2016 e 2017) a partir do qual seriam entregues aos produtores um montante de apoio governamental equivalente a R\$ 1.080,38 por hectare (EntrevistaAROSI, 2018).

De acordo com o agricultor, Granissa fez as gestões necessárias para que os produtores envolvidos obtivessem o citado apoio. Porém, não haveria sido o único recurso que a empresa tramitou. Segundo uma reportagem de um jornal local em Santiago Ixcuintla, assegura que outro dos produtores afetados manifestou que eles obtiveram um crédito através da *Financiera Rural*⁸ equivalentes em R\$ 2.593 (CASTAÑEDA, 2016), mesmo que possivelmente também foi tramitado por essa firma.

O esquema construído por Granissa para operar os recursos funcionava da seguinte forma. Solicitavam aos agricultores participantes uma série de documentos pessoais como cópias do certificado *parcelario* (título da terra) ou cópias de arrendamento, *credenciales* (identidade), etc., e lhes faziam assinar dois formulários aparentemente para um único recurso ou empréstimo.

Ellos (Granissa) hicieron un esquema de forma que te hacían firmar unos documentos y así solicitaron un crédito a la Financiera. Entonces la Financiera no sé si les prestó 20 o 12 millones de pesos, porque no recuerdo bien, pero tú renovabas documentos con la Financiera y la empresa se hacía cargo de todo, hasta de contratar el seguro. Según cubría todo pero al final no se hizo responsable de nada porque hubo parcelas que produjeron 1.5 o 2 toneladas de maíz de las 15-16 que se anunciaron y al final el seguro no entró (EntrevistaAROSI, 2018).

Um dos fumicultores estudados no citado município, quando a oportunidade da entrevista, resultou ter sido convidado para participar do Programa, embora mencionasse não haver querido arriscar porque encontrou enganoso o esquema.

No, yo no trabajé con esa empresa (Granissa) porque recién que empezaron ya pedían muchos documentos. Entonces ese tipo de cosas a mí no me gustaron, ¿porque para que querían tantos documentos? Y finalmente nos enteramos que todos esos documentos los querían para bajar apoyos. Pues las bodegas (silos) que están en [la comunidad de] Amapa son de eso. Todos los documentos que les pidieron a los

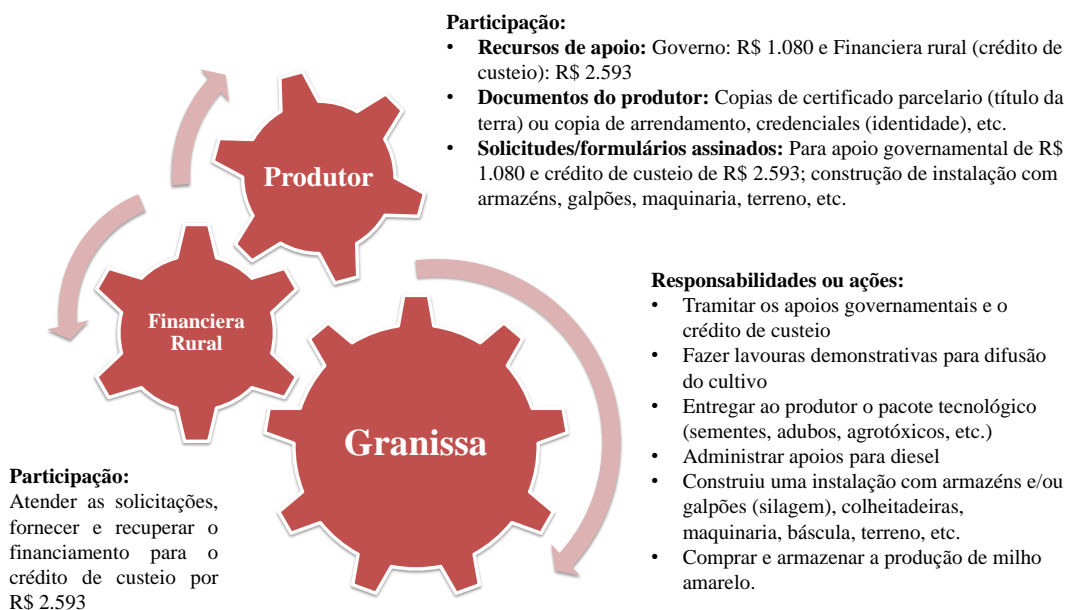
⁸ Chamada de *Financiera Nacional de Desarrollo Agropecuario, Rural, Forestal y Pesquero* (FND), é descrita como “un organismo descentralizado de la Administración Pública Federal, sectorizado en la Secretaría de Hacienda y Crédito Público (Banca de Desarrollo), que impulsa el desarrollo del medio rural a través de financiamiento incluyente para productores y mipymes” (FND, 2019)..

productores era para bajar apoyos y para construir esa instalación. Yo no creo que la empresa, de la nada, haya llegado con mucho dinero para invertir. Los apoyos que les dio el gobierno, que bajaron disfrazadamente pidiéndole documentación a los productores, lo usaron para eso. Aparte, según nos enteramos castigaban mucho al productor al momento de la entrega del maíz ya que supuestamente les decían que tenían impurezas y humedad (EntrevistaNUSI, 2018).

Ha, no depoimento anterior, um inegável e evidente conhecimento e experiência em este fumicultor que decidiu não se envolver nesse Programa governamental. Os questionamentos internos e suas próprias reflexões em torno do porquê exigir vários documentos e a assinatura de diversos formulários nos permite observar a habilidade de conhecer e a habilidade de agir que Long (2007) afirma é própria dos atores.

Retomando o caso, o esquema de operação de Granissa envolvia (Ver Figura 22) a participação das famílias, da firma e de algumas das instituições do Estado e do governo do estado, como *Financiera Rural*, para a obtenção e manejo dos recursos.

Figura 22 - Esquema de operação da empresa Granissa construído em Nayarit para a reconversão de milho amarelo por tabaco



Fonte: elaborado pelo autor a partir da pesquisa de campo (2018-2019).

Com as solicitudes ou formulários assinados pelos agricultores, Granissa fez as gestões frente à *Financiera Rural* para a operação de recursos governamentais de apoio ao setor agropecuário. O montante de R\$ 2.593 obtidos para cada produtor foi administrado e utilizado pela empresa para, em teoria, entregar os insumos do pacote tecnológico e contratar o seguro agrícola com outra firma que eles mesmos determinaram. Ou seja, grande parte dos

recursos não foi repassada aos agricultores, senão que a mesma firma os administrava e destinava de modo que decidia quando e como os entrega aos produtores.

Nos dijeron que se entregaría un apoyo económico por hectárea. Ese dinero era según para el productor, pero la empresa fue quien trajo todo. La empresa trajo el abono, la semilla, los agroquímicos, la aseguradora. La empresa se aseguró de hacer todo y fue quien se quedó con el dinero. Tú hacías con ella una cuenta por el valor total de los productos y en teoría ella los iban descontando. Nos decían “tienes tanto, pero me debes tanto, menos el seguro, entonces ya nada más te queda tanto o me quedas a deber tanto” (EntrevistaAROSI, 2018).

Quando o Programa foi anunciado aos produtores, informou-se a eles que o pacote tecnológico continha uma semente híbrida que produziria 15-16 toneladas/hectare, situação que nunca aconteceu. As lavouras demonstrativas que a empresa fez para difusão do cultivo e as práticas agrícolas necessárias, apesar de todos os recursos tecnológicos e econômicos que foram utilizados em elas apenas estiveram próximas de produzir seis toneladas com até aproximadamente oito irrigações realizadas.

Como parte do aparente fracasso produtivo é possível inferir que houve também uma possível premeditação ou intencionalidade de perda para exercer o seguro agrícola contratado pela mesma Granissa. Segundo os depoimentos do ator entrevistado, a empresa era responsável pela entrega dos componentes do pacote tecnológico, não obstante esta simplesmente não cumpria os prazos estabelecidos já que *“hubo una desorganización total por parte de la empresa porque nunca nos entregó nada a tiempo, y lo que te dio fue a destiempo. En mi caso estuve dos meses con la tierra ya preparada pero me dijeron que no había abono y hasta en enero anduve sembrando pero pues ya no sirvió, produjeron muy poquito”* (EntrevistaAROSI, 2018).

Além desses recursos para cada produtor, estiveram também os que se gestionaram para a construção de uma instalação de armazenamento e beneficiamento do milho amarelo. Dos dois formulários assinados, um deles era precisamente para esse fim. Porém os produtores nunca souberam nem foram informados sobre sua utilidade ou objetivo. Estes, ficaram sabendo até o final do Programa em 2017 que a assinatura de um desses documentos havia servido para que Granissa pudesse acessar a um crédito por aproximadamente R\$ 3.241.140 milhões para a construção da instalação de armazenagem. Embora, não foram os únicos recursos já que segundo o produtor entrevistado, alguns agricultores receberam também apoio econômico para diesel em duas quantidades, R\$ 430 para preparo da terra e mais R\$ 430 para irrigação.

Até aqui e diante do já relatado, como foi que Granissa chegou para operar a reconversão com milho amarelo em Nayarit? Quais eram os vínculos entre funcionários governamentais e proprietários de Granissa? O anúncio do Programa no início de 2014 foi realizado pelo então subsecretário federal de Sagarpa Jesús Aguilar Padilla. Posteriormente, no primeiro dos eventos para sua difusão no município de Santiago Ixcuintla estiveram o governador do Estado de Nayarit o secretário de Sagarpa Estadual chamado Jorge Kondo (ESCALANTE, 2012). O subsecretário federal e o secretário estadual são naturais de Sinaloa (estado vizinho de Nayarit) e já haviam trabalhado juntos como funcionários governamentais quando o primeiro deles foi governador de Sinaloa (2005-2011) e o outro foi seu Secretário de Agricultura. Casualmente, o Secretário Kondo chegou a ser identificado como parte da empresa Granissa.

Vinieron en ese tiempo, creo estaba como presidente de Sagarpa alguien llamado Kondo de Sinaloa, porque la empresa era de allá y él era de los dueños. Se hizo un evento masivo donde estuvo ese Kondo que era de Sagarpa Estatal y de Sagarpa Federal era creo Don Pepe Calzada, el Gobernador de Nayarit, el diputado Rocha Piedra, Guillermo Hernández [...]... vinieron a dar la noticia que se trataba de un programa muy bueno que a través de una variedad de semilla híbrida produciríamos alrededor de 15-16 toneladas, pero al final nada más vinieron a engañar a los campesinos (Entrevista AROSI, 2018).

Figura 23 - Matérias de jornais locais em Nayarit que a documentam as relações de atores em torno ao caso Granissa

Jorge Kondo es el nuevo Secretario SEDER Nayarit

Estado - 2012/10/04

Mónica Escalante/Critica

Santiago Ixcuintla.- El gobernador Roberto Sandoval anuncia en estos momentos a Jorge Kondo como nuevo Secretario de Desarrollo Rural de Nayarit.

De 2005 a 2011 fue Secretario de Agricultura Ganadería y Pesca del estado de Sinaloa bajo la administración del gobernador Jesús Aguilar Padilla y presidente de la Asociación Mexicana de Secretarios de Desarrollo Agropecuario.

Jorge Kondo López es ingeniero químico por la Universidad Nacional Autónoma de México y de acuerdo a su biografía oficial en su gestión como funcionario de Sinaloa en materia agrícola, duplicó el valor de la producción, de 25 a 47 mil millones de pesos, y hubo crecimiento en más de un 7 por ciento anual constante.

Antes, de 1994 a 1997 fue diputado federal del PRI en la LXVI Legislatura del Congreso de la Unión.

En 2011 fue uno de los aspirantes más fuertes a la candidatura del PRI a gobernador de Sinaloa, posición que ganó Jesús Vizcarra quien finalmente perdió con el ex priista Mario López Valdez (Malova) de la alianza PAN-PRI.

Cultivos de tabaco y caña de azúcar cambiarán por maíz amarillo

Nayarit TELEVISION TELEVISION por Ulyses 2012-10-26 2014

Tepec.- Los cultivos de tabaco y caña de azúcar, que están en decadencia, serán sustituidos por el de maíz amarillo, que tiene mayor mercado, para ello, autoridades estatales y federales presentaron el Plan de Reversión de Cultivos a Maíz Amarillo.

De acuerdo a lo dado a conocer por Roberto Sandoval Castañeda, en compañía del subsecretario de la SAGARPA a nivel Federal Jesús Aguilar Padilla, en su primera etapa se habrán de invertir cerca de 30 millones de pesos que permitirán la reconversión de tierras de cultivo de tabaco o caña de azúcar al maíz amarillo, beneficiando con esto a poco más de 9 mil familias, principalmente en el municipio de Santiago Ixcuintla.

Asimismo, según Aguilar Padilla, se pretende con este plan de reconversión de cultivo, integrar 10 mil hectáreas de tierra cultivable en la entidad, aprovechando las bondades en clima y suelo que tiene la entidad para el desarrollo y producción de maíz amarillo.

Antecedente entre ambos actores cuando Jorge Kondo foi Secretario de Agricultura no governo estadual de Jesús Aguilar Padilla

Fonte: Escalante (2012); Lugo (2014).

De acordo com o produtor entrevistado, a promoção inicial dessa proposta governamental foi realizada por outro agricultor local reconhecido na região que de alguma maneira era que negociava pelo grupo, mas como foi destacado, tempo depois de iniciado o

Programa teria problemas com Granissa e seria a partir de esse momento que o resto de agricultores terminou ficando sozinho e sendo afetados. Um total de 163 produtores, todos do município de Santiago Ixcuintla, estiveram envolvidos ao grau de alguns perder parte do seu patrimônio por causa do endividamento não somente com a *Financiera Rural*, senão com outras casas de crédito.

[...] de los 163 productores afectados, fueron muy poquitos los que no perdieron parte de su patrimonio. Casi todos están actualmente endeudados con la Financiera Rural a causa de esa empresa. Yo estoy endeudado con las Cajas de Ahorro porque ahí perdí mucho dinero creyendo que iba a ser algo positivo esto del maíz amarillo (EntrevistaAROSI, 2018).

Apesar de se tratar de recursos e ações advindas ou relacionadas ao *Programa de Reconversión* de cultivos por tabaco, mesmo que em teoria envolvia famílias fumageiras de Nayarit, a Aric ou outras associações de representação dos produtores estas não chegaram a participar da instrumentação. Os critérios de seleção ou participação do Programa não especificavam, nem obrigavam que os produtores participantes fossem ou houvessem sido fumicultores. De acordo com os depoimentos coletados durante as entrevistas, qualquer produtor, de qualquer cultivo, ainda não sendo fumicultor podia participar.

Era para quien quisiera participar. Todo el productor que quería o que se animara a la reconversión del cultivo fue quien se registró y al que finalmente le llegó el financiamiento. Ahí no especificaba que hubiera sido tabacalero o no. Cualquier agricultor podía ir a solicitar crédito para ese maíz y te lo daban (EntrevistaAROSI, 2018).

Granissa não estabeleceu contratos de compra, mas pactou com os produtores que compraria o quilograma de milho a partir de um equivalente de R\$ 0.65. Não obstante, quando chegou o momento da entrega do grão a empresa argumentava não conseguir pagar por cima desse valor já que era o preço do mercado internacional projetado pela Bolsa de Chicago. Ainda assim, exerceu algumas medidas de pressão para que os produtores entregassem a produção sobre o argumento de que o seguro agrícola contratado não seria pago. Depois de disputas e negociações, os produtores terminaram entregando a produção frente à impossibilidade de não perder mais do que já em teoria haviam perdido. Ainda assim, Granissa os enganou porque os agricultores não receberam o recurso do seguro agrícola, nem outros apoios.

Nos dijeron que nos comprarían a como estuviera en la bolsa de Chicago. Pero el mínimo era \$ 2.90 pesos. A unos les pagaron a ese precio, a otros a \$3.00 o \$3.10 pesos [R\$ 0.65], pero de ahí no pasó. Nos hicieron lo que quisieron. Y nos preguntábamos después, ¿dónde quedó la aseguradora? ¿Dónde quedó lo que

nosotros pagamos con nuestra deuda? Porque el crédito que sacamos nosotros lo tuvimos que pagar a la Financiera ya que lo que recibíamos a través de ella automáticamente la empresa se lo cobró. O sea, la empresa prestó 15 millones de pesos [aproximadamente R\$ 3.241.140] a los productores y el primer año cuando nosotros entregamos la cosecha ella se quedó con todo y nosotros tuvimos que pagar a la Financiera. (EntrevistaAROSI, 2018).

A saber, do já relatado, houve produtores que não terminaram os três anos que envolvia o Programa. Mesmo assim, Granissa aproveitou de alguma forma essa oportunidade. A firma fechou o terceiro ano sendo ela quem arrendou terras e desenvolveu o cultivo com a intenção de poder fazer as gestões para além da venda do grão, obter alguns dos apoios e subsídios governamentais repassados aos produtores. Inclusive, no último ano de execução dessa intervenção governamental, os pagamentos realizados aos produtores afetados terminaram sendo entregues de um programa diferente ao de reconversão do milho amarelo (EntrevistaAROSI, 2018).

Como forma de agir diante de toda essa situação e obter soluções aos problemas deixados por Granissa, os produtores do município de Santiago Ixcuintla tiveram que se manifestar por um longo tempo. Realizaram viagens à Cidade do México para entrevistar o Secretário Federal de Sagarpa e com Senadores de Nayarit e outros estados. No nível local, ocuparam as instalações de Sagarpa estadual em demanda a que fosse pago o apoio equivalente a R\$ 1.080 por hectare do qual ao final só foram pagos R\$ 756. Não conforme com todo o que foi feito por Granissa e os seus funcionários, estes entraram em disputa com os agricultores afetados exigindo que o pago dos recursos ou subsídios a ser entregues para os produtores, fossem repassados para ela argumentando que tinha sido quem havia alugado terras e desenvolvido a produção de milho no terceiro ano do Programa.

6.2 CÂMBIOS E MUDANÇAS NOS PATAMARES PRODUTIVOS EM TORNO DA PRODUÇÃO DE TABACO NO BRASIL APÓS A CQCT

Nesta parte da tese queremos apresentar algumas das principais mudanças e câmbios que vem acontecendo no Brasil e no México após a ratificação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (CQCT). Queremos propor que efetivamente estes câmbios são influenciados ou promovidos por alguns dos desdobramentos associados aos compromissos assumidos pela ocasião do Tratado.

Com a ratificação da Convenção-Quadro em 2005, os governos dos diferentes países preocuparam-se com as possíveis repercussões e desdobramentos que afetariam entre outros

atores, às famílias fumicultoras que possuem nesta atividade uma fonte de emprego e renda. Com a implementação das regulações e políticas que a partir daí se derivaram, algumas mudanças e câmbios tem se apresentado nos territórios do Brasil e do México, mesmo que eles sejam por questões de mercado ou ações sociopolíticas, no final é inegável a influência e pressão exercida pela CQCT.

De acordo com o Anuário Brasileiro do Tabaco (2018), cerca de 90 países continuam tendo uma identificação importante com a produção de tabaco, realizando fortes investimentos e cientes de que o mercado vai seguir demandante e a permear o futuro da fumicultura. Dentre os produtores mais destacados a nível mundial estão a China, Índia, Estados Unidos, Indonésia, Turquia, Zimbábue, Argentina, Paquistão, Malawi, e por suposto o Brasil. Essas nações vêm liderando desde alguns anos o *top ten* do ranking mundial de produção de tabaco.

Tabela 3 - Ranking mundial dos principais países fumicultores (2015-2017)

No.	2015-2016		2016-2017	
	Países	Toneladas	Países	Toneladas
1	China	2.372.000	China	2.000.000
2	Brasil	538.683	Brasil	685.983
3	Índia	365.000	Estados Unidos	278.500
4	Estados Unidos	298.230	Índia	251.000
5	Zimbábue	202.000	Zimbábue	187.000
6	Malawi	198.390	Argentina	113.148
7	Indonésia	188.275	Malawi	102.228
8	Turquia	169.660	Turquia	96.000
9	Paquistão	105.549	Tanzânia	69.642
10	Argentina	96.362	Itália	56.348
	Outros	1.194.460	Outros	1.418.101
	Total	5.728.610	Total 2017	5.258.000
	Total 2014/15	6.127.105	Total 2016	4.755.135

Fonte: Anuário brasileiro do tabaco (2016; 2018).

A tabela anterior permite observar ligeiras alternâncias entre os países fumicultores mais importantes do *top ten*, porém a posição brasileira (junto à chinesa no primeiro lugar) está consolidada na fumicultura mundial como o segundo produtor global. Decerto é também que quando se fala da fumicultura brasileira, sem ser excludente, de algum modo está-se referindo à produção da região Sul que concentra esta atividade. Para a safra 2017-2018, a

produção localizada nos três estados sulistas registrou o 97% de aporte para esse ciclo produtivo (ANUÁRIO BRASILEIRO DO TABACO, 2018). Após quinze anos da ratificação da CQCT e das regulações advindas desta, as quais têm provocado algumas afetações e influenciado na fumicultura do sul do país, o Brasil continua tendo suas posições consolidadas como segundo produtor e primeiro exportador mundial.

Para alguns dos atores envolvidos na fumicultura, as afetações à produção são consequência maiormente das oscilações de mercado e por questões climáticas, do que pelo resultado de Tratados sociopolíticos internacionais. Segundo o Anuário Brasileiro do Tabaco (2018), a safra 2017-2018 registrou-se uma redução da oferta de fumo em um 2,8% em relação ao ano anterior. O presidente da Associação dos Fumicultores do Brasil (Afubra) considera que o resultado físico da safra na região que apresentou alguns decréscimos, se deveu à ocorrência de problemas pontuais do clima enfrentados em determinadas regiões produtoras como o Vale do Rio Pardo, donde houve temporais e excesso de chuvas; ou estiagem em outras regiões produtoras.

Apesar dessa queda produtiva, a qualidade do fumo e outras condições inerentes à produção permitiram se sobrepôr, já que o mercado mundial esteve à procura do tabaco brasileiro e com isso foi possível auferir uma renda que cresceu 3,1% e chegou perto dos R\$ 6,3 bilhões (ANUÁRIO BRASILEIRO DO TABACO, 2018). Não obstante, a qualidade do fumo brasileiro não seria possível sem reconhecer o trabalho, conhecimentos e cuidados das mais de 149 mil famílias produtoras registradas em 2019.

Ainda que o Anuário Brasileiro do Tabaco (2018, p. 10), considera que “só mesmo a quem não possui um mínimo de conhecimento real e pontual sobre a realidade do tabaco no Sul do Brasil poderia ocorrer que o setor esteja de alguma forma ameaçado em sua continuidade”, a realidade produtiva após 2005 demonstra que existem desdobramentos e repercussões que vêm gerando mudanças, no que se refere à organização da produção. Mesmo que não estejam afetando ou ameaçando profundamente a continuidade da fumicultura, é inegável a presença de câmbios.

Tabela 4 - Caracterização geral da fumicultura no Sul de Brasil (1995-2018)

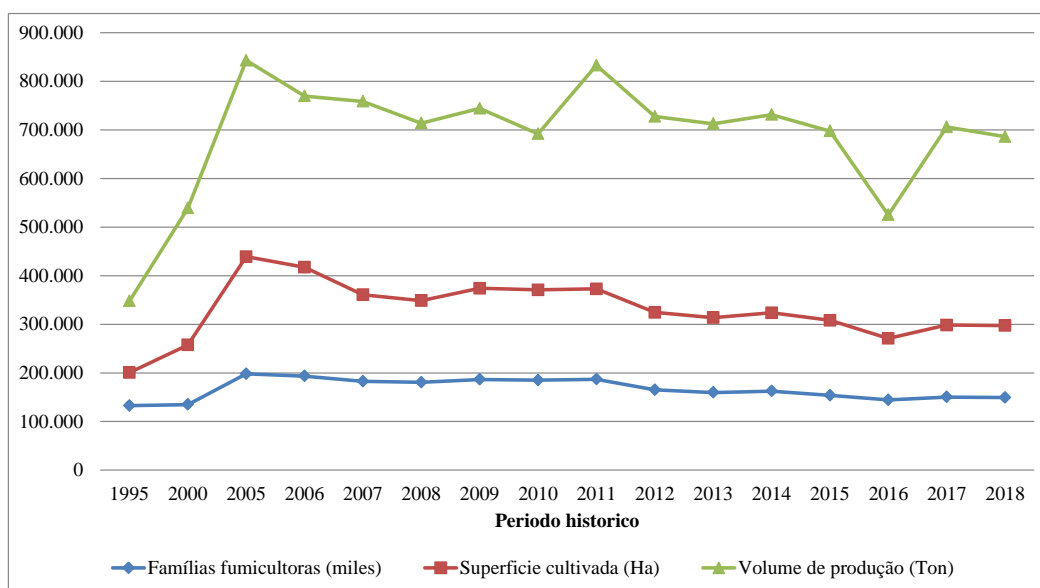
Ano	Famílias fumicultoras (Miles)	Superfície plantada (Hectares)	Volume de produção (Toneladas)	Rendimento (Ton./ha)
1995	132.680	200.830	348.000	1.773
2000	134.850	257.660	539.040	2.092
2005	198.040	439.220	842.990	1.919
2006	193.310	417.420	769.660	1.844

2007	182.650	360.910	758.660	2.102
2008	180.520	348.720	713.870	2.047
2009	186.580	374.060	744.280	1.990
2010	185.160	370.830	691.870	1.866
2011	186.810	372.930	832.830	2.233
2012	165.170	324.610	727.510	2.241
2013	159.595	313.675	712.750	2.272
2014	162.410	323.700	731.390	2.259
2015	153.730	308.260	697.650	2.263
2016	144.320	271.070	525.221	1.938
2017	150.240	298.530	705.930	2.365
2018	149.350	297.460	685.983	2.306

Fonte: Afubra (2019)

Esses câmbios são possíveis de perceber conforme a tabela anterior, donde se apresentam duas trajetórias contrárias em torno da fumicultura do Sul de Brasil. Uma de ascensão a partir de 1995 até 2005, donde os rendimentos produtivos e as famílias envolvidas aumentaram de modo geral, neste caso, para 63.390 produtores (6.399 produtores/ano), assim como uma superfície plantada de aproximadamente 328.390 hectares que produziram 494.990 toneladas ao longo dessa década. Porém, após 2005 e até 2018 a trajetória é totalmente diferente, quando todos os critérios e rendimentos apresentam uma diminuição importante. O número de produtores familiares caiu em 48.690, ao igual que a superfície cultivada que terminou se reduzindo em 141.760 hectares, deixando-se de produzir aproximadamente 157.007 toneladas. Embora a queda da área cultivada com tabaco, o volume produzido se viu compensado graças ao aumento no rendimento médio por hectare que registrou uma média de 387 quilogramas por hectare entre 2005 a 2018.

O gráfico 1 apresenta as tendências de crescimento e diminuição da produção de tabaco anteriormente explicitadas. Observa-se que a partir da 2005, coincidente à ratificação da CQCT no Brasil, o comportamento da trajetória da fumicultura vem caindo nos seus principais elementos. Inclusive esta tendência decrescente tem internamente dois comportamentos. Em 2005 após começar uma diminuição das famílias fumicultoras e da área plantada, há certa estabilidade que vai até 2011, quando novamente estes dois itens da produção começam a ter uma queda e se estabilizam relativamente de novo entre 2011 e 2018. Ou seja, em torno deste último período os produtores familiares diminuíram em 37.460 e a superfície com tabaco caiu em 75.470 hectares, somente em sete anos.

Gráfico 1 - Comportamento histórico da fumicultura no sul de Brasil (1995-2018)

Fonte: Afubra (2019).

O volume de produção apresentou também uma queda produtiva a partir de 2005, com exceção de 2011, por uma supersafra, e 2016 que a produção sofreu por questões climáticas um rendimento atípico. Mesmo assim, a tendência histórica tem sido relativamente mais estável em relação aos outros critérios produtivos graças, sobretudo, ao aumento no rendimento médio por hectare que, sem dúvida, é fortemente influenciado por avanços tecnológicos induzidos pelas indústrias do SIPT. No caso das famílias, não foi possível determinar esse incremento médio é resultado da ação familiar relacionado com um tema de manejo e práticas no cultivo.

Estas tendências e trajetórias presentes na fumicultura do Sul do Brasil têm reflexo também a um nível local mais local no Rio Grande do Sul e em Dom Feliciano. Alguns dos principais critérios produtivos, entre eles, a área plantada e o volume de produção vem decrescendo em relação aos últimos treze anos. A superfície cultivada tem sido a mais afetada no nível estadual após perder mais de 35 mil hectares entre 2005 e 2018. Neste período, Dom Feliciano apenas perdeu 1.100 hectares; não obstante, a diminuição do volume de produção deste município foi maior em relação ao estadual. Quer dizer que se no Rio Grande deixaram de ser produzidas 63.741 toneladas entre 2005 a 2018 equivalente a um 15.11% menos, Dom Feliciano diminuiu em 25%. A produção deste município apresenta uma tendência instável, principalmente entre 2010 e 2018 quando tem safras de crescimento, como as de 2011, 2015 e 2017, embora outras mais fracas, com a de 2016, que afetou a produção fumageira em geral.

Tabela 5 - Caracterização da produção de tabaco no Rio Grande do Sul e Dom Feliciano (2005-2018)

Ano	Rio Grande do Sul			Dom Feliciano		
	Área plantada (Ha)	Volume de produção (Ton)	Rendimento (Ton/ha)	Área plantada (Ha)	Volume de produção (Ton)	Rendimento (Ton/ha)
2005	215.887	421.601	1.953	7.100	12.600	1.755
2006	206.321	386.346	1.873	7.100	13.490	1.900
2007	174.950	378.750	2.165	6.300	12.600	2.000
2008	172.369	360.800	2.093	6.300	13.860	2.200
2009	221.849	443.813	2.008	6.300	13.595	2.157
2010	220.512	343.482	1.560	5.720	9.724	1.700
2011	223.867	499.455	2.231	5.720	12.584	2.200
2012	202.731	396.861	1.959	4.850	9.700	2.000
2013	203.823	430.905	2.114	4.500	9.000	2.000
2014	205.306	412.618	2.017	7.000	9.100	1.300
2015	199.961	414.932	2.078	7.000	14.000	2.000
2016	185.249	325.305	1.768	5.000	6.675	1.335
2017	189.369	414.488	2.189	6.000	12.150	2.025
2018	180.819	357.860	1.983	6.000	9.450	1.575

Fonte: IBGE (2019) SindiTabaco (2019).

Em Dom Feliciano após 2005 e até 2013 a área cultivada com tabaco teve uma tendência decrescente em 2.600 hectares que se reverteu quando a produção aumentou de um ano a outro em 2.500 hectares. A partir dos últimos cinco anos (2014 a 2018) o comportamento vem sendo instável com aumentos e diminuição até se manter entre 2017 e 2018 em torno aos 6.000 hectares.

Após mais de quinze anos da ratificação no Brasil da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco a fumicultura nacional tem se visto afetada com algumas mudanças nos principais critérios e rendimentos produtivos nos diferentes níveis territoriais. A área plantada tem sido o aspecto que mais afetação teve ao longo dos últimos treze anos, quando diminuiu em 141.760 hectares ou 32.27% da superfície entre 2005 a 2018. O Rio Grande do Sul e Dom Feliciano foram menos afetados nessa questão, o qual indica que a redução da superfície com tabaco se deu possivelmente nos estados de Paraná e Santa Catarina.

Pelo contrário, na diferença da região Sul e do Rio Grande do Sul, o volume de produção e o rendimento médio tem sido sensivelmente mais afetado em Dom Feliciano. No município a produção caiu num 25% a consequência das questões meteorológicas e, por exemplo, na última safra 2018-2019 se perdeu um 10% do tabaco devido à falta de mão de obra para ser contratada durante a colheita (EntrevistaYMDF, 2019). Em relação ao

rendimento médio, é possível observar que este é maior no nível da região Sul e vem diminuindo para o nível estadual e municipal.

Tabela 6 - Valores percentuais e absolutos dos principais câmbios e mudanças da produção de tabaco segundo nível territorial (2005-2018)

Nível territorial	Área plantada		Volume de produção		Rendimento médio (Ton/ha)	
	2005	2018	2005	2018	2009	2018
Região Sul		32.27%		18.62%		2.118
Rio Grande do Sul		16.24%		15.11%		1.991
Dom Feliciano		15.49%		25%		1.829

Fonte: IBGE (2019) SindiTabaco (2019).

Retomando o tema das afetações meteorológicas em Dom Feliciano, trata-se de uma preocupação recorrente. Em janeiro de 2018 quando pela ocasião da primeira visita de reconhecimento, o município passava por um problema de escassez de chuva, tanto que uma semana depois da nossa estância terminou por ser decretada a situação de emergência pela prefeitura. Já em dezembro de 2018 e janeiro de 2019, o excesso de chuva que se combinou com altas temperaturas, provocou um amadurecimento mais rápido da folha de tabaco que em algumas localidades e famílias resultou na perda de parte da colheita. Agora em dezembro de 2019, justo no momento da escrita da tese, o município está ao ponto de decretar novamente uma situação de emergência pela falta de chuva. Entre outras coisas, essa escassez interferiu no adequado desenvolvimento do fumo e milho que são as principais culturas agrícolas.

6.3 O STATUS DA PRODUÇÃO DE TABACO NO MÉXICO APÓS OS CÂMBIOS E MUDANÇAS GERADOS PELA RATIFICAÇÃO DA CONVENÇÃO-QUADRO PARA O CONTROLE DO TABACO (CQCT)

No México, o patamar produtivo historicamente não o tem colocado nos principais países do ranking mundial da fumicultura. Embora isso, a produção tem uma importância sociocultural e econômica muito importante, conforme já relatado anteriormente. A trajetória mais recente da fumicultura mexicana em torno do século XXI vem apresentando uma tendência instável de modo geral, com um buraco produtivo entre 2009 e 2011, que após este continuam ocorrendo câmbios e mudanças que não afetam profundamente os rendimentos produtivos relativamente estáveis ao longo desta segunda década.

Tabela 7 - Caracterização geral da produção de tabaco no México (1995-2018)

Ano	Área plantada (Hectares)	Quantidade produzida (Toneladas)	Rendimento médio (Ton/Ha)
2005	8.585	15.346	1.928
2006	9.887	18.574	2.028
2007	6.919	11.912	1.954
2008	6.086	9.653	1.929
2009	4.328	7.025	1.856
2010	4.459	6.089	1.856
2011	4.524	8.876	1.816
2012	6.959	14.564	2.299
2013	7.428	14.479	2.299
2014	8.004	14.427	2.126
2015	7.939	12.175	2.123
2016	7.183	15.361	2.014
2017	7.462	16.605	2.344
2018	6.070	14.592	2.383

Fonte: SIAP (2019)

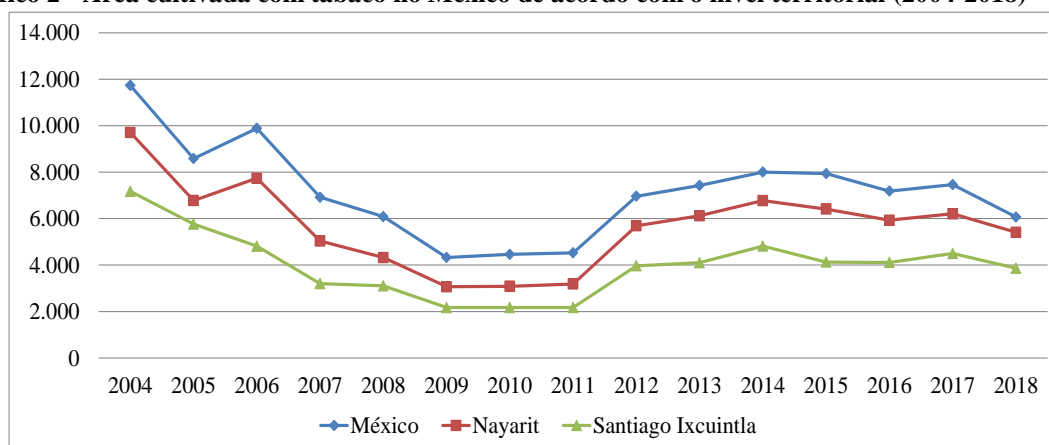
A produção nacional de tabaco nos últimos treze anos tem oscilado num patamar produtivo em torno dos quatro mil hectares como superfície mínima e dos quase dez mil como superfície máxima. Após 2006 a área cultivada com tabaco começou diminuindo até atingir em 2009 a menor quantidade historicamente registrada com 4.328 hectares. O volume produzido também foi afetado nesse ano, quando registrou aproximadamente sete mil toneladas, embora um ano depois (2010) a quantidade total produzida seria já a menor em toda a história da fumicultura mexicana recente. Eventos climáticos como fortes chuvas e enchentes na região produtora nacional do município de Santiago Ixcuintla são algumas das explicações para a queda produtiva nesse período.

Não obstante, existem outros fatores que como forma de desdobramentos da CQCT também tiveram influência e geraram repercussões. Em 2007, a Câmara dos Deputados e de Senadores promoveram, com a pressão de ONG's e grupos "antitabagistas", uma iniciativa para a criação da *Ley General para el Control del Tabaco* (LGCT) que seria aprovada em 2008. Entre 2007 e até 2011 houve de modo geral um período de instabilidade no âmbito da produção de tabaco no México, sobretudo porque a partir da LGCT uma das medidas de controle "mais eficazes" seria o aumento de impostos ao pacote de cigarros. Em coincidência a esse período é quando se registram também as maiores mobilizações e protestos de parte dos produtores de tabaco nayaritas em diferentes lugares.

A partir de 2012, a produção estadual de tabaco e no México como um todo, de modo geral, começa se recuperar, mantendo uma média por ano de 7.292 hectares até 2018. Decerto

é também que o volume produzido começa por se recuperar aproximando-se das quinze mil toneladas produzidas. Não obstante a mudança mais profunda seria o rendimento por hectare que aumentou em aproximadamente quinhentos quilogramas após 2011 e até 2018 como resultado das mudanças biotecnológicas desenvolvidas pelas firmas do SIPT.

Gráfico 2 - Área cultivada com tabaco no México de acordo com o nível territorial (2004-2018)



Fonte: SIAP (2019).

No caso do México, a diferença do Brasil, esse aumento na produtividade por hectare pode responder também ou encontrar respaldo no atuar das famílias fumicultoras, mediante uma armadilha estratégica ou engano destas para com as firmas. Acontece que a partir da superfície contratada é subministrado o pacote tecnológico a ser utilizado na produção. Não obstante, as famílias vêm enxergando ao longo dos anos que não é necessária sua aplicação total. Em alguns casos, fertilizantes e agrotóxicos são usados em outros cultivos dentro da mesma propriedade agrícola ou repassados a outros familiares ou vizinhos. Embora aquelas famílias que decidem não o aplicar nesses cultivos, podem vendê-los no “mercado ilegal/pirata” de insumos (EntrevistaIRSI, 2018) mesmo que seja arriscado por uma punição das firmas. Embora, há outros casos, como por exemplo, numa família donde o genro do casal de produtores contrata normalmente 1.5 ou 2 hectares, mas termina plantando o equivalente a médio hectare a mais, ou seja, 2-2.5 ha (EntrevistaLHSI, 2018). O fumo acaba sendo vendido para a mesma empresa, que apesar de saber a estratagem do produtor, se torna seu cúmplice.

No México, a fumicultura nacional de um modo geral está fortemente influenciada pelo que acontece com a produção de tabaco no estado de Nayarit e no município de Santiago Ixcuintla. Em relação à área plantada, cada um destes registra em torno do 90-95% e 65-70% da superfície. Desse modo, é possível observar que as afetações ou repercussões dos últimos anos na produção nacional de tabaco terminaram por trazer efeitos a nível estadual ou

municipal, ou também de forma recíproca, o que acontece nestes níveis territoriais afeta a produção total do México.

Conforme a tabela seguinte parece-nos evidente que as afetações à produção de tabaco no México de forma geral também se apresentam em Nayarit e Santiago Ixcuintla. O buraco produtivo em torno de 2007-2011 é semelhante nos três níveis territoriais. A menor área plantada e o volume produzido em ambos os lugares foram registradas em 2009 e 2010, respectivamente, como também aconteceu no nível nacional. Não obstante, o número de famílias produtoras mais baixo jamais registrado de acordo com a Aric (2014) se deu em 2008 com 1.277 e 744 produtores registrados a nível estadual e municipal.

Tabela 8 - Caracterização da produção de tabaco em Nayarit e Santiago Ixcuintla (2005-2018)

Ano	Nayarit				Santiago Ixcuintla			
	Área plantada (Ha)	Quantidade produzida (Ton)	Rendimento médio (Ton/Ha)	Famílias produtoras	Área plantada (Ha)	Quantidade produzida (Ton)	Rendimento médio (Ton/Ha)	Famílias produtoras
2005	6.778	12.500	1.885	3.816	5.761	12.158	2.110	2.673
2006	7.740	16.040	2.140	3.360	4.814	9.629	2.000	2.216
2007	5.035	9.510	2.004	2.801	3.200	6.400	2.000	1.770
2008	4.323	7.720	2.002	1.277	3.105	6.210	2.000	744
2009	3.066	5.690	2.008	2.756	2.171	4.334	1.996	1.742
2010	3.085	5.280	1.955	3.029	2.171	4.192	1.931	1.735
2011	3.187	7.400	2.527	3.725	2.171	6.134	2.825	2.086
2012	5.688	13.370	2.405	2.976	3.968	9.920	2.500	1.816
2013	6.122	13.230	2.203	3.369	4.100	9.430	2.300	2.097
2014	6.773	13.210	2.216	-	4.816	9.582	1.990	-
2015	6.411	11.090	2.138	-	4.128	7.448	1.804	-
2016	5.930	14.080	2.433	-	4.112	10.198	2.480	-
2017	6.207	15.280	2.462	-	4.498	11.290	2.510	-
2018	5.410	13.470	2.490	-	3.865	9.778	2.530	-

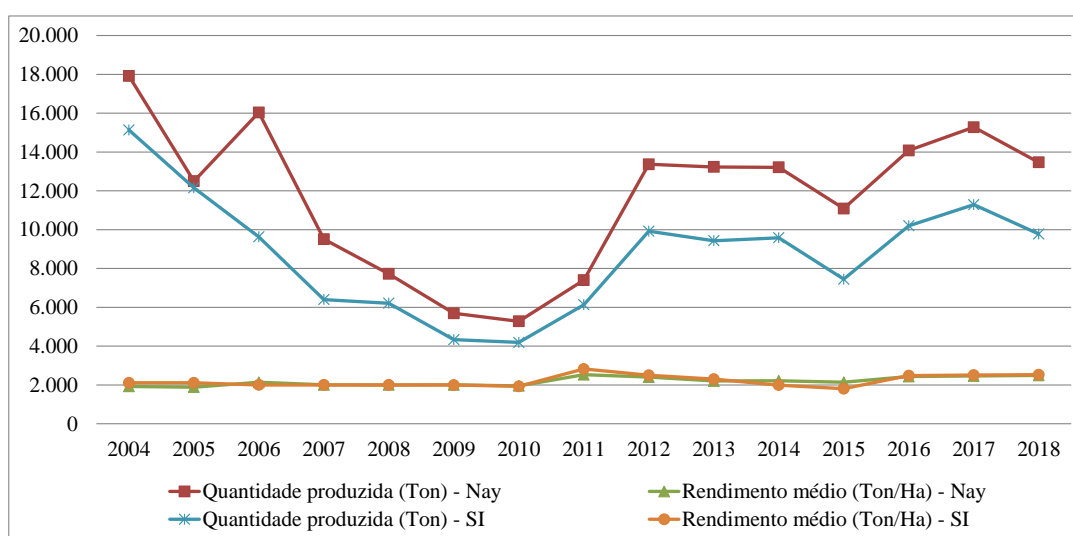
Fonte: ARIC (2014); SIAP (2019)

No sentido dessa última constatação na redução das famílias em 2008, qual poderia ser a explicação para essa drástica redução em aproximadamente um 50% dos produtores de tabaco? Descartando um erro estatístico da Aric, a resposta possível seria a instabilidade e incertezas provocadas no âmbito da fumicultura nacional e regional pela ocasião da *Ley General para el Control del Tabaco* aprovada em 2008. Isto teria criado desconfiança nas firmas fumageiras, levando-as a se preocupar, maiormente nesse ano pelas repercussões econômicas advindas de Leis e negociações políticas que pelo desenvolvimento da produção de tabaco em campo. Embora havendo passado essa conjuntura temporal, parece evidente que as empresas encontraram uma estratégia para se sobrepor a situação, tanto que o número de

produtores se recupera no ano seguinte até registrar novamente uma média de três mil para Nayarit e dos mil para Santiago Ixcuintla.

Além disto, se ressalta novamente o aumento do rendimento médio por hectare no nível do município de Santiago Ixcuintla. A partir de 2011 e até 2018, deixando fora a safra de 2015 que foi afetada por chuvas atípicas no período de colheita, a volume produzido tem aumentado em aproximadamente meia tonelada a mais por ano, tanto pela ação das empresas, como pelas trampas ou enganos das famílias.

Gráfico 3 - Comportamento da quantidade produzida e do rendimento médio na produção de tabaco em Nayarit e Santiago Ixcuintla (2004-2018)



Fonte: SIAP (2019)

Após a queda produtiva registrada entre 2007 e 2011, a fumicultura tem se recuperado ao longo dos últimos sete anos. A quantidade produzida aumentou e vem se mantendo em torno dos quinze mil e dez mil hectares no nível estadual e municipal. Entretanto, o rendimento médio por hectare aumentou em aproximadamente 50% desde 2011 compensando com isso a redução da área plantada.

Após o panorama apresentado nestes últimos dois apartados da tese sobre as mudanças na fumicultura no Brasil e no México, é possível pensar que esses câmbios quantitativos em alguns dos principais rendimentos produtivos sejam de fato resultado da CQCT?

A redução e/ou diminuição em alguns dos principais rendimentos produtivos e elementos da fumicultura em ambos os países são de fato resultado da influência deste Tratado que visa a realizar ações de modo geral em duas frentes: a produção e o mercado de tabaco. Ainda que não seja o foco desta tese, já que ela esta centrada nas famílias fumicultoras, tem que ser considerado por um lado que o mercado fumageiro mundial,

fortemente controlado pelas firmas fumageiras do SIPT, estão reagindo frente aos desdobramentos e regulações políticas e econômicas que cada país vem adotando. Por exemplo, a taxaço de maiores impostos incrementou o preço final do pacote de cigarros. Esta situaço provocou pela sua vez o comércio ilegal de cigarros, que no seu conjunto afeta diretamente o mercado legal controlado pelas firmas. Esta temática, merece ser pesquisada com maior profundidade, portanto se converte em uma linha de pesquisa futura depois do doutorado.

Do outro lado, a produço de tabaco em campo vem sendo alvo de pressões derivadas da CQCT para uma reduço no uso de agrotóxicos, do trabalho infantil e do meio ambiente, através de regulações jurídicas nacionais mais enérgicas. O caso do México, com a revelaço de algumas fotos sobre as condiçoes precárias em que grupos indígenas são empregados na atividade é um claro exemplo. A ponta do mercado não está separada da ponta da produço, e vice-versa. Para países como México e Brasil que exportam uma parcela considerável da produço total, medidas socialmente mais responsáveis advindas do Convênio terminam por influenciar e trazer repercussões na fumicultura.

Realizar uma ponderaço da influéncia segundo o grau de importância de alguns eventos e situaçoes sobre a produço de tabaco mundial não faz parte dos objetivos gerais ou específicos desta tese.

Portanto, em ambos os contextos aqui estudados podemos propor que a produço de tabaco se reduziu e se encontra neste momento, e caminhará futuramente, há uma maior concentraço e especializaço produtiva em elementos como a área cultivada e as famílias fumicultoras.

Trata-se evidentemente de uma reorganizaço do capital financeiro na fumicultura, que frente a regulaçoes e Leis advindas da CQCT estão deslocando parte de sua produço a outros lugares do mundo onde existem flexibilidades políticas e econômicas para o investimento e a promoço do cultivo. Embora, estão mantendo uma superfície “mínima” como no caso do México que se deve principalmente à qualidade de fumo ofertado, tanto que no Brasil estão concentrando e especializando a produço num menor número de famílias.

Parece-nos que até hoje, com as ressalvas feitas em função dos patamares produtivos entre ambos os países, os atuais rendimentos e elementos associados à produço de tabaco são o mínimo possível que se conseguiu retrain ou reduzir para que a atividade continue se desenvolvendo. A superfície cultivada e as famílias fumicultoras continuaram a diminuir, embora mudanças bio-tecnológicas para incrementar o rendimento por hectare serão desenvolvidas pelo SIPT. Confiamos sejam estratégias de ação em torno a um plano maior de

concentração e especialização produtiva gerada pelas repercussões e desdobramentos exercidos pela CQCT. Não obstante, armadilhas estratégicas também são desenhadas e aplicadas pelas famílias em cada território fumageiro.

6.4 UMA FUMICULTURA *SOCIOAMBIENTALMENTE* MAIS RESPONSÁVEL: DO MENOR USO DE AGROTÓXICOS AOS PROGRAMAS DE TRABALHADORES MIGRANTES

O tipo de mudanças aqui descritas em torno da produção de tabaco no Brasil e no México são consideradas como parte das ações e reações induzidas ou influenciadas pela CQCT ao mercado mundial de tabaco. Se bem estão trazendo repercussões às famílias fumicultoras em ambos os contextos, estes grupos familiares vêm conseguindo alterar as regulações e aproveitar oportunidades em torno destes câmbios que terminam sendo repassados pelas firmas às famílias fumicultoras.

No seu conjunto, estas mudanças pretendem apresentar um lado “mais responsável” da produção de tabaco ao procurar atender primeiramente exigências derivadas do mercado. Depois, as questões relacionadas com um verdadeiro comprometimento social parecem estar num segundo termo para com os produtores e os trabalhadores migrantes. Para apoiar estas afirmações serão trazidos depoimentos de alguns atores entrevistados, notas do diário de campo e outras fontes de informação disponíveis.

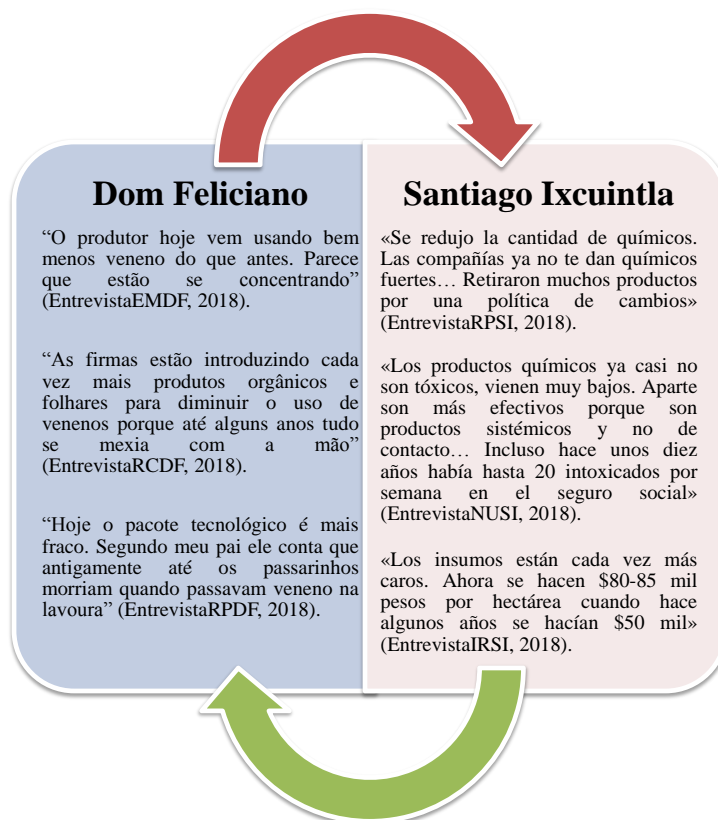
Nos dois países estudados as famílias fumicultoras e alguns outros atores relacionados com as organizações de ATER são as que principalmente enxergam mudanças em quanto ao pacote tecnológico. Deve-se lembrar que o cultivo do tabaco demanda entre as famílias fumicultoras e as firmas o uso e aplicação de insumos tóxicos como herbicidas, inseticidas, fungicidas e antibrotantes que devem ser utilizados desde a organização dos canteiros e as mudas, passando pela preparação do solo e até o crescimento final da planta (MURAKAMI, et.al., 2017).

De modo geral, as famílias fumicultoras têm uma percepção geral em torno a uma redução da quantidade de produtos que vinham sendo parte do chamado pacote tecnológico, assim como uma toxicidade menor dos produtos que continuam sendo utilizados. Aliado a isto, esses insumos químicos vêm substituindo e incorporando elementos com princípios e componentes biológicos. Durante as entrevistas realizadas, quando se questionava aos diferentes atores destas possíveis mudanças, seus depoimentos se encontravam no sentido de uma redução e concentração tanto quantitativa como qualitativa:

Segundo o que o produtor fala é que ele usava antes bem mais veneno. Hoje tudo é bem mais concentrado na semente. Diminui, mas não se si tem a ver com a Convenção-Quadro. Mas já as próprias empresas que querem vender tiveram que se adequar dentro disso para diminuição do veneno. Que não é diminuição, na verdade eles concentraram muitos venenos já que antes era bem mais. Isso também tem a ver com a própria questão do solo porque hoje ele está ficando cada vez mais saturado (EntrevistaEMDF, 2019).

Embora a fumicultura atual não pode ser avaliada sem se remeter no tempo e entender que o pacote tecnológico e insumos modernos que fazem parte desta atividade foram colocados entre as famílias através do processo de modernização agrícola acontecido no século XX. Para Cotrim (2013), o sistema de produção em que hoje funciona o fumicultura foi difundido a partir de bases tecnológicas modernas como a lavração e degradação do solo, uso de adubos químicos, corretivos e aplicação pesada de agrotóxicos⁹.

Figura 24 - Mudanças associadas ao uso de agrotóxicos pelas famílias fumicultoras nas zonas de estudo



Fonte: elaborado pelo autor a partir da pesquisa de campo (2018-2019).

⁹ Conforme a Lei Federal nº 7.802 de 11/07/89, regulamentada através do decreto 98.816, no seu artigo 2º, Inciso I, define o termo agrotóxicos como: Os produtos e os componentes de processos físicos, químicos ou biológicos, destinados ao uso nos setores de produção, armazenamento beneficiamento de produtos agrícolas, nas pastagens, na proteção de florestas nativas ou entes urbanos, hídricos e industriais, cuja finalidade seja alterar a composição da flora e fauna, a fim de preservá-la da ação danosa de seres vivos considerados nocivos, bem como substâncias e produtos empregados como desfolhantes, dessecantes, estimuladores e inibidores do crescimento (BRASIL, 1989; apud LOBO, *et. al.*, 2006).

A figura anterior apresenta algumas das percepções que são enxergadas por membros de famílias fumiculturas, quanto às mudanças em curso pelo “menor” uso e aplicação de agrotóxicos, donde se confirma uma redução. Porém, para o caso de Nayarit, foi possível identificar que a transição a insumos menos tóxicos ou com componentes biológicos têm elevado o custo final desses produtos que terminam sendo pagos pelas famílias. Pesquisas anteriores realizadas no Rio Grande do Sul, principalmente na região do Vale do Rio Pardo, demonstram que a fumicultura gaúcha é uma das culturas que mais variedade de agrotóxicos e insumos artificiais utiliza no seu pacote tecnológico (LOBO, *et. al.*, 2006).

Segundo Buainain e Souza Filho (2009), alguns dos insumos agrotóxicos utilizados na produção de tabaco no Rio Grande do Sul podem ser agrupados em torno a cinco grupos, dentre os quais se destacam produtos como fertilizantes, inseticidas, fungicidas, antibrotantes e dessecantes.

Apesar do reconhecimento em relação ao uso pesado de agrotóxicos em torno desta cultura, segundo o Anuário Brasileiro do Tabaco (2018), a fumicultura vem sendo promovida como umas das que utiliza o mais baixo volume de insumos e um dos menores índices de ingredientes ativos. Conforme o documento citado, o Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Agrícola (Sindag) no seu listado das dez culturas que mais consomem agrotóxicos não menciona o tabaco, embora coloca cultivos como a soja, milho, cítricos, cana-de-açúcar, café, batata, algodão, arroz irrigado, feijão e tomate (ANUÁRIO BRASILEIRO DO TABACO, 2018).

Essa retórica e apelo a um menor uso de agrotóxicos vem sendo reivindicada também por uma das firmas do SIPT. A Souza Cruz adverte no seu site de internet que um dos focos das suas pesquisas é a redução do volume de agrotóxicos utilizados no plantio de tabaco. Afirma, a fumicultura ser uma das atividades que menos agroquímicos utiliza no Brasil. Segundo eles, pesquisas realizadas nos últimos vinte anos renderam frutos ao grau de que a produção de tabaco apresentou uma redução no uso desses insumos em 83,3% (Ver Anexo B) (SOUZA CRUZ, 2019).

Esse porcentual, de acordo com esta firma, se traduz no uso de pouco mais de um quilograma de ingrediente ativo por hectare, número bem inferior ao de outras culturas como tomate que usa 36 kg/ha, batata com 28,4 kg/há e morango com 5,5 kg/ha (Ver Anexo B). Além dessas mudanças tecnológicas, tem sido desenvolvida variedades de tabaco mais resistentes, aprimoramento de técnicas de manejo de solos, pragas e doenças, assim como a criação de um sistema próprio para a produção de mudas chamado Float (SOUZA CRUZ,

2019). Mesmo assim, as firmas e os sindicatos fumageiros ou de representação dos fumicultores, terminam por não reconhecer ou manifestar que a origem destas mudanças esteja de fato relacionadas à CQCT.

Não obstante o anterior, investigações realizadas na temática do uso e consumo de agrotóxicos no Brasil demonstram outra realidade. Segundo Pignati *et. al.* (2017), apresentam a distribuição espacial da área plantada de algumas lavouras e o consumo de agrotóxicos em 21 culturas predominantes para o ano 2015. Eles encontraram que “o fumo foi o cultivo que apresentou a maior quantidade de litros de agrotóxicos por hectare com 60 l./há” (PIGNATI, *et. al.*, 2017, p. 3284). Constataram também que o Rio Grande do Sul foi o terceiro estado que mais agrotóxicos consumiu com 134 milhões de litros utilizados em 8,5 milhões de hectares plantados¹⁰.

O fumo só foi superado, devido à extensão maior da área plantada, por culturas como soja que é a que mais agrotóxicos utilizou no Brasil, representando o 63% do total, seguida do milho com 13%, e cana-de-açúcar com 5%. Enquanto aos estados brasileiros, Mato Grosso consumiu 207 milhões de litros de agrotóxicos em 13,9 milhões de hectares, seguido por Paraná com 135 milhões de litros em 10,2 milhões de hectares (PIGNATI, *et. al.*, 2017, p. 3284) (Ver Anexo C).

Na pesquisa de campo realizada em Dom Feliciano, visitaram-se algumas das lojas e agropecuárias onde se comercializam agrotóxicos e outros insumos utilizados na produção de tabaco. Constatou-se, conforme alguns depoimentos, a existência em curso de uma mudança no uso e aplicação de agroquímicos. Foram ressaltados que produtos como o Solvirex GR 100, Antracol, Doser, Furadan 50 G, Sevin 850 PM, Antak BR, Bromex (Bromuro de Metila) [apresentados nas listagens anteriores] não são mais comercializados devido à sua proibição. O Bromuro de Metila em específico foi proibido a mais de dez anos devido a sua extrema toxicidade (DIARIO DE CAMPO, 2019).

Segundo o proprietário de uma das agropecuárias de Dom Feliciano quando questionado sobre a existência de um menor uso na quantidade de agrotóxicos, destacava que era mais uma situação conjuntural e dependente de cada fumicultor:

É um tema muito relativo. Por exemplo, este ano [2019] tá tendo muita chuva e isso vai gerar mais cobertura, pelo tanto vai ter que usar mais produto para dessecar. O ano passado ou retrasado foi diferente, choveu menos e o pessoal usou menos dessecante porque não criou muita cobertura. Mas também depois vem as pragas e

¹⁰No Rio Grande do Sul as lavouras com o maior percentual no uso de agrotóxicos foram a soja (59%), arroz (13%), trigo (10%), milho (10%), fumo (2%), feijão (1%), e uva (1%) (PIGNATI, *et. al.* 2017).

insetos, se é mais ou menos cobertura, então também terá que usar mais ou menos inseticida e assim vai (DIÁRIO DE CAMPO, 2019).

Neste município o cultivo de tabaco orgânico se apresentou há alguns anos como uma alternativa interessante para a continuidade da atividade descartando o uso de agrotóxicos ou produtos químicos. De acordo com um orientador técnico entrevistado, a introdução se deu 10-12 anos atrás, porém ganhou maior força depois do ano 2010. Ainda assim, hoje seu cultivo na modalidade orgânica está perdendo incentivo. De um lado, o pacote tecnológico que é fornecido unicamente pela firma contratada resulta tendo um custo demasiado alto que para alguns produtores termina não sendo rentável. Essa continuidade se viu afetada também pelo movimento antitabagista na Europa que começou por questionar o selo orgânico do fumo e repercutiu que desde o ano passado esse tipo de fumo começa-se a diminuir (EntrevistaYMDF, 2019).

Mesmo assim, para alguns atores locais entrevistados o insucesso do tabaco orgânico no município de Dom Feliciano deveu-se a interação de dois fatores. Primeiro, algumas pragas e doenças o atingiram em maior proporção a diferença do tabaco convencional. Esta situação, aliada também ao alto custo dos insumos, levou a um segundo fator que foi o uso de insumos convencionais aplicados ao fumo orgânico, mesmos que em teoria não deveria ser realizado. Apesar desta ação, as famílias se confrontavam com uma situação de risco porque as provas e exames aos quais é submetido este tipo de tabaco poderiam determinar a existência de resíduos de agrotóxicos ou químicos levando a que o fumo não fosse comprado pela firma contratada (DIÁRIO DE CAMPO, 2019).

Contudo, entre o encarecimento dos insumos orgânicos e a afetação de pragas, essa situação promoveu a emergência do fumo “semiorgânico” que em Dom Feliciano registrou em 2018 a dezoito famílias com esse cultivo (EntrevistaYMDF, 2019). Não obstante, parece-nos que a ação das famílias, tentando contornar esse impasse entre continuar na fumicultura através do cultivo orgânico, sem comprometer sua rentabilidade final, terminou por encontrar com a aliança de outros fatores globais, uma situação intermedia no tabaco “semiorgânico”.

No caso de Santiago Ixcuintla, existem outras mudanças e câmbios técnico-produtivos que estão se apresentando na produção de tabaco em campo. Destacamos primeiro, que as firmas vêm introduzindo práticas na quantidade de pés plantados por hectare, reduzindo a distância entre um pé e outro, assim como entre fileiras. Conforme um dos produtores entrevistados, integrado com a filial de British American Tobacco, a firma promove entre seus integrados uma estimativa de plantação de 22 mil pés por hectare, quando antigamente a média era de 16 mil. Inclusive, a firma Tabacos del Pacifico Norte na safra 2018-2019

realizou com alguns produtores experimentações no transplante de 26 mil pés por hectare através de uma plantadora mecânica (EntrevistaIRSI, 2018).

Esta situação anteriormente descrita foi confirmada por um ex-funcionário da Aric que afirmava a presença desses câmbios na produção. Relatou que, sobretudo desde há alguns anos, aliado ao aumento da produtividade pela maior quantidade de pés por linha e menor espaçamento entre estas, começou por se introduzir irrigação por gotejamento que é mais eficaz e adequada para essa quantidade de plantas por hectare, do que a anterior irrigação por aspersão. Além disso, fertilizantes e insumos são aplicados a través de esse tipo de irrigação (DIARIO DE CAMPO, 2019).

A diferença do Brasil, no México tem sido dispensado menos esforço em relação às pesquisas sobre uso, aplicação e afetações à saúde pelo uso de agrotóxicos. As investigações existentes documentam que o uso extensivo e intensivo destes insumos químicos se concentra em estados como Campeche, Chiapas, Jalisco, Sinaloa e Estado de México (CASTILLO, 2019) que são os grandes centros agropecuários nacionais.

Em Nayarit, a produção de tabaco não destoa desta carência de pesquisas sobre uso e consequências à saúde pelo uso de agrotóxicos. Os estudos de Pacheco (1999) e Diaz e Salinas (2002) alertaram a exposição e risco que padecem as famílias de trabalhadores indígenas migrantes das etnias *Wirarika* e *Nayeri*, principalmente. Estes grupos que habitam na zona serrana do estado de Nayarit chegam cada ano aos municípios fumageiros para se incorporar à etapa da coleta manual e o chamado *ensarte* do tabaco. Não obstante, carecem de espaços adequados e higiênicos para morar durante o tempo que a coleta se desenvolve, motivo pelo qual se vem obrigados a morar diretamente nas lavouras de tabaco em condições poucos dignas.

Inclusive, também os membros das famílias fumicultoras são afetados pelo uso e manipulação de agrotóxicos devido a que em torno da produção, por se tratar de uma atividade historicamente realizada com a participação da família, crianças, jovens e outros integrantes ficam expostas aos resíduos químicos. Assim mesmo, não existe entre as comunidades e famílias uma cultura de proteção nem uso de EPI's durante a aplicação destes insumos e colheita do tabaco.

Certamente, as famílias indígenas são maiormente expostas aos agrotóxicos usados na fumicultura, resultado das condições por vezes desumanas em que moram nas comunidades rurais. Essa situação provocou em 2016 uma repercussão mundial nos mercados e compradores do tabaco mexicano, sobretudo na Europa, quando umas fotografias realizadas

nas lavouras fumageiras a migrantes e suas famílias, expuseram através do jornal The New York Times uma realidade que poucos se atrevem a aceitar ou que alguns desnegam.

De acordo com um dos atores entrevistados, ligado a produção de tabaco em Nayarit, essas fotografias realizadas às famílias de trabalhadores migrante em campos de cultivo no município de Santiago Ixcuintla tiveram repercussão mundial. Chegou-se ao grau de que as firmas e a Aric receberam ligações de compradores com sede na Europa, principalmente da Inglaterra, para saber o que havia acontecido com essas fotografias que haviam sido publicadas e que também fizeram parte de uma exposição na cidade de Nova Iorque (EntrevistaJZSI, 2018).

Figura 25 - Reportagem publicado no The New York Times que denuncia as condições dos trabalhadores migrantes do tabaco



Fonte: Gonzalez (2016).

Como resposta às repercussões trazidas por essas fotografias, as empresas fumageiras tiveram que criar alguns programas sociais ou fortaleceram outros que já vinham sendo realizados. Das duas firmas que ainda permanecem na atividade, tanto BAT como TPN, cada uma elaborou ao seu modo um tipo de programa de apoio a trabalhadores migrantes. Inclusive, BAT tinha desde há alguns anos operando um programa em que se obriga a que os filhos das famílias migrantes assistam às escolas chamadas *Florece* donde depois de passar o

dia completo, recebendo serviços educativos, de saúde e alimentação, voltam as lavouras de tabaco com suas famílias.

Pela sua parte, TPN precisou instrumentar o chamado Programa “Sustenta” em aliança com Philip Morris. Esta última, apesar de não continuar na produção em campo, viu-se obrigada a participar porque o fumo mexicano necessário para sua fabricação de cigarros é subministrado por TPN. Ambas, conforme relatos encontrados na pesquisa de campo, pretendem que o Programa Sustenta de forma geral seja mais amplo, e a diferença de BAT, o fiscalizam e supervisam de forma mais rígida através de equipes internacionais.

Figura 26 - Programa “Sustenta” para os trabalhadores migrantes na produção de tabaco em Nayarit



Fonte: Ramírez (2018); Vargas (2019).

Apesar da iniciativa ou continuidade deste tipo de programa, segundo seja o caso, existem críticas pelas condições em que vem sendo desenvolvidos. Alguns atores entrevistados asseguram que as firmas não estão aplicando-os totalmente como no caso da BAT, em tanto que TPN, tem se visto obrigada a realizá-lo porque em caso de não fazê-lo seus compradores mundiais não iriam adquirir o produto (EntrevistaJZSI, 2018). No lado dos produtores, existe o condicionamento que de não realizar as obrigações dos programas, serão alvo de punição e até de ser retirado o financiamento (EntrevistaELSI, 2018; EntrevistaPDSI, 2018). Portanto, como estão fazendo frente as famílias a esses câmbios? Como estão impactando na construção da sua capacidade de agência e resistência?

Após essa iniciativa, são as famílias quem tiveram que realizar e bancar inicialmente a adoção destas medidas em torno aos programas sociais para os migrantes do tabaco. As firmas se limitaram a instalar banheiros portáteis nas lavouras de tabaco e exigiram que os

produtores dispusessem de um espaço físico adequado no entorno das suas mesmas viviendas para que as famílias dos trabalhadores migrantes não tivessem que viver e dormir no campo.

Alguns dos detalhes e características do funcionamento destes programas são mencionados nos depoimentos de alguns dos atores familiares entrevistados.

El programa “Sustenta” fue hecho para los jornaleros migrantes. Vinieron brigadas de evaluación con personas de Colombia y Estados Unidos. La empresa en ese año (2017) se enfocó más en que cumpliéramos el programa que en la producción. Sin embargo, el Programa apenas se cumplió en un 50%, pero no dijeron que este año (2018) debería cumplirse al 100% y que en caso de que algún productor no lo hiciera, la siguiente temporada no sería financiado (EntrevistaELSI, 2018).

Constata-se, pelo fragmento anterior, a preocupação das firmas pelo cumprimento dos programas ao grau de haver colocado em outra ordem de importância as atividades técnico-produtivas. Inclusive, são cientes da importância e o papel que em campo terminam por representar as próprias famílias fumicultoras às quais capacitam, e no caso de uma eventual visita de supervisão inesperada pedem atuar em cumplicidade para evitar ser alvo de punições por parte das equipes de supervisão.

[...] con los programas de trabajo infantil nos han hecho poner baños portátiles y obligar a que los indígenas usen EPI's. Las empresas nos capacitaron para que les respondiéramos a personas de otros países, que creo venían de Inglaterra. Nos decían también que si venían esas personas y había niños en las parcelas que los escondiáramos (EntrevistaPDSI, 2018).

Para dar cumprimentos às obrigações dos programas, as famílias precisaram investir recursos próprios para realizar as adequações necessárias. Outros precisaram empréstimos nas associações de crédito municipais e de familiares migrantes nos Estados Unidos. Deviam garantir que entre outros itens, dispusessem de espaços habitacionais equipados donde as famílias migrantes pudessem permanecer evitando assim que elas continuassem nas lavouras como antigamente era realizado. As famílias que não possuíam algum quarto vago em casa, tiveram que construí-lo ou alugá-lo com familiares e vizinhos (DIARIO CAMPO, 2018-2019).

Assim mesmo, outro tipo de incentivos para os trabalhadores migrantes se deu através de aumentos no preço pago pelo trabalho dispensado. No começo, esse conjunto de situações foi alvo de inconformidade pelos produtores no sentido de não estarem preparados economicamente, já que quando os programas se implementaram a safra tinha já começado. A solução para alguns fumicultores veio também através das firmas fumageiras com as quais

conseguiram negociar empréstimos que seriam descontados da renda bruta no final da temporada (DIARIO DE CAMPO, 2018-2019).

Algumas das obrigações envolviam trasladar todos os dias às famílias migrantes até as lavouras (levá-los de manhã e retorná-los de tarde) ou levar para eles alimentos, água e outros itens. Os produtores que não tinham veículos se aliaram com outros produtores através das redes familiares ou dos grupos solidários para que lhes ajudassem a mobilizar recursos e dar cumprimento a essas ações (EntrevistaELSI, 2018; EntrevistaCGSI, 2018).

Não obstante as inconformidades iniciais, as famílias fumicultoras têm sabido aproveitar em seu benefício algumas oportunidades a partir destes programas para migrantes. Se bem reconhecem o compromisso do seu cumprimento, algumas enxergam que de realizar o atendimento das indicações e exigências, podem obter de volta o investido inicialmente e até um ganho econômico a mais. Segundo as entrevistas realizadas, seria entregue no final da safra uma bonificação após haver garantido a realização dos programas.

Nos prometieron (empresas) que quien cumpliera con todos los requisitos del Programa Sustenta, que viene siendo tenerles estufas eléctricas, colchones para dormir y todo lo que se requiere para tener al trabajador humanamente bien, ellos (empresas) te lo iban a bonificar con \$ 3.640 pesos [equivalentes a R\$ 787] por hectárea que nos entregarían al final de la zafra para aquellos que realizáramos las exigencias del programa (EntrevistaELSI, 2018).

Assim mesmo, existem famílias fumicultoras que não contratam ou empregam trabalhadores migrantes nem locais, senão que são eles quem realiza as diferentes atividades a partir da mão de obra disponível. Desse modo, aproveitam para ficar com os recursos do financiamento repassado que a partir dos programas mencionados, se incrementaram no relacionado aos salários pagados na etapa da colheita. É dizer, as regulações terminaram sendo aproveitadas a seu favor por algumas famílias fumicultoras, porque se antigamente empregavam algum trabalhador migrante, estão sendo elas as que realizam essas atividades como estratégia para obter outros recursos.

[...] Las empresas has venido haciendo un movimiento fuerte en cuanto al incremento de 21% en el pago de la sarta. Son aproximadamente \$3-4 pesos más, porque de estar a \$13.00 subió a \$17.50 pesos [R\$ 3.78]. Según nos dijeron lo hacen para atraer más trabajadores durante esta etapa y que también el jornalero (trabajador migrante) no trabaje de noche, sino que aproveche la luz del día y así tenga más dinero (EntrevistaELSI, 2018).

Assim pois, é evidente a existência de atitudes estratégicas por parte de algumas famílias para converter situações piores, em menos piores. Trata-se, de certo modo, da

habilidade das famílias camponesas produtoras de tabaco para identificar conjunturas em torno de quando arriscar ou não, avançando ou retrocedendo, frente a oportunidades que se criam nas suas disputas e interfaces com as firmas. Inclusive, há evidentemente formas cotidianas de resistência para evitar a extração dos seus recursos, quando as famílias decidem não aplicar o pacote tecnológico completo e armazenar insumos para a safra seguinte, ou no caso, aplicá-los em outros cultivos ou em uma superfície de tabaco maior à contratada.

Destaca-se também, a capacidade estratégica para permear ou moldar opções produtivas derivadas da CQCT e o SIPT. Por exemplo, o fumo “semiorgânico” em Dom Feliciano pode ser colocado nessa posição. Por um lado, há uma virada socialmente mais responsável interligada entre a produção e o mercado que abre a possibilidade para um tipo de tabaco orgânico. Não obstante outros fatores, os fumicultores priorizam a rentabilidade de sua produção, e entre a resistência a não perder pelo custo dos insumos e as pragas e doenças, terminam criando um produto intermédio passando do orgânico ao “semiorgânico”.

De acordo com as entrevistas realizadas, o fumo semiorgânico se caracteriza ou diferencia principalmente pelo uso de um pacote de insumos composto, sobretudo de fertilizantes, fungicidas, inseticidas com ativos/princípio biológico. Embora, permite também o uso menor e mais controlado a diferença do fumo convencional de insumos com componentes químicos. O resto de atividades permanecem sem alteração (EntrevistaYMDF, 2019).

7 CUMPLICIDADE DE DEPENDÊNCIA: ENTRE A SOBREVIVÊNCIA FAMILIAR E A RE-PRODUÇÃO DA LÓGICA CAPITALISTA.

As famílias fumicultoras no Brasil e no México são diversas, heterogêneas e plurifuncionais. Cada uma possui características que no seu conjunto lhes permite se diferenciar como segmento de outros grupos camponeses ou de agricultura familiar. Desde a composição como grupo social, passando pelo acesso à terra, organização e estruturação da propriedade, até o desenho e implementação das suas estratégias de vida, cada uma se constitui em uma realidade múltipla. Embora, é essa heterogeneidade e dinamismo o que lhes permite agir ou resistir nas interfaces de disputa ou negociação que estabelecem frente ou junto a outros atores sociais e agentes.

Reconhece-se aqui a existência de uma multiplicidade de racionalidades, desejos e práticas que são construídos e negociados por esses grupos sociais, materializados através de um carrossel de estratégias de vida que é complexo, dinâmico e flexível. Para fazer frente aos contextos de incerteza e cenários hostis que colocam em predicamento os projetos destas famílias, elas não podem ser consideradas como sujeitos passivos de intervenção, senão devem reconhecer-se como atores com capacidade de agência e resistência.

A diversidade estratégica lhes permite as famílias fumicultoras no Brasil e no México articular e disputar desde a propriedade rural considerada como o espaço de manobra desde o qual se exerce a agência e a resistência presente em relações de cumplicidade frente a outros atores e organizações para desse modo dar continuidade dos seus projetos de vida e de permanência no rural.

Baseados nesta premissa, o presente capítulo de resultados pretende aprofundar na ideia do que chamamos cumplicidade de dependência. Refere-se à capacidade estratégica das famílias produtoras de tabaco para o estabelecimento de relações de aparente dominação e subordinação, frente às firmas de capital transnacional que controlam o Sistema Integrado de Produção de Tabaco (SIPT) e o Estado, visando ao desenvolvimento de estratégias de vida que lhes permitam a obtenção de benefícios e vantagens para a reprodução dos seus projetos individuais e coletivos.

Com apoio dos referenciais teóricos da Perspectiva Orientada ao Ator (POA) e os Diálogos Ocultos e a Arte da Resistência (DOAR), serão discutidos num primeiro apartado **A diversidade das famílias fumicultoras e a extensão da base dos recursos** como o ponto de partida desde onde se começa a construir materialmente a cumplicidade. Logo depois, o seguinte apartado denominado como **A agência camponesa e as batalhas pelos projetos de**

vida e permanência no rural analisa como se dá a construção da capacidade de agência entre as famílias fumicultoras e como esta é mobilizada para as batalhas por conhecimentos e significados frente a outros atores sociais. O terceiro apartado chamado de **Squeeze da fumiicultura. Seleção e especialização das famílias produtoras de tabaco** donde se dá conta de um processo em andamento de organização do mercado mundial de tabaco e as formas como os grupos familiares ligados a esta atividade estão respondendo. Para finalizar, o apartado **Entre a troca de dia e “cuidar de las perdidas”. Organização socioprodutiva e os grupos familiares solidários** apresenta desde cada um dos contextos estudados as estratégias construídas desde a propriedade agrícola donde se expressa a capacidade de agência e resistência para fazer frente as mudanças e câmbios em torno da produção de tabaco.

Este capítulo de resultados pretende dar cumprimentos aos objetivos específicos 3 e 4. Para uma melhor descrição e análise da cumplicidade de dependência e das estratégias das famílias fumicultoras ao longo das seguintes páginas serão utilizadas figuras e gráficos com diversidade de cores tendo como o objetivo esquematizar e exemplificar a diversidade que caracteriza as famílias aqui estudadas.

7.1 A DIVERSIDADE DAS FAMÍLIAS FUMICULTORAS E A EXTENSÃO DA BASE DOS RECURSOS

Alguns dos estudos e pesquisas anteriormente realizados sobre a fumiicultura no Brasil e no México apresentam e tentam explicar a lógica das famílias produtoras de tabaco e suas propriedades rurais, a partir da caracterização em geral através da produção de uma monocultura baseada no uso e aplicação pesada de agrotóxicos, dependentes e subordinadas ao Sistema Integrado de Produção de Tabaco (SIPT). Certamente, a difusão e aceitação *a priori* dessa série de suposições ajudaram a espalhar uma perspectiva que gerou invisibilidade às práticas, conhecimentos, desejos e aspirações das famílias, assim como à diversidade socioprodutiva e organizativa que está presente no interior das propriedades rurais e que vem sendo construída historicamente em torno de uma atividade que está enraizada socialmente nesses territórios. Os aportes do trabalho de Diesel, *et. al.* (2001), são uteis para defender este argumento.

Diversos estudos acadêmicos têm tratado de caracterizar e investigar os impactos do estabelecimento de relações de integração sobre a vida dos agricultores. Muitos desses estudos apresentam a relação de integração com uma forma de subordinação, causadora de dependência econômica do produtor para com a agroindústria. Divulga-se assim, um imaginário de agricultor sem autonomia, sem condições para

o rompimento das relações de integração, do que deduz-se a tendência à perpetuação da estabilidade das relações de integração contratual (DIESEL; SCHEIBLER; PALMA, 2001, p. 2-11).

Certamente, o cultivo de tabaco não é a única cultura agropecuária no interior da propriedade rural, ao tempo que ela está associada a uma diversidade de seres, saberes e fazeres. A composição familiar é um dos elementos que determinam a estruturação e a organização socioprodutiva a partir de uma relação dialética entre a propriedade familiar e a fumicultura.

No Brasil, de acordo com informação da Associação dos Fumicultores do Brasil (AFUBRA), para a safra 2017/2018 foram registradas 110.900 propriedades que envolveram a 149.350 famílias produtoras das quais estas possuíam uma média de 3,993 pessoas/família, assim como de 5,377 integrantes por propriedade (AFUBRA, 2019). De outro lado, informação disponibilizada por Slongo, *et. al.* (2016) em pesquisa realizada através do Centro de Estudos e Pesquisas em Administração (CEPA) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em investigação realizada para o Sindicato das Indústrias do Tabaco (SindiTabaco), apresentava que para a safra 2015/2016 o tamanho médio das famílias fumicultura foi de 3.1 membros para a região Sul e de 2.6 para o estado de Rio Grande do Sul (SLONGO, *et. al.*, 2016).

No caso do México, especificamente no que concerne ao estado de Nayarit, para a safra 2013/2014 conforme pesquisa realizada por De Dios (2014, p. 81) se documentou que 78,9% das famílias fumicultoras estavam conformadas na sua grande maioria por grupos de dois a cinco integrantes¹. Não obstante, estas famílias vinham apresentando câmbios a partir da redução em um 39,43% dos seus membros, em tanto que um 32,56% dessas famílias se mantinham sem mudanças desde o ano 2004 (MADERA; DE DIOS, 2017).

No que concerne às famílias visitadas durante as atividades do trabalho de campo em que se baseou esta tese, foi possível observar que sua composição que não destoava dos dados anteriormente mencionados, sendo semelhantes tanto para o Rio Grande do Sul como para Nayarit. No município de Dom Feliciano/RS, o número de pessoas que habitavam as propriedades rurais esteve conformado de dois e até cinco integrantes, sendo que o 66.66% encontram-se compostas numa média de três e quatro pessoas. Na divisão sexual, o segmento masculino é o quem majoritariamente prevaleceu ao interior destas famílias. No caso do município de Santiago Ixcuintla, o número de pessoas por grupo familiar se encontrou composto numa

¹ Segundo esse autor, a classificação terminava por se compor de famílias homo parentais (7%), assim como por algumas outras que possuíam seis integrantes (7%) e outras com mais de sete pessoas (7%) (DE DIOS, 2014).

faixa de entre dois a seis integrantes, sendo que o 90% das famílias eram formadas de duas a quatro pessoas. A diferença de Dom Feliciano, no município santiaguense o segmento feminino equivalente ao 55% é maior no que concerne a divisão sexual das famílias fumicultoras.

Tabela 9 - Composição das famílias fumicultura de acordo com o número de pessoas e a divisão sexual

Dom Feliciano				Santiago Ixcuintla				
No. Total de famílias	No. de integrantes	%	Sexo	No. Total de famílias	No. de integrantes	%	Sexo	
9	2	11.1			2	30		
	3	33.3	Feminino	Masculino	15	20	Feminino	Masculino
	4	33.3	45.45%	54.54%	4	40	55.88%	44.11%
	5	12.2			6	10		

Fonte: elaborado pelo autor a partir de pesquisa de campo (2019).

Em relação ao tamanho das propriedades fumiculturas, no Brasil (SLONGO, *et. al.*, 2016) se documentou uma superfície média de 18,2 ha para as famílias da região Sul, em tanto que para o estado de Rio Grande do Sul a superfície média foi de 19,5 ha. Outros dados em relação a este tópico são disponibilizados pelo SindiTabaco (2019) que apresenta que para o ano agrícola 2017-2018 a superfície média das propriedades fumicultoras no Sul do Brasil haveria sido de 14,6 hectares.

No caso do México, há uma falta importante de dados por parte das organizações e das entidades governamentais vinculadas ao tabaco, no que se refere a informações mais precisas sobre a composição das famílias fumicultoras e de suas propriedades agrícolas. Investigações anteriormente realizadas têm documentado que as famílias fumiculturas de Nayarit possuem uma média de quatro a cinco hectares que são destinados à produção agropecuária no seu conjunto. Destaca-se que aproximadamente 90% dos produtores estudados cultivavam o tabaco numa média de dois hectares e o resto era destinado à produção de feijão, e outras culturas como hortaliças e frutas (DE DIOS, 2014).

De acordo com os dados coletados na pesquisa de campo, no município de Santiago Ixcuintla a extensão de terra de cada propriedade é diversa, assim como o arranjo social para o seu acesso. Das famílias estudadas se encontraram algumas que possuem em média três a quatro hectares, sendo por elas mesmas identificadas como proprietárias formais da terra (*ejidatarios*). Houve outros casos que as famílias tinham uma posseção de sete até dez hectares, inclusive algumas com 28 e até 40 hectares. Não obstante, no caso específico destas

famílias, uma parte da terra era própria e as outras eram arrendadas ou emprestadas pela família.

Assim mesmo, se encontraram sete famílias que atualmente não possuem terra própria, senão que devem acessar a ela através do arrendamento, parceria ou empréstimo com familiares ou vizinhos das localidades. No caso destes sete grupos trata-se, sobretudo de famílias fumicultoras *jovens e/ou novas*, chamadas assim principalmente pela sua recente incorporação à fumiicultura ao longo das primeiras duas décadas do século XXI.

Destes grupos, alguns dos seus membros comentaram que poderiam acessar futuramente à terra através da herança dos pais, já que mesmo neste momento lhes permitem usufruí-la em alguns casos, sobre o compromisso de que uma parcela da superfície plantada com tabaco esteja registrada no nome de um dos pais ou de outros familiares para que possa ser produtor registrado e assim acessar aos serviços de saúde e aposentadoria rural. Ou seja, o dono formal da terra não está obrigado a participar da produção, nem dos investimentos, nem da renda final obtida. Trata-se somente do que as famílias coloquialmente vem chamando de *um/a productor(a) de nombre* (EntrevistaIRSI, 2018; EntrevistaLBSI, 2018).

Figura 27 - Formas de acesso e posse da terra em famílias fumicultoras de Santiago Ixcuintla, Nayarit



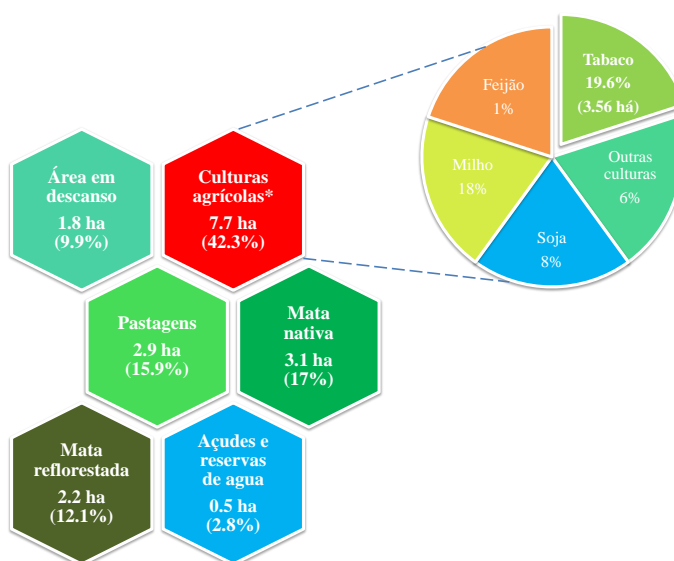
Fonte: elaborado pelo autor a partir da pesquisa de campo (2018-2019).

No caso de Dom Feliciano, encontraram-se famílias com diversidade na extensão da propriedade rural que vão desde os dez até os 15.5 hectares. Das nove famílias estudadas neste município todas elas possuem acesso formal e/ou são proprietárias da terra. Mesmo assim, ao interior de três famílias, os filhos e filhas participam da fumiicultura mediante o acesso que os pais lhes possibilitam, trabalhando em parceria na produção de tabaco sendo esta uma atividade coletiva em quanto à mão de obra, uso de equipes, benfeitorias, etc. No

início da safra, cada um contrata ou sabe a quantidade de pés de fumo a plantar e se responsabilizam pela gestão e pelos investimentos, tarefas e outras atividades. Ao final da safra a renda final líquida é distribuída conforme acordos prévios entre eles, a partir do volume de tabaco que cada um comercializou sobre seu nome.

No que concerne à estruturação e/ou organização da propriedade rural, conforme informações de Slongo, *et. al.* (2016) e do SindiTabaco (2019), as famílias fumicultoras na região Sul do Brasil, e especificamente no Rio Grande do Sul, estruturam a propriedade em torno a seis componentes principais sendo estes: área de descanso, culturas agrícolas, pastagens (incluídos poteiros), mata nativa, mata reflorestada, e açudes e reservas de água. A superfície média para a região Sul é de 18,2 ha, entanto que para o estado rio-grandense é de 19,5 ha. Do total da propriedade, 41,5% equivalentes a 8,1 hectares se encontram ocupados pelas culturas agrícolas donde esta incluído o tabaco. Destacam-se junto ao fumo, outros cultivos como milho, soja, feijão que além do autoconsumo, são destinados em menor quantidade à comercialização.

Figura 28 - Estrutura da propriedade das famílias fumicultoras no Rio Grande do Sul



Fonte: elaborado a partir de Slongo, *et. al.*, 2016; SindiTabaco (2019).

De acordo com a figura anterior, no Rio Grande do Sul, a superfície média que vem sendo ocupada pelas culturas agrícolas ao interior da propriedade rural está em torno dos 7,7 hectares, equivalente ao 42% da extensão total. No caso do fumo este registra 3,5 ha em uma proporção de terra de aproximadamente a quinta parte da superfície total. Cerca do 60% restante da propriedade das famílias fumicultoras é distribuída em diferentes áreas que estão

vinculadas ao funcionamento socioprodutivo da finca, donde são desenvolvidas outras atividades como pecuária familiar, silvicultura, aquicultura, embora, sobretudo ao manejo de ambiental em reservas de cuidado e preservação de mata nativa e para reflorestamento.

Figura 29 - De tabaco, milho e beterraba. Diversidade associada ao tabaco nas propriedades fumiculturas



Fonte: realizada pelo autor a partir de pesquisa de campo (2019)

Há, portanto, uma diversidade no interior da propriedade rural que não está monopolizada quanto à superfície ocupada para a produção fumageira. Inclusive, quando se faz referência a esta atividade como uma monocultura, deveria ser explicar/especificar que é um monocultivo com orientação para o mercado. A tabela a seguir apresenta uma amplitude de informação que estende o argumento de uma diversidade das famílias fumiculturas e a extensão da base dos seus recursos.

Figura 30 - Diversidade da produção agropecuária para autoconsumo e comercialização em famílias fumicultoras do Rio Grande do Sul

Tipo de produção	Produtos	Para autoconsumo		Para comercialização			
		Não Cultivam (Produtores)%	Só para consumo (Produtores)%	Produtor (%)	Área (ha)	Produção (Kg)	Vendas/Ano (\$)
Agrícola	Alho	55,8	43,7	0,5	NI	20	400
	Arroz	98,2	1,8	0	N/A	N/A	N/A
	Batata doce	26,3	73,2	0,5	0,2	80	190
	Batatinha	65,2	34,8	0	N/A	N/A	N/A
	Cana de açúcar	68,8	31,2	0	N/A	N/A	N/A
	Cebola	37,9	61,8	0,3	0,1	50	150
	Feijão	26,6	67,4	6	1,52	3.021	4.359,00
	Girassol	98,2	1,8	0	N/A	N/A	N/A
	Mandioca / Aipim	22	77,7	0,3	2,5	NI	9.000,00
	Melancia	73,4	26,6	0	N/A	N/A	N/A
	Milho plantio normal	34	60,2	5,8	3,93	20.665	7.976,00
	Milho/resteva tabaco	18,5	78,5	3	2,71	4.971	4.015,00
	Soja	82,2	2,9	14,9	10,82	32.804	34.214,00
	Tabaco	N/A	N/A	100	3,62	5.962	49.496,84
Trigo	99,5	0,3	0,3	7	14.700	10.000,00	
Outras culturas	94	5,7	0,3	1	10.000	7.000,00	
Hortifrutigranjeiros	Laranja	41,6	57,4	1	1,24	5.765	4.833,00
	Maracujá	90,8	9,2	0	N/A	N/A	N/A
	Pêssego	51,8	48,2	0	N/A	N/A	N/A
	Uva	69,5	30,2	0,3	1	3.400	6.700,00
	Outras frutíferas	66,2	33,5	0,3	1	12.000	10.000,00
	Pepino	52,1	47,9	0	N/A	N/A	N/A
	Tomate	43	57	0	N/A	N/A	N/A
	Outras hortaliças	41,3	58,7	0	N/A	N/A	N/A
	Mel	86,4	13,3	0,3	N/A	2.000	20.000,00
	Ovos(*)	30,3	68,4	1,3	N/A	216(*)	655
Outros granjeiros	91,9	7,2	0,9	NI	197	351	
Animal	Avicultura/frangos	7,1	92,9	0	NI	NI	NI
	Gado de corte	31,1	65,2	3,7	13,6	4.233	21.100,00
	Leite(*)	33,5	59,4	7,1	15	53.096(*)	79.422,60
	Caprinos (cabritos)	97,4	2,4	0,3	NI	NI	NI
	Leitões para venda	84,1	15,4	0,5	0,37	375	3.500,00
	Ovinos (ovelhas)	94,2	5,5	0,3	NI	NI	NI
	Pintos para venda	86,7	13,3	0	N/A	N/A	N/A
	Piscicultura (peixes)	71,9	27,8	0,3	NI	NI	NI
	Suínos (porcos)	23,7	75,7	0,5	NI	NI	NI
Outras criações	97,5	2,5	0	N/A	N/A	N/A	

Fonte: elaborado a partir de Slongo, *et. al.*, 2016.

Conforme a pesquisa realizada pelo Slongo, *et. al.* (2016), as famílias fumicultoras no estado do Rio Grande do Sul orientam sua produção agropecuária em torno de 37 atividades agrícolas, de hortifrutigranjeiros e de produção animal; seja para autoconsumo ou comercialização. No caso da produção orientada para o mercado (celas em cor vermelho), destacam-se principalmente o cultivo de tabaco seguido pelo milho e soja, assim como pela pecuária com propósito de leite, gado de corte e produção de ovos.

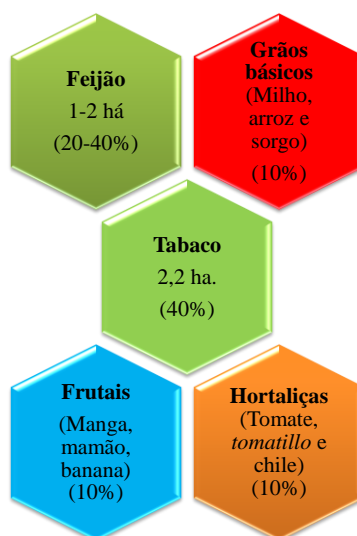
Em quanto à produção para autoconsumo, aqueles consumidos que são produzidos ao interior da propriedade (celas em cor azul) e que se destacam por estar cerca e/ou com mais do 50% produzido pelas famílias são: batata-doce, feijão, cebola, mandioca, milho, laranja, pêssago, pepino, ovos, frangos, gado de leite, corte e produção de suínos. Já as culturas para consumo das famílias que não são produzidas ao interior da propriedade (celas em cor laranja), seriam o alho, arroz, batatinha, cana-de-açúcar, girassol, melancia, soja, trigo, maracujá, uva, mel, cabritos, leitões para venda, ovinos, pintos e piscicultura. Não obstante, deste grupo, o alho, batatinha, cana-de-açúcar, melancia e uva são produzidos numa média de 30% que bem pode ser considerado como o mínimo necessário para garantir o autoconsumo familiar.

No caso de Nayarit, o acesso a terra é menor em relação ao Rio Grande do Sul, já que as famílias fumicultoras possuem uma média em torno de quatro-cinco hectares. Destas, aproximadamente dois hectares são destinados à produção de tabaco. O resto da superfície é alternada por vários cultivos dentre os quais podem ser destacados por grupo os grãos básicos, frutas e hortaliças, principalmente. No município de Santiago Ixcuintla, a partir das informações coletadas e da observação direta realizada durante a pesquisa de campo foi possível estabelecer uma distribuição padrão da superfície agrícola.

O tabaco e o feijão são as duas culturas agrícolas que permanentemente vem sendo cultivadas pelas famílias fumicultoras. O ciclo produtivo do feijão, por ser relativamente curto (três meses), assim como pelas práticas e tratamentos culturais nos quais não é necessário dispensar muito trabalho, aliado a sua alternância com as etapas em que o tabaco não precisa demasiada atenção, permite que ambos sejam alternados, sobretudo porque uma parcela mínima da coleta de feijão é para o autoconsumo familiar e outra é destinada ao comércio local.

Embora, sua produção para comercialização esteja diminuindo ao longo dos anos devido à falta de preços de garantia e a insegurança de mercados para seu escoamento. O resto dos cultivos agrícolas que podem variar quanto à superfície e à continuidade da sua produção, são produzidos de forma instável devido também a problemas de comercialização como o caso do tomate e *tomatillo*. Quando as famílias fumicultoras decidem produzir alguns outros grãos básicos, frutas ou hortaliças, se torna um risco ou aposta tanto pelas condições acima descritas, como pelas incertezas a partir das questões climáticas, de pragas e doenças, aliado à falta de seguro agrícola (EntrevistaAROSI, 2018; EntrevistaELSI, 2018).

Figura 31 - Distribuição da superfície agrícola em famílias fumicultoras do município de Santiago Ixcuintla

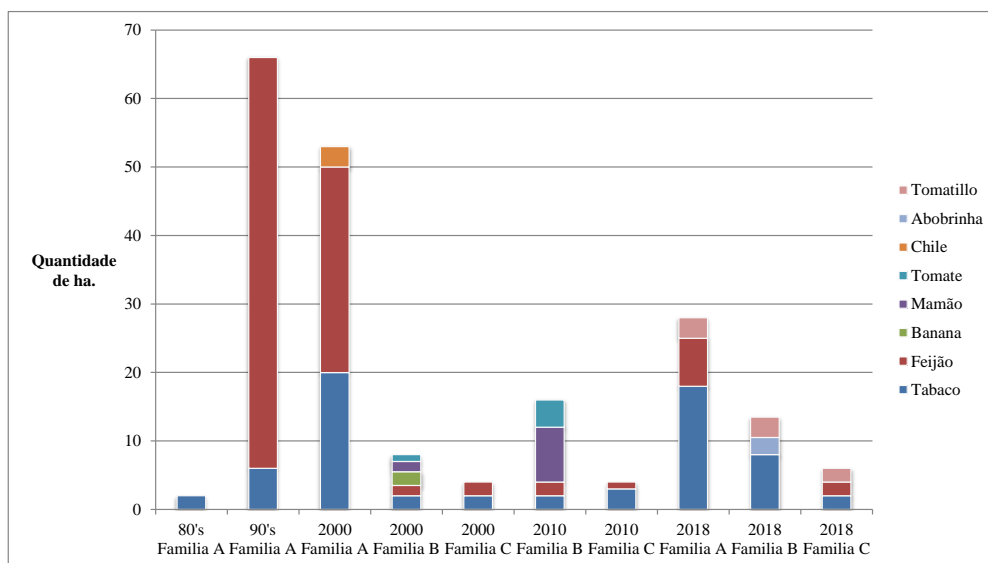


Fonte: elaborado pelo autor partir de entrevistas e observação direta (2018-2019)

A figura anterior esquematiza a distribuição média de cultivos na propriedade agrícola das famílias fumicultoras em Nayarit. Os cultivos de tabaco e feijão ocupam permanentemente em torno do 70-80% da superfície. Associado destes, destaca-se a produção de milho, abóbora e *chile* principalmente. Seu cultivo responde a estratégia produtiva baseada em torno do *sistema milpa* que além da produção agroalimentar constitui um “*manejo de la diversidad... diversidad de seres, haceres y saberes; diversidad de asociaciones de paisajes y cultivos; diversidad de formas y modos de vida... diversidad de hacer milpa, en términos de Armando Bartra*” (MADERA; DE DIOS, 2019).

Lembra-se também que em Nayarit, a diferença do Rio Grande do Sul, a propriedade das famílias se organiza de modo diferente chegando a estar dividida em dois ou mais prédios. O espaço de moradia e outras áreas em torno dela donde habitam as famílias nas comunidades rurais, encontram-se separadas e distantes da superfície de hectares para uso agrícola. Portanto, no caso nayarita quando se fala de propriedade agrícola refere-se para esta tese à extensão de terra donde são praticadas as atividades agropecuárias.

Gráfico 4 - Distribuição e comportamento da superfície agrícola e de cultivos em famílias fumicultoras de Nayarit



Fonte: elaborado pelo autor a partir da pesquisa de campo (2018-2019).

O gráfico anterior permite observar a organização e distribuição da superfície e cultivos agrícolas em três casos de famílias fumicultoras para o estado de Nayarit. A família A é um grupo incorporado às atividades agropecuárias desde 1980 quando começaram com a produção de tabaco em torno de dois hectares. Para 1990 expandiram-se a 66 hectares com terra própria e arrendada donde o cultivo de feijão ocupava 60 hectares e o fumo seis. Já nos anos 2000, a família diminuiu a superfície de terra até os 50 hectares, mas, por outro lado, aumentou a quantidade de hectares de tabaco e diminuiu a de feijão. Além disso, a produção agrícola aumentou-se para mais o cultivo de *chile*. Embora, em 2018 a superfície total se reduziu até chegar aos 30 hectares, mantendo em proporção a produção de tabaco em dezoito hectares, diminuindo o cultivo de feijão e trocando a produção de *chile* pela de tomate.

No caso da família B, incorporados as atividades agrícolas desde 1990, eles lembraram que em torno dos anos 2000 a superfície própria de oito hectares esteve distribuída e alternada em cinco cultivos sendo estes o mamão, banana, tomate, feijão e tabaco. Para 2010, a família aumentou a superfície de terra através de arrendamento, mantendo nas mesmas proporções o cultivo de tabaco e feijão, porém aumentando a produção de mamão e tomate devido a uma oportunidade de mercado. Não obstante, um evento climático afetou a produção destes últimos dois cultivos que careciam de seguro agrícola, deixando a eles endividados com organizações crédito no município. A solução encontrada pela família B depois dessa conjuntura foi por um lado, reduzir a superfície total a 11 hectares, em tanto que pelo outro

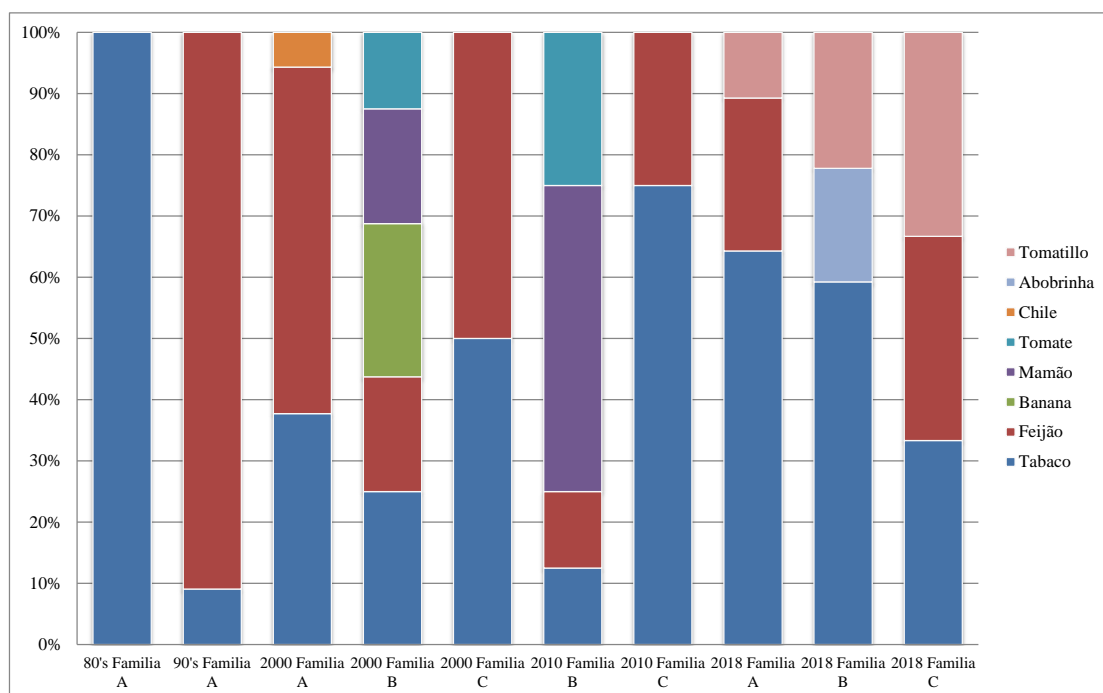
decidiram aumentar a quantidade de tabaco de dois para oito hectares, arrendando somente três hectares em que estavam sendo cultivados como abóbora e *tomatillo*.

No caso da família C, quem participa das atividades agrícolas desde antes de 1980, destacam trabalhar somente com os quatro hectares de terra que possuem desde que são *ejitadarios*. Ao longo dos últimos dezoito anos o tabaco esteve presente numa média de dois a três hectares, associando-se ou complementando-se com o cultivo de feijão. Na safra 2017/2018, esta família aproveitou a superfície de dois hectares de terra para produzir de agosto a outubro *tomatillo*, em tanto que de novembro de 2017 a maio de 2018 conseguiram cultivar o tabaco.

Nos três casos apresentados, a produção de tabaco permanece ao longo do tempo sendo alternada ou complementada com outros cultivos. Mesmo assim, é visível uma estratégia de redução da superfície agrícola em geral e uma diminuição na quantidade de cultivos produzidos por família. O cultivo de tabaco inicialmente se expandiu e depois terminou por se manter mais ou menos em relação a uma superfície mínima cultivada, a superfície com outros cultivos se reduz ou em alguns casos se deixam de cultivar, sendo estes o mamão, banana ou tomate que estão orientados principalmente para comercialização regional e nacional.

No gráfico seguinte é possível observar a distribuição percentual da superfície agrícola disponível entre as famílias fumicultoras do município de Santiago Ixcuintla. Percebe-se uma estratégia de concentração percentual da terra disponível, maiormente para a produção de tabaco, em detrimento de outras culturas agroalimentares que estão orientadas para o mercado. A diversidade produtiva não desaparece, senão que é direcionada em duas frentes. Um destes é o cultivo de tabaco com orientação principal para o mercado, e o outro se trata, sobretudo da produção de feijão e hortaliças que é para autoconsumo, assim como para comercialização que pode ser aumentada ou não de forma estratégica se as famílias encontram uma conjuntura favorável de preços.

Gráfico 5 - Distribuição porcentual da superfície agrícola segundo as principais culturas no município de Santiago Ixcuintla



Fonte: elaborado pelo autor a partir da pesquisa de campo (2018-2019).

Frente a todo o anterior, pode-se afirmar que a partir da composição familiar e da diversidade produtiva ao interior da propriedade rural, as famílias fumicultoras no Brasil e no México são capazes de desenhar e estabelecer estratégias de vida através de um complexo, dinâmico e flexível carrossel de estratégias. A propriedade rural é o espaço para construir e exercer a capacidade de agência e de resistência. Assim mesmo, é o espaço para manobrar frente ao contexto e interagir com outros atores. Com base na extensão dos recursos, do conhecimento, relações e poder, as famílias estabelecem relações de cumplicidade frente a outros agentes sociais e atores institucionais e empresariais.

O carrossel de estratégias das famílias fumicultoras é complexo pela quantidade de vínculos e interfaces, de atores e agentes, assim como pelos recursos estratégicos envolvidos. É dinâmico porquê de maneira histórica vem sendo articulado e adequado às conjunturas e contextos. É flexível porque se insere e adapta às especificidades, tanto a estratégias desenvolvidas com outras famílias, como às janelas de oportunidades geradas frente estrutura de intervenção que representam principalmente o Estado e o SIPT.

Figura 32 - Carrossel de estratégias das famílias fumicultoras no Brasil e no México



Fonte: elaborado pelo autor, 2019.

Nesse sentido, a ideia deste carrossel de estratégias é permitir desenvolver e articular a descrição argumentativa das interfaces construídas pelas famílias fumicultoras, no estabelecimento de relações de cumplicidade de dependência em torno da produção de tabaco como uma atividade histórica importante e socioculturalmente enraizada nos territórios produtores do Brasil e México.

7.2 A AGÊNCIA CAMPONESA E AS BATALHAS PELOS PROJETOS DE VIDA E PERMANÊNCIA NO RURAL DAS FAMÍLIAS FUMICULTORAS

As famílias camponesas produtoras de tabaco não são sujeitos passivos de intervenção, senão, atores com capacidade de agência e resistência para agir diante do contexto adverso e frente a outros atores e agentes, individuais e coletivos, nas disputas pelos seus projetos de

vida e permanência no rural. A diversidade de estratégias em torno da ideia de um carrossel é ao mesmo tempo o marco para a construção destas capacidades centrais, travadas através das interfaces e disputas, por significados, projetos e recursos, entre elas e outros atores institucionais e empresariais.

A Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (CQCT), após sua ratificação e implementação nos territórios produtores de tabaco no Brasil e no México, colocou aos diferentes atores e agentes em campos de batalha, espaços e arenas do conhecimento em que *“las comprensiones, intereses, valores y emociones de diferentes actores convergen o, al contrario, entrar en conflicto unos con otros”* (LONG, 2015, p. 85). Desse modo, a fumicultura familiar se tornou o campo de disputas que colocou em interfaces, de encontro e/ou desencontro, a uma diversidade social de atores e agentes.

A CQCT se tornou uma intervenção planejada que vinha sendo construída e negociada socialmente desde seu desenho até sua implementação. Este Tratado e os dispositivos institucionais dele derivados se transformaram em um contínuo processo de disputa e apropriação por parte de alguns dos participantes envolvidos. De um lado, a Organização Mundial da Saúde (OMS) e as Organizações Não Governamentais (ONG's) em favor da saúde e/ou contra o tabagismo, principais promotoras da sua criação, hoje em dia monopolizam e controlam os espaços de discussão donde se debate o rumo que este Tratado deve seguir, excluindo dessa arena às famílias fumicultoras e suas organizações de representação.

De acordo com a Afubra, na oitava edição da Conferência das Partes (COP 8) que foi realizada do 01 ao 06 de outubro de 2018 em Genebra, Suíça, depois dos debates realizados entre os mais de 1,2 mil delegados de 148 países, além da recomendação prática para que os países produtores adotarem a diversificação da produção de tabaco, mais uma vez não houve a possibilidade de participação dos representantes dos produtores de tabaco (REVISTA EXPOAFUBRA, 2019).

Porém, essa exclusão não aconteceu somente no caso das famílias brasileiras, senão também no caso das mexicanas, já que conforme os produtores de tabaco e as suas organizações e sindicatos de representação não têm conseguido acessar a esses espaços para colocar em debate suas demandas e necessidades mais importantes. O depoimento de um funcionário da Aric explica essa situação.

Las reuniones (COP's) que se realizan para la revisión del Convenio Marco cada dos años me parece, los únicos que participan son representantes del gobierno. Participan la Secretaria de Salud y Sagarpa, pero no hay una participación de parte

de los productores para lograr a través de esas reuniones un replanteamiento del CMCT. Todo lo que se hace es a través de gobierno federal y ni siquiera se nos consulta a nosotros como productores. Nos damos cuenta de las reuniones hasta después, pero aun así les hemos mandado propuestas de proyectos aunque hasta ahorita no hemos tenido ninguna respuesta (EntrevistaRCSI, 2018).

A apropriação ou cooptação dessas arenas de disputa por parte de alguns setores vinculados a organismos internacionais, assim como por alguns Ministérios e Secretarias dos governos, provoca uma exclusão que atenta contra o direito das famílias fumicultoras de estar informadas e ser cientes dos tópicos abordados. Essa marginalidade vai colocando em confronto as famílias com outros atores, levando-as a que elas elaborem entre outras coisas, recursos discursivos para se posicionar e desvincular de esses organismos, representantes ou empresas, estabelecendo interfaces de disputa e desencontro, ao invés de cooperação. Em Dom Feliciano, alguns dos atores entrevistados possuem conhecimento desta situação e vem acompanhando as discussões, ao seu modo e recursos, desde os primórdios da CQCT.

Temos a representação das indústrias, que de fato o representante é um ex-prefeito daqui. É uma organização de representação dos municípios produtores de tabaco da região Sul, que tem presença lá em Genebra. Mas da Agricultura Familiar que eu saiba não. Representam às indústrias e fábricas do que nós. Representa toda uma região, mas não como agricultura familiar (EntrevistaCCDF, 2018-2019).

Eu acompanho desde o início. Muito do que a gente acompanha direto é a traves da internet, porque da fumageira eu vejo muito pouco, falam muito pouco e quando falam é muito do lado deles, de exatamente aquilo que está acontecendo e que é muito mais a visão deles como indústria. Cada um puxa para seu lado, e há entidades ligadas sim a fumicultura, mas disso ninguém fala, ou pouco se fala, só quando se tem as reuniões da Convenção e ai é a imprensa quem fala mais. Os jornais ligados a esses municípios mais ligados ao tabaco têm mais notícias. Nem sempre tudo o que se fala lá nas reuniões vem, ainda existe quem sempre tem alguma notícia. Vão lá para Suíça aonde se tem as reuniões, mas de lá sai muito pouco de notícias, parece que não teve muita decisão das discussões e termina vindo muito pouco para o público em geral ligado a fumicultura (EntrevistaAMDF, 2019).

Como vem sendo colocado e apresentando ao longo desta tese, as famílias fumicultoras e seus sindicatos e organizações de representação não estão sendo contemplados plenamente pela CQCT, nem pelas políticas e projetos que desta se derivam. Essa situação vem provocando que as famílias estejam ignorando ou deixando de se preocupar, tanto pelos desdobramentos trazidos pelo Tratado como pelas políticas ou possíveis projetos de diversificação. Ao mesmo tempo, os atores familiares estão se orientando na continuidade dos seus projetos individuais e coletivos, para além ou com essas Instituições.

Não vou disser que eu sei exatamente todo o que ela é (CQCT) né. Envolvi-me sempre e na medida do possível eu acompanho. Começou lá atrás e se criou por cima de um Conselho, das exigências da saúde, principalmente para combater o

cigarro. Claro que eles pingaram para outro lado, na outra ponta, aquela do lado do produtor. Muito hoje na Convenção se fala assim, que “ninguém é contra o plantio de fumo, mas sim contra o cigarro”, embora é a mesma coisa. Então se você é contra o cigarro, é contra o produtor. Não adianta dizer que ninguém é contra a produção de tabaco, que só queremos combater o cigarro porque é a mesma coisa [...] eles (as famílias) estão informados e já estiveram bem mais interessados, mas agora a gente não se interessa mais. Há muita informação que chegou e terminou sendo distorcida e aí o produtor termina escutando hoje uma história, amanhã outra e isso não vai dar em nada. Então, hoje a CQCT na propriedade chega sem credibilidade nenhuma porque ela já existe algum tempo e o produtor, como o brasileiro todo, se ele não vê resultados, ele logo cai no esquecimento (EntrevistaAMDF, 2019).

Não obstante essa situação em torno das COP's, elas deveriam se configurar, segundo Long (2015), em campos de batalha onde os conflitos sobre os significados e as práticas sociais dos diversos atores ou agentes envolvidos na fumicultura possam acontecer ou se encontrar. Neste caso, será no âmbito das políticas de diversificação do tabaco, que convertidas em intervenções planejadas que devem chegar ao nível local ou micro até seus “beneficiários”, no qual as famílias fumicultoras podem negociar e/ou aproveitar as oportunidades que essa estrutura lhes nega em outras arenas ou campos de batalha.

Diante desse panorama excludente, na realidade rural da produção fumageira outras formas de interfase e disputas vêm sendo construídas, sejam estas na forma de alternativas ou como contrapeso a essa estrutura externa. Essas formas se materializam em uma diversidade de estratégias de vida individuais e coletivas pensadas e desenhadas desde as propriedades rurais e os territórios do tabaco.

Não é a produção de tabaco que está em jogo, senão o desenvolvimento de uma cultura produtiva, histórica e atrelada ao local que tem lhes permitido as famílias, junto a uma diversidade de atividades produtivas e outros cultivos, o desenvolvimento de ações familiares para sua permanência no rural. São estratégias para agir e resistir, diante de um contexto que é excludente, ou que não oferece alternativas produtivas rentáveis e sustentáveis no rural.

A fumicultura lhes permite a velhas, como a novas gerações, a constituição e desenvolvimento de um projeto de vida no rural. A propriedade agrícola e a diversidade estratégica são recursos para se articular e disputar, simbólica e materialmente, a construção de agência e resistência. Algumas das entrevistas realizadas nos municípios de Dom Feliciano e de Santiago Ixcuintla oferecem perspectivas desta realidade.

Nas famílias entrevistadas, a fumicultura faz parte do seu modo de vida, da sua história pessoal e familiar, e das estratégias de vida. A primeira família com que se realizou vivência em Dom Feliciano relatava haver morado durante muito tempo na cidade (sede do município), mas quando o pai se aposentou depois de trabalhar na prefeitura, foi que eles decidiram voltar ao interior. O filho maior, hoje fumicultor, trabalhava naquele momento num mercado local

ganhando R\$ 1.200 por mês. Apesar do tempo vivido e de vários empreendimentos familiares na forma de negócios locais, não gostavam de morar na cidade. De acordo com o filho fumicultor, ao voltar para interior ele continuo trabalhando na sede municipal e tentou arrumar outros empregos melhores, mas não conseguiu. Devido às dificuldades econômicas, decidiram que a mãe e ele ingressariam na produção de tabaco.

Atualmente, depois de três anos na fumicultura, eles consideram que a renda econômica é viável, que vale a pena e que hoje em dia é mais fácil produzir. No interior da propriedade possuem também outras culturas como feijão, milho, batata, aipim, horta familiar e medicinal, tanto para o autoconsumo como para a criação. A renda advinda do fumo lhes permite realizar investimentos na propriedade, pagar algumas contas e fazer uma poupança. Mas eles esclarecem que se for para igualar a renda do fumo, se fossem 60 mil pés, teriam que cultivar 15 hectares de milho ou feijão, por isso, por enquanto não tem como abrir mão do fumo (EntrevistaRPDF, 2019).

No município de Santiago Ixcuintla uma das entrevistadas realizadas se concretizou com uma das poucas mulheres fumiculturas que possui contrato, frente à firma. Ela é natural de uma comunidade produtora de tabaco e relatava haver participado desde criança nas atividades agrícolas, embora não no tabaco. Mesmo assim, pouco depois de chegar a maioria de idade um dos seus irmãos que já morava e trabalhava na cidade de Nogales, Sonora (ao norte do México na fronteira com Estados Unidos), levou ela para se empregar numa fábrica. Aproximadamente nove anos após permanecer naquela cidade, decidiu com seus dois filhos retornar a casa para cuidar dos seus pais que já estavam idosos e doentes. Após o primeiro ano de seu retorno, frente à conjuntura de adaptação e às dificuldades econômicas enfrentadas nesse momento como mãe solteira, o pai dela recomendou se inserir como produtora de tabaco.

Ela ressalta que no início, a ideia de se tornar fumicultora provocava medo pelo risco de investir numa atividade agrícola e de se confrontar com a incerteza de chegar perder o investido. Após o primeiro ano na produção de tabaco, a produtora perdeu o medo e começou encontrando gosto na atividade. Apesar de não saber das práticas culturais em torno da fumicultura, por nunca haver participado diretamente dela, alguns contatos da rede familiar e pessoal, assim como seu desejo de aprender, lhe faziam perguntar tanto a outros produtores, como aos instrutores das firmas o mínimo de detalhes a ser feitos na lavoura. Acrescenta que o fato de se associar, através de um grupo solidário com um fumicultor experiente facilitou seu ingresso na atividade:

Murillo me enseñó, me dijo hazle así y así. Lo que no sabía yo le preguntaba y pues él me dijo no, no es duro, mira vente y es así. Es como cuando te vas a trabajar a una fábrica o algo te da miedo y ya después te enseñan, o le agarras el rollo, pos no se te hace tan difícil, pero ahorita estoy agusto plantando tabaco (EntrevistaMPSI, 2018).

Como tem sido colocado em outras pesquisas anteriormente realizadas tanto em Dom Feliciano (COTRIM, 2013; RUDNICKI, 2012; 2014; SCHNEIDER; DEPONTI, 2013), como em municípios de Nayarit (MADERA, 2006; CAYEROS, 2007; DE DIOS, 2014), a fumicultura é uma atividade produtiva importante com diferentes dimensões e significados, sobretudo para as famílias que dela participam. Seu cultivo pode não representar homogeneamente uma atividade para todos desejada, pois existem por parte de alguns grupos a vontade e/ou necessidade de abandoná-la assim que se apresentar a primeira oportunidade. Mesmo assim, existem outras famílias nas quais a permanência na atividade é uma decisão e escolha consciente que está permeada pelo fato do tabaco ser parte de uma diversidade de estratégias de vida.

Em Santiago Ixcuintla alguns produtores atualmente aposentados, que em teoria não poderiam continuar na atividade, permanecem a ela integrados pelos benefícios ou vantagens que podem negociar e/ou disputar frente ao SIPT e ao Estado. Este é o caso dos serviços médicos e a aposentadoria rural para suas famílias, além do reforço a sua identidade e ao seu *ser tabaquero*. Os seguintes relatos de entrevista apoiam estas afirmações associadas às dimensões da fumicultura.

Yo ya tengo 66 años cumplidos, aproximadamente unos 35 años dedicándome básicamente a la agricultura. Cultivo tabaco, y un poquito de frijol y maíz [...] Es que el tabaco es donde nos queda más ganancia que en otros cultivos, a diferencia del arroz o maíz por ejemplo. Además tenemos empleo casi todo el año, por así decirlo 6-7 meses. En mi caso, mi papá fue también tabaquero y yo desde los 10-12 años ya trabajaba ayudándoles como jornalero [...] para mí ser tabaquero es algo grande. Me siento satisfecho porque ya me pensioné y lo poquito que me van a dar lo voy a aprovechar para mi beneficio. Ese es el orgullo que tengo que fui tabaquero, además de tener el seguro social [...] cultivo pero ya no ejerzo a mi nombre, sino al de mis hijos, al de la familia. Actualmente con la cantidad de hectárea de tabaco que tengo se benefician tres de mis hijos, pero ninguna está a mi nombre. La intención es que todos tuvieran su crédito de tabaco para que así tuvieran su seguro social, porque no es muy fácil tener familia y que alguien se te enfermen. Así si algún hijo se enferma pues ya tiene su seguro social. Porque si vas con un médico particular, te quita lo poquito que tienes para comer, y sin embargo teniendo el seguro, lo llevas y te atienden (EntrevistaNUSI, 2018).

Desse modo, aceitar a condição de atores das famílias fumicultoras abre espaço para o reconhecimento de uma multiplicidade de realidades sociais, nas quais há uma coexistência de diferentes compreensões de mundo, de interpretações simbólicas e de respostas emocionais às experiências sociais e físicas destes grupos como seres humanos (LONG, 2015). Não é

possível pensar as famílias através de visões lineais e deterministas que as colocam como vítimas passivas de intervenção ou acomodadas e conformadas nas suas relações perante o SIPT. Se bem é verdade que as vantagens oferecidas por este Sistema produtivo influenciam na dependência ou subordinação das famílias, elas não podem ser enxergadas através de análises de determinação extrema.

Conforme Rudnicki e Guerin (2014, p. 29), “para os jovens, filhos de fumicultores, o fumo é um dos poucos patrimônios herdados. Para eles, trata-se de um mal necessário”. Mais do que isso, acredita-se que ao ser a fumicultura uma atividade secular e socialmente enraizada nos territórios do Brasil e do México, a agência e a resistência são capacidades e aprendizados que também são uma herança nas famílias fumiculturas. Podem ser repassados de geração em geração não só bens materiais na forma de propriedades e infraestrutura produtiva, senão também, conhecimentos e saberes que fazem parte do armazém cognitivo da família que são usados em torno do espaço vital desse grupo e do âmbito comunitário.

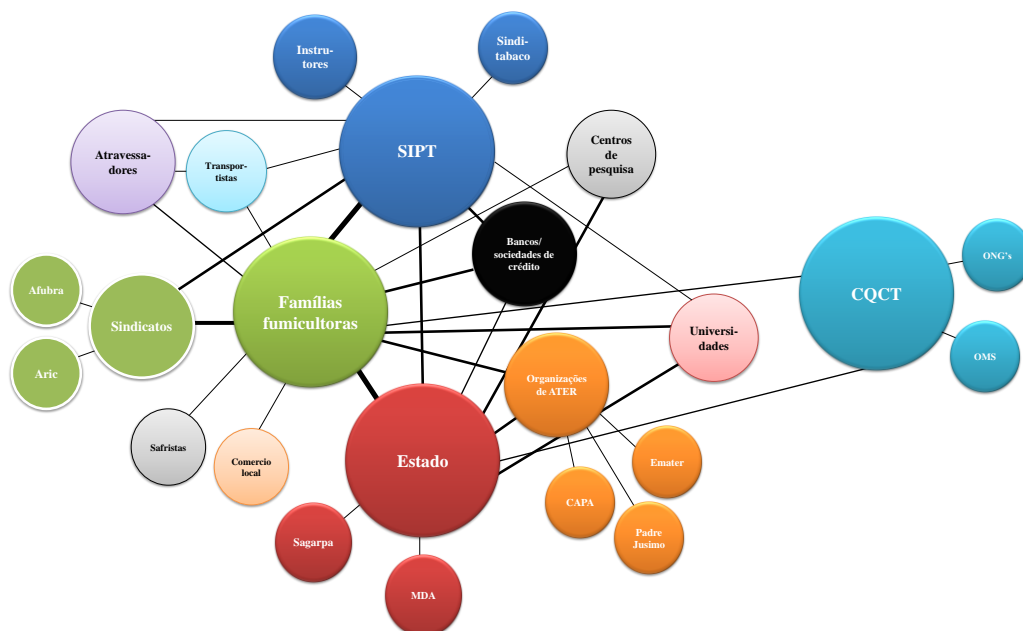
Mesmo assim, esses conhecimentos e outros itens que são constitutivos da capacidade de agência das famílias fumiculturas, só irão cobrar força, de acordo com Gazolla (2012), a partir da interação permanente em rede ou em contatos constantes através dos quais são compartilhados ou mobilizados frente a outros agricultores, pesquisadores, extensionistas, etc.

De acordo com Long (2007), a agência e o poder dependem crucialmente do surgimento de uma rede de atores que cheguem a ser parcialmente, ainda que não completamente, envolvidos nos projetos de algumas outras pessoas. Para o autor:

La agencia, entonces, implica la generación y uso o manipulación de redes de relaciones sociales y la canalización de elementos específicos (como demandas, ordenes, bienes, instrumentos e información) a través de puntos nodales de interpretación e interacción (LONG, 2007, p. 50).

Estas redes, apresentadas na figura seguinte, são fundamentais para a interação e a articulação dos projetos de vida das famílias fumicultoras. As interfaces mais próximas e de relação constante estão representadas pelos círculos maiores e as linhas mais grossas, se destacando os atores vinculados ao Estado e o SIPT. Não obstante, existem outros atores ou agentes que influenciam estes projetos, como o caso da CQCT, porém sua presença é distante dos territórios produtores de tabaco e está concentrada em outras arenas de disputa distantes geograficamente.

Figura 33 - Redes de atores e agentes sociais em torno da fumicultura de Dom Feliciano e Santiago Ixcuintla



Fonte: elaborado pelo autor (2019).

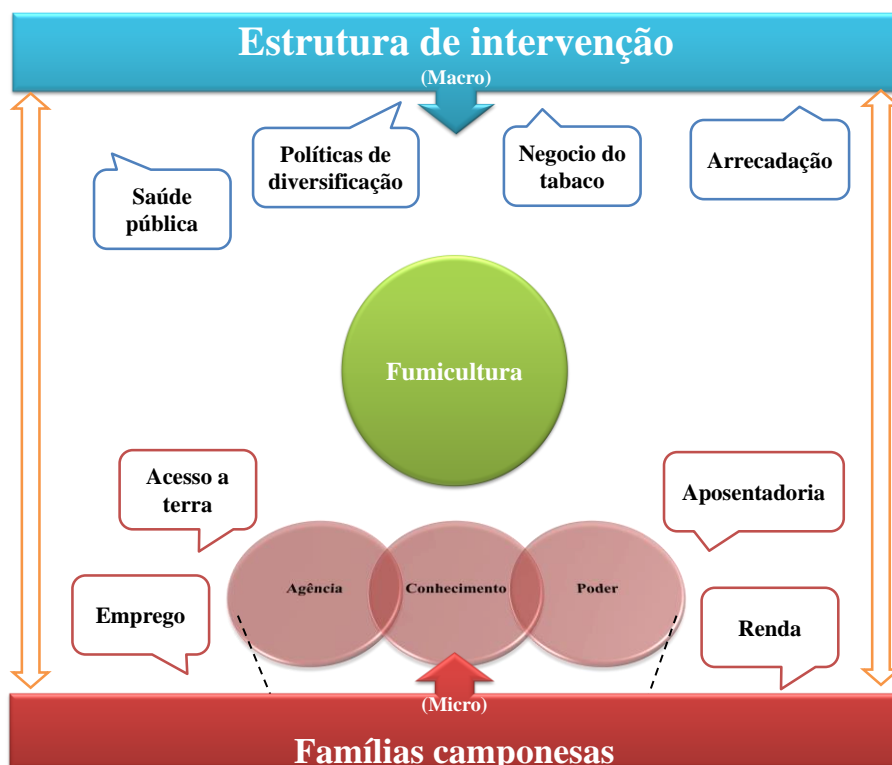
As formas em que intervenções externas como a CQCT se traduzem e instrumentam normalmente em projetos realizados por organizações do desenvolvimento que já tem objetivos definidos e esperados, e que comumente são aplicados por agentes desenvolvimentistas, como por exemplo, extensionistas; são fortemente criticadas por Long e Ploeg devido a suas formas deterministas que desconsideram as especificidades do local (DEPONTI, 2007).

As famílias produtoras de tabaco se debruçam frente a uma estrutura de intervenção como características semelhantes às descritas no parágrafo acima. Conforme Long (2015) deve-se mostrar que as situações de iniquidade, dominação ou controle, refletidas num nível micro, são o resultado intencional ou não, de um complexo jogo interno de estratégias específicas por significados, sentimentos e projetos com disponibilidade de recursos, sociais, institucionais, materiais e técnicos, dos diferentes atores. Constituem-se de esse modo no que o autor chama de:

Campos de batalla que surgen dentro y a través de múltiples dominios institucionales y espacios o arenas de acción social. Ellos no están limitados al ámbito local o encuadrados por contextos institucionales específicos como el diseño de proyectos de desarrollo y/o de políticas más amplias; ni involucran únicamente interacciones entre los denominados “beneficiarios” e “implementadores”. Por el contrario, los “campos de batalla del conocimiento” involucran un amplio rango de

actores sociales que poseen diferentes actitudes, experiencias y estrategias de subsistencia, así como diferentes intereses culturales y trayectorias políticas (LONG, 2015, p.).

Figura 34 - A fumicultura como uma arena de disputa em torno da diversidade de atores sociais



Fonte: elaborado pelo autor.

Desse modo, de acordo com a Figura 33, a fumicultura se constitui numa arena de disputa donde o que está em jogo é a continuidade de uma atividade que faz parte do conjunto da diversidade estratégica das famílias produtoras. A emergência da CQCT e as intervenções governamentais daí derivadas, tanto como os interesses econômicos das firmas fumageiras, assim como os de outras organizações, se confrontam com a agência e resistência das famílias que se materializa nos projetos pelo acesso a terra, emprego, renda e outros benefícios.

7.3 O SQUEEZE DA FUMICULTURA: SELEÇÃO E ESPECIALIZAÇÃO DAS FAMÍLIAS PRODUTORAS

De acordo com Buainain e Souza Filho (2009), nas últimas décadas a produção de tabaco vem enfrentando o que eles chamam de um ambiente institucional desfavorável e hostil, que repercute em que a evolução da demanda mundial tenha sido condicionada fortemente por alguns fatores. Dentre estes, os que podem ser destacados se referem às

medidas governamentais que responsabilizam aos fabricantes de produtos do tabaco pelos efeitos adversos à saúde, associados ao tabagismo e à exposição à fumaça do tabaco; uma política impositiva de aumento dos tributos sobre o consumo de tabaco; restrições à produção, à comercialização e à propaganda; assim como campanhas públicas e as organizações da sociedade civil que incentivam a redução da aceitação social do tabagismo e uma crescente consciência social em relação aos males e riscos à saúde associados ao uso do tabaco (BONATO, 2009; BUAINAIN; SOUZA FILHO, 2009). Trata-se de mudanças provocadas ou aprofundadas a partir da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (CQCT), das quais algumas já foram descritas nos capítulos anteriores.

Conforme Bonato (2009), havia um pressuposto de que a partir da implementação da CQCT, após os seguintes dez anos seriam visualizados estes câmbios e mudanças substanciais na cadeia produtiva do fumo. Nesse sentido, se ressalta também o comportamento das indústrias, frente esse ambiente. Naturalmente, as empresas não iriam assistir passivas a nova conjuntura em torno da cadeia, e graças ao controle absoluto que lhes confere sua presença transnacional desenhariam estratégias para se adequar a situação. Um dos primeiros reflexos desse atuar seria o deslocamento da produção de tabaco a países em desenvolvimento apenas como o início de um reordenamento produtivo (BONATO, 2009).

No México, atualmente o mercado de tabaco é controlado apenas por duas firmas sendo estas as filiais de British American Tobacco (BAT), e de Universal Leaf chamada *Tabacos del Pacifico Norte* (TPN). Em 2015, a firma *Tabacos Desvenados S.A.* (TADESA), filial de Philip Morris Internacional abandonou a produção deixando com isso de financiar aproximadamente 2.500 hectares (AGUIRRE, 2015), para passar a atuar somente na compra de fumo em folha. A estrutura produtiva e o segmento de mercado foram adquiridos por TPN, quem passou a terminar vendendo parte de sua produção para Philip Morris e outros compradores internacionais (EntrevistaJZSI, 2018). Em relação às famílias que trabalhavam com TADESA passaram a se integrar com BAT ou TPN conforme cada um encontrou melhores benefícios ou vantagens.

Este mercado internacional para a comercialização do tabaco é fortemente controlado por um número reduzido de empresas vinculadas ao capital internacional, que ao longo dos últimos anos vem passando por processos de fusões e aquisições (BONATO, 2009; BUAINAIN; SOUZA FILHO, 2009). Possivelmente a mais recente destas seja a realizada por BAT e Reynolds em 2016 envolvendo 47 bilhões de dólares (WILKINSON, 2018, p. 11).

O atual ambiente institucional se complexifica porque as firmas que compõem o SIPT vêm fazendo readequações e concentrações ao longo da cadeia produtiva com efeitos e

desdobramentos em várias áreas. No caso do Brasil, a Souza Cruz fechou a unidade fabril em Cachoeirinha/RS e trasladou atividades a unidade de Uberlândia, em Minas Gerais (ANUARIO BRASILEIRO DO TABACO, 2018). Assim mesmo, esta firma encerrou também atividades na usina de Blumenau/SC em 2019. A ação fazia parte de medidas de reestruturação do negócio visando a alcançar maior competitividade na operação. Além disso, a companhia desativaria um ponto de compra localizado ao Sul de Santa Catarina, motivo pelo qual trasladaria a compra de tabaco e outras atividades a unidades da companhia em Santa Cruz do Sul/RS e Rio Negro/PR (MACHADO, 2019).

Por outro lado, alianças estratégicas vêm sendo construídas como a realizada entre Philip Morris Brasil (PMB) e Universal Leaf Tabacos Ltda. (ULT) donde as atividades de compra realizadas pela unidade de PMB passaram a ser feitas na estrutura de ULT, isto como uma iniciativa que visa otimizar a alocação de recursos e a produtividade de ambas, sem alterar a rotina e suas operações com tabaco em Santa Cruz do Sul (JORNAL ARAUTO, 2019).

Diante desse panorama, sem dúvida há afetações e desdobramentos que se trasladam às famílias fumicultoras. Embora também existam estratégias para lhes fazer frente. Consta-se uma maior concentração e especialização produtiva em elementos como a área cultivada e os produtores registrados, tanto que no Brasil já foram expulsos entre 2005 e 2018, 48.690 fumicultores que cultivavam uma superfície total de 141.760 hectares. Entretanto, no México esse processo já descartou uma superfície cultivada de 5.661 hectares para o mesmo período, assim como o número de famílias expulsas aproxima-se das 500-600 unicamente para o município de Santiago Ixcuintla.

Encontra-se em andamento um processo de seleção e especialização das famílias produtoras de tabaco que participam desta atividade nos territórios do Brasil e do México. Pode-se chamar este como squeeze da fumicultura. Dito processo não se remete unicamente as relações e interfaces das famílias, frente às firmas do SIPT, senão também a atores institucionais do Estado, organizações de ATER, sindicatos e organizações de representação camponesa, que entre outros, estão envolvidos em esta cultura produtiva. Esse squeeze é chamado assim porque, de um lado, as famílias estão sendo expulsas principalmente pelas firmas que controlam o SIPT. Do outro, aquelas que conseguem permanecem na atividade estão tendo que se confrontar e adaptar os requerimentos exigidos no âmbito da produção de tabaco, tanto técnico-produtivos, socioorganizacionais e econômicos. Em Nayarit, algumas das entrevistas realizadas junto às famílias dão conta desta situação.

Este año (2018) 40 hectáreas de tabaco van a dejar de plantarse aquí en el rancho. Solamente en este pueblo, imagínate nomas. El motivo es que hay familias que no tienen los recursos para poder financiar el 75-25% que piden las empresas (EntrevistaRPSI, 2018).

Este squeeze, como processo para a produção agroalimentar mundial é descrito por Ploeg de forma que:

[...] a população agrícola é confrontada com um squeeze da agricultura cada vez maior. Os preços se estagnam, os custos se disparam e muitas famílias agrícolas são empurradas para uma condição de marginalidade. Esses grupos enfrentam e lutam contra a condição de marginalidade que lhes é imposta por meio da criação de novas respostas, as quais diferem claramente das prescrições e da lógica do império. Simultaneamente eles criam e fortalecem novas inter-relações com a sociedade em geral através do cuidado que tem com a paisagem, com a biodiversidade, com a qualidade dos alimentos, etc. (PLOEG, 2008).

Ainda que o tabaco não seja uma cultura agroalimentar, seu cultivo por parte das famílias produtoras segue uma lógica camponesa através da qual estes grupos são capazes de desenhar e elaborar novas estratégias ou tornar mais sofisticadas ou aperfeiçoadas algumas já existentes. Desse modo elas conseguem se manter na produção de tabaco e na disputa por recursos materiais e simbólicos frente a outros atores, seja em torno da fumicultura ou das atividades agropecuárias no se conjunto.

De um lado, os grupos familiares que tem conseguido permanecer na atividade fumageira estão se enfrentando a vários problemas. Destaca-se o câmbio climático que provoca chuvas excessivas, granizo, ou estiagem, tanto em períodos do ano em que eram consideradas normais, como em outros que são atípicas (EntrevistaFLSI, 2018; EntrevistaAMDF, 2019). Se bem existe um seguro agrícola que faz parte da atividade fumageira e abrange a recuperação de investimentos realizados, este não garante a devolução do montante total em caso de sinistro agrícola-produtivo. Assim mesmo, há um aumento crescente no preço dos insumos e materiais que repercute no custo de produção do cultivo trazendo como resultado a redução da margem de lucro e da renda final das famílias.

Uno de los cambios más relevante es que los insumos están cada vez más caros. Antes hacías \$50 mil pesos [R\$ 10.800,00] de deuda. Ahora, son \$80-85 mil pesos [aproximadamente R\$ 18.366,00] por hectárea. Los ingenieros de la empresa según nos dicen es por el tema del dólar. Pero también hay aumentos como en el precio de la sarta pagada a los indígenas que nosotros tenemos que pagar. Con esos aumentos y con la obligación de que el productor tiene que financiar el 25% hay quienes no pueden y mejor dejan el tabaco (EntrevistaIRSI, 2018).

São só alguns câmbios e desdobramentos por citar. No obstante, como se faz frente a estas incertezas? Como estão tendo que lidar as famílias fumicultoras diante dessas mudanças? Em regiões produtoras onde o cultivo de tabaco encontrasse consolidado, como no

caso de Dom Feliciano e Santiago Ixcuintla, existe um substrato social e uma base de recursos que está formada por um conjunto de relações em rede, conhecimentos, organização familiar, recursos econômicos e da natureza, assim como uma estrutura produtiva para ser usada de forma estratégica.

De acordo com Ploeg (2008), é através da coprodução entre as famílias camponesas e a natureza, que os recursos não são apenas convertidos em uma variedade de bens e serviços, senão que também, ao mesmo tempo são reproduzidos como recursos. Essa coprodução faz parte de um processo de produção e de reprodução, estando fortemente interligados ao âmbito familiar e produtivo da propriedade.

Por um lado, se as firmas estão realizando um processo de contração e especialização produtiva restringindo as zonas fumicultoras, elas estão se dirigindo a lugares donde são cientes da existência de um substrato social com produtores que possuem organização e conhecimentos no gerenciamento da base de recursos que estes grupos vêm realizando de forma mais sustentável. Do outro, a partir da ratificação e implementação da CQCT, o SIPT vem lidando com exigências e repercussões do mercado mundial de tabaco que estão orientadas por questões sociais e ambientalmente mais responsáveis.

Segundo Diesel, Scheibler e Palma (2001) a diferença de áreas rurais não tradicionais em que o produtor agrícola se incorpora à atividade fumageira eventualmente frente a conjunturas de crise, sem alterar de forma importante o sistema de produção ao interior da propriedade, a probabilidade que ele tem de abandonar a atividade ou ser expulso é maior. Diferentemente, em regiões tradicionais em que as famílias têm se especializado na produção, gerando conhecimentos, relações, contatos e uma infraestrutura produtiva *ad hoc* para o desenvolvimento da fumicultura, sua permanência e continuidade tem uma probabilidade maior e torna-se alvo da procura das empresas. Além disso, uma boa reputação como fumicultor é determinante quando se precisa obter algumas vantagens especiais. Essa reputação cria benefícios, embora também autoconfiança, por exemplo, quando um fumicultor em Santiago Ixcuintla manifestava: *A mí nunca me visita el ingeniero porque confía en mi trabajo* (EntrevistaPDSI, 2018).

Situações semelhantes foram encontradas durante a pesquisa de campo realizada neste município. Um dos produtores entrevistados, de 48 anos de idade e com 28 de *ser tabaquero*, foi alvo da competência entre as duas firmas que controlam o SIPT em Nayarit. Ele era integrado da filial de BAT, mas passou por um problema familiar que lhe fez precisar uma quantidade importante de dinheiro o que terminou por influir na disputa das firmas.

Yo le pedí un préstamo al ingeniero de British (BAT) y éste no me dijo que no, me dijo que iba a ser aplicable por mis resultados. Resulta que me trajo a puras mentiras y entonces yo le dije un día que “si no me los prestaban me iba a cambiar de empresa” pero no me creyeron. Desde los veinte años de edad que yo empecé como productor habían sido plantándoles a ellos, entonces como iba a jugar con eso y más siendo algo de salud. Para eso yo me había hecho amigo del ingeniero de la otra empresa (TPN) porque mi compadre plantaba ahí. Entonces yo le platiqué al ingeniero y él me dijo que con ellos no batallaba que porque tenían mi currículo, ó sea, tenían buenas referencias de mí porque él miraba mi trabajo, las galeras, mis curados, todo lo que hacía en la parcela. Pues en esa misma semana me prestaron el dinero, luego luego en la semana me trajeron el cheque. Entonces cuando se enteraron en British vino el ingeniero y el jefe de ellos a querer prestarme ahora sí el dinero y que me regresara de vuelta con ellos pero ya no podía, yo ya había dado mi palabra con la otra empresa (EntrevistaELSI, 2018).

Com base em esse depoimento algumas análises podem ser feitas. Primeiro, há um capital social historicamente construído em torno da fumicultura que é acionado em momentos de interface frente a outros atores e agentes, quando se tenta obter ganhos além dos tradicionalmente obtidos frente ao SIPT. Segundo, constata-se também um reconhecimento aos saberes e fazeres das famílias fumicultoras em relação às práticas e atividades realizadas na produção de tabaco que terminam induzindo em um monitoramento ou seguimento dos bons produtores por parte das empresas. Terceiro, há relações de poder através das quais os fumicultores são capazes de condicionar sua continuidade na produção de tabaco a contrapartida de receber ou não alguns benefícios inclinando a balança no seu favor.

Em continuidade ao anterior, acrescentam-se alguns argumentos sobre a existência de situações de competência entre as firmas fumageiras que foram comprovadas durante uma entrevista realizada com um ex-funcionário da organização de produtores. Ele asseverava que há várias disputas entre companhias para se apropriar dos melhores produtores com o viés de garantir produção em quantidade e qualidade; *“algunas ofrecen a los productores camionetas, equipos de riego, les prometen clasificarles y comprarles mejor. Incluso, tienen ingenieros para comprarle tabaco a los productores de la otra empresa con tal de meterle el pie y que se de mal para quedarse sola con todo el negocio”* (EntrevistaJZSI, 2018).

Em relação ao Brasil, estudos anteriormente realizados no Rio Grande do Sul demonstram que as empresas fumageiras possuem uma tendência de selecionar seus produtores conforme um perfil previamente estabelecido que estas vão construindo deles. Quando existe um movimento orientado a favorecer a concentração da produção em um menor número de áreas em detrimento de outras, as firmas aumentaram a escala de produção por produtor integrado, tendo especial interesse em uma área geográfica particular, no tipo de produto almejado, no perfil do produtor, entre outros aspectos (DIESEL; SCHEIBLER; PALMA, 2001).

Em Dom Feliciano existe um esquema comunitário que apesar de não estar institucionalizado com esse objetivo, de algum modo permite fazer frente às incertezas que se cernem sobre a fumicultura. Há uma rede de financiamento e dívida municipal que não envolve unicamente às famílias fumicultoras, senão também a supermercados, lojas agropecuárias, postos de gasolina e outros negócios. Trata-se grosso modo de uma economia circular municipal dos recursos. Um fumicultor, quando questionado de o porquê pedir fiado gasolina ou diesel se tinha aparentemente dinheiro para pagá-lo, respondia que por comodidade e costume (EntrevistaRPDF, 2019).

Alguns atores criticam e questionam a estas famílias que compram ou financiam o autoconsumo da vivenda e da propriedade pedindo fiados nos diferentes negócios. Embora, para outros atores asseguram que “todos somos parte do mesmo bolso, porque num município que depende do fumo se o produtor se dá mal, o supermercado não vai vender, ninguém vai comprar na agropecuária e assim vai”. Em alguns casos, existem juros sobre o emprestado ou financiado, mas para aqueles em que sua rede familiar e de amizades é extensa e confiável, como o fumicultor questionado, assegura que o dono do posto confia nele e sabe “quando vender o primeiro fumo vou lá pagar” (EntrevistaRPDF, 2019).

Não obstante, há também outras formas que as famílias fumicultoras estão desenhando e implementando para lidar com outros resultados adversos que não se referem especificamente ao squeeze na fumicultura, tanto em Dom Feliciano como em Santiago Ixcuintla. Estas formas apresentam-se, sobretudo, nas atividades agrícolas orientadas ao mercado sem garantia de preço. Por exemplo, no caso do feijão ou milho, as famílias vêm optando por se retirar parcialmente da produção, garantindo basicamente o necessário para o autoconsumo da propriedade. Os níveis de preços diminuíram de tal forma que a rentabilidade se tornou ilusória, e as famílias optaram por retirar o capital investido e reorientá-lo/reinvesti-lo em outro setor ou atividade. É possível que tanto em estes dois cultivos, ou com hortifrutigranjeiros, as famílias possam se arriscar investindo novamente na sua produção, frente a uma conjuntura favorável do mercado. Porém, passado esse momento, se elas começam a observar perdas contem ou desativam a produção desse cultivo.

Essa desativação, ressaltada por Ploeg (2008), apresenta-se também nas propriedades das famílias fumicultoras e nas culturas agrícolas por elas desenvolvidas. Se contém ou reduz progressivamente a produção agrícola e/ou de tabaco, frente a vulnerabilidade de preços ou incertezas nos mercados. Por exemplo, as famílias podem optar por liberar recursos, como mão de obra, infraestrutura, equipes, dinheiro, e orienta-os ou investi-los em atividades econômicas como a fumicultura. Esses recursos não são retirados de forma total, senão

transferidos de forma parcial ou temporal para outras atividades agropecuárias. Essa desativação não envolve uma descampesinização porque as famílias não estão deixando de ser camponesas. Só reduzem e concentram seus recursos escassos em algumas culturas e atividades agropecuárias que lhes garantem certeza de retorno dos investimentos frente a conjunturas não favoráveis.

7.4 ENTRE A “TROCA DE DIA” E *CUIDAR LAS PERDIDAS*. A ORGANIZAÇÃO FAMILIAR E OS GRUPOS SOLIDÁRIOS

A seleção e especialização a que se enfrentam as famílias fumiculturas em ambos os territórios aqui estudados, levou-lhes a aperfeiçoar ou elaborar estratégias mais sofisticadas baseadas na sua capacidade de agência e de resistência. Apresentam-se aqui duas destas que seria a “troca de dia”² no Brasil e os “*grupos solidários*” no México. Ambas, não são uma elaboração individualista das famílias, nem um benefício entregue pelo Estado ou pelo SIPT, senão uma relação de interface que se realiza em níveis ou arenas de disputa diferentes, donde tem havido avanços e retrocessos.

A troca de dia se refere a uma estratégia familiar identificada no município de Dom Feliciano/RS, donde a simples vista parece se compartilha unicamente a força de trabalho entre famílias no momento da coleta de fumo que acontece entre os meses de novembro a março. Não obstante, existe mais do que isso. Há também um uso coletivo e empréstimo de recursos como insumos químicos e fertilizantes, equipamentos na forma de tratores e carroças, assim como de infraestrutura produtiva que seriam estufas e galpões.

Para as famílias “trocar dia” se refere de forma genérica ao ato de devolver a força de trabalho braçal que algum membro de outra família, seja ou não parentes, vizinhos ou conhecidos, dispensou na coleta de fumo em outra propriedade. Para a maioria, a troca de dia é intercambiar mão de obra familiar durante esta etapa, porém existem casos em que trocar dia nem sempre é “pago” com trabalho, senão com insumos ou empréstimo de equipes e benfeitorias. Embora, houve alguns casos em que através das vivências junto às famílias foi possível observar que o pago chegou a ser feito em dinheiro.

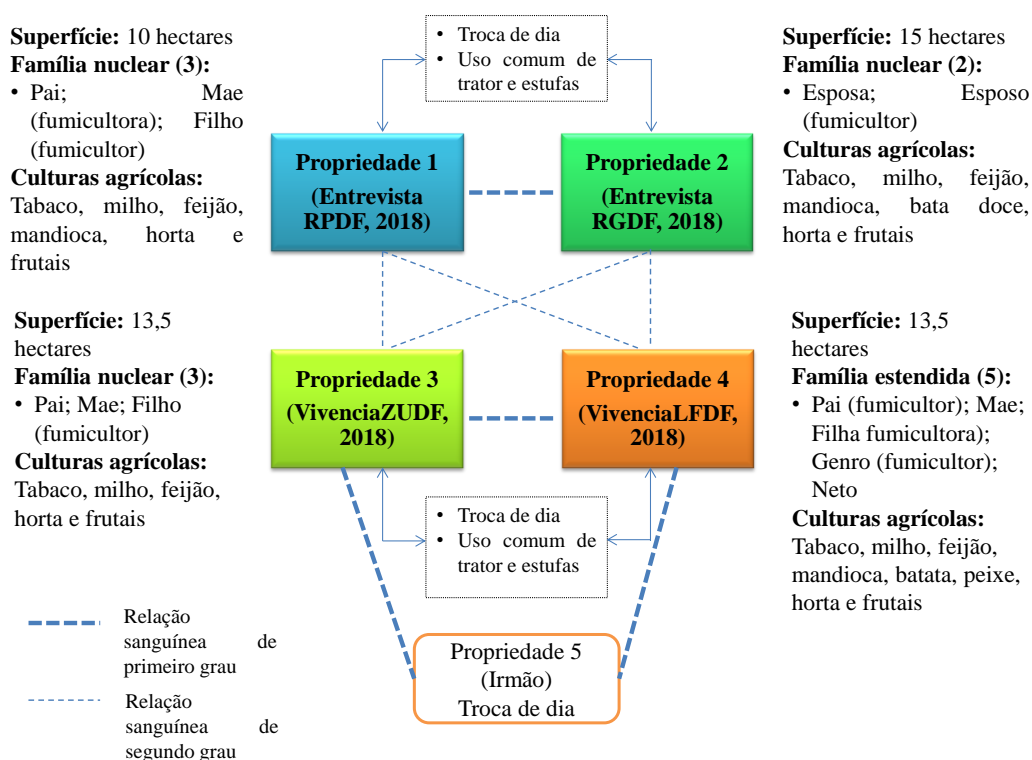
A figura próxima apresenta a organização familiar em torno da troca de dia no município de Dom Feliciano. Trata-se de um conjunto de cinco famílias donde a propriedade

² Uma estratégia semelhante em Nayarit, o chamado “Trabajo vuelto” foi documentada por Madera (2006), que consiste em essência no retorno não só de trabalho, senão também de itens como insumos, equipes, animais, etc., que podem ser pagos ou retornados não necessariamente com aquilo que foi emprestado, senão com trabalho.

1 pertence à primeira família visitada durante as atividades da pesquisa de campo, a partir da qual foi possível conhecer a propriedade familiar 2. Ambas estão localizadas na mesma localidade donfelicianense e possuem uma relação sanguínea de primeiro grau através de dois irmãos, um deles ainda fumicultor (propriedade 2) próximo da aposentadoria e sua esposa. Na propriedade 1, o filho e mãe são fumicultores. O pai é aposentado e com problemas de saúde que lhe impedem participar da produção de tabaco em campo.

Nas propriedades 3, 4 e 5 existem relações sanguíneas de primeiro grau entre irmãos fumicultores. Ao interior da propriedade 4, há um casal jovem que também são fumicultores. Nas propriedades 3 e 4 foram realizadas vivências com as famílias durante o período de coleta, em tanto que na propriedade 5 só foi conhecida através de uma visita com técnicos do escritório municipal da Emater/RS.

Figura 35 - A “troca de dia” como estratégia familiar na fumicultura do Brasil



Fonte: elaborado pelo autor a partir da pesquisa de campo (2018-2019)

A troca de dia como intercâmbio de força de trabalho se realiza entre as cinco famílias fumicultoras. No caso das propriedades 1 e 2 esta tática vem sendo realizada desde há três anos a partir de que a família da propriedade 1 retornou ao interior, vindos da sede do município, para se estabelecer e escolher a fumicultura dentre as atividades produtivas. Essa

estratégia não era recorrente, senão eventual e raras vezes feita, embora se tornou indispensável na última safra (2018-2019) quando a família 1 perdeu um dos seus filhos e a quantidade de 60 mil pés plantados de tabaco superou a força de trabalho disponível ao interior da família. A contabilidade da troca de dia nestes dois grupos familiares se realiza de forma que a família 1, ao ser dois membros (mãe e filho), pagam meio dia de trabalho por um dia completo de trabalho que o fumicultor da família 2 dispensou para eles. Em outras vezes, é estufa por estufa, ou seja, cada família se ajuda até colher o equivalente para encher uma estufa (EntrevistaRGDF, 2019).

No caso das propriedades 3 e 4 a troca de dia já vinha sendo realizada por ambos irmãos, mas se tornou mais ampla quando o casal de jovens se incorporou as atividades agrícolas após haver retornado de Santa Cruz do Sul donde estiveram morando por quatro anos. Com relação a propriedade 5, os irmãos vêm trocando dia desde há vários anos, sobretudo no momento de plantação e da coleta, ainda que não é recorrente, “só quando o fumo aperta e começa a amarelar” (DIÁRIO DE CAMPO, 2019).

Figura 36 - Troca de dia entre famílias fumicultoras no município de Dom Feliciano/RS



Fonte: realizada pelo autor a partir da pesquisa de campo (2018-2019).

Constatou-se que as propriedades 1 e 2, assim como a 3 e 4 fazem troca de dia não só como intercâmbio de força de trabalho. Existe em torno desta estratégia um uso coletivo de tratores e carroças, assim como de estufas e galpões. A diferença das famílias 1 e 2, nas 3 e 4 a organização para o trabalho não está mediada por relações monetárias ou de quantificar o que foi trocado. Isto é porque não se contabiliza quantas pessoas ou dias foram trabalhados,

quanto diesel a mais ou menos foi usado pelos tratores, quanta lenha foi necessária nas fornalhas das estufas para a secagem do fumo.

No caso da propriedade 1, após a difícil situação familiar mencionada, alguns parentes e membros de outras famílias foram para trocar dia com eles na safra 2018-2019. Durante as vivências realizadas, uma prima e o filho dela que também são fumicultores, assim como outro primo que é motorista de ônibus escolar e fumicultor, participaram com eles da coleta de fumo. No caso da prima, não houve pagamento ou retribuição nenhuma nesse momento. Em relação ao primo foram lhe repassadas quatro sacas de fertilizante por uma tarde de haver ajudado na coleta, mesmo que quis pagar pelos insumos, a família 1 reusou-se a aceitar o dinheiro sobre o argumento da ajuda fornecida na colheita.

Em relação à troca de dia como estratégia mais extensa entre as famílias 1, 2, 3 e 4, esta é influenciada ou se deve à proximidade e/ou vizinhança das propriedades para cada caso. Usam-se os recursos, as instalações e os equipamentos de uma forma coletiva quando é necessário. A diferença da propriedade 5 que está distante geograficamente das propriedades 3 e 4, a mão de obra é geralmente o único recurso em troca. Não obstante, foi ressaltado pelas famílias que em algum momento já foram emprestados equipamentos agrícolas ou estufas quando foi necessário, mesmo que a distância entre propriedades seja longe.

Ainda que seja menos enxergado pelas famílias, existem outros recursos em troca, como sendo estes o caso do conhecimento agrícola, de formas de gestão da propriedade, assim como de contatos para venda do tabaco. Através das redes familiares são mobilizados e transferidos estes inputs, como no caso dos primos fumicultores das propriedades 1 e 3 que na ocasião de um evento realizado no local do Centro das Tradições Gaúchas (CTG), se aconselhavam em torno da necessidade de fazer o cadastro com alguma firma para sair da venda de tabaco com os atravessadores locais. Ao mesmo tempo, um deste oferecia para outro o contato e uma indicação com o instrutor da firma Brasfumo do município de Venâncio Aires/RS com a qual a propriedade da família 1 tem cadastro. Esse contato terminou sendo utilizado pelo fumicultor da propriedade 3 quando procurou ao instrutor da firma citada para vender um pouco de fumo com a intenção de “desapertar as contas” (DIÁRIO DE CAMPO, 2019).

No caso do México, as mudanças e câmbios que vem acontecendo na fumicultura têm levado às famílias à adoção ou aprimoramento das suas estratégias de vida disponíveis. Os *grupos solidários* são um arranjo produtivo vinculado à fumicultura que as famílias vêm disputando e moldando para adequá-los a sua organização socioprodutiva frente às firmas. Trata-se de um esquema criado pelas firmas fumageiras aproximadamente em torno da década

de 1940 para assegurar o retorno do seu financiamento. De acordo com Madera (2003, p. 230), estes grupos funcionavam de forma que:

[...] en caso de “incumplimiento” por parte del campesino productor de tabaco hacía difícil recuperar la inversión al no poder embargarse las tierras ejidales; durante su operación, Tabaco en Rama (Tersa) adopta un sistema de garantía que salvaba dicho obstáculo jurídico, el cual estaba basado en la integración de “grupos solidarios” en los ejidos. Estos grupos solidarios estaban formados por cinco o más productores de tabaco, cuyas tierras eran colindantes, o bien, estaban cerca unas de otras (sobre todo para facilitar el control del trabajo en los grupos por parte de los inspectores de campo). Pero más que ser grupos solidarios de producción, éstos eran un instrumento de Tersa a través del cual en caso de pérdida de algún ejidatario, los demás integrantes tenían que responder para recuperar la deuda contraída. De esta manera, las compañías tabacaleras aseguraban el nunca tener pérdidas (MADERA, 2003, p. 230).

Na atualidade, esses grupos continuam sendo utilizados pelas firmas para entre outras coisas repassar aos produtores o financiamento necessário para o desenvolvimento das diferentes etapas do cultivo. Ao final da cada safra as firmas descontam o financiamento que foi repassado e se entrega aos produtores a utilidade ou renda líquida restante. Segundo Pacheco e Cayeros (2007, p. 202), os grupos solidários são chamados assim:

Porque el riesgo de cada uno es asumido, solidariamente, por el resto del grupo. Aunque no ha sido requisito la correspondencia entre ejido y grupo solidario, en la práctica, los grupos solidarios se han conformado al interior de los ejidos siguiendo un esquema de vinculación por parentesco más que de productividad (PACHECO; CAYEROS, 2007, p. 202).

Trata-se por tanto de um esquema já antigo que vem acompanhando a fumicultura local desde sua etapa industrial nas primeiras décadas do século XX.

Esta larga tradición de los grupos solidarios, existente en el campo tabacalero desde la consolidación del cultivo del tabaco a mediados de los años cuarenta, se vio reforzada después de la desaparición de Tabamex... La fórmula de los grupos solidarios del tabaco permitió a las compañías compradoras evitar los riesgos haciendo que éstos fuesen asumidos por los productores, aún más, por familias ampliadas donde los diversos familiares se ayudan entre sí. Las empresas crearon, de esta manera, un esquema donde el productor participa individualmente a partir de la unión con otros (PACHECO; CAYEROS, 2007, p. 202).

Mesmo que existem diferenças em relação aos critérios, elementos ou número de produtores que são necessários no estabelecimento dos grupos solidários, o mais importante para as firmas é a garantia de se assegurar o retorno dos seus investimentos através destes arranjos. Nas diferentes conjunturas ou etapas históricas da fumicultura nayarita, as fumageiras foram usando diferentes critérios produtivos-organizativos para a inserção das

famílias fumicultoras. De acordo com o depoimento de uma família entrevistada, eles não ingressaram à fumicultura até que não se tornaram *ejidatarios*, “*porque en nuestros inicios no a quien sea le daban habilitacion (financiamento), sino que tenias que ser ejidatario*” (EntrevistaPDSI, 2018).

Esse quesito poderia estar baseado na ideia de que a posse formal da terra, apesar de não poder ser embargada ou apropriada pelas firmas para bancar as possíveis dívidas de uma família, servia como vínculo para que o produtor continuasse produzindo tabaco até fechar os compromissos frente as fumageiras. Ou seja, a família se tornava uma espécie de trabalhador das empresas na sua própria terra. O produtor que não era *ejidatario* e que por tanto no tinha acesso à terra, não oferecia à firma uma garantia de recuperação do investimento entregue em caso de perda. De algum modo, a firma olhava para o *ejidatario* pensando que ao menos este possuía a terra e a mão de obra familiar como garantia.

Mesmo que esse esquema dos grupos solidários desapareceu por conta da pressão dos produtores de tabaco na época de Tabamex, quando as firmas retornaram ao controle da produção nos anos 90’s foi novamente implementado. Apesar de pressões para a desaparecimento dos grupos, segundo um produtor entrevistado, “*los grupos solidários no han desaparecido. Han querido que desaparezcan pero no se ha podido. Antes te pedían una garantía para dejarte libre sin tener que estar en un grupo solidario*” (EntrevistaPRSI, 2018). Mesmo que existisse essa possibilidade, garantir de maneira individual às firmas o retorno dos investimentos em caso de perda e dívida implicava que deviam ser entregues títulos e/ou a documentação de propriedades agrícolas equivalentes ao montante financiando, situação que para muitas famílias era mais arriscado e até inviável.

Na atualidade os grupos solidários continuam funcionando, não obstante, sua formação possui uma influência muito forte a partir da organização familiar deixando de lado num segundo termo os critérios de proximidade das propriedades ou de produtividade que antigamente eram exigidos pelas firmas. Tornaram-se, portanto, em grupos familiares solidários. Em relação a esta situação, a associação de produtores de tabaco em Nayarit explicava a ideia de como vem sendo recentemente estruturados estes grupos.

[...] estamos trabajando en la figura de grupos solidarios que es la única responsiva sobre el financiamiento del cultivo, para eso funcionan esos grupos, pero si hubiera algún productor que quiere hacerlo de manera particular tiene que dejar garantías en prenda [títulos de propiedades]. Las empresas les dan a los productores la oportunidad de que ellos mismos se seleccionen, que ellos mismos decidan con quienes se juntan para poder recibir el crédito, y ahí es donde muchos han decido crear mejor grupos familiares (EntrevistaRCSI, 2018).

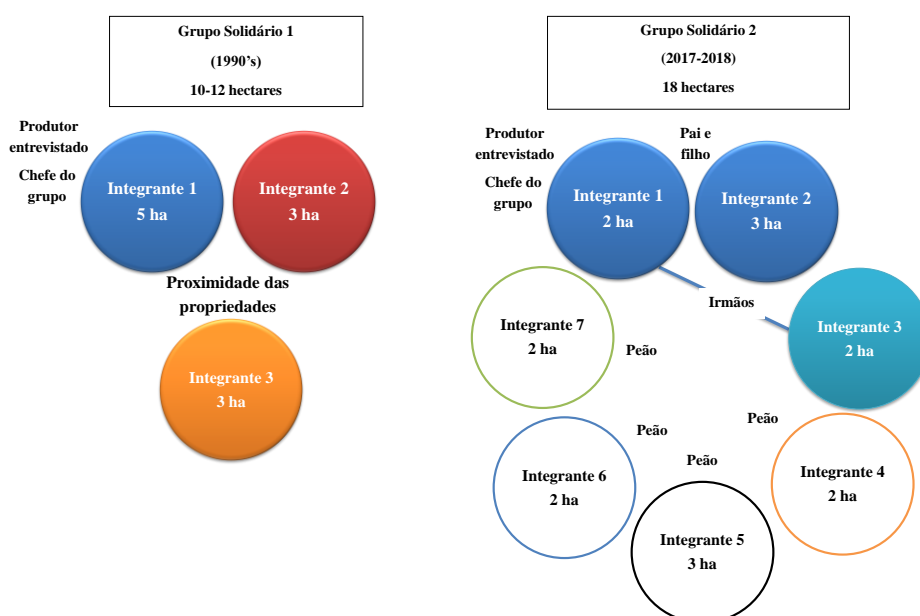
Para apresentar a organização e o funcionamento atual dos grupos familiares solidários na produção de tabaco em Nayarit serão utilizados, para melhor exemplificação, três categorias de produtores:

- a) Velho produtor;
- b) Produtor jovem;
- c) Novo produtor.

Na realidade empírica, o chamado “Velho produtor” refere-se a um fumicultor vinculado à atividade desde a época de Tabamex com uma idade aproximada de 60 anos. O segundo, é um agricultor com idade em torno dos 45 anos que se incorporou à produção de tabaco na primeira década do século XXI. Já o último, o novo produtor, possui aproximadamente 35 anos e vem participando da fumicultura a partir de 2010.

O chamado **chefe de grupo** trata-se do fumicultor representante do grupo frente às firmas. Seu papel principal demandava que toda sexta-feira ele fosse à sede do município de Santiago Ixcuintla para recolher no banco, o montante de recursos econômicos repassados e ser entregues aos outros membros. Atualmente, o financiamento é repassado diretamente a cada produtor através de conta e cartão de um banco comercial frente ao qual a fumageira realiza as gestões necessárias. Hoje em dia, o chefe do grupo representa e responde basicamente no caso de alguma reunião, informação ou documentação que tivesse que ser entregue às firmas.

Figura 37 - Grupos solidários de um “velho produtor” de tabaco na fumicultura do estado de Nayarit



Fonte: elaborado pelo autor a partir da pesquisa de campo (2018-2019).

A figura 36 apresenta a formação dos grupos solidários na família de um “velho produtor” em Nayarit. Sua incorporação à atividade se deu em torno de 1980 com dois hectares de tabaco. Durante a entrevista, o primeiro grupo solidário que ele lembra no qual participou foi durante a década de 1990. Naquele momento, eram somente três produtores os integrantes e não possuíam vínculo familiar nenhum, senão que o grupo havia sido criado pela proximidade das suas propriedades que em total registravam doze hectares cultivadas com tabaco.

Após a aposentadoria dos outros dois integrantes do **grupo 1**, este produtor criou em 2005 seu próprio grupo familiar solidário (**2**). Encontra-se atualmente conformado por membros da sua família e por trabalhadores sem-terra que são moradores da comunidade, e ao mesmo tempo, fumicultores parceiros. No caso dos familiares, um deles é filho e a outra pessoa é irmã do produtor entrevistado. Segundo ele, o filho é migrante temporal em Estados Unidos e só participa das atividades da produção de tabaco quando esta na localidade. Já a irmã, “*ella no trabaja en el tabaco, ésta como productora solo de nombre para que pueda tener seguro médico y algún día llegue a pensionarse*” (EntrevistaEMSI, 2018). Em ambos os casos, basicamente o produtor é quem garante a mão de obra e as atividades adicionais de sete hectares.

Em relação aos trabalhadores locais sem-terra, o produtor “empresta” a terra para eles. Não obstante, não especificou se recebe, no final da safra, algum valor monetário em troca que funcione como arrendamento da terra ou se existe alguma repartição da renda final. Segundo o “velho produtor” trata-se de pessoal que vem trabalhando com ele na agricultura nos diferentes cultivos desde há vários anos. Para este fumicultor, a vantagem de ter um grupo familiar solidário é que “*compartimos toda la maquinaria, desde tractores, implementos, equipos de riego, camionetas, etc. Lo mejor es que no ha habido deudas desde que se formó. Trabajamos todos juntos como uno solo*” (EntrevistaEMSI, 2018).

De acuerdo con Pacheco e Cayeros (2007, p. 202), quando os grupos solidarios foram criados “*uno de los factores que favoreció esa práctica fue la organización ejidal, por el sentido de solidaridad se encontraba en la base de la organización colectiva del ejido*”. Mesmo assim, o sentido de coletividade e solidariedade que prevalecia em torno da figura do *ejido* tem que ser ponderada na conjuntura atual após as últimas quatro décadas do modelo neoliberal implementando no México. A irrupção da modernização agrícola entre 1970 e 1980, assim como a privatização do *ejido* em 1992 desgastaram e deterioraram o tecido social nas comunidades rurais abrindo oportunidade para a ação oportunista de alguns produtores que eram permeados sobre o viés da competitividade.

Ações desse tipo permitiram que o esquema dos grupos solidários se bem desapareceu na época de Tabamex, levou ao seu retorno e permanência como estratégia das firmas para proteger seus investimentos. Segundo um funcionário entrevistado da organização de produtores, os grupos solidários são uma estratégia tanto das famílias como das firmas para evitar más praticas, principalmente em torno da venda do tabaco.

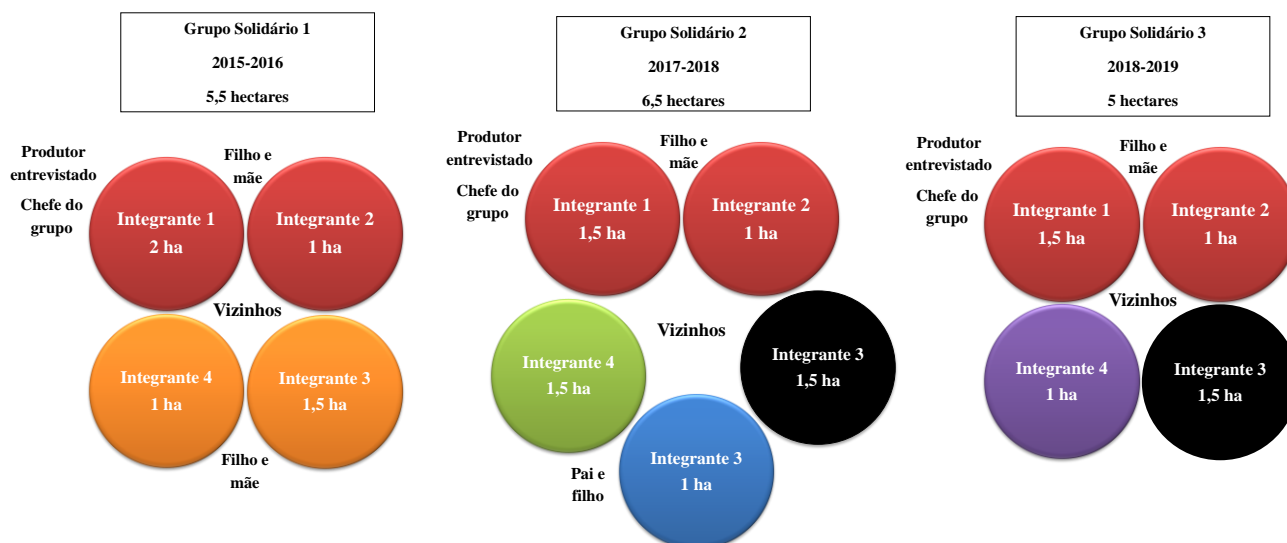
Los grupos solidarios volvieron a crearse porque había productores que desviaban tabaco. Se lo pasaban a amigos o compadres para que los vendieran a su nombre cuando sabían que iban a perder o no les iba a ir bien. Había productores que llegaban a entregar mucho tabaco porque había quien se los pasaba y luego se los pagaban (EntrevistaJZSI, 2018).

Conforme um fumicultor santiaguense entrevistado, seu depoimento apoia o argumento anterior ao manifestar que os grupos solidários criados pelas famílias são uma forma delas se proteger das práticas oportunistas de outros fumicultores, já que *“algunos productores venden fardos a otros productores cuando saben que van a perder y el grupo solidarios es el que va a pagar por ellos”* (EntrevistaJRSI, 2018). Uma situação semelhante aconteceu com uma família fumicultora entrevistada também neste município. Eles aceitaram a um produtor da mesma localidade para participar do seu grupo familiar, embora este não fez as práticas e cuidados necessários para desenvolver uma produção rentável, levando-lhe a ficar endividado e que fossem as outras famílias do grupo as que tivessem que responder pelas suas obrigações.

El año pasado (2017-2018) hubo problemas con un integrante del grupo porque quedó a deber. Por eso este año (2018-2019) mejor nos vamos a salir y vamos a formar otro grupo solidario (EntrevistaIRSI, 2018).

Para este “novo produtor” (Ver Figura 37) não era a primeira experiência em torno de um grupo solidário. Apesar da sua recente incorporação à fumicultura, é o terceiro grupo solidário do qual participa. O grupo solidário 1 funcionou na safra 2015-2016, já que após ter saído de Tadesa (filial de Philip Morris) donde não eram obrigatórios os grupos, quando se contratou com a filial de BAT, esta exigiu que ele e sua mãe quem também é fumicultora, tivessem que criar um grupo solidário, o N^o 1. Para isso, aliaram-se junto a uma vizinha e o filho desta num grupo que operava com 5,5 hectares. Esse grupo se manteve funcionando por duas safras (2015/2016, 2016/2017) até que os outros integrantes decidiram se separar para criar um grupo solidário que estaria conformado somente por familiares. Então, este fumicultor e sua mãe formaram o grupo solidário 2.

Figura 38 - Grupos solidários de um “novo produtor” de tabaco em Nayarit

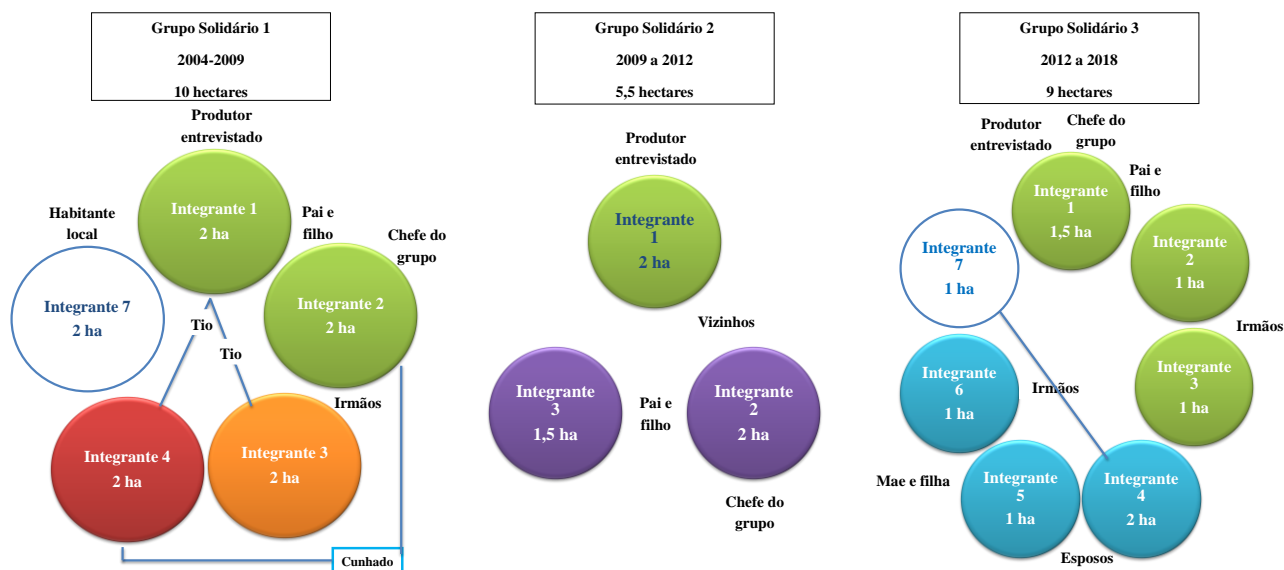


Fonte: elaborado pelo autor a partir da pesquisa de campo (2018-2019).

Conforme expressado anteriormente, este “novo produtor” teve que assumir a dívida de um dos fumicultores que formavam o grupo solidário 2. Frente dessa situação, se encontraram na necessidade de ter que criar um grupo (Nº 3). Essa estratégia, no caso desta família se torna uma resposta às situações conjunturais que vão se apresentando recorrentemente nesse território. A diferença do “velho produtor” já explicado, no caso do “novo produtor” eles vem criando diferentes grupos para enfrentar situações específicas. Mais do que levar esse esquema a uma ideia de que esteja conformado somente por membros familiares ou com laços sanguíneos, a finalidade é fazer frente as adversidades conjunturais.

O terceiro caso - jovem produtor-, a situação específica deste e a sua família apresenta características socioorganizativas conjunturais de resposta, que são semelhantes tanto às do “velho produtor” como do “novo produtor”. Conforme ele, ingressou a produção de tabaco aproximadamente entre 2004-2005 num grupo solidário donde o pai era o chefe de grupo, situação que de algum modo facilitou seu ingresso no mesmo.

Figura 39 - Jovem produtor e os grupos solidários em torno da fumicultura em Nayarit



Fonte: elaborado pelo autor a partir da pesquisa de campo (2018-2019).

Embora o jovem produtor só tenha permanecido alguns anos e mudou-se a outro grupo construído por outro fumicultor e seu filho, ambos vizinhos. Na ocasião da entrevista realizada, ele dava conta de funcionamento, do tempo em que permaneceu nesse primeiro grupo e os motivos que o levaram a sua saída.

Como unos tres años yo creo estuve en el primer grupo. Pero ya después el grupo tuvo problemas porque hubo productores que empezaron a salir endeudados y fue a mí a quien le tocó pagar por ellos. A pesar de que había en ese primer grupo un acuerdo, al menos de palabra, de que cada uno se haría responsable (de sus deudas), no cumplieron [...] En esos años me quitaron por cada persona \$4.000,00 a 5.000,00 pesos [R\$ 1.080]. Pero no fue solo ese año, sino dos años seguidos porque después me tocó pagar por otro productor [...] Ese fue el motivo por el que nos salimos y decidimos que la mejor opción de buscar otro grupo y pasó que me invitaron a ser parte de otro.

Não obstante ter sido convidado para esse segundo grupo, ele se manteve participando por aproximadamente quatro safras até que os outros membros saíram porque trocaram de firma, de BAT para TPN. No caso deste “jovem produtor” é de destacar que ao longo dos quatorze que vêm participando da produção de tabaco em Nayarit tem sido como integrado da filial de BAT. Diante do encerramento desse segundo grupo solidário 2, foi então que se apresentou a oportunidade para criar um grupo familiar solidário (Nº 3), integrado por basicamente duas famílias, ambas com relações de parentesco porque o a esposa deste “jovem produtor” é irmã da integrante 5 do grupo solidário 3.

[...] con ellos (otra familia) si nos hemos ayudado en algunas cosas. Por ejemplo, si yo ocupo un material y mi conuño lo tiene pues me lo presta. Igual, cuando a él se le descompone la camioneta viene y agarra la mía. Así estamos pues, ayudándonos. Hicimos el grupo así, porque somos la familia, para ayudarnos entre nosotros mismos ya que éramos poquitos. Poco a poco fueron entrando nuevos integrantes pero pues son de la misma familia también (EntrevistaCGSI, 2018).

A criação e funcionamento dos grupos solidários como estratégia das famílias fumicultoras em Nayarit pode ser bem mais entendida a partir da visão, abrangente e mais ampla, de um dos produtores de tabaco entrevistados quem oferece uma perspectiva extensa em torno da conformação e do funcionamento deste tipo de arranjo familiar na fumicultura nayarita.

[...] desde los últimos años de Tabamex ahí ya había grupos solidarios. Solo que en aquel momento eran grupos grandes, no eran chiquitos como ahora, en aquel entonces eran de quince, dieciocho productores, por lo menos [...] la responsabilidad de estar en un grupo solidario es que está especificado que si le va mal a otro productor tú tienes que pagar por él, tienes que pagar por tu socio, porque no hay manera de quedarle mal a la empresa, ella se va a cobrar y la deuda se va a quedar contigo [...] [En el primer grupo solidario] Éramos como seis. No todos éramos familia, pero si la mayoría. Había un señor que no era familiar, pero era un buen productor y por eso lo aceptamos [...] [Mis grupos solidarios son porque] me salí de BAT y entré a TPN, por eso tuve que crear mi propio grupo. Estábamos yo y dos personas más, pero como uno se pensionó y el otro ya no quiso seguir plantando, integré a un compadre al grupo. Pero después mi compadre se cambió de TPN a BAT y entonces tuve que integrar a mi esposa para hacer el grupo e irlo acomodando. Actualmente en este grupo están mi esposa que lleva tres hectáreas, un sobrino con dos y yo con cuatro hectáreas (EntrevistaELSI, 2018).

[La decisión de crear un grupo solidario] se debe a que es un requisito de la empresa, uno quisiera que fuera individual como productor, pero no. No es que yo quiera que el grupo esté formado solamente por mi esposa y yo, y no admitir a nadie más. Puedo aceptar a alguien mientras sea un buen productor. No hay problema mientras sea una gente que le eche ganas, que le guste trabajar y no sea chapucero, que no venda fardos para que después no te meta en un problema con la empresa. Realmente son dos detalles los que le tienes que ver [para aceptar] a ese productor: que le guste trabajar y que sea honesto. Aquí todos nos conocemos y ya sabemos cómo somos, como dicen por ahí “entre gitanos no hay que leernos las manos”. Este año me pidieron oportunidad de entrar al grupo unos nuevos productores que son mis amigazos, pero pues le dije que no. Les dije que mejor ellos hicieran su grupo y que si le quedaban a deber a la empresa pues ya era su problema, pero que no me afectaran a mí quitándome lo poquito de ganancia que me iba a quedar (EntrevistaELSI, 2018).

Assim, os grupos solidários, moldados e reconstruídos pela ação das famílias, passaram de ser um requisito elaborado e exigido pelas firmas, a se tornar por vez num esquema de proteção familiar para salvaguardar benefícios e ganhos econômicos do oportunismo de outros atores, não só empresariais, inclusive familiares e vizinhos nas localidades fumageiras.

8 A FUMICULTURA COMO UM ESPAÇO DE MANOBRA E RESISTÊNCIA FRENTE ÀS LIMITAÇÕES DO CONTEXTO NO BRASIL E MÉXICO

Tanto no Brasil como no México a fumicultura está organizada sobre o controle do aparelho capitalista que representa o Sistema Integrado de Produção de Tabaco (SIPT) que ao longo de cem anos pelo menos vem se articulando com as famílias fumicultoras em relações permeadas pela negociação e o conflito para o cultivo e subministro do tabaco como matéria-prima. Não obstante, com os câmbios e mudanças trazidos pela instrumentação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (CQCT), a estrutura de dominação em torno da fumicultura se torna mais complexa.

Com ajuda do ferramental teórico e analítico da Perspectiva Orientada ao Ator (POA) de Norman Long e os Diálogos Ocultos e a Arte da Resistência (DOAR) de James Scott, este capítulo de resultados discorre sobre a ideia transversal de considerar à propriedade rural das famílias como o espaço de manobra idôneo para o desenvolvimento de estratégias embasadas sobre interfaces formas cotidianas de resistência e diálogos ocultos.

De acordo com estes autores, queremos propor que há um interesse especial em explicar as respostas diferenciais das famílias fumiculturas a circunstâncias estruturais semelhantes, ainda que as condições pareçam mais ou menos homogêneas (LONG, 2007). Essas respostas são pensadas e desenhadas desde um espaço social relativamente autônomo, donde podem crescer negações práticas e discursivas, dando forma a âmbitos de poder familiares que servem tanto para disciplinar, como para formular padrões de resistência (SCOTT, 2000).

O capítulo em geral está organizado de forma que a partir do primeiro apartado se discute **A propriedade rural como o espaço social para as formas cotidianas de resistência** que vai além do seu caráter produtivo e reprodutivo, senão que a importância e a centralidade deste lugar permitem às famílias pensar e materializar uma série de estratégias de vida para a defesa de um projeto familiar. Logo depois, **O uso estratégico da linguagem. Os diálogos ocultos e o discurso público entre as famílias fumicultoras**, apresenta os jogos da linguagem e as ambiguidades discursivas que se utilizam estrategicamente como aparentes contradições a recursos linguísticos e não verbais que são usados, frente à aceitação social de subordinação e dependência. Na sequência, **dos truques, trampas e armadilhas entre as firmas fumageiras e as famílias produtoras de tabaco no Brasil e no México** detalha um conjunto de ações e práticas estratégicas, mais sofisticadas, que são produto da reflexividade e inventividade camponesa procurando a obtenção de benefícios pelas beiradas do SIPT.

Finalmente, **os territórios em disputa e as lutas por autonomia e liberdade das famílias fumicultoras** encerram uma discussão que apresenta a complexidade e riqueza da base de recursos e das estratégias de vida que estão ao interior da propriedade rural, embora nem sempre sejam visíveis para aqueles que só observam a ponta de um iceberg da fumicultura nos territórios do Brasil e México.

8.1 A PROPRIEDADE RURAL COMO O ESPAÇO SOCIAL PARA AS FORMAS COTIDIANAS DE RESISTÊNCIA

As famílias fumicultoras, tanto no Brasil como no México, participam do Sistema Integrado de Produção de Tabaco (SIPT) desde há aproximadamente cem anos. Na sua essência, este aparelho agroindustrial pode representar, de acordo com Scott (1985), a institucionalização de um sistema para a apropriação do trabalho, de bens e serviços de uma população imediata que neste caso seriam os produtores de tabaco. Inerente a esse Sistema, as relações entre as firmas e as famílias estão contaminadas por um elemento de terror pessoal que pode ter formas as mais diversas, como por exemplo, os insultos e humilhações públicas (SCOTT, 2000), que neste caso de estudo aparecem em torno dos momentos da classificação e compra do tabaco.

Esta etapa é onde, um dos problemas mais recorrentes e que gera as maiores tensões em torno do SIPT se apresenta. Em ambos os lugares de estudo, é recorrente escutar frases como “A maior dificuldade na hora de vender é o preço. Tu sabes que alguém vai te comprar, mas o problema é o preço porque eles não têm um padrão. Não vão te pagar pela classe, senão de acordo com o dia.” (EntrevistaMTDF, 2019), ou “Si no vas al recibo de tabaco, la empresa te clasifica mal. Si vas, te clasifican más o menos. Tratan de compensar para que a uno no le vaya bien” (EntrevistaJRSI, 2018).

Essas tensões na hora da venda e do estabelecimento do preço, além de alguns outros, tem dado forma a um olhar que coloca as famílias como sujeitos passivos e acomodados frente a esse Sistema e suas injustiças. São lançadas críticas e questionamentos recorrentes em relação aos porquês destes grupos sociais se mantêm sem reação diante dessas situações. Considera-se que num contexto donde o poder das firmas fumageiras e a indiferença do Estado são recorrentes, a posição das famílias fumicultoras pode ser prudente, mas que desafiadora. Ao invés de se revelar diretamente e protestar publicamente, essas famílias recorrem a formas mais seguras de rejeitar ou enganar a essa estrutura de dominação e intervenção em torno da fumicultura no Brasil e México.

Portanto, a capacidade destes grupos para resistir e sobreviver frente a esse ambiente hostil caracterizado por relações hegemônicas, não poderia ser entendido sem a centralidade de um espaço social restrito condicionado a agentes externos. O elemento central nessas interfaces é a posse das propriedades familiares como um espaço de resistência e sobrevivência, de produção, consumo e reprodução. É o espaço desde donde é possível manobrar e assumir um papel-chave diante dos diferentes retos e desafios problemáticos, interagindo e se relacionando com outros agentes. A propriedade é também o lugar donde se constrói autonomia e liberdade.

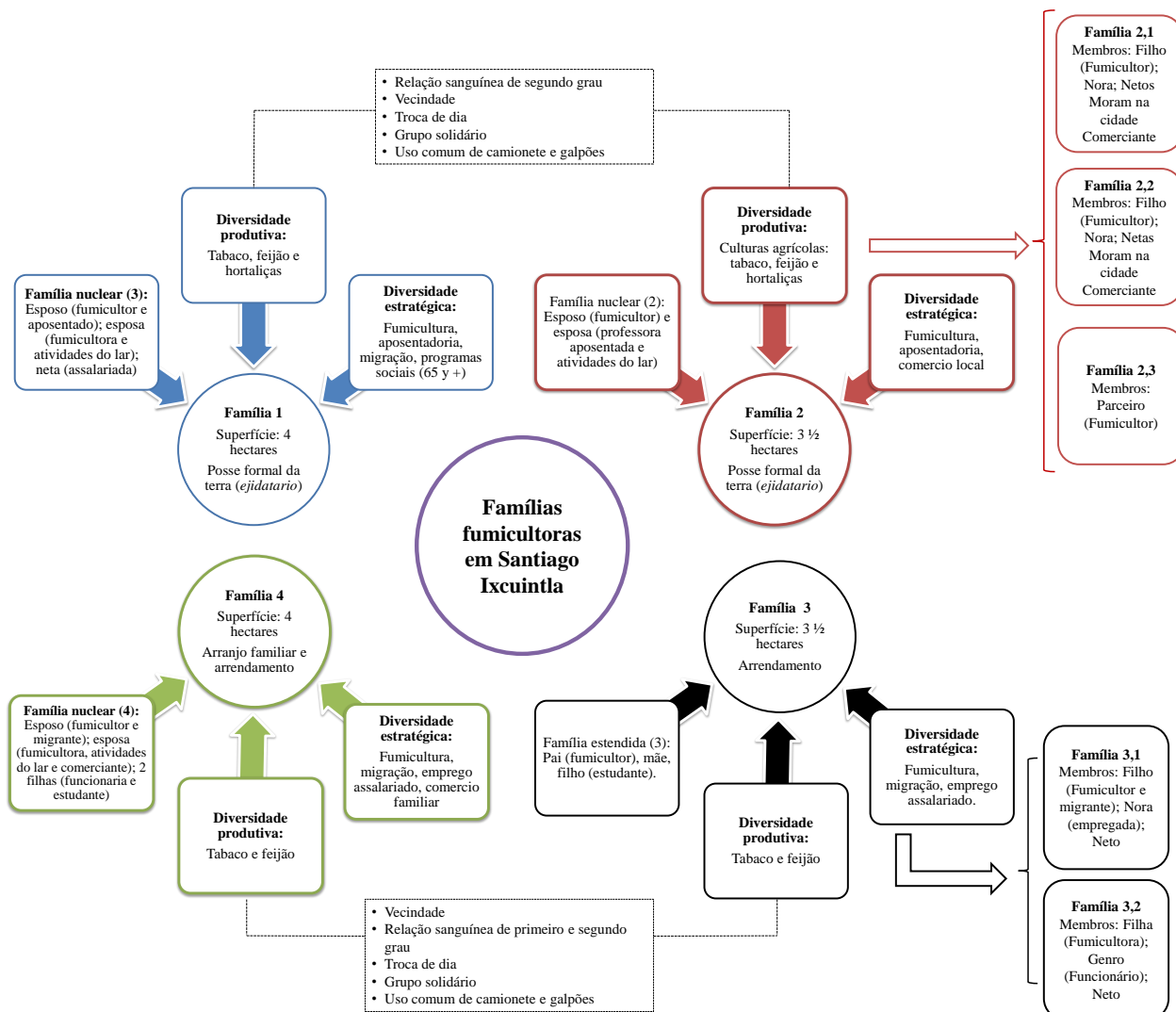
Conforme Scott (2000, p. 45), “*ni las formas cotidianas de resistencia, ni la insurrección ocasional se puede entender sin tener en cuenta los espacios sociales cerrados en los cuales la resistencia se alimenta y adquiere sentido*”. Inclusive, os grupos subordinados devem construir espaços sociais nos quais o controle e a vigilância dos dominadores não possam penetrar.

Se se pretende entender o processo de desenvolvimento e codificação da resistência, é indispensável analisar a criação desses espaços sociais marginais, especificando como são elaborados e defendidos, para passar de uma ideia abstrata do sujeito rebelde individual por uma de socialização de práticas e discursos de resistência em grupo (SCOTT, 2000, p. 148). A construção e organização das propriedades rurais das famílias fumicultoras nos municípios estudados dão conta da ideia de espaços sociais para o desenvolvimento das formas cotidianas de resistência e os diálogos ocultos.

A figura (No. 39) seguinte apresenta os casos de quatro famílias que foram estudadas no município de Santiago Ixcuintla. Trata-se de grupos com uma heterogeneidade constitutiva ao longo do tempo donde a composição familiar, a diversidade produtiva e a diversidade de estratégias são elementos centrais que vem continuamente mudando a partir da conjuntura temporal e das necessidades familiares. São tipos de famílias nucleares e estendidas que possuem acesso à terra seja como *ejidatarios*, ou através de arrendamento ou de algum arranjo familiar.

Existe ao interior de cada grupo como atividade comum a produção de tabaco e feijão, assim como algum tipo de hortaliças. Suas estratégias vão desde a fumicultura, a produção agropecuária, emprego assalariado, comércios locais, até a migração temporal a Estados Unidos.

Figura 40 - A construção do espaço social das famílias fumicultoras no município de Santiago Ixcuintla



Fonte: elaborado pelo autor a partir da pesquisa de campo (2018-2019).

A **família 1** trata-se de um grupo composto atualmente por três pessoas. Embora, havia estado conformado originalmente pelo casal de pais e quatro filhos. Tornaram-se ejidatarios na década de 1980 quando receberam de um tio quatro hectares de terra e desde esse momento entraram na fumicultura. Ao longo do tempo a família vem alternando a produção agrícola entre vários cultivos como tabaco, feijão, tomate, mamão e outros hortifrutigranjeiros. Não obstante, os problemas para o autofinanciamento e a falta de canais de comercialização seguros repercutiram em que as atividades agrícolas se concentrassem principalmente nos cultivos de tabaco e feijão, se aventurando às vezes na produção de frutais e hortaliças quando o mercado apresenta alguma oportunidade.

A **família 2** possui formalmente como ejidatarios 3½ hectares que obtiveram pela doação do pai do produtor entre as décadas de 1970-1980. Não obstante, acessaram ao longo

do tempo a uma quantidade maior de terra através do arrendamento. Durante 10-15 anos (1995-2010) foram produtores de feijão, mamão, milho, sorgo, hortaliças e tabaco em superfícies próximas dos 40 hectares. Os recursos advindos de pequenos negócios familiares, arrendamento de maquinaria agrícola e de salários por atividades profissionais, lhes permitiram a expandir a produção.

Atualmente, esta família concentra suas atividades nos cultivos de tabaco e feijão, possuindo, todavia, um comércio local e o aluguel de maquinaria agrícola. Apesar do chefe da família ser fumicultor aposentado, continua produzindo tabaco sobre o nome de dois dos seus filhos os quais moram na cidade distante daí em aproximadamente 90 quilômetros. Como descrito no capítulo anterior, tanto para esta, como para outras famílias, dita estratégia tem o objetivo de que os filhos e as famílias deles possam ter acesso aos serviços médicos e possivelmente num futuro a uma aposentadoria.

As **famílias 3 e 4** são grupos familiares mais jovens, com idades aproximadas de entre 45-48 anos por parte dos casais, e com filhos que vão desde os 28 até os 15 anos de idade. Ambas as famílias começaram como fumicultores há aproximadamente 20 anos através do arrendamento ou com algum tipo de arranjo familiar. Devido à incerteza na posse da terra manifestam não especular, nem arriscar no investimento em outras culturas que não seja tabaco. Eventualmente decidem cultivar feijão quando sabem que o mercado oferecera alguma vantagem no preço.

Não obstante, frente à falta de terra própria e de recursos econômicos suficientes, a diversificação de estratégias destas duas famílias levou-lhes a recorrer à migração temporal México-Estados Unidos. Trata-se do que se considerada uma ação consolidada, toda vez que após 15 anos os chefes de família e agora um filho destes, participam dela como uma opção de emprego e obtenção de recursos para investimento doméstico e produtivo na forma de uma economia circular dos recursos.

Além disso, a família 4 possui um negócio de comida que funciona principalmente nos finais de semana ao longo do ano. Durante os meses de fevereiro a maio que abrange a etapa de colheita do tabaco em que o trabalho aperta, eles continuam realizando esta atividade porque a demanda por alimentos da população tanto local, como dos trabalhadores migrantes que chega para participar da colheita, permitem a obtenção de um ganho econômico importante para a reprodução das atividades rurais e não rurais do grupo familiar.

Por conseguinte, no conjunto destas quatro famílias, um primeiro elemento a ressaltar refere-se à construção e a elaboração histórica destes espaços sociais que evidentemente vem sendo realizada de maneira individual por grupo familiar. Pelo outro, se bem se trata de

grupos com relação sanguínea e/ou vizinhança, o objetivo é terminar por se aproximar de projetos afins e/ou de formar outros projetos mais amplos como tática de defender esses espaços sociais. Assim também, elas buscam somar atores próximos como distantes, familiares ou conhecidos, que estão sobre o mesmo Sistema de dominação de maneira que possam compartilhar recursos, faze-lhe frente e articular atividades que permitem capitalizar de forma material e simbólica a propriedade rural.

No caso do Brasil, a Figura 40 apresenta os casos de quatro famílias que foram estudadas no município de Dom Feliciano, e a forma em que vem sendo construídas as suas propriedades. Trata-se de famílias nucleares e estendidas conformadas de 3-5 integrantes com acesso a terra de maneira formal e através de arranjos familiares em superfície que vão desde dez até os 15,5 hectares. A diversidade produtiva se caracteriza pela presença de uma variedade de culturas agropecuárias dentre as quais se destacam aquelas orientadas ao mercado como a produção de fumo principalmente, e em menor proporção a do milho e feijão.

As outras culturas são destinadas para o autoconsumo ou para seu uso na alimentação da pecuária familiar e a criação. A diversidade estratégica se compõe tanto pelas atividades rurais e não rurais, principalmente as agropecuárias, assim como salários profissionais, aposentadorias, transferências de programas sociais e o aluguel de casas em renda na sede do município.

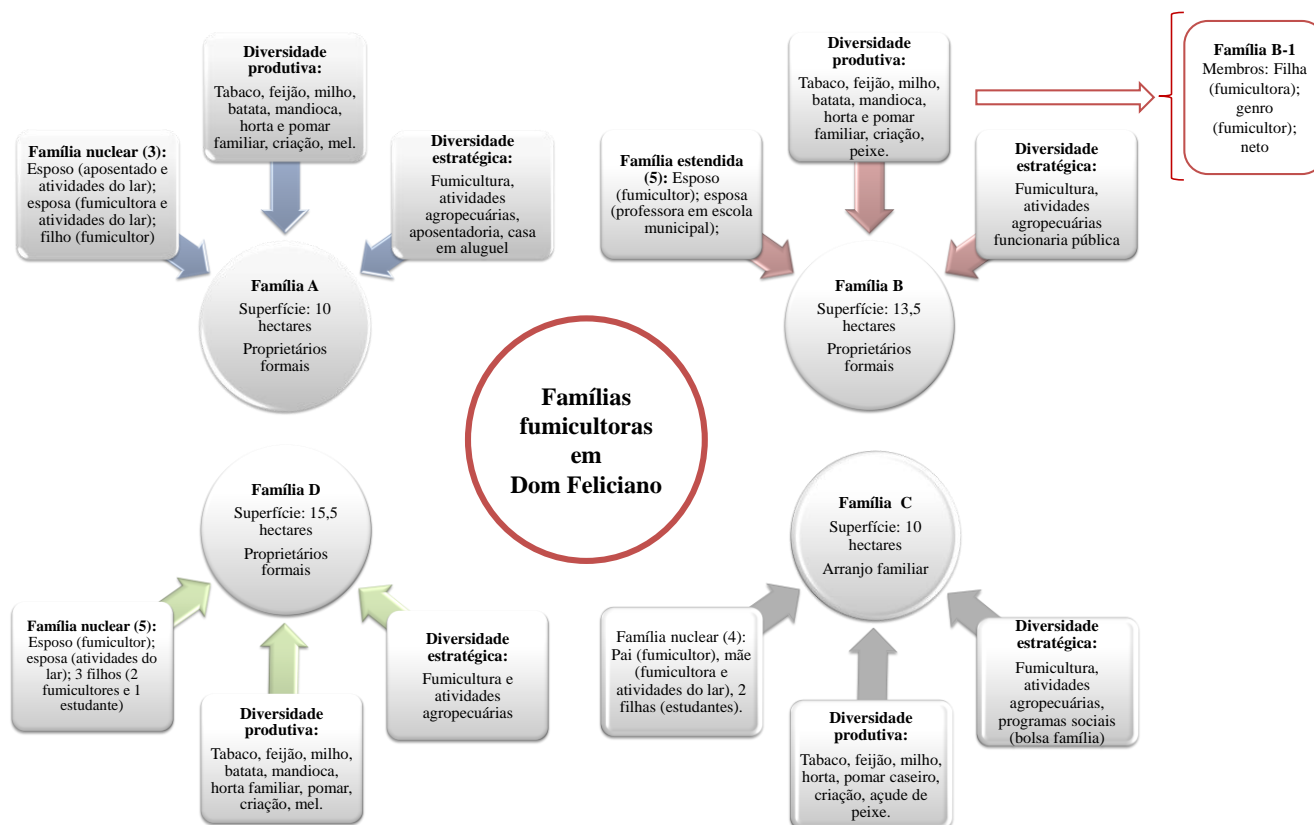
É de destacar que esta última atividade se tornou irrelevante ao entrar em campo, porém depois de aprofundada a pesquisa se tornou recorrente escutá-la. Um funcionário da prefeitura municipal assevera que 30% das casas localizadas na sede do município são de colonos do interior, mas que não moravam nelas, senão que preferiam aluga-las (EntrevistaJPDF, 2019). Outro depoimento da conta também desta estratégia.

As famílias que plantam muito fumo têm um ano que se dão bem, tanto que o cara pega R\$100-150 mil e vem investe na cidade. Compra terreno e constrói a casa porque não quer botar isso na conta do banco (DIÁRIO DE CAMPO, 2019).

Para algumas das famílias entrevistadas, é melhor investir a renda obtida da fumicultura ou outra atividade agropecuária na construção de uma casa na cidade como algo que sabem vai gerar resultados, porque enxergam que ao colocá-los numa conta do banco será mais demorado obter algum retorno. De acordo com algumas das famílias que possuem estas casas em aluguel, esse dinheiro que varia em torno dos R\$400 mensais, é utilizado para

“pagar as contas de luz, internet e comprar alguma coisa no mercado que não é produzida em casa” (EntrevistaRPDF, 2019).

Figura 41 - A construção do espaço social das famílias fumicultoras no município de Dom Feliciano



Fonte: elaborado pelo autor a partir da pesquisa de campo (2019)

A **família A** retornou ao interior há três anos depois de haver morado na sede do município de Dom Feliciano por vários anos. A partir desse momento se incorporaram a fumicultura como a opção produtiva que lhes permitiria capitalizar a propriedade. A mãe e o filho são fumicultores, o pai está aposentado e impedido por questões de saúde para trabalhar na lavoura, realiza as tarefas de casa e alimentação. As **famílias A e B** possuem uma relação sanguínea de segundo grau que como vínculo lhes serve para compartilhar e trocar contatos e dicas para a comercialização do fumo, e ainda que morem distantes geograficamente já em algumas ocasiões chegaram a se emprestar implementos e insumos agrícolas.

A **família B** é uma de tipo estendida donde ao interior da mesma propriedade habitam dois grupos, o casal de pais em torno dos 50 anos de idade, e outro casal dentre 27 e 25 anos, assim como o filho destes de dois anos de idade. Todos são naturais de Dom Feliciano e atualmente fumicultores. Não obstante, quando a filha e o marido tinham 18 anos decidiram

se mudar a Santa Cruz do Sul para procurar emprego. Estiveram trabalhando e morando por quatro anos naquela cidade donde tiveram diferentes empregos, desde funcionários em supermercados, na rodoviária municipal, postos de gasolina e na Japan Tobacco Internacional (JTI). Mesmo assim, segundo eles, nunca terminam por se adaptar à cidade e decidiram retornar a Dom Feliciano. Após a volta, foi que o pai ofereceu uma porção de terra e eles escolheram a fumicultura como atividade produtiva.

No caso da **família C** se trata de um casal de fumicultores com 39 anos e duas filhas menores de idade. Atualmente, eles vivem na terceira propriedade desde que casaram, sendo que nesta última estão em processo de se tornar os proprietários após eles ganharem por herança outra propriedade que trocaram por esta donde agora vivem. Antigamente, conseguiram acessar a terra através do arrendamento de uma primeira propriedade na qual permaneceram por cinco anos donde entregavam como forma de pago o 20% da renda final obtida com o fumo e 1/3 parte das sacas de milho e feijão. Na segunda propriedade estiveram três anos e tinham que pagar um aluguel anual de R\$5.000. O pagamento deste valor, junto a safras afetadas por questões climáticas e o oportunismo de um produtor, levou-lhes ao endividamento em que se encontram. Na terceira propriedade que é donde atualmente moram, levam já quatro anos e só tiveram que pagar inicialmente R\$1.000 à sogra de um irmão que era a proprietária original. Quando questionados do porquê de estar na fumicultura, sua resposta remete ao discurso comumente escutado de “Não tem outra coisa para ter renda, é a única coisa” (EntrevistaPMDf, 2019).

A **família D** são fumicultores de aproximadamente 50 anos de idade. Possuem uma propriedade de 15,5 hectares donde se cultiva fumo, milho, feijão, batata-doce, entre outras culturas agroalimentares destinadas principalmente para o autoconsumo e uma pequena parcela para o mercado. Possuem também horta familiar, criação e um extenso pomar caseiro. Dos três filhos, uma mulher e dois homens, estes últimos participam da fumicultura e são os que vêm envolvendo ao pai na introdução de mudanças e investimentos na propriedade, como por exemplo, a compra de um trator já que até faz pouco devido à resistência do pai, os trabalhos eram totalmente realizados com tração animal mediante dos bois de canga.

No que concerne às famílias de Dom Feliciano e a construção ou elaboração das suas propriedades rurais como espaços sociais, são elas mesmas quem determinam o avanço e o momento para se expandir. Esta decisão está atrelada ou vinculada à defesa da propriedade como um espaço familiar, já que a diferença das famílias fumicultoras em Santiago Ixcuintla que estabelecem redes de cooperação mediante os grupos solidários, no outro município a proteção se desenvolve ao interior da mesma por meio da família. São eles que garantem a

incorporação e mudanças tecnológicas, o grau de diversificação, a expansão ou redução da superfície com fumo, assim como a mão de obra necessária.

Nas visitas para entrevista ou nas vivências foi possível perceber, por exemplo, no caso da família D que são os filhos os que vêm promovendo a diversificação da propriedade, expandido a produção de fumo safrinha, milho na resteva, assim como também a introdução de caixas de abelhas para a produção de mel e de enxertos no pomar caseiro. Não obstante, o pai ainda assim se mostra reticente a troca das estufas convencionais por outras elétricas para a secagem do fumo, apesar das exigências dos instrutores das firmas e vizinhos quem lhes falam em se “modernizar”. Se bem ele concorda que poderia diminuir a quantidade de mão de obra dispensada com essa mudança, assevera preferir não ficar na mão das empresas ou dos bancos com os quais teria que solicitar um empréstimo por aproximadamente R\$20.000 e estar preocupado o tempo todo em pagar a parcela correspondente.

Se bem no Brasil como no México existem famílias fumicultoras que não são proprietárias de terra ou que não possuem acesso formal, nesses casos, então como seria possível falar de um espaço social para exercer a agência e a resistência? Segundo Afubra (2019), no Sul de Brasil 39.753 famílias fumicultoras equivalentes ao 26,6% das registradas na safra 2017/2018 não possuem terra e trabalham em regime de parceria. No México, a falta de dados oficiais para este setor, colocasse como exemplo que na pesquisa de campo realizada para esta tese das 19 famílias entrevistadas, sete não possuíam acesso formal, senão que deviam arrendar terra ou estabelecer parcerias com algum familiar.

Proprietárias ou não, formais ou informais, nos diferentes casos e territórios há uma organização socioprodutiva que é material e imaterial, mesma que pode ser trasladada de um lugar a outro, porque se bem se carece da terra, se possuem conhecimentos, recursos econômicos, mão de obra e redes de contato que colocam a balança em favor das famílias fumicultoras sem-terra. Ainda que importante este recurso, não se converte em um empecilho, porque a inventividade das famílias desenha formas e táticas para articular seus projetos com os outros dos vários atores sociais.

Diante deste panorama, constata-se que as propriedades rurais das famílias fumicultoras podem se constituir realmente, de acordo com Scott (2000, p. 149), como “*los espacios sociales para el discurso oculto, siendo aquellos lugares donde ya no es necesario callarse las réplicas, reprimir la cólera, morderse la lengua y donde, fuera de las relaciones de dominación, se puede hablar con vehemencia, con todas las palabras*”. Ou seja, nesse lugar os discursos ocultos podem aparecer completamente desinibidos pela existência das duas condições. A primeira é que sejam enunciados num espaço social afastado donde o

controle, nem a vigilância ou a repressão dos dominadores possam chegar. Já a segunda, refere que esse ambiente social afastado deve estar integrado por confidentes próximos que compartilhem experiências de dominação (SCOTT, 2000).

A primeira destas condições, se bem pode ser questionada pela presença de outros atores, entre eles os instrutores das firmas nas visitas que realizadas à propriedade, se tornam visitas irrelevantes para exercer um controle social já que estas apenas contabilizam cinco ao longo da safra¹. Por outro lado, os mesmos instrutores e o pessoal das firmas reconhecem que “As dificuldades mais comuns estão da porteira para dentro. A confiabilidade nas famílias é um problema (EntrevistaYMDF, 2019). Critica-se as famílias, tanto no Brasil como México, por parte de pessoal das mesmas firmas no sentido de que “apenas tu viras as costas e eles estão fazendo os que eles acham que é melhor” (DIÁRIO DE CAMPO, 2018-2019). Esta situação denota claramente o poder exercido pelo grupo familiar ao interior desse espaço social construído por elas.

Desse modo, a primeira condição uma vez cumprida permite às famílias fumicultoras (consideradas subordinadas) se expressar com liberdade. Ao se tratar basicamente de espaços conformados por membros familiares ou amigos e conhecidos, que também passam pelas mesmas situações de subordinação, permite que sempre esses atores tenham algo do que falar. Assim a segunda condição também é cumprida.

Para Scott “*en cualquier relación de dominación debe ser posible especificar una serie continúa de espacios sociales ordenados por acuerdos con el grado de vigilancia a que los someten las elites dominantes. Los espacios menos vigilados, los más autónomos, son supuestamente los más adecuados para recuperar el discurso oculto*” (SCOTT, 2000, p. 149).

Portanto, para fins desta tese, o espaço de manobra é entendido e descrito como o lugar, material e imaterial, socialmente construído pelas famílias camponesas produtoras de tabaco através da sua capacidade de agência e resistência, permitindo-lhes manobrar – avançar, retroceder, resistir- frente a contextos de incerteza ou conjunturas favoráveis por meio de relações de interface, negociando e disputando com outros atores e agentes, o desenvolvimento de estratégias de vida na defesa dos seus projetos de vida e permanência no rural.

Havendo apresentado à propriedade rural como o espaço social idôneo, historicamente construído para exercer a agência e a resistência camponesa, passamos ao seguinte apartado

¹ 1) visita de registro; 2) de produção de mudas; 3) da lavoura; 4) colheita e secagem; e, 5) comercialização (EntrevistaYMDF, 2019).

donde se propõe que existência de um uso estratégico da linguagem entre as famílias fumiculturas.

8.2 O USO ESTRATÉGICO DA LINGUAGEM: OS DIÁLOGOS OCULTOS E O DISCURSO PÚBLICO ENTRE AS FAMÍLIAS FUMICULTORAS

Los productores de tabaco son listos. Entre ellos se quejan, dicen que les fue mal, pero frente a otros productores, como por ejemplo de frijol, hablan que les fue muy bien y se sienten diferentes (EntrevistaJZSI, 2018).

Em torno da fumicultura, seja no Brasil ou no México, existem diversas histórias e anedotas que, sobretudo as famílias relatam como verdadeiras conquistas. Desde as mais revolucionárias, passando por algumas com tons eufemísticos, e até aquelas que humorizam aos contententes, os produtores de tabaco e suas famílias vem inventando formas diversas para disfarçar uma aparência de aceita subordinação, ou, quando for possível, conspirar em contra do Sistema Integrado de Produção de Tabaco (SIPT), do Estado, e de outros agentes.

De um lado, como se entende ao fumicultor brasileiro, que na hora do mate ou do churrasco reclama da injusta classificação e do preço dizendo que se pudesse largava o fumo, mas imediatamente fala já haver comprado tudo para iniciar os canteiros e a produção das mudas? Do outro, se o fumicultor mexicano não está conforme com a *liquidación* final e disse que o ano que vem não vai plantar mais um pé, por que na safra seguinte aumentou a superfície plantada em mais um hectare?

Estas aparentes contradições das famílias produtoras em ambos os países podem ser analisadas e entendidas, de acordo com James Scott, como parte de uma conduta política que os grupos subordinados baseiam no que se denomina como as formas cotidianas de resistência e a infrapolítica dos desvalidos (SCOTT, 1985; 2000).

De acordo com este autor, não é que os grupos subordinados tenham uma atitude passiva desinteressada frente a quem exerce o poder, senão que, entretanto, não seja necessário recorrer a uma verdadeira rebelião, a esses grupos lhes interessa conspirar para reforçar as aparências hegemônicas (SCOTT, 2000). É uma ação calada e silenciosa, nem sempre com recursos linguísticos, que apresenta as famílias como entusiastas personagens que aceitam conformes a sua situação de dominação e dependência. Após assegurar a elaboração e defesa de um espaço social esses grupos constroem em torno dele, discursos públicos e

privados que são utilizados frente aos dominadores para a reprodução das relações e da estrutura de dominação.

Retomando brevemente, o discurso público pode ser entendido como uma descrição abreviada das relações explícitas entre os subordinados e os detentores do poder. É a conduta do subordinado diante da presença do dominador. Do outro lado, o discurso oculto é aquele usado pelos dominados para definir a conduta fora de cena, longe da observação direta dos detentores do poder. Este tipo de discurso é secundário no sentido de que está constituído não só pelas manifestações linguísticas, senão também por elementos gestuais e práticas que confirmam, contradizem ou tergiversa o que aparece no discurso público. Similarmente, os dominadores usam um discurso público que é de acordo a seu status e ao interior dos seus círculos de poder, assim como também produz um discurso oculto que se articula as práticas e as exigências do poder que não pode expressar abertamente (SCOTT, 2000, p. 24-28).

De acordo com Rudnicki e Guerin (2014), as indústrias vêm trabalhando com a ideia do “dia de campo” que se constitui como um momento em que através da escolha de uma propriedade “modelo” se reúne a vários fumicultores para o repasse e a demonstração de boas práticas e de trabalho em questões técnicas. O objetivo dessa atividade não se remete unicamente a difusão de melhores práticas culturais e aquisição de tecnologia, senão que também se constitui como um momento estratégico para reforçar e estreitar os laços de dominação ao interior desse Sistema.

Durante a pesquisa de campo realizada em Dom Feliciano se teve a oportunidade de participar em três ocasiões de dias de campo organizados pela companhia Souza Cruz com a parceria de organizações como Emater/RS. Sua realização aconteceu tanto neste município, assim como em Camaquã e Sertão Santana, pertencentes também ao estado de Rio Grande do Sul. A finalidade principal era o repasse de técnicas de plantio e cultivo, cuidado de solos, amostra de tecnologia, gestão da propriedade, entre outras questões. Em todos os casos, houve a escolha intencionada de uma propriedade “modelo” que pudesse servir como o referencial que esta empresa busca entre seus integrados.

Além da difusão de melhores práticas e da adoção tecnológica e organizativa, o que a firma mencionada procurava e deixava entrever constantemente (entre os grupos que iam de 30 até 150 participantes de acordo com o dia de campo) era o desenvolvimento de um processo de mudança incremental na qual seus integrados deveriam se encaixar e adotar as recomendações ali apresentadas. Ainda que não fosse dito abertamente, é amplamente conhecido pelos fumicultores integrados a esta firma que em caso de não fazer ou aplicar as recomendações, correm o risco de sofrer algumas punições e até ser expulsos da integração.

Uma situação de características semelhantes terminou se apresentando depois de encerrada a pesquisa de campo, mesma que foi de conhecimento do autor desta tese após permanecer morando no município durante o período da escrita. De acordo com um fumicultor e funcionário de um comércio local, um grupo de 16 fumicultores donfelicianenses [chamados pelo produtor este sobre a expressão “file” ao considerá-los como fumicultores que produziam qualidade e quantidade; além de estar capitalizados] foram expulsos pela empresa Souza Cruz quando esta descobriu que não estavam fazendo algumas recomendações e obrigações, sobretudo no que concerne ao uso e aplicação de insumos não permitidos ou proibidos (EntrevistaCCDF, 2019).

É inegável que está em curso um processo de especialização e seleção de fumicultores já descrito no capítulo anterior, e que se bem esses fumicultores expulsos pela Souza Cruz encontraram rapidamente como se integrar a produção através de outra empresa ou plantando por conta, o que está implícito na decisão desta firma é o envio de uma mensagem que serve para deixar estabelecido um precedente de castigo e de manifestar que é ela quem possui o controle das relações de poder.

No outro território pesquisado, em Nayarit, o controle das firmas fumageiras tem sido absoluto não só na produção, já que sua intervenção transcende outros âmbitos e entes a elas relacionados, como é o caso da Asociación Rural de Interes Colectivo (ARIC) dos produtores de tabaco. Na ocasião das primeiras entrevistas realizadas, o depoimento de um ator deixou entrever esta situação, pois de acordo com ele após haver participado como funcionário da Aric, imediatamente depois que terminou sua colaboração, ele deixou de ser fumicultor porque *“Fueron órdenes de las empresas por el daño que supuestamente les había hecho”* (EntrevistaFLSI, 2018).

Embora, essa história é uma apenas das várias que foram sendo encontradas ao longo da pesquisa de campo. O colusão e cumplicidade entre as firmas e a Aric é uma história que tudo mundo conhece, mas que parece é preferível não falar. Constatou-se que existem represálias que dão forma a um terror institucionalizado pelo SIPT o qual se introduz no âmbito dos produtores familiares representados por esta organização. Chega-se inclusive a influenciar a conduta política e o comportamento dos produtores pelo medo de se ver sem a possibilidade de continuar na produção de tabaco, já que conforme um dos fumicultores entrevistados, *“si uno empieza a hacer grilla [agitar politicamente o grupo] al año siguiente no tendría habilitación por órdenes de los dirigentes de la empresa”* (EntrevistaDRSI, 2018).

Em ambos os exemplos descritos, se bem as firmas de capital transnacional podem justificar-se sobre a condição de proteger e preservar o esquema de agronegócio, pelo outro

lado esta situação pode ser entendida também através das proposições de Scott (2000), quem considera que os dominadores usam elementos e ações do discurso público como algo acorde ao seu status porque lhes resulta perigoso que as classes dominadas atuem publicamente contradizendo as bases do seu poder.

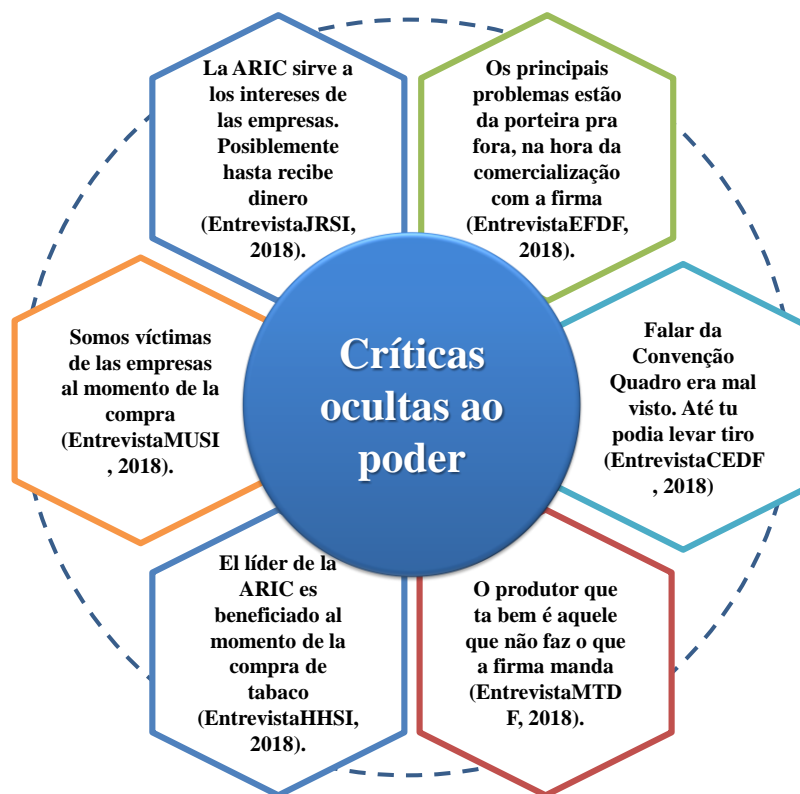
Inclusive, ações semelhantes como estas foram recorrentemente descritas pelas famílias, sobretudo ao momento da classificação e fixação do preço de compra nas instalações das empresas. Com toda certeza, essas situações consideradas por elas “injustas” terminam criando as condições adequadas para o terreno da resistência que nas costas do poder terminara por criar jogos da linguagem e uma conduta dissidente.

Desse modo, aquilo que não seja possível dizer abertamente frente ao poder das firmas ou o Estado, terminara por emergir como parte dos diálogos ocultos das famílias fumicultoras. Elas, de maneira estratégica terminaram se manifestando ainda que de forma disfarçada através de:

Rumores, el chisme, los cuentos populares, las canciones, los gestos, los chistes y el teatro como vehículos que sirven, entre otras cosas, para que los desvalidos insinúen sus críticas al poder al tiempo que se protegen en el anonimato o tras explicaciones inocentes de su conducta. (SCOTT, 2000, p. 22).

A figura seguinte representa alguns dos diálogos ocultos existentes em torno da produção de tabaco, que em forma de críticas, são lançadas pelas famílias desde um espaço social, onde estas se sentem seguras para manifesta-los. Por prudência tática ou pelo temor a represálias, é evidente que em ambos os países existe algo que gostaria de ser dito na cara do poder, porém a luta dos grupos familiares envolvidos na fumicultura se manifesta como uma necessidade prudente que evitar qualquer confrontação pública e irrevocável, em que o *“discurso oculto se convierte en depósito de lo que no se puede enunciar abiertamente sin peligro”* (SCOTT, 2000, p. 65).

Figura 42 - Diálogos ocultos das famílias fumicultoras no Brasil e no México



Fonte: elaborado pelo autor a partir da pesquisa de campo (2018-2019).

Durante a pesquisa de campo em Santiago Ixcuintla, uma história relatada por uma família entrevistada poderia se encaixar como parte dos desejos ou anseios ocultos que pacientemente esperam para ser ditos a aqueles que exercem o papel de dominadores, embora também para ser reproduzidos a outros personagens. Os instrutores das firmas, sobretudo de BAT, incentivam de forma inversa às famílias e produtores constituídos em torno dos grupos solidários, chamando-os e nomeando-os frente a outros como os *mejores* ou *mi mejor grupo*. Esta família entrevistada é reconhecida tanto pela comunidade, como pela firma, por ser o grupo solidário que entrega o fumo de melhor qualidade e em maior quantidade dentre os outros 56 grupos aí existentes para o caso da firma citada.

Conforme o relato, havendo chegado o dia da *liquidación* em que iriam à sede do município para receber a renda final obtida, foi que após recebê-la estando na frente do banco, o instrutor que lhes atendia como grupo solidário se aproximou a cumprimenta-os e lhes chamou de *mi mejor grupo*. Nesse momento, a irmã da fumicultura entrevistada, reclamou-lhe ao instrutor um aparente prêmio que havia sido por ele prometido se se destacavam como o melhor. Não obstante, ele terminou argumentando que o dinheiro que acabavam de receber

era o citado prêmio. Essa resposta incomodou a irmã da fumicultora ao grau de esta continuar cobrando do instrutor na frente de várias outras famílias fumicultoras que estavam também presentes. Ainda assim, não houve retribuição econômica nenhuma, porém, segundo a irmã o ganho foi haver desacreditado ao instrutor na frente dos outros fumicultores.

É de destacar que no momento do relato dessa espécie de história engraçada ou piada folclórica havia um entusiasmo e empolgação evidente por parte da irmã fumicultora, a qual conforme ia desenvolvendo sua fala ficava de manifesto que estava se tratando de uma espécie de conquista conservada na memória para ser dignamente lembrada.

No caso de Dom Feliciano, outra história também relatada por um dos atores entrevistados descreve os anseios que estão profundamente conservados e que permanecem na espera de ser expressados frente a julgamentos e críticas sofridas pelas famílias fumicultoras, nesta situação, pelas práticas no uso de agrotóxicos usados e aplicados na lavoura. No momento da entrevista, a pergunta pontual realizada questionava ao ator qual seria o significado de ele ser ou se sentir fumicultor.

A sua resposta começou argumentando que para ele o fumicultor seria igual que qualquer outro produtor das regiões rurais já que não havia diferenças entre um fumicultor ou um produtor de alimentos. Porém, ele continuou falando e aprofundando no tema até que chegou ao ponto de dizer que a partir da CQCT, a mídia e a imprensa, assim como alguns outros grupos, espalhavam uma ideia que criminaliza ao fumicultor como responsável de desmatamento e do uso excessivo de agrotóxicos.

Continuou argumentando e falando sobre dados de pesquisas que demonstram um menor uso destes insumos na fumicultura em comparação com outras culturas agroalimentares. Ao mesmo tempo, ele fazia relações entre regiões fumicultoras e de produção de soja no estado comparando a quantidade de agrotóxicos usados. Não obstante, o clímax da sua fala foi atingido quando relatou uma experiência vinculada à temática, donde segundo ele.

Eu estava numa reunião da Fetag em Porto Alegre, sei lá acho que foi oito anos atrás e lá tinha numa discussão sobre agrotóxicos e uma mulher lá fez um discurso assim muito emocionada e baniu no glifosato porque ai começou a querer entrar na questão dos transgênicos, da soja transgênica e ai ela queria fazer isso para impressionar a imprensa e a quem estava ali ela disse assim “vai lá e aplica na soja um glifosato, vai pegar na laranjeira, como é que vocês vão colher essa laranja toda feia”. E ai eu me empolguei e pedi a palavra, e disse “vou te fazer uma pergunta, ou a senhora é mentirosa ou não sabe”. Ela ficou incomodada, mas eu disse para parar aí um pouquinho. Vou lhe fazer uma pergunta e ai vou tirar se a senhora é mentirosa, ou ta querendo aqui mentir, ou se a senhora não sabe, a senhora não pode estar aqui. Ai eu perguntei, o que é mais perigoso? Talvez a senhora não sabe me responder, mas têm técnicos aqui por se a senhora não souber me responder. O que é mais nocivo à saúde, um glifosato ou um herbicida seletivo (aquele que é aplicado na soja comum)? Ai ela ficou quieta. Sabia tal vez, mas estava um técnico do meu

lado e disse que o seletivo era muito mais prejudicial para tratar. Até se você for olhar uma embalagem de glifosato este é amarelo, mas naquele tempo era verde eu acho. Um herbicida que é usado na soja convencional é vermelho. Mas aí eu perguntei também para o técnico, no pé de laranja vai ver diferenças? Ele disse que não. Por incrível que pareça a laranja vai ficar mais bonita. Aí eu perguntei, a senhora sabia disso ou não? E aí ela disse que ela não ia ficar se eu continuava na sala (EntrevistaAMDF, 2019).

Esclarecemos que não está se querendo analisar se se está a favor ou não dos agrotóxicos, nem aprofundar nas consequências ou afetações à saúde das pessoas pela aplicação destes insumos. Está-se trazendo a debate esta história para exemplificar de alguma forma a presença de diálogos ocultos e coisas a serem faladas pelas famílias fumicultoras que não podem ser permanentemente segurados e em algum momento terminam por emergir no cenário público quebrando ou rompendo uma aparente calma.

Em ambos os casos, o que há por trás dessas evidentes cobranças realizadas? A fumicultora tinha como objetivo “desacreditar” ao instrutor da firma e colocá-lo na frente dos outros como um mentiroso? Como se explica essa atitude desafiadora de parte do fumicultor de questionar à palestrante num espaço aparentemente reservado para discussão dos agrotóxicos?

Em ambas histórias seus dois personagens centrais estão fora dos seus espaços sociais, das suas propriedades, situação que poderia se pensar os coloca em risco ou desvantagem. Embora, a presença de outros produtores ou membros de famílias fumicultoras que estavam no momento da *liquidación*, como de alguns agricultores e/ou fumicultores que estavam nessa reunião da Fetag em Porto Alegre, que concordam ou se sentem identificados e representados, levam aos atores portadores da mensagem a se sentir respaldados e até defendidos.

A fumicultora podia se sentir apoiada, porém também responsável de ser a portadora dessa mensagem do que tinha que ser dito. Por outro lado, possivelmente ela estava reclamando algo que entendia havia ganhado ou estava cobrando dividendos pelo título que não necessariamente eles como grupo solidário pediram, senão que o instrutor lhes colocou como uma estratégia de incentivo para que os outros grupos melhorassem sua produção de tabaco em quantidade e qualidade beneficiando unicamente a firma.

Em relação ao fumicultor, para ele as críticas e a difusão de uma imagem que os desacredita e os julga pelo trabalho realizado, que para ele não é mais do que o realizado como qualquer outro agricultor, poderiam ser interpretadas como ofensas à atividade por ele desenvolvida. Se bem havia ao interior da palestra algum produtor de soja que mesmo se identificasse com esse discurso, o fumicultor jogou todas suas cartas porque possivelmente não tinha nada mais a perder, frente à imagem que deles a mídia espalha. É inegável que sabia

e tinha conhecimento “empírico” do tema, embora o fato de haver encontrado no lugar um técnico que possuía conhecimento “científico”, terminou por fazê-lo sentir-se apoiado num recurso discursivo que ele usou para se defender das críticas que consideram injustas.

Nesse sentido é que as atuais e futuras lutas das famílias camponesas que participam da produção de tabaco no Brasil e no México devem ser compreendidas e analisadas, considerando que sua conduta não é mais do que um existente e entendível desejo de sobrevivência através das quais estão procurando assegurar sua saúde física, o subministro de alimentos e de ingressos monetários (SCOTT, 1985, p. 32), resistindo de forma sigilosa ou ruidosa às decisões unilaterais e arbitrarias das firmas que compõem o SIPT ou frente ao Estado, agências governamentais, mídia e ONG’s.

A conduta política destes grupos familiares envolvidos na produção de tabaco não pode ser retratada ou entendida simplesmente através de marcos teórico-analíticos que as colocam como famílias passivas ou conformes das injustiças que padecem. Embora sejam grupos que estão em desvantagem de poder ao interior da estrutura de controle que representa o SIPT, às famílias lhes interessa conspirar à reprodução da aparência hegemônica porque é inegável que além do ganho econômico, há algum elemento obtido através desse Sistema e escolhem estrategicamente continuar estando dentro do que ficar por fora.

Figura 43 - Nuvem de representações e discursos em torno da fumicultura no Brasil e no México



Fonte: elaborado pelo autor a partir da pesquisa de campo (2018-2019)

A figura anterior trata de uma nuvem de palavras com algumas das mais representativas encontradas nas entrevistas realizadas frente aos atores sociais participantes

da atividade. Assim mesmo, são apresentadas algumas das frases que mais se repetiram no momento das entrevistas e da observação direta e participativa registradas no diário de campo.

Se bem não se constituem ou se encaixam teoricamente como diálogos ocultos, se representam parte de um discurso público que estes grupos elaboram e espalham através de outros atores e agentes para legitimar e se defender das críticas que são objeto ou apresentar uma situação de “aceitação”. Na realidade empírica, estas palavras e frases literalmente estão boiando no ambiente dos municípios de Dom Feliciano e Santiago Ixcuintla, de forma que às vezes já não se torna mais necessário perguntar, senão que já fazem parte de um patrimônio discursivo da comunidade.

Destaca-se que as expressões não devem somente de famílias, senão também de outros atores e agentes institucionais e empresariais que elas têm conseguido atrair e articular como cúmplices aos seus projetos pessoais e coletivos como parte de uma rede mais ampla. Trata-se de atores que estão ou estiveram em uma situação semelhante, seja frente ao SIPT, ao Estado, ou diante de outro sistema de subordinação. Esta constatação se torna importante através da perspectiva de Scott (2000), quem considera que os discursos ocultos não dependem unicamente da conquista de espaços físicos relativamente independentes, senão também da presença de agentes humanos que permitam recriar e difundir estas mensagens.

Para um indivíduo subordinado que resiste ao despejo e à apropriação material e simbólica do seu trabalho, recursos ou direitos, e se opõe respondendo através do furto, do engano ou dissimulo, necessariamente ele precisara da cumplicidade de outros atores em situação de subordinação semelhante. Ambos terminaram assumindo um papel de não haver visto ou escutado nada porque se sentiram identificados pela representação discursiva e gesticular que contém os desejos e anseios ocultos desse grupo subordinado.

Há aqui, uma subcultura marginal que ao tempo que se aproveita e obtém vantagens dessa estrutura de dominação aparentemente intocável, conspira para construir uma negação ideológica que é comumente aceita como uma conduta politicamente correta até que termina por emergir no âmbito do público.

Havendo já discutido a elaboração e defesa das propriedades rurais como os espaços sociais que se constituem no lugar idôneo para a posterior gênese do discurso oculto, pretende-se avançar na discussão e análise de como se apresentam empiricamente as formas cotidianas de resistência nas famílias fumicultoras de ambos os países. Não obstante, é necessário realizar uma recapitulação, trazendo a debate três observações na dialética dos espaços sociais e o discurso oculto. A primeira refere-se a que o discurso oculto é um produto social e, portanto, é resultado das relações entre subordinados. A segunda considera que a

cultura popular como o discurso oculto não existe na sua forma de pensamento puro, senão que existe na medida em que é praticado, articulado, manifestado e disseminado nos espaços sociais. Finalmente, a terceira propõe que os espaços sociais em que o discurso oculto cresce são uma conquista da resistência, que se ganham e defendem, frente às *faucés* do poder (SCOTT, 2000, p. 149).

8.3 DOS TRUQUES, TRAMPAS E ARMADILHAS ENTRE AS FAMÍLIAS FUMICULTORAS, O SISTEMA INTEGRADO DE PRODUÇÃO DE TABACO (SIPT) E O ESTADO

O desenvolvimento histórico e a consolidação atual da produção de tabaco no Brasil e no México não podem ser entendidos sem o papel do esquema de agricultura por contrato e as vantagens oferecidas, em comparação com o resto de atividades agropecuárias. Desde a emergência do Sistema Integrado de Produção de Tabaco, na década de 1920, as companhias fumageiras vêm financiando economicamente em maior ou menor proporção, diferentes atividades e insumos necessários para a realização do ciclo produtivo.

De acordo com um fumicultor e integrante da *Asociación Rural de Interes Colectivo* (ARIC) dos produtores de tabaco, “*México es el único país donde existe el financiamiento (completo) del tabaco por parte de las empresas*” (EntrevistaEMSI, 2018). Estas chegaram a financiar o 100% das atividades, desde o repasse de recursos para o pagamento de maquinaria agrícola para a preparação da terra, até o frete para a entrega da última folha de tabaco nas usinas de beneficiamento. Não obstante, a partir dos últimos anos, esse montante de financiamento começou por se reduzir até ficar num esquema aproximado de 25-75% (produtor-firma) porque consideram que as famílias devem também investir ou dispor de recursos como mão de obra, equipes e outros inputs para o desenvolvimento da atividade.

No Brasil, as firmas que são basicamente as avalistas dos financiamentos bancários dos fumicultores, repassam unicamente os insumos e materiais necessários para a realização dos canteiros, produção de mudas, fertilizantes e agrotóxicos. O resto das atividades são autofinanciadas pelas famílias através de outros recursos ou empréstimos, procurando cobrir desde a compra de diesel, alguns insumos a mais, a contratação de trabalhadores para a etapa de colheita, ou a aquisição de lenha para secagem do fumo. A mão de obra familiar garante a realização das diferentes atividades e práticas culturais no tratamento do cultivo pelo qual não recebem financiamento externo das firmas como forma de pagamento.

Diferentemente, no México se são entregues recursos para o pagamento de qualquer atividade envolvida desde o transplante das mudas até a elaboração dos fardos de fumo seco. Esses recursos tradicionalmente são aproveitados pelas famílias que realizam estas atividades, como uma forma de auto emprego, permanecendo com esses recursos na espécie de salário². Não obstante, há casos em que são contratadas pessoas das mesmas comunidades ou de localidades vizinhas que cobram pela mão de obra dispensada.

Em ambos os países, o financiamento parcial ou total realizado pelas firmas trata-se como destacado anteriormente, de financiamentos bancários dos fumicultores que as fumageiras avalizam e que os produtores e suas famílias devem pagar no final da safra após a entrega, classificação e estabelecimento do preço do fumo. Se paga com tabaco o dinheiro financiado. O montante total emprestado é descontado da renda total bruta e o resto é entregue às famílias como sua renda líquida ou *liquidación final*. Porém, as famílias observam de um lado que ano após ano as dívidas com as firmas aumentam, apesar de ser o mesmo pacote tecnológico (inclusive com uma aparente diminuição de alguns componentes). Do outro, há quem assevera que cada ano é necessário entregar uma quantidade maior de tabaco em quilos ao final da safra.

O tabaco já foi bem melhor. Anos atrás, lá por 2000, uma superfície de trinta mil pês produzia para encher 10-11 estufas. Dessas 11, uma dava para pagar as contas do empréstimo, e as 10 restantes terminavam sendo a renda do fumicultor (DIÁRIO DE CAMPO, 2018-2019).

Todo está más caro año con año. El precio de las lonas, de la madera, de los insumos, de los fertilizantes; según dicen las empresas que no van a subir, que no van a subir, pero cada vez es más grande la deuda que hacemos. Estamos viendo que eso lo tenemos ya año con año (EntrevistaDRSI, 2018).

Se bem se responsabilizam as firmas pelo endividamento das famílias fumicultoras, durante a pesquisa de campo realizada em Dom Feliciano foi importante encontrar outros posicionamentos e depoimentos em relação a esta situação. Para alguns atores, em torno de 1980 os produtores estavam desinformados e as firmas se aproveitaram para difundir a ideia de produzir tabaco sabendo que estes não tinham as condições econômicas e nem a infraestrutura necessária. Embora, outro dos responsáveis seriam os atravessadores locais e as firmas de maquinaria agrícola que através da exploração baseada em empréstimos se beneficiaram das famílias donfelicianenses. Atualmente, um aproximado de 40-50% dos fumicultores estão endividados (EntrevistaJPDF, 2019).

² La mano de obra del mismo productor, el cual queda obligado a trabajar en su parcela para la empresa con base en el párrafo D de la cláusula duodécima del contrato de financiamiento (Pacheco; Cayeros, 2011, p. 199).

Além dessa situação, outros atores locais manifestam que a situação de endividamento que se vive neste município corresponde a uma lógica de acumulação, individualismo e competitividade mal-entendida entre as famílias (EntrevistaCEDF, 2019). Inclusive, foi recorrente escutar frases como as seguintes:

A primeira causa do endividamento é a má organização (EntrevistaYMDF, 2019). Aquelas famílias que ficaram endividadas foi por não se ajudar elas mesmas. Adquiriram financiamento e não tinham as condições para pagar. Não possuíam terra boa, nem podiam produzir fumo de qualidade. Pegaram um trator ou construíram uma estufa e não tinham para a parcela no banco (EntrevistaEFDF, 2019). As famílias que estão endividadas são por falta de organização, de capacidade instalada e pelos atravessadores (EntrevistaCBDF, 2019).

A diferença de Dom Feliciano, em Santiago Ixcuintla as companhias fumageiras teoricamente não registram perdas ou dívidas, senão que estas permanecem entre as mesmas famílias através do esquema dos grupos solidários. Quando um produtor não consegue pagar o financiamento repassado, este é descontado da renda final bruta de cada um dos produtores restantes que conformam o grupo, já depois, entre cada um destes são assumidos informalmente os compromissos, toda vez que não se estabelece um documento o compromisso formal de pagamento³.

Diante deste pano de fundo, quem termina perdendo são as famílias frente ao aproveitamento de outros atores familiares e empresariais envolvidos na fumicultura. Apresentam-se aqui algumas das trampas, truques e armadilhas através das quais os produtores de tabaco vêm recorrendo sobre nosso entendimento como formas cotidianas de resistência, principalmente, frente às firmas fumageiras e para com o Estado. Diferentemente das estratégias “normais” ou mencionadas nos apartados e capítulos anteriores, estas se caracterizam por um nível de reflexibilidade e informalidade que as famílias fumicultoras realizam para se aproveitar aberta e premeditadamente, pelas beiradas, das firmas, do Estado e de outros atores sociais (Ver Figura 43).

À diferença do Rio Grande do Sul, em Nayarit nenhuma família agricultora pode produzir tabaco por conta, fora da integração controlada pelas companhias fumageiras. Assim mesmo, não existe a figura do intermediário do tabaco conhecido como atravessador. Em municípios nayaritas como Santiago Ixcuintla, o desvio de tabaco e a venda de insumos vêm

³ Madera (2003, p. 242), apresenta um caso que exemplifica esta situação “un productor de Sayulilla señala que en el ciclo de producción pasado (1999-2000), su grupo estaba conformado por seis productores de los cuales tres obtuvieron pérdidas; por lo que para cubrir la deuda de esas personas, la empresa que los habilitaba dispuso de los \$6.800 pesos [R\$ 1.469,31] que él había obtenido de ganancia, y que servirían para el sustento de su familia durante la temporada en que no se cultiva tabaco”.

se tornando uma atividade recorrente desde há alguns anos, começada mais ou menos em torno da atual década em que outros produtores locais começaram a incentivá-la.

Como descrito em apartados anteriores, o desvio de tabaco começou por acontecer entre fumicultores que sabendo não que iam obter ganhos no final da safra, começavam a repassar fardos de tabaco para que familiares ou conhecidos que estavam em outros grupos solidários ou firmas, para que pudessem vender esse tabaco sobre seu nome e posteriormente entregar a eles o dinheiro. Já a venda de insumos (fertilizantes, agrotóxicos, lonas, etc.) foi se desenvolvendo de forma simultânea, ao grão de encontrar hoje em dia “*un mercado negro de insumos y de tabaco que es posible venderse los a compradores que también son productores de tabaco os agricultores en general*” (EntrevistaIRSI, 2018).

Figura 44 - Trampas, truques e armadilhas como formas cotidianas de resistência das famílias fumicultoras.



Fonte: elaborado pelo autor

Em Dom Feliciano, as famílias que possuem contratos com as firmas fumageiras realizam grosso modo três tipos de vendas diferentes. A primeira refere-se àquelas famílias que entregam a produção total contratada, sobretudo frente a empresas como Souza Cruz, já que de não o realizar correm o risco de ser punidas ou expulsas da integração. A segunda, seriam as famílias que tendo contrato com alguma firma, entregam só a quantidade de fumo necessária para pagar o que coloquialmente chamam dos “insumos” e o resto pode ser

comercializado com qualquer outra firma ou atravessador local. A terceira se refere àquelas famílias que vendem o total da produção com uma firma diferente a contratada ou com o atravessador local, mas ao final da safra pagam à vista o financiamento repassado pela firma com a qual possuem cadastro.

Se bem não há uma prática institucionalizada de desvio de tabaco como a descrita em Santiago Ixcuintla que visa a enganar ou prejudicar principalmente as empresas, a venda de fumo “por fora” a outras firmas ou atravessadores locais, visando sim a obtenção de melhores preços, é uma estratégia recorrente para evitar ser alvo do aproveitamento de outros atores no tema do preço e classificação.

A figura do atravessador, quem surge em torno de 1995, porém depois de 2000 cresceu enormemente (EntrevistaJPDF, 2019), influencia e facilita a realização deste tipo de práticas. Para alguns dos entrevistados, a presença deste tipo de intermediário é polêmica e complexa, toda vez que se lhe responsabiliza pelo endividamento de algumas famílias, embora outros reconhecem que sua presença abre oportunidades de maiores canais de comercialização e melhores preços (EntrevistaAMDF, 2019).

A obtenção dos serviços médicos, especificamente em Nayarit, assim como a aposentadoria rural tanto para este Estado como para o Rio Grande do Sul, são compreendidas como dois benefícios ou vantagens que as famílias fumicultoras poder obter ou que conseguiram futuramente, através da produção de tabaco. Embora, também podem ser pensadas como armadilhas estratégicas das quais as famílias fumicultoras se aproveitam para de forma velada e pelas beiradas obter ganhos “a mais” sendo *aprovechados* (ditado que refere uma ação oportunista).

Em Nayarit as famílias fumicultoras que já participam da produção de tabaco, assim como aquelas que anualmente vão se inserindo, de acordo com De Dios (2014), enxergam aos serviços médicos e a aposentadoria como dois dos grandes benefícios que são oferecidos e que influencia a permanência ou continuidade na atividade. O pagamento destes benefícios que não é totalmente realizado pelas famílias, senão pelas firmas e o Estado, permite aos grupos familiares um aproveitamento desse vácuo ou janela de oportunidade para tirar vantagens a mais.

Lo que se paga para seguridad social, aproximadamente el 60% es pagado por las empresas. Como es un tema que ya está legislado, las empresas aportan estos recursos y los productores entonces tienen derecho a una pensión por vejez, por viudez o por invalidez. Entonces por eso muchos productores llegan a pensionarse y cuando dejan el cultivo, quienes entran son sus hijos u otras personas de la familia (EntrevistaRCSI, 2018).

Apesar de não ser uma estratégia recente, vem sendo aperfeiçoada e aprofundada, já que através dos grupos solidários o que as famílias estão fazendo é, por exemplo, se antigamente o chefe da família estava registrado como fumicultor plantando quatro hectares, hoje eles realizam uma distribuição dessa mesma superfície registrando como fumicultores a esposa, filhos e outros familiares para que assim possam ter acesso aos benefícios mencionados. Pode ser a família completa ou o produtor mesmo quem responde pela superfície total de hectares e trabalho, apesar de estarem registradas várias pessoas. Alguns fragmentos das entrevistas realizadas dão conta da importância social em torno destes benefícios.

Sería difícil estar en la producción de tabaco sin el seguro social, porque aparte la pensión es un objetivo que la gente va queriendo alcanzar para su vejez (EntrevistaPDSI, 2018).

Si el tabaco no tuviera seguridad social, ni la pensión, yo pienso que no continuaríamos produciéndolo. La producción de tabaco en la familia es para algún día alcanzar la pensión (EntrevistaMPSI, 2018).

Ainda assim, existem depoimentos que contrariam as perspectivas e posicionamentos anteriores, como por exemplo, este que foi obtido de um casal. O fumicultor dizia: *“Si no hubiera tabaco, pero si otros cultivos con los mismos beneficios dejaríamos el tabaco. Pero si no hay financiamiento, aunque tenga seguro social y la pensión, definitivamente no continuaríamos”* (EntrevistaCGSI, 2018). Não obstante, a esposa o rebateu argumentando que para ela se o tabaco não tivesse as vantagens dos serviços médicos e aposentadoria, ainda assim tivesse financiamento não continuariam na fumiicultura. No decorrer da entrevista, quando questionados de como estava conformado o grupo solidário ao qual eles pertencem, a contrariedade de entendimento anterior resultou ter sentido já que a filha do casal que estava grávida havia sido registrada como produtora de tabaco para poder ter acesso a atendimento médico antes e após a gravidez.

No caso de outra família de fumicultores neste município, se bem aproveitam os benefícios comuns, eles obtêm vantagens a mais por um problema de saúde de um filho. Este recebe tratamento integral que envolve estudos médicos diversos e remédios completos. Se o produtor tomasse a decisão de sair da fumiicultura teria que contratar um plano de saúde com valor aproximado de R\$ 2.376,83, entanto que através desta atividade paga anualmente R\$ 648,22 (EntrevistaIRSI, 2018).

Em Dom Feliciano o tema da aposentadoria se apresentava ao início da pesquisa de campo como um tema menor ou irrelevante em quanto aos objetivos e metas que se podiam conquistar pelas famílias fumicultoras. Durante uma das entrevistas, apenas um casal de fumicultores colocava a aposentadoria como algo importante a ser atingido. Segundo eles,

“chegando na aposentadoria findo o fumo. Acho que vamos criar algum frango, leitão, um carneiro, ter para o gasto e tá bom. Mas com a aposentadoria vou ter um dinheiro para ir ao mercado, porque a boia tenho aqui” (EntrevistaRGDF, 2019).

Ainda assim, um tópico recorrentemente escutado era o das notas de venda e o bloco do produtor. Estas são o “documento obrigatório para acompanhar a produção agropecuária nas operações efetuadas pelo produtor, seja venda ou transporte. Também serve para comprovar a atividade rural junto ao INSS”. Todas as famílias se preocupavam pela sua obtenção no momento da venda, sobretudo com os atravessadores, já que com as firmas existe a garantia e a confiança de que serão entregues. Em relação aos atravessadores, existem alguns que não as proporcionam porque não estão registrados como forma de evitar o pagamento de impostos. Nesses casos, ocorria que algumas notas eram repassadas por outros atravessadores que se estavam registrados, porém tempo depois estes terminavam por cancelar as notas e evitavam também o pagamento das obrigações correspondentes.

Não obstante, esse esquema que eram por todos conhecidos no município, mas que muito pouco se falava, terminou adquirindo importância quando os atravessadores locais e de outras regiões foram alvo da ação da justiça brasileira.

Figura 45 - Matéria de jornal sobre a operação da justiça sobre atravessadores de fumo no Rio Grande do Sul

FUMO PAPEL

Operação combate fraude estimada em R\$ 277 milhões no setor fumageiro do RS

Mandados de busca e apreensão estão sendo cumpridos em 14 municípios gaúchos

15/08/2018 - 08h56min
Atualizada em 15/08/2018 - 16h35min

RAMON NUNES
VANESSA
KANNENBERG



Publicidade

A cortição não tem fim. Procure e toque suas faixas favoritas.

MAIS LIDAS

Vencedora do 'BBB 4', Cida perdeu prêmio de R\$ 500 mil e hoje divide



Fonte: Nunes e Kannenberg (2019).

Foi justamente nesse momento que as notas de vendas começaram a ser tema de maior preocupação e valorização. Aquelas famílias que não tinham cadastro nem contrato com

alguma firma, eram aconselhadas por familiares e conhecidos a fazê-lo, tentando evitar que ficassem sem a opção de ter alguém seguro para vender sua produção, de garantir uma nota de venda a ser incluída no bloco e assim contribuir para a aposentadoria futura.

Essa situação anteriormente descrita levou a que o “cadastro com a firma” se tornasse um tema de importância para aquelas famílias fumicultores que vinham comercializando a produção através dos atravessadores locais. O conselho ou dica escutada era no sentido de “faz o cadastro e compra algum insumo, mas já fica assegurado para ter alguém a quem vender” (DIÁRIO DE CAMPO, 2019). As firmas são cientes desta e outras trampas, truques e armadilhas por parte das famílias, mas se sabem delas porque o permitem ou são cúmplices?

Em Nayarit a “troca de firma” ou *cambio de empresa* não era uma ação recorrente das famílias, embora se reconheceu e aceitou por alguns produtores como algo que ocorre ou que vem acontecendo nos últimos anos. Para um dos produtores entrevistados, esta situação ocorre por problemas entre eles e os instrutores das firmas. Às vezes, existem reticências ou inconformidades na realização de algumas tarefas específicas na lavoura que os produtores consideravam não necessárias ou a fora de tempo.

Isto, para alguns instrutores, tem se tornado suficiente motivo para que alguns produtores comecem por não receber em tempo os insumos nem o financiamento que é necessário para o desenvolvimento das atividades do ciclo produtivo. A decisão de alguns vem sendo trocar de firma por alguns anos e após saber que o instrutor com que se originou o desencontro já foi transferido a outras comunidades, então decidem retornar à empresa (EntrevistaLBSI, 2018). Estas trampas ou truques são em grande parte motivados e influenciados pela competência gerada pelas duas firmas que controlam o SIPT em Nayarit.

Conforme outros atores em Santiago Ixcuintla, a firma Tabacos del Pacifico Norte está considerava como aquela que “*paga mejor, haces menos deuda y te presta dinero para rentar tierras o ella las renta y te las pasa a ti*” (EntrevistaIRSI, 2018). Não obstante, isso não evita a presença de conflitos e disputas pelas classificações e preços. Existem produtores que frente a essas inconformidades terminam decidindo mudar-se a BAT e permanecem ativos como produtores por alguns anos quando dois ou tres anos depois retornam novamente a TPN.

Questionados do porquê ou as motivações para realizar essa ação, as respostas dirigiam-se no sentido de perceber que em alguns momentos as firmas se tornavam exigentes e não era do agrado de algumas famílias. Mas, parece que enxergam com relativa facilidade que depois de haver passado algum tempo, então o problema, mal-entendido ou situação haveria sido esquecida o é quando decidem procurar de novo a possibilidade de trocar de empresa.

As entregas parceladas de fumo estão presentes em cada município pesquisado como uma estratégia para evitar o que as famílias consideram classificações e preços que não são adequados ao fumo entregue nas firmas. Assim, também, as vendas parciais que servem para “desapertar” cumprem a função de trazer ao interior da propriedade uma quantidade de recursos que ajudaram a pagar contas em dia ou vencidas, ou fornecer alimentos não produzidos na propriedade. O resto do fumo continuaria armazenado na propriedade até aguardar o melhor momento para a venda da safra completa, se é possível, de uma vez.

Em Santiago Ixcuintla uma das fomicultoras entrevistadas dava conta de no momento da venda seu esposo era quem realizava esta tarefa de entregar o fumo nas instalações da empresa. Em algumas ocasiões, o fumo entregue foi comprado em classificações e preços por debaixo do que eles consideravam era o justo, e apesar de reclamações e cobranças, tanto ao seu marido como ao instrutor da firma, voltaram a ser alvo dessa situação para ela injusta. Foi até alguns anos atrás que cansados da situação: *“una vez mi esposo se trajo 50 fardos porque se los querían comprar baratos y se los terminamos vendiendo a la otra empresa”* (EntrevistaLHSI, 2018). A partir desse momento eles começaram a enxergar que havia outras possibilidades de venda através do desvio de tabaco, porém afirma que nunca mais o fizeram. Não obstante, confiam que foi uma lição para a empresa ao demonstrar que não dependiam dela.

Conforme o relato de outro fomicultor entrevistado neste município, ele disse aconselhar aos produtores vizinhos e conhecidos para que realizem as entregas de tabaco de forma parcelada em várias viagens porque assim se corre menor risco de ser prejudicado na classificação e no preço (EntrevistaNUSI, 2018). Seu depoimento vai no sentido de que as firmas operam em base a um esquema ou planejamento de compra que uma vez atingido por dia o volume necessário para certa classificação, por mais que o fumo seja de qualidade, pode não ser comprado a preços justos.

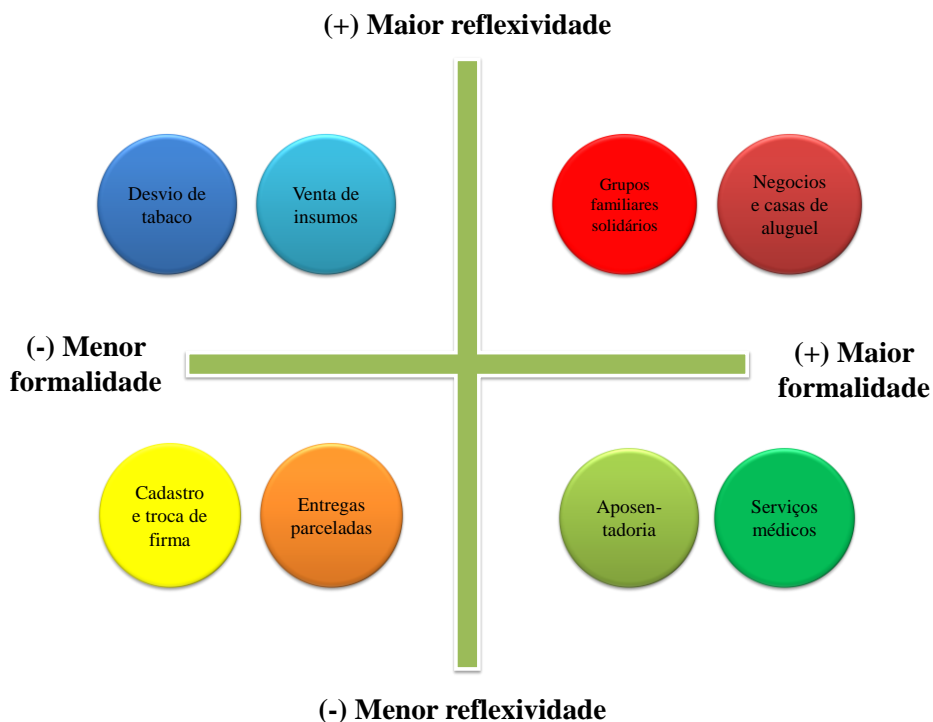
Nosotros vimos que la empresa paga un precio promedio, se habla de una cantidad por ejemplo de \$35 pesos el kilo [R\$ 7.56], pero como son varias calidades, hay otros dos precios más arriba y otros dos precios más abajo. Entonces ellos empiezan a recibir tabaco de primera, y reciben y reciben, hasta que se rebasa el precio promedio que tenían que comprar. En ese momento es cuando empiezan a comprar más barato porque ya no pueden comprar caro. Entonces si va un compañero a entregar su tabaco y es de los que se esmera en producir buena calidad, pero ya no están comprando en un buen precio, pues lo van a afectar. Las empresas cada semana están haciendo reuniones con sus ingenieros que son los que compran y van viendo los precios promedios a los que van a comprar. Si andan muy arriba del precio, el jefe les jala las orejas y entonces tienen que bajar el precio. Me tocó ver que un productor llevaba casi todo de la cosecha en un viaje y en dos días lo perjudicaron porque de ser tabaco clase 1 se lo bajaban a la clase 3 o 2 y entonces le fue muy mal. Oye, de tener buen tabaco lo perjudicaron. A él y a muchos les ha

tocado ese corte porque la empresa no tiene consideración de nadie (EntrevistaNUSI, 2018).

Após este depoimento buscou-se questionar a outros produtores sobre esta situação, tanto das classificações e preços injustos, assim como da estratégia de vender em entregas parceladas. Se bem alguns indicaram que as vendas já estão programadas porque o instrutor sabe ou conhece a quantidade de fardos que o produtor fara entrega, concordam que para os fumicultores locais que possuem condições para transportar o fumo, essa seja uma ação possível, mas não para aqueles que dependem do caminhão acertado pela firma.

É amplamente conhecido e aceitado pelos fumicultores do município de Santiago Ixcuintla que ao momento da venda, em dias específicos os *classificadores* das firmas possuem um planejamento de compras estimado em quantidade e qualidades a serem adquiridas, pelo que uma vez atingido esse segmento com as melhores classificações e preços a serem comprados, não voltará a adquirir tabaco nesse patamar ao longo do dia podendo prejudicar a alguns fumicultores (DIÁRIO DE CAMPO, 2018-2019).

Figura 46 - Truques e estratégias das famílias fumicultoras segundo grau de reflexividade e formalidade



Fonte: elaborado pelo autor a partir da pesquisa de campo (2018-2019).

Em suma, as estratégias anteriormente descritas e concentradas em torno da figura 45 através de um quadrante cartesiano, se pretende representar que a diferenciação do que

chamamos de trapas, truques e armadilhas (se bem apresentam estratégias associadas e vinculadas com a ideia do carrossel), encontram-se no seu grau de informalidade e flexibilidade necessária para ser desenvolvidas. Que dizer, que seu desenho e instrumentação por parte dos atores familiares envolve uma inventividade além do comum, seja para enganar ou aproveitar ao seu modo as letras pequeninhas ou aquilo não escrito no contrato e instrumentos utilizados pela estrutura de controle do SIPT ou o Estado.

8.4 TERRITÓRIOS EM DISPUTA E AS LUTAS DAS FAMÍLIAS FUMICULTORAS POR AUTONOMIA E LIBERDADE NO BRASIL E NO MÉXICO

O processo para a ratificação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (CQCT), tanto no Brasil como no México, resultou na formação a grosso modo de dois grupos os quais assumiram uma participação decisiva em torno das diversas atividades, colocando argumentos contrários e favoráveis ao Tratado (SOGOCIO, 2008; DE DIOS; THIES, 2018). De acordo com esses autores, o chamado grupo “a favor da CQCT” tinha como campo de ação sobretudo, as pautas específicas em defesa da saúde, a erradicação do trabalho infantil, e o cuidado com o meio ambiente. O denominado “em contra da CQCT” conformado pelas empresas fumageiras e organizações de agricultores defendiam a cadeia produtiva como importante fonte geradora de trabalho e riquezas, além de outros aspectos.

Após ser ratificado o Tratado, estes grupos continuaram ativos em ambos os países desenvolvendo e reivindicando diversas posições e realizando um trabalho constante em amplas temáticas de pesquisa. O grupo a favor da CQCT conformado por entes afins aos Ministérios de Saúde e de Agricultura, as Organizações Não Governamentais (ONG's) em prol da saúde, assim como a Comissão Nacional para a Implementação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (CONICQ) em específico para o Brasil, realizam um trabalho permanente em investigações sobre saúde das famílias fumicultoras, trabalho infantil, e afetações ao meio ambiente pelo uso de agrotóxicos, entre outros.

O grupo contra a CQCT, mediante a ação das firmas e os Sindicatos das famílias fumicultoras e as Federações dos trabalhadores rurais, vem incentivado e promovendo a realização de investigações que apresentem a realidade rural das famílias, a importância do setor em termos socioeconômicos, a realização de projetos de gestão, programas sociais, assim como mudanças socioorganizativas e tecnológicas instrumentadas nas diferentes regiões fumicultoras.

Os territórios fumicultores em ambos os países têm se convertido em territórios de disputa pelos diferentes grupos, organizações e atores diversos. De acordo com Rosset e Altieri (2018, p. 144), os teóricos dos territórios contestados ou em disputa defendem que as classes sociais e as relações sociais geram territórios e espaços que são reproduzidos em situações de conflito, originando espaços de dominação e de resistência. Portanto, a disputa territorial se desenvolve em todas as frentes possíveis, desde o econômico, social, político, cultural, teórico e ideológico, entre grupos afins e antagônicos, sobre os territórios materiais e imateriais.

Não obstante o anterior, o que termina estando em jogo para as famílias fumicultoras e os outros atores familiares, institucionais e empresariais? O que se disputa em torno desses territórios? Alguns fragmentos de entrevista em ambos os contextos permitem-nos apresentar elementos e dimensões materiais e imateriais, tangíveis e intangíveis, que estão presentes nesses territórios e que são o alvo das disputas. Em Santiago Ixcuintla defende-se uma atividade produtiva que permeia a identidade e o *arraigo* territorial, que é fator de empoderamento para mulheres que participam como produtoras em uma atividade controlada por homens e que por outro lado permite a permanência no rural evitando a migração campo-cidade.

Ser tabaquero viene en la sangre (EntrevistaAROSI, 2018).

Es un orgullo para mí ser productora de tabaco porque puedo hacer las mismas cosas que un hombre. Me siento independiente porque sé que puedo invertir de mi parte lo necesario para completar la habilitación (EntrevistaMPSI, 2018).

Si no hubiera tabaco yo creo que el próximo año tendríamos que emigrar a la ciudad. Hasta ahora el tabaco es lo que nos permite vivir aquí (EntrevistaIRSI, 2018).

Em Dom Feliciano, a fumicultura é complexa e contraditória, porque se bem realiza grandes aportes a economia municipal e permeiam as dimensões socioculturais e políticas, a diversidade de atores é ciente dos processos de reorganização do mercado mundial e outros fenômenos macroestruturais com afetações localmente situadas. Em uma realidade rural em que as famílias não enxergam, porque não há possibilidades de diversificação abrangentes em torno de uma política de desenvolvimento rural, preocupa o que vai acontecer com aqueles grupos que o squeeze da fumicultura vai terminar por expulsar.

Preocupam-nos as famílias que vão ficar por fora da fumicultura depois da seleção feita pelo mercado (EntrevistaCBDF, 2019).

Não somos dependentes do fumo. Se nos quisemos o ano que vem podemos larga-lo e até trabalhar de peão e cultivar outra cultura (EntrevistaPMDF, 2019).

O tabaco promove a permanência no rural. Evita o êxodo rural (EntrevistaEFDF, 2019).

Como em outros municípios fumicultores do Rio Grande do Sul, pesquisas anteriormente realizadas documentam que o enraizamento material e simbólico da produção de tabaco, apesar desta atividade não ser um projeto de vida exclusivo dos jovens, influencia a sua inserção e continuidade devido ao reduzido portfólio de outras opções de cultivo, aliado a ausência de políticas públicas que sejam exclusivas para este segmento (TROIAN; BECKER, 2015). No caso de Dom Feliciano, as famílias e as instituições locais investem e promovem a formação profissional da juventude. Não obstante, não se mostram opostos ou contrários à continuidade deles na fumicultura, senão que reivindicam que a permanência destes jovens seja a partir de uma formação integral que lhes permita o desenvolvimento de uma produção agropecuária, incluída o tabaco, baseada na gestão da propriedade, investindo em tecnologia, diversificando na propriedade e cuidando do meio ambiente (EntrevistaCBDF, 2019).

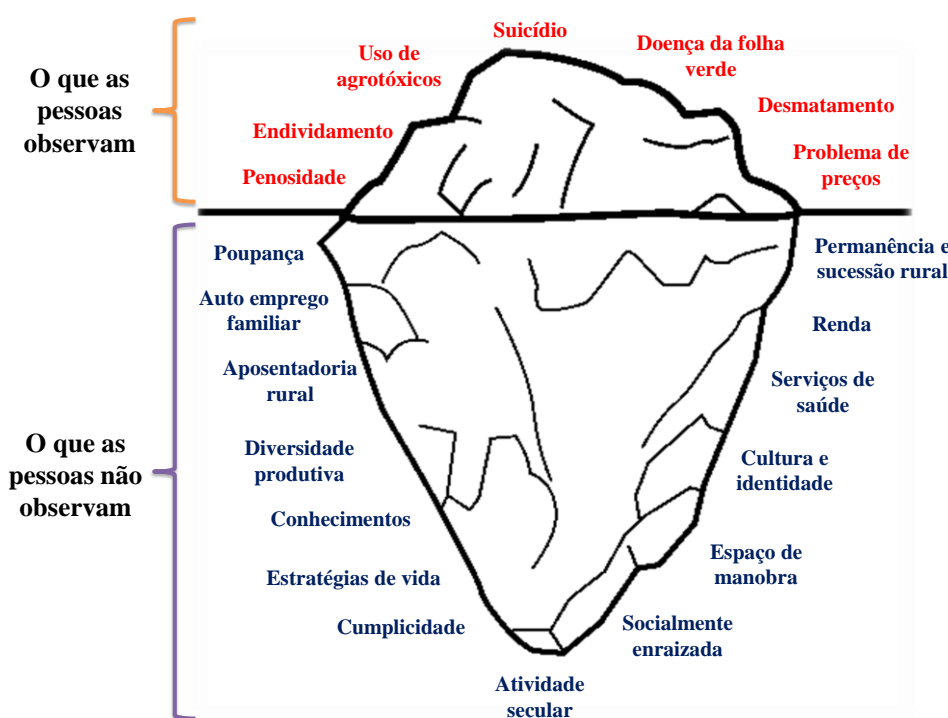
Nesse sentido, de acordo com Rosset e Altieri (2018), há uma disputa pelo território nos seus componentes materiais e imateriais. Este primeiro se caracteriza pela luta por acessar, controlar, utilizar, transformar e reconfigurar a terra e o território físico. Já o território imaterial envolve o campo das ideias e dos construtos teóricos. Portanto, não existem territórios materiais em disputa que não estejam associados à contestação dos territórios imateriais. Não existe uma luta por um território real e tangível e seus recursos em que não aconteça também uma disputa pelos espaços de ideologias e as ideias associados ao território imaterial (ROSSET; ALTIERI, 2018, p. 144).

Quando se observa ou se analisa as famílias produtoras de tabaco, simplesmente a partir de marcos analíticos fixos que os constroem e definem como seres passivos e dependentes, está se olhando para uma conduta política no espectro do público em torno da sua participação no Sistema Integrado de Produção de Tabaco e nas suas interfaces com o Estado. Embora, conforme Scott (2000), a vida política dos grupos subordinados tem sido ignorada porque muito dela se desenvolve num nível que raramente é reconhecido como político.

Segundo este autor, os estudos sobre a resistência dos desvalidos têm se concentrado no que ele define como a costa visível da política e se ignora o continente que está por trás. Tem-se uma concepção da política como uma atividade explicitamente declarada, que conclui forçadamente que os grupos subordinados carecem intrinsecamente de vida política ou que esta é reduzida aos momentos excepcionais de expressão popular. Pelo contrário, há um imenso território político que existe entre a submissão e rebeldia, que para bem ou para mal, se constitui no entorno donde as classes políticas sometidas se desenvolvem (SCOTT, 2000, p. 235).

A partir da figura seguinte retomamos algumas das proposições de Scott para exemplificar e aplicá-las na fumicultura usando de forma esquemática a ideia de um iceberg. Quando se discute ou debate, em diferentes espaços e por estudiosos temas relacionados com a produção familiar de tabaco, resulta comum escutar noções prévias desde donde se define a esta atividade por alguns problemas como o suicídio, doenças pelo uso de agrotóxicos, penosidade, endividamento, entre outros. Aclara-se que não se está querendo minimizar nem restar importância a estes sérios problemas e preocupações, pois reconhecem-se como temas realmente preocupantes a serem atendidos. Embora, o objetivo é mostrar aquilo que as pessoas não observam ou que não é visível por *debajo del agua* desde posiciones “teórico-analíticas” previamente construídas.

Figura 47 - O iceberg da fumicultura nos territórios em disputa da produção de tabaco no Brasil e México



Fonte: elaborado pelo autor a partir de pesquisa de campo (2018-2019).

A vida política das famílias fumicultoras se desenvolvem em um imenso território que está por baixo e que é essencialmente um território infrapolítico. É imaterial porque há identidades, conhecimentos, práticas culturais, desejos e aspirações de uma vida futura. Estes se materializam e dão forma a elementos que permitem construir espaços sociais onde as famílias habitam, onde se produzem alimentos, e a agência e a resistência se constrói. Torna-se um território que é lugar donde a submissão e a rebeldia permitem construir formas mais

elementais, abertas e institucionalizadas de luta e de disputa que se manifestam irrompendo em expressões populares através de mobilizações sociais (SCOTT, 2000) como aconteceu em ambos países pela ocasião dos debates que saíram dos recintos oficiais para ratificação da CQCT no Brasil ou da *Ley General para el Control del Tabaco* no México.

Não obstante, as disputas pelos territórios fumicultores não são unicamente realizadas em espaços físicos e materiais, senão também em arenas não físicas. Definidas por Long (2007, p. 444), “as arenas são espaços nos quais acontecem as contendas sobre recursos, demandas, valores, assuntos, significados e representações: é dizer, sítios donde as lutas que se dão dentro e atravessam os domínios”. Trazemos ao debate esta conceitualização para referi-nos às arenas virtuais ou ciber-arenas.

No que concerne a fumicultura que aqui se está estudando, o uso de aparelhos tecnológicos como SmartPhone e de redes sociais como o caso de Facebook demonstra a existência de outro tipo de espaços de luta e disputa. No Sul do Brasil, as páginas “Fumicultores do Brasil” e “Produtores de tabaco do RS SC PR” em torno desta rede social, se constituem como ciber arenas para o diálogo e o debate, para a reivindicação e a disputa.

Na página Fumicultores do Brasil constantemente são realizadas discussões e debates dos mais diversos tópicos, desde perguntas e orientações para melhorar o cultivo, prever ou tratar questões técnico-produtivas, colocar fotografias para mostrar o dia com dia na lavoura (Ver Anexo D), assim como reivindicações e disputas sociopolíticas frente a outros atores afins e antagônicos.

No final de outubro de 2019 foi apresentado em Curitiba, Paraná um documentário e livro chamado “Vidas Tragadas” que esteve baseado para sua realização numa pesquisa junto a cem famílias dos três estados do Sul do país. Esta, apresentava os problemas de saúde pelo uso de agrotóxicos e trabalho infantil em torno das famílias fumicultoras. Porém, houve um movimento de manifestações de repúdio e posições contrárias por parte dos atores familiares, institucionais e empresariais por considerar que o documentário havia sido realizado com a intenção de desmerecer a atividade, toda vez que esse grupo de famílias investigadas não representava a realidade de mais de 150 mil produtores nos três estados sulistas.

Figura 48 - Disputas nas ciber-arenas pelos territórios da fumicultura no Sul do Brasil

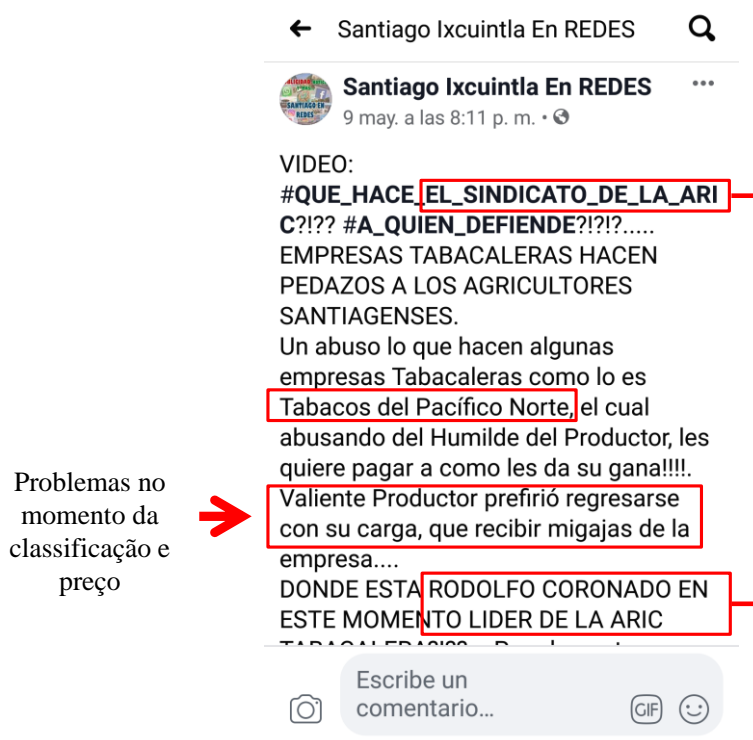


Fonte: Facebook "Fumicultores do Brasil" (2019).

Uma das várias respostas veio através de fotografias e vídeos realizados por diferentes famílias fumicultoras. Destaca-se o anteriormente apresentado (Figura 47) por ser um dos que em 24 horas registrou uma alta participação. Nele, tentava-se mostrar por parte do produtor que após a colheita de fumo a família já havia semeado o milho restava sem ainda haver vendido a produção de tabaco para desse modo realizar a obtenção de novos recursos econômicos que lhes permitissem reinvestir na propriedade, tendo em alguns casos diante dessas situações que recorrer a empréstimos.

Em Nayarit, as famílias fumicultoras não possuem até o momento uma rede social como no caso anterior. Embora, há existência de inconformidades e/ou injustiças que os produtores desejariam expor, poucas vezes terminam em denúncias e inconformidades abertas através da mídia local ou redes sociais como Facebook. Mesmo assim, há exceções à regra como a acontecida no município de Santiago Ixcuintla em maio de 2019 donde um fumicultor, quem havia sido alvo do recorrente problema da "injusta" classificação e preços do tabaco, terminou por manifestar estrategicamente suas inconformidades.

Figura 49 - As ciber-arenas como um recurso estratégico para a denúncia e inconformidades das famílias produtoras de tabaco em Nayarit



Fonte: Facebook “Santiago Ixcuintla En REDES (2019).

A denúncia foi realizada de forma anônima, de maneira que o nome o rosto do produtor afetado não apareceu no vídeo nem na postagem. Nesta, se questiona o papel da organização de produtores (Aric) e do representante que deveriam defender às famílias frente as empresas como Tabacos do Pacifico Norte quando pretendem, conforme a denúncia “abusar de los agricultores santiaguenses”.

Há, nesta disputa uma ação arriscada e estratégica por parte do produtor afetado. De um lado, porque frente ao contexto local em que aqueles que se manifestam inconformes com diversas situações ou façam atos políticos de insubordinação, correm o risco de ser punidos ou até expulsos da integração retirando-lhes o financiamento e a possibilidade de continuar sendo *tabaquero*. Do outro, se apresenta a irrupção de um diálogo oculto coletivo que aguardava pacientemente a oportunidade de sair ao cenário público quebrando a conduta politicamente correta de conformidade e submissão estrategicamente representada pelos atores familiares produtores de tabaco.

Estas ações até aqui apresentadas, nos permitem discutir que frente a defesa e disputa de um território, estão também elementos de uma capacidade de agência estratégica por parte

destas famílias para o recrutamento de outros atores e agentes (mídia) que sejam afins aos seus projetos (LONG, 2007). Assim mesmo, conforme este autor, nesses momentos de luta e disputa, de denúncia e reivindicação, é onde emergem as interfaces críticas através das quais é possível observar pontos de contradição ou descontinuidades entre diferentes e com frequência mundos de vida diversos que são e estão reciprocamente interligados para atrair ou afastar interesses em jogo de atores institucionais e empresariais.

Essas interfaces permitem entre as famílias produtoras de tabaco de ambos os países a emergência do terceiro tipo de resistência destacado por Ploeg (2009). Há em curso, como resposta ao squeeze e outros eventos, entre as famílias uma alteração nas rotinas e na organização dos processos de trabalho para a obtenção de recursos econômicos e ambientais, sobretudo, procurando o desenvolvimento do projeto familiar. As famílias vêm diversificando a propriedade através de ingresos diferentes, agrícolas e não agrícolas. Investem em pequenos negócios de venda de alimentos, na construção de casas que depois são alugadas, em educação profissional que gera outros salários, reinvestem as aposentadorias rurais e com a migração temporal México-Estados Unidos associada ao tabaco adquirem equipes e aplicam conhecimentos e experiências trazidos daquele território.

O projeto familiar permite assim uma reconexão entre seus membros, embora também reconecta o rural e o urbano, o campo e a cidade, influenciados mutuamente pelas atividades realizadas para a reprodução material e simbólica do espaço social. Capitalizar a propriedade não envolve bens materiais, senão também conhecimentos e experiências. Frente ao ambiente hostil e às incertezas geradas a partir das mudanças da CQCT, os produtores são cientes que as respostas podem ser: “debes producir tabaco de calidad para que te valla bien y valoren tu trabajo. Debes hacer las tareas al día...” (EntrevistaPDSI, 2018); ou “quem estrutura a propriedade com o lucro do fumo consegue produzir bem e ter independência” (EntrevistaJPDF, 2019). Produzir fumo de qualidade, com famílias transgeracionais que realizam um trabalho praticamente artesanal em territórios donde historicamente esta atividade é desenvolvida há mais de cem anos, apresenta-se como a forma mais viável de fazer-lhe à estrutura de dominação, embora para isso, também é importante realizar alterações e reorganizações produtivas e sociorganizativas ao interior da propriedade.

Dessa forma, apoiados nas proposições teóricas de Long (2007), considera-se que um estudo sociológico completo da fumicultura deve considerar três características importantes. No caso de estudo em torno desta atividade socioprodutiva no Brasil e no México, a primeira delas refere à existência de um interesse nas formas em que os atores sociais diferentes, sobretudo as famílias produtoras, vem lidando e reinterpretando os novos elementos em seus

mundos de vida a partir dos câmbios e mudanças trazidos pela ratificação e implementação da CQCT. Uma segunda característica se refere ao análise dos grupos particulares ou indivíduos que tentam criar espaços para a realização dos seus próprios projetos, que podem ser paralelos ou desafiam os interesses das intervenções governamentais e das firmas fumageiras. Finalmente, uma terceira apresenta que os processos organizativos, estratégicos e interpretativos das famílias vêm influenciando e são influenciados reciprocamente, por um contexto mais amplo de poder e ação social no que podemos chamar de uma estrutura de intervenção emergente (LONG, 2007, p. 64).

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base no panorama anteriormente apresentado, a pergunta principal que se elaborou para guiar e orientar as reflexões e análises ao longo desta tese era saber: como tem reagido e quais são as ações das famílias produtoras de tabaco no Brasil e no México, diante do cenário complexo e das possíveis mudanças provocadas após mais de quinze anos da ratificação e implementação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco?

Portanto, em articulação à pergunta anterior o objetivo geral seria: Compreender a capacidade de agência e arte da resistência das famílias produtoras de tabaco no Brasil (Rio Grande do Sul) e no México (Nayarit), diante do cenário complexo e das possíveis mudanças e desdobramentos provocados pela ratificação e implementação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (CQCT).

Desse modo, algumas das considerações finais que podem ser estabelecidas a partir desta tese em Desenvolvimento Rural estão orientadas por este marco de investigação agora apresentado. Trata-se de reflexões finais que são elaboradas a partir de dois territórios de estudo geograficamente distantes, embora podem servir para a realização de reflexões analíticas comparativas ou paralelas sobre como se realiza a construção de capacidade de agência e resistência em dois territórios que possuem uma atividade histórica em comum.

Em atenção ao objetivo específico 1 relacionado com as dimensões e elementos associados a sua produção, no Brasil, no município de Dom Feliciano, estado do Rio Grande do Sul; assim como no México, no município de Santiago Ixcuintla, Nayarit; se encontrou que a fumicultura representa um elemento transgeracional nas famílias. Para algumas delas, sua participação remonta a idades pequenas, quando já estavam na lavoura ajudando aos pais nas diversas atividades. Entende-se a fumicultura sobre uma espécie de escola camponesa através da qual são repassados ensinamentos agrícolas e responsabilidades familiares. Para estes grupos, longe da visão que enxerga o trabalho infantil como uma forma de autoexploração familiar, a incorporação dos filhos ainda sendo crianças representa em essência uma preparação para a vida através de ensinamentos práticos e de valorização dos limitados recursos em posse.

A fumicultura para as famílias camponesas não se reduz simplesmente a uma atividade, senão que é vista como algo mais amplo, donde um patrimônio material e simbólico composto de conhecimentos, saberes, relações e contatos é herdado de geração em geração. Em ambos os territórios se observou que entre as famílias há uma predisposição para continuar na fumicultura devido ao fato dos pais e avós terem se dedicado ao fumo. Porém,

essa continuidade transcende o âmbito familiar. A comunidade rural que historicamente vem sendo construída sobre a vida social do tabaco exerce um papel importante na influência e mediação para o desenvolvimento da atividade. Trata-se de uma comunidade funcional à fumicultura através da formação de redes familiares de trabalho, equipes e benfeitorias, assim como de redes de financiamento e dívida, de negócios e de festividades, permeadas pela continuidade do fumo.

Assim também, há uma dimensão socioeconômica que está entre as mais importantes para as famílias. Depoimentos de um lado como “a renda do fumo é bem viável, vale a pena” ou “não tem, não há que dê mais do que o fumo. Se planta milho ou feijão não vai ter pra quem vender”. Do outro, “*me volvi tabaquero para algún día llegar a la pensión*” ou “*el mejor cultivo continua siendo el tabaco*”; deixam ver a existência de uma racionalidade que avalia as vantagens e benefícios econômicos e sociais que podem obter ainda através de alguma das atividades agrícolas disponíveis mais completas como é a fumicultura.

Embora o anterior, não se refere a uma racionalidade econômica comum, ou seja, de tipo linear ou vertical, da tradicional busca pelo custo-benefício. Trata-se de uma racionalidade diferente, que é não linear e de longo prazo. O ganho econômico nem sempre é o objetivo principal perseguido pela família porque ao invés disso o grupo procura a reprodução da diversidade de atividades e projetos específicos existentes ao interior da propriedade, que se bem não geraram ganhos econômicos, permitem ir capitalizando a propriedade para futuramente ver algum retorno financeiro. Objetiva-se também melhorar a infraestrutura disponível, tanto o lugar de moradia como as usinas de beneficiamentos. Procura-se oferecer educação profissional aos filhos, investir em outras atividades agropecuárias e não agrícolas, em pequenos negócios, casas de aluguel; ou seja, projetos particulares que trarão algum retorno e que serão reinvestidos na propriedade e/ou nos seus integrantes.

Essa racionalidade de longo prazo procura também a obtenção de benefícios sociais permanentes e a futuro. No México, frente a um contexto limitado e com um Estado excludente, os serviços médicos são uma estratégia em disputa por acessar a atenção em saúde que por outros meios é custosa para as famílias nayaritas. Do mesmo modo, a aposentadoria rural tanto em Santiago Ixcuintla como em Dom Feliciano é um benefício que não se percebe imediato senão que se objetiva atingir no futuro. Assim, a continuidade na fumicultura não significa uma decisão incompreensível ou um ato de teimosia e incapacidade de não ver outras opções, significa que depois de uma avaliação familiar para dar continuidade aos

projetos grupais e individuais, o resultado é a inexistência de alternativas produtivas integrais com a maior quantidade e melhores vantagens e benefícios.

Em Dom Feliciano, o elemento cultural e identitário, assim como o político, nem sempre são reconhecidos ou dimensionados por alguns atores institucionais. Para eles, isso não existe, já que o produtor planta só por cultura do dinheiro. Embora, a fumicultura como um elemento cultural não estático é reproduzida pela linguagem, pelos comportamentos sociais e rituais comunitários. A vida social do fumo determina o calendário religioso, influencia eleições municipais, caça prefeitos, é usada como artefato político. Inclusive, o fator identitário se aprecia nas conversas do cotidiano por mostrar quem das famílias no município instalou a primeira estufa para secagem ou quem conseguiu produzir mais e vender ao melhor preço. Tiram-se fotos na lavoura e são colocadas no Facebook ou no status de WhatsApp para mostrar de algum modo o orgulho de ser fumicultores. Apesar de que os atores locais não categorizam ou encaixam suas ações nos conceitos e categorias acadêmicas, estas estão boiando no ambiente. Fazem parte de um patrimônio local, material e imaterial, que está presente nas falas e conversas de rua, do churrasco ou na hora do mate.

Como parte do objetivo específico 2, procurou-se identificar após a ratificação e instrumentação da Convenção-Quadro, quais foram alguns dos desdobramentos e mudanças na produção de tabaco compreendidas entre o período 2005-2018. No Brasil, os patamares produtivos diminuíram em nível da região Sul em 48.690 famílias que produziam 141.760 hectares e um volume de 157.007 toneladas. No Rio Grande do Sul, a superfície plantada e o volume produzido diminuíram em 35.068 hectares e 63.741 toneladas respectivamente. Já em Dom Feliciano, esses critérios se vieram afetados com 1.100 hectares que deixaram de ser plantadas e 3.150 toneladas produzidas.

No México, entre 2005 a 2018, os rendimentos produtivos têm se visto menos afetados em relação do que acontece no Brasil. A área plantada tem sido a mais atingida ao diminuir em 2.515 hectares, em tanto que em Nayarit foi de 1.368 ha e no município de Santiago Ixcuintla de 1.896 hectares. O volume produzido diminuiu também, perdendo no nível nacional 754 toneladas no período de treze anos. Já para Nayarit se perderam 970 toneladas produzidas e em Santiago Ixcuintla foram 2.407.

Além destas, outras mudanças vêm sendo destacadas em ambos os países de estudo. O pacote tecnológico e a quantidade de agrotóxicos utilizados vêm mudando a produtos com princípios biológicos e menos ofensivos a saúde humana e ao meio ambiente. Porém, em Santiago Ixcuintla o custo final do dito pacote tem se visto incrementado, afetando com isso a renda final das famílias produtoras. Além disso, o pacote subministrado é enxergado pelas

famílias como superior aos requerimentos e necessidades técnico-produtivas o que acaba provocando que não precisem do total de insumos fornecidos. Os produtores terminam ressignificando essa situação aplicando-os em outros cultivos, embora também sendo vendidos através de um mercado ilegal de insumos.

Destaca-se também, que tanto em Nayarit como em Santiago Ixcuintla o rendimento médio por hectare aumentou no período compreendido entre 2005 a 2018 em 605 kg e 530 kg, respectivamente, ajudando a compensar a diminuição da superfície plantada. Pelo lado das firmas, algumas das explicações para esse incremento se encontram na introdução de melhoras genéticas em sementes e insumos. Assim também, aumentou-se a quantidade de pés por hectare que passou de 22 mil para 26 mil pés. A introdução de irrigação por gotejamento é também uma mudança recente que vem incidindo possivelmente no aumento do rendimento já descrito, que a falta de dados e informações mais profundas para esta tese, merece ser um tema pesquisados futuramente em outros de nossos projetos acadêmicos.

Em Dom Feliciano o custo dos insumos para as famílias integradas com alguma firma também sofreu incrementos e em alguns casos dependendo da empresa, como a Souza Cruz, foram obrigados a introdução de mudanças em infraestrutura produtiva como a instalação de canteiros para produção de mudas e de estufas elétricas “padrão”. No caso da irrigação por gotejamento a firma citada realizou na região alguns dias de campo para o repasse destas e outras mudanças com o objetivo de aquisição dos seus integrados, cientes do problema que representa a falta de chuva para o ótimo desenvolvimento do tabaco.

Frente às mudanças climáticas, como por exemplo, a estiagem que afeta atualmente a região de Centro-Sul do Rio Grande do Sul da qual Dom Feliciano faz parte, esse tipo de irrigação é identificada como a alternativa mais viável. Porém, o alto custo de investimento, a falta de recursos próprios e a inacessibilidade de créditos bancários, torna difícil para as famílias bancar por conta o que seria a solução diante da escassez de chuva que esta afetando a safra 2019-2020 e que de acordo com alguns fumicultores terminaram perdendo aproximadamente um 30-40% da produção em relação ao ano anterior.

Portanto, frente a este panorama de mudanças e câmbios como está sendo vivenciado pelas famílias fumicultoras no Brasil e no México aqui estudadas? Estratégias, trampas e truques vêm sendo desenhados entre as famílias de Nayarit como forma de alterar esses impactos e maximizar as possíveis vantagens, tanto as já existentes, frente ao SIPT como outras que elas estão encontrando a partir de novos atores institucionais e empresariais, regulações e programas. De um lado, em Santiago Ixcuintla existem produtores que contratam com a firma uma superfície de 1,5-2 hectares, embora acabem plantando 2-2,5 (0,5-1 ha a

mais), sua ação esta ancorada no uso e aproveitamento ao máximo possível tanto do pacote tecnológico, como da redução do seu custo final e na diminuição da dívida contraída pelo financiamento repassado.

As famílias nayaritas possuem a certeza de que o pacote de insumos fornecido pelas firmas é maior aos requerimentos, motivo pelo qual elas contratam uma quantidade menor e terminam cultivando uma superfície maior diferente à contratada. A trampa visa não a adquirir um pacote que terá um custo maior, senão que é melhor adquirir uma quantidade para uma superfície menor e aplicá-la a uma superfície maior. No pior dos casos, os insumos podem ser aproveitados em outros cultivos ao interior da mesma propriedade, senão revendidos. No Rio Grande no Sul não foi possível identificar através das entrevistas realizadas se os fumicultores colocam doses maiores do que as recomendadas pela indústria, para ter excedente no fumo seco, vendendo-o aos picaretas ou a outras firmas.

Mesmo assim, em Dom Feliciano a ação das famílias para a realização de algumas armadilhas ou trampas são diversas e heterogêneas. Existem aqueles produtores que realizam cadastro e compram os insumos com a firma somente para se assegurar tanto de uma opção de comercialização segura como da nota fiscal para o bloco do produtor. Chegado o momento da venda, se o preço oferecido por algum picareta é melhor em relação à firma, eles decidem repassar à fumageira a quantidade mínima de tabaco seco com que se paga o financiado e o resto é vendido a quem oferece preço melhor. Em alguns outros casos, as famílias realizam cadastro e compras apenas alguns insumos com a firma, em tanto que o resto é adquirido nos negócios locais que possuem um preço às vezes 30% abaixo do custo da fumageira. O truque continua sendo se assegurar de uma via de comercialização e da nota fiscal.

Por outro lado, no que concerne aos artigos 17 e 18 da CQCT que foram dois dos compromissos com que os governos se comprometeram a ajudar às famílias fumicultoras na diversificação de alternativas economicamente viáveis e no cuidado do meio ambiente e saúde das pessoas, seu status atual é complexo e confuso. No Brasil, o Programa Nacional de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco (PND em ACT) e o Projeto Piloto para a Geração de Referências ao Cultivo de Tabaco em Dom Feliciano, foram parte da institucionalização destes artigos. No México, o Programa para a *Reconversión Productiva del Tabaco* (RPT) foi a resposta institucional.

Em Dom Feliciano/RS as ações do Programa de Diversificação e o Projeto Piloto foram aproveitadas e moldadas pela trajetória em curso desde 2001 de um processo de planejamento participativo guiado através de um Plano Municipal de Desenvolvimento Rural que se articulou e/ou vinculou à estrutura de intervenção governamental. A ação dos atores

locais, dentre eles as famílias fumicultoras, em aliança com alguns atores institucionais foi peça chave para a realização de atividades diversas.

Destaca-se, sobretudo, que entre 2009 a 2012 o município foi um laboratório de experiências e atividades para a diversificação de culturas alternativas ao fumo, donde arranjos locais como a Cooperativa Agropecuária Centro-Sul (Coopacs) pensada e desenhada pelos atores locais no bojo das discussões da CQCT, instrumentalizou para benefício local os Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Por outro lado, arranjos e projetos comunitários, como o Fórum de Agricultura Familiar, a Expo Dom Feliciano, a Festa da Uva, a Cooperativa para produção de leite, o cultivo da uva e uma fábrica para seu beneficiamento, padaria, criação de peixe e de frango colonial, entre outras; foram ações que continuam sendo realizadas em Dom Feliciano. Algumas já existiam, não obstante outras se construíram ou fortaleceram a través do PND em ACT ou do Projeto Piloto.

De forma oposta, em Santiago Ixcuintla o Programa de *Reconversión Productiva del Tabaco* tem sido um processo complexo e confuso, alvo de contradições e manipulação por parte dos atores governamentais encarregados da sua operação. Apesar de haverem sido destinados um equivalente aproximado de R\$ 203.975.799 milhões para entre outras coisas a aquisição de uma central de maquinaria para benefício das famílias, estas não sabem da existência dessas ações, desconhecem da CQCT, assim como do programa de RPT e dos recursos repassados. Inclusive, há evidência de esquemas de manejo ilícito dos recursos e/ou de casos de corrupção através da reconversão do tabaco por milho amarelo que se suscitaram entre 2014 e 2017 por meio de um programa operado pela firma Granissa que prejudicou a mais de 160 agricultores, alguns que não eram fumicultores nem ex-fumicultores. Não obstante a *Asociación Rural de Interés Colectivo* (ARIC) e seus funcionários, representantes das famílias produtoras de tabaco em Nayarit, tivessem sido excluídos das negociações pela ocasião da ratificação da CQCT, foram marginados novamente para a instrumentação do programa de reconversão de tabaco por milho amarelo operado por Granissa, quando a Aric deveria ter sido peça chave dessa intervenção governamental.

Portanto, a reação das famílias nayaritas frente a estas ações institucionais e limitações tem sido dar continuidade a produção de tabaco para garantir a geração de recursos que permitam o desenvolvimento de outras atividades ao interior da propriedade, como por exemplo, o cultivo de feijão, hortaliças e frutais que são de menor risco financeiro, de mercado e de mudanças climáticas. Assim também, atividades como a migração temporal México-Estados Unidos, o emprego assalariado e por atividades profissionais, e pequenos

comércios, fazem parte de um fundo giratório de recursos. Dom Feliciano não destoa dessa situação, toda vez que as famílias avaliam continuar na fumicultura pela falta de mercados mais completos para grãos básicos e outros cultivos. Assim também, em algumas ocasiões se aventuram a investir em atividades de pecuária familiar, não agrícolas ou em pequenos comércios locais.

Outras mudanças, de tipo socioambientalmente mais responsáveis, estão em curso. Os programas para trabalhadores migrantes e a produção de fumo orgânico e “semiorgânico”, são consequências das regulações de mercado da CQCT e de consumidores em países na Europa que são destino das exportações de tabaco brasileiro e mexicano. Em Dom Feliciano a produção de tabaco orgânico apresentou-se em torno de 2005 como uma opção de diversificação que teria como destino de mercado um segmento de mercado específico. Não obstante, resistências culturais e técnico-produtivas das famílias tanto pelo alto custo do pacote tecnológico, como pela presença de pragas e doenças, aliadas a fatores externos como movimentos antitabagistas abriram a possibilidade de produção de um fumo semiorgânico, considerado um tipo de produto intermédio entre o convencional e orgânico, sobretudo pela imbricação do pacote utilizado.

No caso de Santiago Ixcuintla e os programas para trabalhadores migrantes, a ação estratégica das famílias vem encontrando como maximizar alguns benefícios e vazios interpretativos que são possíveis graças ao resultado de sua habilidade para conhecer e habilidade para agir. Elas encontram que as obrigações e o cumprimento dessas instituições se bem são uma responsabilidade, ao mesmo tempo podem obter vantagens além das já conquistadas ou tradicionalmente conseguidas. A obtenção de uma bonificação ou espécie de prêmio por cumprir as obrigações do programa, se acrescentam quando o aumento no preço pago pelos salários para esses migrantes pode ser aproveitado pelas famílias sendo elas quem realizam o trabalho na etapa da colheita.

Diante do anterior, é possível afirmar que estes câmbios e mudanças são resultado da ratificação da CQCT. O Tratado iria agir em duas frentes que eram a produção e o consumo, ambos intimamente relacionados. O mercado fumageiro mundial, controlado pelo Sistema Integrado de Produção, está reagindo e se organizando frente aos desdobramentos e regulações políticas e econômicas que cada país vem adotando. A produção está sendo deslocada a outros países, donde pode haver regulações e movimentos “anti” tabaco menos fortes. Mesmo assim, confiamos que ainda que a produção de tabaco no Brasil e no México possa, todavia se reduzir, esta iria permanecer pelos próximos 15 ou 20 anos porque as firmas são cientes da existência de um território que é funcional a essa atividade.

Ao interior dele estão as famílias fumicultoras e o destacado papel por elas exercido como sendo indispensáveis para a realização de um cultivo em quantidade e, sobretudo na qualidade quase artesanal que o mercado demanda. A taxaço de maiores impostos que incrementou o preço final do pacote de cigarros, também é uma consequência da CQCT, provocando pela sua vez que o comércio ilegal de cigarros, no seu conjunto, afete diretamente o mercado legal controlado pelas firmas e sem dúvida também a produção em campo da qual dependem.

Em relação com a essa linha de argumentos, diante da falta de dados estatísticos e informações mais amplas, se convertem em áreas de estudo a serem pesquisadas futuramente. Lembra-se que os temas e mudanças advindas do mercado fumageiro mundial não eram o foco central desta tese, senão as famílias fumicultoras. Aliado a essas linhas abertas de estudo, poderia se destacar também o impacto das mudanças climáticas que estão afetando a produção fumageira. Desse modo, o compromisso é abordar e aprofundar posteriormente a investigação dessas temáticas, que neste momento são importantes, porém secundárias já que o olhar está centrado nas famílias.

Assim mesmo, os câmbios trazidos pela CQCT e as mudanças climáticas são dois fatores que poderiam ser colocados num ranking de afetações como os mais importantes, embora mereçam maior tempo de estudo para a apresentação de argumentos mais sólidos. Não obstante, diante desse panorama de incertezas e afetações, destaca-se que antes, durante ou depois deles, a produção de tabaco no Brasil e México continua sendo desenvolvida principalmente por famílias camponesas.

Se bem havia sido proposto inicialmente nesta tese, que o Convênio apresentava poucos elementos para considerar um avanço real e que seria a ação dos atores familiares e camponeses produtores de tabaco os quais a partir de seus conhecimentos e capacidades, influenciaria nas trajetórias, alterando e/ou condicionando, o rumo e o status dos desdobramentos deste Tratado internacional para com o setor rural, consideramos que as famílias não estão preocupadas por realizar tais condicionamentos ou alterações à CQCT.

Primeiro, para estes grupos familiares a CQCT não existe, ou dissimulam estrategicamente não estar preocupados da sua existência ou das afetações a partir dos seus desdobramentos. Em segundo, como as famílias não estão preocupadas com o Convênio, elas não pretendem alterá-lo ou mudá-lo, não está nos seus objetivos, senão que seguem com o desenvolvimento dos seus projetos familiares sejam com ajuda ou não da CQCT, das políticas, programas ou projetos para a diversificação. O atuar das famílias esta enfocado, mas

que alterar o rumo, a identificar oportunidades ou vantagens que possam ser obtidas frente dessa estrutura institucional e/ou empresarial.

Em relação ao objetivo específico 3, foram elaboradas duas categorias centrais para o entendimento das estratégias familiares desenvolvidas pelas famílias frente a Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco. Por um lado, a cumplicidade de dependência se descreveu como a capacidade estratégica das famílias produtoras de tabaco para o estabelecimento de relações de aparente dominação e subordinação frente as firmas de capital transnacional que controlam o Sistema Integrado de Produção de Tabaco (SIPT) e o Estado, visando ao desenvolvimento de estratégias de vida que lhes permitam a obtenção de benefícios e vantagens para a reprodução dos seus projetos individuais e coletivos.

Pelo outro lado, tendo como centro de um carrossel de estratégias, encontra-se o que denominamos como espaço de manobra, sendo entendido e descrito como o lugar, material e simbólico, socialmente construído pelas famílias camponesas produtoras de tabaco através da sua capacidade de agência e resistência, que lhes permite manobrar –avançar, retroceder, resistir- frente a contextos de incerteza ou conjunturas favoráveis por meio de relações de interface, negociando e disputando com outros atores e agentes, o desenvolvimento de estratégias de vida na defesa dos seus projetos de vida e permanência no rural.

Dessa forma, as estratégias familiares no seu conjunto mais amplo formam o que chamamos de carrossel de estratégias. Este, é complexo pela quantidade de vínculos e interfaces, de atores e agentes familiares, institucionais, empresariais, entre outros, assim como pelos recursos envolvidos. É dinâmico porquê de maneira histórica vem sendo articulado e adequado às conjunturas e contextos. É flexível porque se insere e adapta às especificidades, tanto a estratégias desenvolvidas com outras famílias, como às janelas de oportunidades geradas frente à estrutura de intervenção que representam principalmente o Estado e o SIPT.

Como parte destas estratégias, destacam-se os *grupos familiares solidários* e a “troca de dia”. Esta última parece a simples vista uma ação através da qual somente são trocados dias de trabalho por trabalho, porém vai mais além do que isso. São emprestados e compartilhados equipes, tratores, benfeitorias, mão de obra, contatos e outros recursos. A troca de dia não sempre é paga, nem devoluto em trabalho. Às vezes são trocados insumos, emprestados tratores e carroças, ou simplesmente uma ajuda às famílias em situação de dificuldade.

Os grupos familiares se ajudam e recorrem a esta estratégia sobretudo no momento da colheita de fumo com a finalidade primeira de que o tabaco seja colhido no momento

oportuno. Não obstante, há outros momentos como o transplante e a adubação em que as famílias realizam “troca de dia”. Ainda assim, a oportuna colheita permitirá num segundo momento durante a secagem seja obtida uma melhor qualidade e assim buscar também atingir uma classificação mais alta e com melhor preço no momento da venda, seja com as firmas ou com atravessadores locais. Essa estratégia é sumamente importante, tanto que as famílias são cientes que “se o fumo vem mal da lavoura, não adianta o que fazer na secagem. Para produzir fumo de qualidade tem que se tirado na hora certa”.

No caso de Nayarit, a estratégia dos grupos solidários remete a um arranjo desenhado pelas firmas fumageiras para evitar perdas e dívidas pelo financiamento repassado às famílias. A ação destes grupos, ao longo do tempo foi mudando esse requisito, ao grau de hoje em dia adequá-lo a suas necessidades. Os grupos familiares solidários atualmente vão além de sua função de repasse dos recursos e de socializar as possíveis perdas, senão que as famílias os constroem tentando obter vantagens adicionais para o resto de membros do grupo, como por exemplo, acessar aos serviços médicos e a aposentadoria rural. Um fumicultor que antigamente registrava sozinho quatro hectares, hoje em dia continua cultivando essa mesma superfície, porém é distribuída em dois ou mais contratos formais que estão sobre o nome de diferentes integrantes, parentes ou parceiros, embora seja somente o produtor quem termina bancando investimentos, mão de obra e as gestões necessárias.

Existem também outras estratégias em torno do carrossel descrito, embora, consideramos que estas possuem algum grau de diferenciação que terminam adotando a forma de trampas, truques e armadilhas realizadas pelas famílias fumicultoras diante do SIPT e o Estado. Seu sentido de diferenciação encontrasse na maior ou menor flexibilidade e formalidade. Destacam-se dentre elas a venda de insumos e o desvio de tabaco, assim como o cadastro com a firma e as entregas parceladas, sendo estratégias que se caracterizam pelo oportunismo e racionalidade de longo prazo, em que mais do que procurar um ganho econômico maior, o que pretendem as famílias é uma série de ganhos menores nem sempre econômicos. Por exemplo, dentre eles se encontra a possibilidade de se assegurar um canal de comercialização, a obtenção de notas de venda seguras, geração de rendas adicionais pela venda de algum insumo ou a não entrega da totalidade de tabaco produzido, que além de ser desviada no imaginário de alguns fumicultores, está-se afetando os estoques das fumageiras.

Como parte do objetivo específico 4, há em torno das famílias fumicultoras no Brasil e no México uma visão que as enxerga sobre a ideia de uma dependência praticamente total e/ou unilateral. Esta é reforçada por um discurso público da dominação e conformidade em torno do Sistema Integrado de Produção de Tabaco (SIPT) donde se coloca a esses grupos

familiares como passivos e conformes de sua situação. Não obstante, ainda sobre as formas mais extremas de coerção e frente a cenários de incerteza, as famílias possuem habilidade para conhecer e habilidade para agir, de modo que elas encontraram mediante suas capacidades, conhecimentos, relações e contatos, as condições para transformar situações más em menos más.

A propriedade rural é estratégica para o estabelecimento das relações de cumplicidade e dependência. Constitui-se como o espaço autônomo e socialmente construído donde a família desenha, treina e aperfeiçoa sua resistência na forma de recursos linguísticos e não verbais que não sempre são explícitos porque estão ocultos ou nem sempre visíveis a atores externos. O objetivo deste discurso oculto é criar por um lado uma atmosfera de contradição e ambiguidade discursiva que reforça pela sua vez a aceitação social externa à família de subordinação e dependência.

Do mesmo modo, a acomodação das famílias fumicultoras que é criticada e analisada por algumas pesquisas anteriormente realizadas, em ambos os territórios aqui estudados, em que se enxerga e questionasse o porquê dos produtores não querem sair da propriedade para comprar insumos ou negociar colheitas agrícolas, é parcial e desconhece o conjunto de práticas, truques, estratégias que é característico da heterogeneidade social das famílias camponesas. Esses estudos não conseguem compreender que a propriedade rural se converte em um lugar com as condições estratégicas de negociação podem estar ao seu favor, de modo que os grupos familiares se sentem cómodos e confortáveis nesse espaço social historicamente construído que lhes permite estabelecer relações de interface, sejam de negociação ou disputa, frente a outros atores as vezes antagônicos.

A centralidade da propriedade rural pode ser também observada, quando diante do processo de seleção e especialização, as firmas terminam competindo pelas melhores famílias, identificando e dando seguimento a aquelas que possuem conhecimentos, infraestrutura e outros recursos para poder produzir com qualidade e nos patamares adequados aos seus requerimentos. Algumas fumageiras oferecem empréstimos, equipes e trato diferencial aos considerados “bons” produtores. Ainda que não fosse aprofundado nesta tese, uma linha de pesquisa para projetos futuros é analisar e determinar como as firmas vão construindo um curriculum ou expediente de seguimento para manter ou atrair às melhores famílias fumicultoras.

Portanto, a dependência na fumicultura não se remete às famílias. As firmas do SIPT dependem dos produtores para a realização de uma atividade que lhes permita a elas sua reprodução material capitalista, tanto da venda de insumos através do pacote tecnológico,

como de tabaco em folha, seja como matéria prima ou transformada em cigarros e outros produtos derivados do tabaco. Pela sua parte, o Estado também depende da produção familiar de fumo para a arrecadação de bilhões de impostos, seja pelo comércio das exportações mundiais ou pela taxaço ao consumo de tabaco. Há por tanto uma cumplicidade de dependência tanto dos atores familiares, empresariais e governamentais em torno da continuidade da fumicultura, em que uns precisam dos outros.

Desse modo, frente ao anteriormente relatado, a tese central aqui contida propõe que as ações e reações das famílias fumicultoras no Brasil e no México, frente ao cenário complexo e as mudanças provocadas pela ratificação e implementação da CQCT, se manifestam no que aqui chamamos e descrevemos com uma **cumplicidade de dependência**, desenhada e construída desde a propriedade rural como o **espaço de manobra**. Estes dois conceitos são a contribuição desta tese de doutorado em desenvolvimento rural aos referenciais teóricos sobre capacidade de agência e arte da resistência, assim como aos trabalhos e pesquisas sobre produção de tabaco, tanto no Brasil como no México. Destaca-se também como contribuição o conceito de fumicultura familiar aqui utilizado e descrito, embora se trate de uma categoria a ser futuramente robustecida por outras investigações, diferenciando esta atividade familiar de outras que possuem um viés empresarial e capitalista.

Uma grande contribuição e novidade desta tese é também o fato de se tratar de uma pesquisa paralela ou comparada, e não comparativa. Ou seja, ela não pretendia realizar comparações entre elementos e objetos iguais, senão, que a partir deles se pudesse construir um marco de análise e reflexão para propor como em territórios diferentes e distantes, os atores familiares da agricultura camponesa, diversos e heterogêneos, possuem capacidade de agência e resistência que lhes permite construir estratégias de vida frente a outros atores governamentais e empresariais.

As limitações e restrições mais importantes desta tese se cernem em relação à incapacidade de ter aprofundado nas reações e ações que vem sendo realizadas pelo Estado e o Sistema Integrado de Produção de Tabaco (SIPT) frente das mudanças e desdobramentos da CQCT. No referente às famílias fumicultoras, não se realizou uma análise mais aprofundada para identificar a possível existência de projetos pessoais e/ou individuais entre os seus membros, sobretudo dos jovens e mulheres, e como estes se articulam com projetos e planos familiares mais amplos e extensos. Há também limitações enquanto a uma apresentação mais esquemática da organização e funcionamento da fumicultura em ambos os países de estudo, que além do mais seja uma forma de apoio à descrição escrita e gráfica.

REFERÊNCIAS

ACADEMIA MEXICANA DE LA LENGUA. **Pininos**. 2019. Disponível em: <https://www.academia.org.mx/esp/respuestas/item/pininos>. Acesso em: 07 dez. 2019.

ASSOCIAÇÃO DOS FUMICULTORES DO BRASIL - AFUBRA. **Fumicultura no Brasil**. [2019]. Disponível em: <https://afubra.com.br/fumicultura-brasil.html>. Acesso em: 15 set. 2019.

AGUIRRE, G. **La farsa de los apoyos al campo**: Tabaqueros no cambiaran de cultivo. [2014]. Disponível em: <https://www.nnc.mx/articulo/portada/la-farsa-de-los-apoyos-al-campo;-tabaqueros-no-cambiaran-de-cultivo/1403011523>. Acesso em: 01 abr. 2015.

AGUIRRE, G. **Se va Tadesa. Le da el tiro de gracia a la Costa de Oro**. [2015]. Disponível em: <https://www.nnc.mx/articulo/portada/se-va-tadesa;-dan-el-tiro-de-gracia-a-la-costa-de-oro/1426692277>. Acesso em: 3 out. 2019.

ANDRADE, M. M. **Racionalidade limitada entre agricultores familiares produtores de tabaco no Vale do Rio Pardo-RS**. 2014. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

ANDREATTA, T. Políticas públicas para o crescimento da agricultura e da economia brasileiras. *In*: SILVA, L. X. (org.). **Estado e políticas públicas**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2010. p. 58-62. (Série Educação a Distância).

ANUÁRIO BRASILEIRO DO TABACO. Santa Cruz do Sul: Editora Gazeta. Santa Cruz, 2018. Disponível em: <http://www.editoragazeta.com.br/produto/anuario-brasileiro-do-tabaco-2018/>. Acesso em: 10 jan. 2019

ANUÁRIO BRASILEIRO DO TABACO. Santa Cruz do Sul: Editora Gazeta Santa Cruz, 2016. Disponível em: <http://www.editoragazeta.com.br/produto/anuario-brasileiro-do-tabaco-2016/>. Acesso em: 10 jan. 2019.

ARCE, A. Re-approaching Social Development: a field of action between social life and policy processes. **Journal of International Development**, Malden, v. 15, n. 7, p. 845-861, Set. 2003.

ARIAS A. L. M. Interdisciplinariedad y triangulación metodológica en ciencias sociales. **Diálogos Revista Electrónica de Historia**, San José, Costa Rica, v. 10, n. 1, p. 117-136. 2009.

ASOCIACIÓN RURAL DE INTERÉS COLECTIVO DE LOS PRODUCTORES DE TABACO - ARIC-. **Información estadística de los ciclos de producción de 1993-2013**. Tepic, México. 2014.

WILKINSON, J. História. Supersize me. *In*: SANTOS, M.; GLASS, V. (org.). **Atlas do Agronegócio**. Fatos e números sobre as corporações que controlam o que comemos. Rio de

Janeiro: Fundação Heinrich Boll, 2018. p. 60. Disponível em: https://br.boell.org/sites/default/files/atlas_agro_final_06-09.pdf. Acesso em: 08 nov. 2019.

AYALA, D.; B. DE LA TEJERA. De la redención al calvario: devenir campesino ante los contrasentidos de las políticas del sector agrícola en México. **Economía y Sociedad**. Morelia, México, v. 12, n. 20, p. 201-222, jul./dic. 2007.

BAIERLE, L.; DEPONTI, C. M; AREND, S. C. Contribuições da diversificação produtiva da Cooperativa Agroindustrial de Tabaco de Jujuy, Argentina para o Vale do Rio Pardo, RS. **Revista do CEPE**. Santa Cruz do Sul, n. 42, p. 167-186, jul/dez. 2015.

BARTRA, A. Las guerras del ogro. **Revista Era**, México, D.F., n. 16, p. 63-105. 2004. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/chiapas/chiapas16/CH16bartra.pdf>. Acesso em: 2 jun. 2016.

BOBINSKA, K. Estructura agraria de México después de la realización de la reforma agraria. **Estudios Latinoamericanos**, v. 1, p. 44-100, 1972. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/373543569/Estructura-agraria-de-Mexico-despues-de-la-realizacion-de-la-reforma-agraria-Klara-Bobinska>. Acesso em: 10 out. 2016

BONATO, A. **Conjuntura: Fumo/A fumicultura e a Convenção-Quadro Desafios para a Diversificação**. Curitiba: DESER, 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Ações do Ministério do Desenvolvimento Agrário para a diversificação da produção e renda em áreas cultivadas com tabaco no Brasil**. Brasília, 2010.

BUAINAIN, A. M; SOUZA FILHO, H. R. (org.). **Organização e funcionamento do mercado de tabaco no Sul de Brasil**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009.

BULHÕES, F. M.; DAL SÓGLIO, F. K Agroecologia e a Perspectiva Orientada ao Ator na análise do processo de construção do conhecimento e da inovação. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 4, n. 2, p. 613-616. nov. 2009.

CARVALHEIRO, E. M.; GARCES, D. Da perspectiva orientada ao ator ao processo de mercantilização: o caso da produção de banana ecológica no litoral norte do Rio Grande do Sul. In: CONGRESSO SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRACAO E SOCIOLOGIA RURAL, 45., 2007, Londrina. **Anais [...]**. Londrina: Sober, 2007.

CASTAÑEDA, J.M. **Productores de maíz amarillo se llaman engañados**. 2015. Disponível em: <http://www.diariogentepoder.com/PDF/20150622.pdf>. Acesso em: 24 out. 2019

CASTELLÓN, F. F. J. **Tabaco y modernización en Nayarit, 1930-1990**. Mimeo. Tepic, México, 1997.

CASTELLÓN, F. F. J. **El tabaco y su importancia en la vida económica y social de Nayarit**. In. Foro Nacional “Tabaco: Situación Actual y Perspectivas”. Tepic, México. Fundación Nayarit cambio XXI, Luis Donaldo Colosio A.C. 1994. p. 1-8.

CASTELLÓN F. F. J. Tabaco y modernización en Nayarit 1930-1990. In LUNA, J. P. (Org.) **Santiago Ixcuintla, notas para hilvanar su pasado**. UAN. Tepic, México. 2009. p. 298.

CASTELLÓN, F. J. F. **Pide Castellón defender cultivo de tabaco en México**. 2012. Disponível em: <http://www.periodicoexpress.com.mx/nota.php?id=257729>. Acesso em: 23 out. 2013.

CASTILLO. K. **Cofepris dejó entrar 140 activos de plaguicidas prohibidos por dañar la salud y medio ambiente**. 2019. Disponível em: <https://www.sinembargo.mx/03-02-2019/3530010>. 2019^a. Acesso em: 20 out. 2019

CRISTERNA, F. C. Categorización y triangulación como procesos de validación del conocimiento en investigación cualitativa. **Revista Theoria**, Chillan, v. 14, n. 1, p. 61-71. 2005.

CAYEROS, L. **Las familias del tabaco: trabajo agrícola familiar y calificación en la producción de tabaco en Jala, Nayarit, ciclos 1998-2006**. 2007. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, El Colegio de Michoacán, Zamora, México, 2007.

CEPAGRO. **Diversificação produtiva**. Alternativas ao cultivo de tabaco. Florianópolis, 2013. (Coleção Saber na prática, 4).

CHÁVEZ, L. La política agrícola en México. In: CRUZ, A.; D. ESCOBAR; C. RAMÍREZ (org.), **Desarrollo Rural. Democracia, soberanía, migración. Políticas públicas y los actores**. Chapingo, México. Editora da Universidad Autónoma Chapingo (UACH). p.35-50. 2009.

COTRIM, D. **O estudo da participação na interface dos atores na arena de construção do conhecimento agroecológico**. 2013. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

CRESWELL JW. **Investigação qualitativa e projeto de pesquisa: escolhendo entre cinco abordagens**. São Paulo: Penso, 2014.

DE DIOS, D.; THIES, V. Análise comparativa da implementação da convenção quadro para o controle do tabaco no México e no Brasil. In: OLIVEIRA, M. *et. al.* (org.). **Saúde coletiva, desenvolvimento e (in)sustentabilidade no rural**. Porto Alegre. Editora da UFRGS. 2018

DE DIOS, D. **Reconversión productiva y nuevas generaciones de familias tabacaleras en el municipio de Santiago Ixcuintla, Nayarit**. 2014. 165f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico Local) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico Local, Universidad Autónoma de Nayarit, Tepic, México, 2014.

DELGADO, G. C. Constituição e desenvolvimento do capital financeiro na agricultura. **Cad. Dif. Tecnol.**, Brasília, p. 11-76, jan./abril. 1986.

DELGADO, N. G. Política econômica, ajuste externo e agricultura. In: LEITE, S. **Políticas públicas e agricultura no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2001, p. 15-52.

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS RURAIS - DESER. A cadeia produtiva do fumo. **Contexto Rural/Deser**, ano 3, n. 4, dez. 2003.

DEPONTI, C. M.; SCHNEIDER, S. A extensão rural e a diversificação produtiva da agricultura familiar em áreas de cultivo de tabaco no Rio Grande do Sul: o caso de Dom Feliciano-RS. **Revista IDeAS**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 176-213, 2013.

DEPONTI, C.M. **Intervenção para o desenvolvimento rural: o caso da extensão rural pública do Rio Grande do Sul**. 2010. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

DEPONTI, C. M. O processo de desenvolvimento rural à luz da perspectiva orientada ao ator: o caso da extensão rural brasileira. *In*: CONGRESSO SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 47, 2007, Londrina. **Anais [...]**. Londrina: Sober, 2007.

DE MICHELI, A; IZAGUIRRE-AVILA, R. Tabaco y tabaquismo en la historia de México y de Europa. **Rev. invest. clín.**, Ciudad de México, v. 57, n. 4, p. 608-613. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.org.mx/pdf/ric/v57n4/v57n4a14.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2019.

DIAZ, P.; SALINAS, S. **Huicholes y plaguicidas**. Estudio epidemiológico. 2002. Disponível em: <http://www.huicholesyplaguicidas.org/publicaciones.html>. Acesso em: 14 abr. 2014.

DIESEL, V.; SCHEIBLER, J. L.; PALMA, J. Características e condicionantes da estabilidade de relações de integração agricultor-agroindústria: considerações a partir do caso da fumicultura no RS. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 39, 2001, Recife. **Anais [...]**. Brasília: Sober, 2001. p. 1-11.

DIESEL, V.; MENGEL, A. A.; PICOLOTTO, E.L. Tratados internacionais, coalisões políticas e o destino dos territórios e agricultores produtores de fumo no Brasil. **Revista Desenvolvimento Social**, Montes Claros, MG, n. 3, jul. 2009.

DURAND, J. Coordenadas Metodológicas. De cómo armar el rompecabezas. *In*: OEHMICHEN, C. (org.). **La Etnografía y el trabajo de campo en las ciencias sociales**. Ciudad de México: UNAM. 2014.

DUTRA, E. J. S. **A produção de fumo em perspectiva: A tipologia dos produtores de fumo no município de Canguçu**, Rio Grande do Sul. 2015. Tese (Doutorado em Geografia). – Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

DUTRA, E. J.; HILSINGER, R. A cadeia produtiva do tabaco na região Sul do Brasil: aspectos quantitativos e qualitativos. **Geografia Ensino & Pesquisa**, Santa Maria, v. 17, n. 3, p. 17-33, set./dez. 2013.

ETGES, V. E.; FERREIRA, M. A. F. **A produção do tabaco: impacto no ecossistema e na saúde humana na região de Santa Cruz do Sul, RS**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC; 2006.

ESCALANTE, M. **Jorge Kondo es el nuevo secretario de desarrollo rural en Nayarit**. 2012. Disponível em: <http://nayaritenlinea.mx/2012/10/03/el-sinaloense-jorge-kondo-es-el-nuevo-secretario-de-desarrollo-rural-de-nayarit?vid=43115>. Acesso em: 28 out. 2019.

FERNANDEZ, S. M. **Da diversificação à especialização: origem e evolução dos sistemas produtivos de tabaco em Sobradinho/RS**. 2010. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

FIALHO, M. A. V.; WAQUIL, P. D. O desenvolvimento rural: concepções e referências para a proposição de políticas públicas de desenvolvimento nos territórios rurais. **Revista Extensão Rural**, Santa Maria, n. 15, p.29-165. 2008.

FINANCIERA NACIONAL DE DESARROLLO AGROPECUARIO, RURAL, FORESTAL Y PESQUERO - FND. **¿Qué hacemos?** 2019. Disponível em: <https://www.gob.mx/fnd/que-hacemos>. Acesso em: 11 dez. 2019.

FREITAS, T. **A Diversificação dos meios de vida como expansão das capacitações: por uma sociologia das condições de vida na fumicultura no Rio Grande do Sul**. 2015. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

GAZOLLA, M. **Conhecimentos, produção de novidades e ações institucionais: cadeias curtas das agroindústrias familiares**. 2012. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

GERHARDT, T. E; SOUZA, A. C. Aspectos teóricos e conceituais. *In*: GERHARDT, T. E; SILVEIRA, D. (org.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre. Editora da UFRGS. 2009. (Série Educação a Distância, 5.). Anexos B, C e D. p. 43 a 53.

GLASENAPP, S. **As instituições na trajetória das transformações produtivas e organizacionais das famílias produtoras de tabaco no Rio Grande do Sul (RS)**. 2016. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

GÓMEZ, C. **Nayarit sigue siendo líder de producción de tabaco en México**. 2012. Disponível em: <https://www.inforural.com.mx/nayarit-sigue-siendo-lider-de-produccion-de-tabaco-en-mexico/>. Acesso em: 23 oct. 2013.

GONZALEZ, D. **La vida atroz de los jornaleros mexicanos de tabaco**. 2016. Disponível em: <https://www.nytimes.com/es/2016/08/15/la-vida-inhumana-de-los-jornaleros-mexicanos-de-tabaco/>. Acesso em: 22 out. 2019.

GRANOS NACIONALES INTERNACIONALES DE SINALOA, S.A. DE C.V. – GRANISSA. **Informações de contato**. 2019. Disponível em: https://www.facebook.com/pg/granissa/about/?ref=page_internal. Acesso em: 25 out. 2019.

GREGOLIN, A. **Ações do Ministério de Desenvolvimento Agrário para a diversificação da produção em áreas cultivadas com Tabaco no Brasil**. Brasília: MDA, 2010.

GRISA, C. **Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil**: produção e institucionalização das ideias. 2012. Tese (Tese de Doutorado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e Estado no Brasil. *In*: GRISA, C. SCHNEIDER, S. (org.) **Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

GUBER, R. **La etnografía**. Método, campo y reflexividad, Buenos Aires: Editorial Norma, 2001.

GUEDES DE LIMA, R. Por que os projetos alternativos à fumicultura não vêm se tornando prioridade entre os agricultores do Vale do Rio Pardo, Rio Grande do Sul? **Desenvolvimento em Questão**, Ijuí, n. 19, p. 1-21, jan./abr. 2012.

GUERRERO, P. **Guía etnográfica para la sistematización de datos sobre la diversidad y la diferencia de las culturas**. Quito, Ecuador: Ediciones Abya-Yala, 2002.

GUIVANT, J. Heterogeneidade de conhecimentos no desenvolvimento rural sustentável. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**. Brasília, v.14, n.3, p 411-448, set/dez. 1997.

HERNANDEZ-ANTONIO, A.; HANSEN, A. M. Uso de plaguicidas en dos zonas agrícolas de México y evaluación de la contaminación de agua y sedimentos. **Rev. Int. Contam. Ambient**, Ciudad de México, v. 27, n.2, p.115-127, 2011

HERNÁNDEZ, L. N. **El capital financiero secuestró la agricultura**. 2008. Disponível em: <https://www.jornada.com.mx/2008/10/21/index.php?section=mundo&article=032n1mun>. Acesso em: 21 nov. 2019.

HEVIA, F. La difícil articulación entre políticas universales y programas focalizados. Etnografía institucional del programa Bolsa Familia de Brasil. **Gestión y Política Pública**, Ciudad de México, v. 20, n. 2, p. 179-331, jul./dez. 2011

HILSINGER, R. **O território do tabaco no sul do Rio Grande do Sul diante da convenção quadro para o controle do tabaco**. 2016. 223f. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Produção Agrícola Municipal (PAM)**. [2019]. Disponível em <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/5457#resultado>. Acesso em: 28 ago. 2019.

INSTITUTO NACIONAL DO CÂNCER - INCA. **A economia do tabaco e o controle do tabaco**: em colaboração com a Organização Mundial da Saúde/Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva. Secretaria Executiva da Comissão Nacional para Implementação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco. *In*: CAVALCANTE, T. (Org.) Rio de Janeiro. 2017.

INSTITUTO NACIONAL DO CÂNCER - INCA. **Convenção-Quadro da OMS para o Controle do Tabaco no Brasil: 10 anos de história – 2005-2015**. 2. ed. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva, 2018.

JORNAL ARAUTO. **Philip Morris e Universal Leaf vão compartilhar unidade de compra de tabaco em Santa Cruz**. 2019. Disponível em: https://www.portalarauto.com.br/pages/168833/philip-morris-e-universal-leaf-vaocompartilhar-unidade-de-compra-de-tabaco-em-santa-cruz?fbclid=iwar2mbkyh3r0k8y006vezx1xg98dp0_rejh79zsa1utxtsbfs55qkbnkzbuo. Acesso em: 20 out. 2019.

KURI, P. **Tabaquismo en México**. 2002. Disponível em: <http://www.conadic.salud.gob.mx/pdfs/publicaciones/obs2002_2.pdf> 2002. Acesso em: 10 jun. 2015.

LA VIA CAMPESINA. **Naciones Unidas: El Tercer Comité aprueba la Declaración sobre Derechos Campesinxs y otras personas que trabajan en áreas rurales**. 2018. Disponível em: <https://viacampesina.org/es/naciones-unidas-el-tercer-comite-aprueba-la-declaracion-sobre-derechos-campesinxs-y-otras-personas-que-trabajan-en-areas-rurales/>. Acesso em: 27 jun. 2019.

LA VIA CAMPESINA. **La agricultura campesina sostenible puede alimentar al mundo**. 2011. Disponível em: <https://viacampesina.org/es/la-agricultura-campesina-sostenible-puede-alimentar-al-mundo/>. Acesso em: 27 jun. 2019.

LOBO E. A; RATHKE F. S; BRENTANO D. M. Ecotoxicologia aplicada: o caso dos produtores de tabaco da bacia hidrográfica do Rio Pardo, RS, Brasil. *In*: ETGES V. E.; FERREIRA, M.A.F. (org.) **A produção do tabaco: impacto no ecossistema e na saúde humana na região de Santa Cruz do Sul, RS**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006. p. 41-224.

LONG, N.; VILLAREAL, M. Exploring development interfaces: from the transfer of knowledge to the transformation of meaning. *In*: SCHURMAN, F. (ed.). **New directions in development theory**. London: Zen Books, 1994.

LONG, N.; PLOEG, J. V. Heterogeneidade, ator e estrutura: para a reconstituição do conceito de estrutura. *In*: SCHNEIDER, S.; GAZOLLA, M. (org.). **Os atores do desenvolvimento rural: perspectivas teóricas e práticas sociais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011. p. x1-x2.

LONG, N.; J. L. LIU. The centrality of actors and interfaces in the understanding of new ruralities: a Chinese case study. **Journal of Current Chinese Affairs**, v. 38, n. 4, p. 63–84. 2009.

LONG, N. Sociología del desarrollo: una perspectiva centrada en el actor. Ciudad de México: Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social: El Colegio de San Luis, 2007.

LONG, N. **Development Sociology: actor perspectives**. Amsterdam: Routledge, 2001.

LONG, N. Acercando las fronteras entre la antropología y la psicología para comprender las dinámicas de desarrollo rural. *In: LANDINI, F. P. Hacia una Psicología Rural Latinoamericana*. Buenos Aires. CLACSO. 2015.

LÓPEZ, F. J. Firma y ratificación del Convenio Marco para el Control del Tabaco, de la Organización Mundial de la Salud. **Salud Pública de México**. Instituto Nacional de Salud Pública, Cuernavaca, v. 46, n. 3, p. 273, maio/jun. 2004.

LUGO, U. **Cultivos de tabaco y caña de azúcar cambiarán por maíz amarillo**. 2014. Disponible em: <http://nayaritenlinea.mx/2014/01/24/cultivos-de-tabaco-y-cana-de-azucar-cambiaran-por-maiz-amarillo/>. Acceso em: 02 nov. 2018.

LUDTKE, F. H. **Tecendo meios de vida diversificados na agricultura familiar do tabaco**. 2018. 194f. Tese (Doutorado em Extensão Rural) - Centro de Ciências Rurais, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2018.

MACHADO, P. **Souza Cruz anuncia encerramento das atividades em Blumenau**. 2019. Disponible em: <https://www.nsctotal.com.br/colunistas/pedro-machado/souza-cruz-anuncia-encerramento-das-atividades-em-blumenau>. Acceso em: 3 out. 2019.

MACKINLAY, H. La agroindustria del tabaco en México y la formación de la empresa paraestatal Tabamex: 1920-1972. **Revista Polis: Investigación y análisis sociopolítico y psicosocial**, Iztapalapa, México, v. 7, n. 2, p. 213-262, 2011.

MADERA, J. A; RIVERA, K. Y; GARRAFA, O. M; REAL, M. Negociaciones y devenires en las dinámicas del municipio de Ruiz, Nayarit. *In: FLETES, H. et. al. (Org.) El papel de los pequeños productores en la agricultura y la alimentación. La experiencia desde tres regiones agrícolas de México*. México, D.F. Plaza y Valdés Editores. 2014. 221 p.

MADERA, J. A; MARÍN, J. L.; SERRANO, M. E. Introducción. *In: MADERA, J. A; MARÍN, J. L.; SERRANO, M. E. (org.) Actores rurales frente al modelo de desarrollo neoliberal*. Tepic, México. Editorial UAN. 2016. 299 p.

MADERA, J.; DE DIOS, D. (Re)Configuración de saberes y reconversión productiva del tabaco en la costa norte de Nayarit. *In: GARRAFA, O. et al. (org.) México rural ante los retos del siglo XXI. Tomo IV: Políticas públicas y territorialidades*. México, D.F. AMER/UAN/UACH/UAM. 2017.

MADERA, J. Los entramados de la producción campesina: tabaco, trabajo y familia en una comunidad indígena de Nayarit. *In: ANAYA, J. A. et. al (org.) El campo mexicano sin fronteras*. Alternativas y respuestas compartidas. Tomo II. Formación, saberes, políticas públicas y estrategias sociales. México, D.F. AMER/UAM. 2012.

MADERA, J. **Las memorias y los silencios en la redefinición de lo campesino**. La configuración de un modelo alternativo de desarrollo en la región tabacalera de Nayarit, México. 2006. Tese (Doctorado en Agroecología, Sociología y Desarrollo Rural Sustentable) - Universidad de Córdoba (UCO), Córdoba, España, 2006.

MADERA, J. El cultivo de tabaco en Nayarit: viejos esquemas de producción, diferentes repercusiones en la organización del trabajo. **Convergencia**, Toluca, México, n. 31, p. 223-250, 2003

MADERA, J. **Estrategias de sobrevivencia y economía campesina ante el neoliberalismo**. El trabajo familiar en la producción de tabaco en Nayarit, 1990-1999. 2000. Dissertação (Maestría en Desarrollo Regional) - Programa de Posgrado em Desarrollo Regional, El Colegio de la Frontera Norte, Tijuana, 2000.

MADERA, J.; GARRAFA, O. De campesinos a pequeños productores. *In*: CONGRESO LATINOAMERICANO DE SOCIOLOGÍA RURAL, 8, Porto de Galinhas, Recife. 2010.

MAFFINI, P.R.; LEMOS, J.A.L. **Plano Municipal de Desenvolvimento 2001-2004**: manuscrito. 2001.

MEDEIROS, M. C. Estado, capital financeiro e agricultura no Brasil atual. *In*: XI – Encontro Nacional da ANPEGE. A diversidade da geografia brasileira: escalas e dimensões da análise e da ação. 2015. Disponível em: <http://www.enanpege.ggf.br/2015/anais/arquivos/22/605.pdf>. Acesso: 19 dez. 2017.

MENDRAS, H. Sociedades camponesas. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MENEZES, M.; MALAGODI, E. Os camponeses como atores sociais: a perspectiva da autonomia e da resistência. *In*: SCHNEIDER, S.; GAZOLLA, M. (org.). **Os atores do desenvolvimento rural**: perspectivas teóricas e práticas sociais. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2011

MENGEL, A. A. **Tratados internacionais e disputas locais**: A Convenção Quadro para o Controle do Tabaco e as disputas entre os atores da cadeia produtiva no Brasil. 2011. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

MÉXICO. Diario Oficial de la Federación – DOF. **Convenio Marco de la Organización Mundial de la Salud para el Control del Tabaco**. 2005. Disponível em <http://www.cedhchihuahua.org.mx/portal/tratados/pdf/133.pdf>. Acesso em: 5 jul. 2016.

MÉXICO. Secretaría de Agricultura, Ganadería, Desarrollo Rural, Pesca y Alimentación - SAGARPA. **Reconversión del cultivo de tabaco en México**. México, D.F., 2008.

MÉXICO. Secretaria de Agricultura, Ganaderia, Desarrollo Rural, Pesca y Alimentación - SAGARPA. **Reconversión productiva sustentable**. Taller: Reconversión productiva y agricultura por contrato. 2004. Disponível em: https://slideplayer.es/slide/3568224/?fbclid=IwAR0kSSQ89OezxTR7EiSv53VHjrQJaqfZMI OhtkbGzkz_CI2eeQupegfANgI. Acesso em: 2 nov. 2018.

MIELITZ N. C. G. A. Agricultura familiar no contexto das políticas públicas brasileiras. *In*: MANZANAL, M.; NEIMAN, G. (org.) **Las agriculturas familiares del Mercosur: trayectorias, amenazas y desafíos**. Buenos Aires: CICCUS, 2010, p. 61-77.

MORA-DELGADO, J. Sociedades campesinas, agricultura y desarrollo rural. **Revista Luna Azul**. 2007. Enero-Junio: Disponível em:
<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=321727226007>. Acesso em: 22 dez. 2017

MURAKAMI, Y. *et. al.* Intoxicação crônica por agrotóxicos em fumicultores. **Saúde debate**, Rio de Janeiro, v. 41, n. 113, p. 563-576. 2017.

NUNES, R.; KANNENBERG, V. **Operação combate fraude estimada em R\$ 277 milhões no setor fumageiro do RS**. 2019. Disponível:
<https://gauchazh.clicrbs.com.br/economia/noticia/2018/08/operacao-combate-fraude-estimada-em-r-277-milhoes-no-setor-fumageiro-do-rs-cjkv2z4a601kr01n090z38aef.html>. Acesso em 20 out. 2019.

OLIVEIRA, M. M. **Como fazer pesquisa qualitativa**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

ORGANIZACIÓN MUNDIAL DE LA SALUD – OMS. **Convenio Marco de la OMS para el Control de Tabaco**. Ginebra, Suiza, 2003. Disponível em:
<https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/42813/9243591010.pdf;jsessionid=309DBB B57C8E2D294515E5445C67BBE1?sequence=1>. Acesso em: 10 jul. 2016

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE - OMS. *Alternativas económicamente viáveis al cultivo de tabaco (en relación con los artículos 17 y 18 del Convenio Marco de la OMS para el Control del Tabaco)*. Conferencia de las Partes en el Convenio Marco de la OMS para el Control del Tabaco. Quinta Reunión, Seoul, Korea, 12-17 de noviembre de 2012. Disponível em: https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/77293/FCTC_COP5_10-sp.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 20 out. 2016

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE - OPAS. **Oficina para elaboração do projeto de alternativas ao cultivo de tabaco no município de Dom Feliciano – RS**. Brasília, Brasil, 2010. Disponível em:
https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=1504:oficina-para-elaboracao-do-projeto-de-alternativas-ao-cultivo-de-tabaco-no-municipio-de-dom-feliciano-rs&itemid=463. Acesso em: 3 out. 2019.

PACHECO L. G. L. **Metodología de la investigación**. La elaboración del proyecto. Tepic, México: Editora UAN. 2006.

PACHECO, L. **Nomás venimos a malcomer**. Jornaleros indios en el tabaco en Nayarit. Tepic, México. Editora UAN. 1999.

PACHECO L. G. L.; CAYEROS, L. Modernización de la agroindustria del tabaco y desarrollo regional. **Revista Fuente**, Tepic, México, v. 3, n. 9, p.193-209,2011.

PERONDI, M.; SCHNEIDER, S; BONATO, A. Metodologia de Avaliação das Políticas de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco. 2008. *In*: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 48, 2008, Rio Branco,2008. **Anais** [...]. Rio Branco: Sober, 2008.

PIGNATI, W. A. *et. al.* Distribuição espacial do uso de agrotóxicos no Brasil: uma ferramenta para a vigilância em saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 22, n.10, p.3281-3293, 2017.

PLOEG, J. D. van der. Sete teses sobre a agricultura camponesa. In: PETERSEN, P. (org.) **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009. p. 17-32.

PLOEG, J. D. van der, *et. al.* Rural Development: form practices and policies towards theory. **Sociologia Ruralis**, Netherlands, v. 40, n. 4, p. 391-407, 2000.

PLOEG, J. D. van der. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. (Coleção Estudo Rurais).

PLOEG, J. D. van der. Dez qualidades da agricultura familiar. **Cadernos de debate**, ASP-TA, Rio de Janeiro, n. 1, 2014.

PRIEB R. I. P. **Pluriatividade na produção familiar fumageira**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005.

QUADROS, C. S. **Estudo de caso: Cooperativa Agropecuária Centro Sul (Coopacs)**. Bacharelado em Desenvolvimento Rural (PLAGEDER-UFRGS), São Lourenço do Sul, 2018.

R CORE TEAM R: **A Language and environment for statistical computing**. R Foundation for Statistical Computing, Vienna, Austria. 2019. URL <https://www.R-project.org/>.

REAL ACADEMIA ESPAÑOLA – RAE. **Chapucero**. 2019. Disponível em: <https://dle.rae.es/chapucero>. Acesso em: 11 dez. 2019.

RAMIREZ, A. **El programa Sustenta para jornaleros de Nayarit busca mejorar las condiciones de laborales de estos trabajadores**. [2018]. Disponível em: <https://www.expoknews.com/programa-sustenta-para-jornaleros-de-nayarit/>. Acesso em: 3 out. 2019.

REGALADO, P. J. E.; RODRIGUEZ, A. C. J. La función de la Oficina Nacional para el Control del Tabaco en México. **Salud Pública de México**, México, v. 50, n. 3, p. S355-S365, 2008.

RODRÍGUEZ, S. G.; PEREIRA, V. C.; DAL SOGLIO, F. K. A Perspectiva Orientada ao Ator em estudos sobre Desenvolvimento Rural. **Perspectivas Rurales: Nueva época**, año 13, n. 25, 2014.

ROSIK, M. 117 anos de imigração, história e cultura polonesa. Dom Feliciano, 2006.

ROSSET, P.; ALTIERI, M. **Agroecología: ciencia y política**. Ciudad de México. Porrúa/UAZ, 2019.

RUDNICKI, C. P. S. **As relações de confiança no sistema integrado da produção de tabaco (SIPT) no Rio Grande do Sul/Brasil**. 2012. 181 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

RUDNICKI, C. P. S.; GUERIN, Y. S. As mediações na trajetória de vida dos agricultores do tabaco no Rio Grande do Sul. **Revista Extensão Rural**, Santa Maria, v. 20, n. 1, jan./mar. 2014.

SAGARPA. Servicio de Información Agrícola y Pecuaria – SIAP. **Producción Mensual Agrícola**. Resumen Nacional por Cultivo. 2019. México, D.F. Disponível em: http://infosiap.siap.gob.mx:8080/agricola_siap_gobmx/AvanceNacionalSinPrograma.do. Acesso em: 15 de set. 2019.

SAGARPA. Servicio de Información Agrícola y Pecuaria – SIAP. **Producción Mensual Agrícola**. Resumen Nacional por Estado **2018**. México, D.F. Disponível em: http://infosiap.siap.gob.mx:8080/agricola_siap_gobmx/AvanceNacionalCultivo.do. Acesso em: 20 dez. 2018.

SAGARPA. Servicio de Información Agrícola y Pecuaria – SIAP. **Producción Anual Agrícola**. 2017. México, D.F. Disponível em: <https://nube.siap.gob.mx/cierreagricola/>. Acesso em: 20 dez. 2018.

SANCHEZ PERACI, A. **Políticas públicas e agricultura no Brasil**. 2.ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2001.

SCHEIBLER, J. L. **A emergência de fóruns reguladores globais: relações e conflitos entre atores locais no processo de regulação do tabaco**. 2006. 149f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

SCHMITT, C. Redes, atores e desenvolvimento rural: perspectivas na construção de uma abordagem relacional. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 13, n. 27, p. 82-112, maio/ago. 2011.

SCHNEIDER, S.; NIEDERLE, P. A. Agricultura familiar e teoria social: a diversidade das formas familiares de produção na agricultura. *In*: FALEIRO, F.G; FARIAS NETO, A.L. (org.) **Desafios e estratégias para o equilíbrio entre sociedade, agronegócio e recursos naturais**. Planaltina-DF: Embrapa Cerrados. 2008. p. 989-1014.

SCOTT, J. **Las armas de los débiles**. Formas cotidianas de resistencia campesina. Yale University Press. 1985. Disponível em: https://www.academia.edu/9286533/Scott_James_-_Weapons_of_the_weak_traducido. Acessado em: 9 fev. 2017.

SCOTT, J. **Los dominados y el arte de la resistencia**. México, D. F: Ediciones Era, 2000.

GUZMÁN, E. S.; MOLINA, M. G. Sobre a evolução do conceito de campesinato. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

SHANIN, T. A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. **Revista Nera**, ano 8, n. 7, jul./dez. de 2005.

SIORDIA, A. **Ejido Palma Grande fue un parteaguas en la historia del tabaco en México**. 2017. Disponível em: <http://www.periodicoexpress.com.mx/nota.php?id=310622>. Acesso em: 17 mar. 2017.

SINDITABACO. **Estatísticas e Infográficos**. 2019. Disponível em: <http://www.sinditabaco.com.br/sobre-o-setor/estatisticas/>. Acesso em: 20 set. 2019.

SILVA, L. X.; LIBARDONI, P.; FARIAS, G. S. **Relatório de Pesquisa do Ipea - Março – 2013**. Descrição e análise do perfil socioeconômico das áreas e dos produtores de fumo em folha no Sul e no Nordeste do Brasil: um estudo baseado nos resultados do Censo Agropecuário 2006. Brasília, 2013. (Relatório de Pesquisa). Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/agencia/index.php?option=com_content&view=article&id=17302>. Acesso em: 10 mar. 2017.

SILVA, L. X.; TZOVENOS, H. K. Ambiente internacional atual do mercado de tabaco: interpretações para o caso brasileiro. *In*: CONGRESSO SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRACAO E SOCIOLOGIA RURAL, 51, 2013, Belém. **Anais [...]**. Belém: Sober, 2013.

SILVA, L. X. *et al.* Estado Brasileiro, políticas públicas e agricultura. *In*: SILVA, L.X. (Org.) **Estado e políticas públicas**. Porto Alegre: Editora da UFRGS. 2010

SILVA, L. X. **Análise do Complexo Agroindustrial Fumageiro sul-brasileiro sob o enfoque da economia dos custos de transação**. 2002. 287f. Tese (Doutorado em Economia) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

SILVEIRA, D. T.; CORDOVA, F. P. A pesquisa científica. *In*: GERHARDT, T. E; SILVEIRA, D. (Org.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre; Editora da UFRGS. 2009. 114 p. (Série Educação a Distância, n. 5.). Anexos B, C e D. p. 43 a 53.

SLONGO, L. A.; SANTOS L. O.; LIONELLO, R.L.; Produtor de tabaco da região Sul do Brasil: Perfil socioeconômico. Centro de Estudos e Pesquisas em Administração (CEPA), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Porto Alegre. 2016. 111 p. Disponível em: http://www.agricultura.gov.br/assuntos/camaras-setoriais-tematicas/documentos/camaras-setoriais/tabaco/2017/55a-ro/app_pesquisa_perfil_socioeconomico_55ro_atabco.pdf. Acesso em: 20 set. 2019

SOGOCIO, M. P. DE S. **O Brasil adverte: fumar é prejudicial à saúde: Análise do processo de ratificação da Convenção Quadro para o Controle do Tabaco**. 2008. Dissertação (mestrado em Diplomacia) - Instituto Rio Branco, Brasília, 2008.

SOUZA CRUZ. **Tabaco**. 2019. Disponível em: http://www.souzacruz.com.br/group/sites/SOU_AG6LVH.nsf/vwPagesWebLive/DO9YAEUN. Acesso em: 15 out. 2019.

TAVARES, L. J. R.; MADERA, P. J. A.; BEZERRA, F. M. A. Camponês. Que camponês? *In*: MADERA, P. J. A.; CARDENAS, G. Y. (org.) **Gestión del desarrollo e identidades comunitarias**. Tepic, México: Editora da UAN, 2013.

TORRES, F., *et al.* **Etnografía institucional del proyecto estratégico de seguridad alimentaria (PESA) en una comunidad mazahua**. 2015. Disponível em: http://www.scielo.org.mx/scielo.php?pid=S0185-06362015000100004&script=sci_abstract. Acesso em: 15 maio 2016

TROIAN, A.; BECKER, C. Diversificação de cultivos em áreas produtoras de tabaco: desafios dos jovens rurais gaúchos. *In: CONGRESSO SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRACAO E SOCIOLOGIA RURAL*, 53, 2015, João Pessoa, **Anais** [...] João Pessoa, SOBER, 2015.

TWORKOWSKI, I. **Dom Feliciano: 100 anos de história**. Dom Feliciano: Instituto Social P. Berthier, 1991.

TWORKOWSKI, I; RAKOWSKI, Z. **Monografia de Dom Feliciano**. Porto Alegre: Gráfica Paloti, 2015.

VARGAS, G. **Philip Morris promueve creación de 5 mil empleos en Nayarit durante cosecha de tabaco**. [2019]. Disponível em: <https://www.ntv.com.mx/2019/03/29/philip-morris-promueve-creacion-de-5-mil-empleos-en-nayarit-durante-cosecha-de-tabaco/> 2019. Acesso em: 9 out. 2019.

VARGAS, M. A; OLIVEIRA, B. F. Estratégias de diversificação em Áreas de Cultivo de Tabaco no Vale do Rio Pardo: uma análise comparativa. **RESR**, Piracicaba-SP, v. 50, n. 1, p. 175-192, Jan/Mar, 2012.

VENDRUSCOLO, R. **Instituições e críticas na fumicultura do Rio Grande do Sul: mudanças e reafirmações institucionais**. 2017. 332f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

XE. **Conversor de divisas XE**. 2019. Disponível em: <https://www.xe.com/es/currencyconverter/convert/?Amount=1&From=MXN&To=BRL>. Acesso em: 10 dez. 2019.

ZOTTI, C. F. **Meios de vida alternativos a cultura do tabaco nos municípios de Capanema e Planalto – PR**. 2010. 128 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

**APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA: PRODUTORES E MEMBROS DE
FAMILIAS DO TABACO**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL**

Aluno-pesquisador: Dagoberto de Dios Hernández

Orientador: Leonardo Xavier da Silva / **Coorientador:** J. Jesús A. Madera Pacheco

Dados de identificação pessoal

Nome:	
Idade:	
Localidade:	
Município:	
Escolaridade:	

Bloco 1 (Objetivo específico 1): Elementos e dimensões socioproductivas da fumicultura

- 1.1. Que idade tinha quando começou a participar na fumicultura?
- 1.2. Há quantos anos você produz tabaco?
- 1.3. Porque motivo/razão ingressou nesta cultura?
- 1.4. Alguém na sua família já cultivava o tabaco?
- 1.5. Que representa para você ser fumicultor(a)?

Bloco 2 (Objetivo específico 2): Câmbios e/ou mudanças na fumicultura após a ratificação da CQCT no Brasil e no México

- 2.1. Como é que o/a senhor(a) conhece ou sabe da Convenção Quadro para o Controle do Tabaco?
- 2.2. A que se referem os artigos 17 e 18 da CQCT?
- 2.3. Quais são algumas das mudanças na produção de tabaco que vocês tem experimentado/descoberto nos últimos dez anos?
- 2.4. Qual situação estaria essas mudanças? Em que medida/porcentagem a CQCT é responsável delas?
- 2.5. Como você está sendo afetado por essas mudanças?
- 2.6. Que tem feito para enfrentá-las? Seus conhecimentos/saberes também mudaram? Que conhecimentos/saberes tem hoje que antes não tinha?
- 2.7. Continua produzindo tabaco para a mesma firma quando começou na fumicultura? Continuam existindo as mesmas firmas ou aumentaram/diminuíram?
- 2.8. Existem mudou no pacote tecnológico que usava quando começou, em relação ao utilizado agora? Câmbios no tipo, quantidade, preço de agrotóxicos, fertilizantes?

3. Bloco 3 (Objetivo específico 3): Cumplicidade de dependência para com o Estado e/ou Sistema Integrado de Produção de Tabaco

- 3.1. Quais são as políticas agrícolas e programas que existem para a diversificação/reconversão produtiva do tabaco?
- 3.2. Que tipo de ajuda/apoio chegou a receber por conta destas para a diversificação/reconversão produtiva?
- 3.3. Que tipo de ações de assistência técnica e extensão rural já recebeu como parte dessas políticas e programas ligadas á diversificação?
- 3.4. Qual organização/organismo lhe entregou esses recursos/ações? Por quanto tempo os recebeu?
- 3.5. Para que atividades e/ou cultivos diferentes ao tabaco utilizou os recursos de apoio?
- 3.6. Quais são as ações/atividades de seguimento para se certificar do adequado investimento/utilização dos recursos?
- 3.7. Está satisfeito/a com a fumageira para a qual produz tabaco? Si, por quê? Senão, por que continua produzindo?
- 3.8. Quais são os problemas mais comuns/constantas com as fumageiras?
- 3.9. Que opinião tem em relação aos preços pagos e as classificações de qualidade exercidas pelas firmas?
- 3.10. Pertence algum sindicato ou associação de produtores? Si, então que benefícios obtém ao participar nele/a? Não, porque não pertence?
- 3.11. O/A senhor/a se considera dependente da fumageira? Dependente do Estado/governo?
- 3.12. Que opinião tem em relação das criticas que consideram aos produtores de fumo como vítimas das fumageiras/do governo?

Bloco 4 (Objetivo específico 4): Agencia e estratégias de reprodução familiar

- 4.1. Por que depois de alguns anos o/a senhor/a continua na produção de tabaco?
- 4.2. Além do tabaco, que outras atividades agropecuárias são desenvolvidas na propriedade?
- 4.3. Realizam alguma atividade não agrícola (comércio, emprego assalariado, migração, etc.)?
- 4.4. Que benefícios e/ou resultados obtém com o tabaco a diferença das outras atividades desenvolvidas aqui na propriedade?
- 4.5. Esses “benefícios” lhe obrigam a se manter na produção de tabaco?
- 4.6. A renda obtida com o fumo é utilizada para quê? Que porcentagem da renda bruta da propriedade representa o fumo?
- 4.7. As outras rendas em que são utilizadas?
- 4.8. Os investimentos em geral na propriedade são realizados com recursos próprios? Realizam algum tipo de empréstimo? Com qual instituição financeira?
- 4.9. Onde são comercializados os produtos agropecuários e não agropecuários obtidos na propriedade?
- 4.10. As lavouras são realizadas totalmente com mão de obra familiar? Contratam mão de obra? De onde são essas pessoas que contratam?

Muito obrigado pela sua disposição

**APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA: ATORES POLÍTICOS E/OU
FUNCIONARIOS GOVERNAMENTAIS**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL**

Aluno-pesquisador: Dagoberto de Dios Hernández

Orientador: Leonardo Xavier da Silva / **Coorientador:** J. Jesús A. Madera Pacheco

Requerimento de entrevista: Os atores escolhidos para a realização deste tipo de entrevistas devem ser funcionários governamentais ou atores políticos como deputados e senadores, preferentemente deveram ter como requisito fundamental trabalhar ou ter trabalhado na dependência governamental desde o período anterior a 2004, ou no caso dos representantes políticos haver participado do processo e negociações para a ratificação da CQCT; assim como nas atividades e ações posteriores à CQCT para sua implementação nas regiões produtoras.

Dados de identificação pessoal

Nome:	
Idade:	
Dependência/ Cargo político:	
Período em que participou:	
Município de atuação/representação:	
Escolaridade:	

Bloco 1: Obter informação para o Objetivo Especifico 2 (OE2), partindo de investigar a participação da dependência ou ator político entrevistado no processo de ratificação da CQCT, assim como naquelas outras ações posteriores para sua implementação nas regiões e com as famílias produtoras, que desde a posição dos entrevistados seja mudanças pelo resultado direto da ação da CQCT.

- 1.1. Que conhecimento tem do que é a Convenção Quadro para o Controle do Tabaco? Do que falam os artigos 17 e 18 da CQCT?
- 1.2. Que atores e organizações participaram no processo e negociações para a ratificação da CQCT? Como participou cada um?
- 1.3. Qual foi concretamente a sua participação/da sua dependência no processo?
- 1.4. Que foi feito pela sua dependência/por você para o avanço da CQCT?
- 1.5. Qual seria atualmente o status da CQCT? Como está avançando ou retrocedendo?
- 1.6. Quais são os avanços ou resultados dos artigos 17 e 18? Como participou você/sua dependência?

- 1.7. Quais são as mudanças que a CQCT esta trazendo para a produção de tabaco?
- 1.8. Que mudanças tem se apresentado nos resultados econômicos para as famílias produtoras e os municípios onde se produz tabaco?
- 1.9. Como a legislação contra o tabaco esta-se tornado mais forte nos últimos dez anos? De que forma concreta?
- 1.10. Quais ações estão sendo desenvolvidas pela organização/por você para ajudar as famílias a enfrentar os câmbios e mudanças que estão se suscitando?

Bloco 2. Obter informação para os Objetivos Específicos 3 e 4 (OE3, OE4), começando por encontrar nas ações e atividades realizadas pelas políticas e programas de diversificação/reconversão do tabaco, alguma possível relação que esteja permitindo as famílias a cumplicidade de dependência com o Estado ou o SIPT, além das possíveis estratégias para fazer frente à CQCT; tudo isto a partir da posição dos atores políticos ou funcionários governamentais.

- 2.1. Existem políticas e programas de diversificação/reconversão do tabaco que estejam sendo implementadas? Qual é seu funcionamento?
- 2.2. Qual é a quantidade de recursos e apoios gerados através destas? Como ou em que áreas, projetos e ações estão sendo investidos?
- 2.3. Os cultivos beneficiados com esses recursos para substituir o tabaco, são os mesmos promovidos pelas políticas e programas de diversificação?
- 2.4. Sobre quais critérios e/ou características básicas estão se propondo esses “novos” cultivos?
- 2.5. Como estão se beneficiando as famílias do tabaco?
- 2.6. Como as políticas e os programas de diversificação/reconversão do tabaco estão sendo avaliados?
- 2.7. Quais tem sido os resultados para as famílias?
- 2.8. Que recursos e apoios tem conseguido obter especificamente através dessas políticas e programas?
- 2.9. As famílias produtoras estão participando no planejamento e implementação das políticas, programas e o uso dos recursos?
- 2.10. Quais outras organizações ou atores estão participando no planejamento e implementação das políticas e programas? Que funções específicas realizam?
- 2.11. Quantas famílias tem sido alvo desses recursos de apoios? Como elas estão reagindo com as ações de diversificação do tabaco?
- 2.12. Existem alguns municípios ou regiões que estejam sendo maiormente beneficiados e por quê?
- 2.13. São suficientes esses recursos e as ações para avançar na diversificação do tabaco?
- 2.14. Porque motivos as famílias continuam produzindo tabaco diante do cenário complexo e/ou incerto provocado pela CQCT?

Muito obrigado pela sua disposição

**APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA: LIDERANÇAS E MEMBROS
SINDICAIS E/OU DE ASSOCIAÇÕES DE PRODUTORES DE TABACO**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL**

Aluno-pesquisador: Dagoberto de Dios Hernández

Orientador: Leonardo Xavier da Silva / **Coorientador:** J. Jesús A. Madera Pacheco

Requerimento de entrevista: Os atores escolhidos para a realização deste tipo de entrevistas devem ser funcionários, técnicos ou outro tipo de membros de Sindicatos ou Associações de representação das famílias produtoras de tabaco, os quais devem ter como requisito fundamental o **trabalhar/colaborar na organização desde antes de 2004** para de essa forma garantir o contraste comparativo anterior e posterior à CQCT.

Dados de identificação pessoal

Nome:	
Idade:	
Sindicato/ Organização:	
Município:	
Escolaridade:	

Bloco 1. Obter dados e informações relacionadas com o Objetivo Especifico 1 (OE1), que a partir da visão da Organização em questão e seus atores entrevistados, vinculados com as famílias produtoras através das atividades realizadas para com elas, possam nos ajudar na identificação das dimensões e elementos que a produção de tabaco desenvolveu para se constituir como uma atividade secular nesses territórios.

- 1.1. Quais são as atividades que a Organização que você representa realiza em benefício das famílias produtoras de tabaco?
- 1.2. Há quanto tempo você atua junto às famílias do tabaco?
- 1.3. Desde há quantos anos se cultiva tabaco neste localidade/município?
- 1.4. Que representara para essas famílias cultivar e produzir tabaco?
- 1.5. Além do tabaco, que outras atividades agrícolas e não agrícolas realizam?
- 1.6. Qual dos “benefícios” ou “direitos” de produzir tabaco será mais importante para essas famílias?
- 1.7. Qual é a importância da dimensão econômica/da renda do tabaco?
- 1.8. Existe mais algum outro elemento que faça as famílias continuar no tabaco?

Bloco 2. Obter dados e informações em relação ao Objetivo Especifico 2 (OE2), sobretudo aquelas sobre o conhecimento da Convenção Quadro para o Controle do Tabaco, e as mudanças e câmbios trazidos por esta para com as famílias do tabaco após a ratificação e implementação da CQCT.

- 2.1. Que é a Convenção Quadro para o Controle do Tabaco? Quais seriam as principais mudanças que esta provocando na produção de tabaco?
- 2.2. Como vocês estão enfrentando essas mudanças? Que ações estão fazendo?
- 2.3. As possíveis mudanças na superfície cultivada e colhida são resultado da ação da CQCT?
- 2.4. Como o rendimento econômico obtido pelas famílias estaria mudando?
- 2.5. Porque o número de famílias produtoras apresenta constantes mudanças de incremento e diminuição?
- 2.6. Quais são os câmbios apresentados no pacote tecnológico? O uso de agrotóxicos e fertilizantes como tem comportado? Qual tem sido o comportamento das fumageiras em sua relação com as famílias após a CQCT?
- 2.7. Qual tem sido o comportamento dos preços pagos pelo fumo e as qualidades deste após a ratificação e implementação da CQCT?
- 2.8. Como vocês interagiram entre as famílias e as fumageiras?
- 2.9. Quais câmbios se apresentaram nos saberes e conhecimentos das famílias produtoras?
- 2.10. Que câmbios na forma de organização e mobilização das famílias surgiram após a CQCT ?

Bloco 3. Perguntas relacionadas ao Objetivo Especifico 4 (OE4), a modo de obter informações que nos ajudem a identificar quais são as reações e as ações das famílias produtoras na construção de estratégias e respostas para garantir seus projetos de vida no rural e a alteração das trajetórias e/ou status da CQCT.

- 3.1. Como se manifestam as mudanças trazidas pela CQCT para com as famílias do tabaco? Como estão reagindo as famílias produtoras diante da CQCT?
- 3.2. Com quais atores estão se alinhando as famílias para fazer frente á CQCT?
- 3.3. Qual é o conhecimento de você sobre as políticas e programas para diversificação/reconversão produtiva do tabaco? Como funcionam e que ações/atividades envolvem?
- 3.4. Em relação a estas políticas e programas, de que forma participam as famílias? Como elas estão envolvidas no seu planejamento e implementação?
- 3.5. Quais recursos econômicos de apoio tem sido recebidos e como são utilizados?
- 3.6. Como enfrentam vocês as possíveis dificuldades e/ou receios por conta das famílias? Como elas recebem as políticas e programas de diversificação?
- 3.7. Quais outros atores trabalham junto a vocês na vinculação com as famílias?
- 3.8. Como podem ser avaliados “eventuais” programas de governo ou de ONG’s para a diversificação/reconversão do tabaco?

Muito obrigado pela sua disposição

**ANEXO A – BANHEIROS PORTÁTEIS COMO PARTE DOS PROGRAMAS PARA
TRABALHADORES MIGRANTES NA PRODUÇÃO DE TABACO EM
NAYARIT**



Fonte: realizada pelo autor a partir de pesquisa de campo (2018-2019).

ANEXO B - CULTIVOS AGRÍCOLAS E SUA RELAÇÃO COM O USO DE AGROTÓXICOS NO BRASIL



FONTE: ESALQ - ESCOLA SUPERIOR DE AGRICULTURA "LUIZ DE QUEIROZ"/USP DADOS SECUNDÁRIOS SINDAG E IBGE, 2012.
SOURCE: ESALQ - LUIZ DE QUEIROZ COLLEGE OF AGRICULTURE (USP)/ SECONDARY DATA SINDAG AND IBGE, 2012.

Fonte: SindiTabaco (2019).

**ANEXO C - PRINCIPAIS CULTURAS AGRÍCOLAS E AS CARACTERÍSTICAS
MAIS IMPORTANTES NO USO E CONSUMO DE AGROTÓXICOS NO BRASIL**

Cultura agrícola	Área plantada (hectares)	Média de uso de agrotóxicos (litros/hectares)	Consumo de agrotóxicos (litros)
Soja	32.206.787	17,7	570.060.129,90
Milho	15.846.517	7,4	117.264.225,80
Cana de açúcar	10.161.622	4,8	48.775.785,60
Algodão	1.047.622	28,6	29.961.989,20
Trigo	2.490.115	10	24.901.150,00
Fumo	406.377	60	24.901.150,00

Fonte: PIGNATI, *et. al.* (2017).

ANEXO D – DISPUTAS E REIVINDICAÇÕES SOCIOPOLÍTICAS NA PÁGINA DE FACEBOOK “FUMICULTORES DO BRASIL”

Fumicultores do Brasil 😊 ...
positivo(a).
17 nov. a las 4:11 p. m. • 🌐

Ola me chamo kalinca tenho 24 anos e meu marido Ismael 27.
Esta é nossa segunda safra de fumo e também lidamos com leite.
Porque a agricultura ã pod... Ver más



Fumicultores do Brasil ...
18 nov. a las 10:32 a. m. • 🌐

E a Colonada com o café da tarde pronto já.
Show Colonada, fartura na colheita e tbm na alimentação.
Deu água na boca 😋😋😋... Ver más



Fumicultores do Brasil ...
5 horas • 🌐

O nény cansou de sofrer no sol.
Agora vai...



Agricultura Braço Forte Desta Terra

👍😂❤️ 2.162 307 comentarios

👍 Me gusta 💬 Comentar ➦ Compartilhar

Fumicultores do Brasil ...
20 nov. a las 5:25 p. m. • 🌐

A faculdade da lavoura é no dia a dia.
Valoriza o seu alimento de cada dia, pois deve pessoas que trabalharam para isso.
Agricultura Braço Forte Dest... Ver más



Fonte: Facebook “Fumicultores do Brasil” (2019).